**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA
AMÉRICA LATINA – PROLAM/USP**

ANDRÉ LUIZ LANZA

**IMIGRANTES NO BRASIL E NA ARGENTINA:
POLÍTICAS DE ATRAÇÃO, FLUXOS, ATIVIDADES E
DESLOCAMENTOS (SÃO PAULO E BUENOS AIRES, 1870-1930)**

São Paulo
2015

ANDRÉ LUIZ LANZA

**Imigrantes no Brasil e na Argentina:
Políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos (São Paulo e
Buenos Aires, 1870-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/ USP para a obtenção de título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Sociedade, Economia e Estado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Lamounier.

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

LANZA, André Luiz.

Imigrantes no Brasil e na Argentina: Políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos (São Paulo e Buenos Aires, 1870-1930)/ André Luiz Lanza; orientadora Maria Lúcia Lamounier - São Paulo, 2015.
220 p.

Dissertação - Universidade de São Paulo, 2015.

1. Imigrantes. 2. Políticas de imigração. 3. Fluxos migratórios. 4. São Paulo. 5. Buenos Aires.

LANZA, André Luiz.

Imigrantes no Brasil e na Argentina: Políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos (São Paulo e Buenos Aires, 1870-1930).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a):	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

Prof.(a) Dr.(a):	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

Prof.(a) Dr.(a):	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

A meus pais, Carmen e Carlos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à professora Maria Lúcia Lamounier pela dedicação e espírito incansável na orientação que me proporcionou e por todo o conhecimento que me transmitiu, traduzido nos meus primeiros passos no percurso científico como investigador e no mundo académico. Deixo ainda um sincero obrigado por todas as longas e valiosas conversas, discussões, dicas, ensinamentos e, mais importante, os "puxões de orelhas". A confiança que depositou em mim ao aceitar ser minha orientadora foi, sem dúvida alguma, uma motivação enorme. Com a senhora tive a oportunidade de descobrir o mundo incrível da história económica e as inúmeras oportunidades de pesquisa para o futuro.

Ao professor Roy Hora, da Universidad de San Andrés, por gentilmente ter se disposto a se encontrar comigo em Buenos Aires e me orientar na busca por fontes e documentos nos arquivos da capital portenha.

Aos diversos funcionários da Biblioteca Tornquist, Biblioteca Prebisch e do Museo del Banco Central Argentino, em Buenos Aires, por permitirem a consulta ao acervo e às fontes que fizeram parte deste trabalho.

Aos professores Renato Perim Colistete e Márcio Bobik Braga pelos comentários e importantes contribuições dadas a este trabalho no Exame de Qualificação.

À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida, sem a qual não poderia ter me dedicado exclusivamente à pesquisa e desenvolvimento deste trabalho. À Universidade de São Paulo e ao PROLAM pelos auxílios financeiros concedidos para apresentação de trabalho científico no exterior, frutos da pesquisa que deu origem a esta dissertação, e para pesquisa de campo em Buenos Aires.

Às amigas e amigos do PROLAM – em especial à Fabiana de Oliveira, Mayra Coan, Thaís Virga e Thaís de Oliveira – pelas conversas, discussões, inúmeros cafés e com quem dividi as angústias e alegrias da vida acadêmica durante os últimos dois anos e meio.

Aos funcionários do PROLAM Rodrigo Bronze e William Almeida que foram sempre muito gentis e prestativos frente às questões burocráticas.

À minha maravilhosa família, que, mesmo em meio a tantas dificuldades, sempre me incentivou, amparou, acreditou em mim e a quem sou eternamente grato pelo amor e pela paciência incondicionais.

Aos amigos e amigas que me acompanharam durante os últimos dois anos e meio, especialmente ao Maurício Dalloway, à Andrea Monroe Danielle, à Ana Carolina Rosolen de Arruda, ao Francisco Trindade e ao Renan Bergamaschi por sempre me incentivarem a seguir em frente, aturem meu stress e mau humor e demonstrarem paciência e carinho sem iguais. Sem vocês, a jornada durante os últimos dois anos e meio teria sido muito mais difícil.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, comparativamente, as políticas de atração, as atividades, os fluxos e deslocamentos dos imigrantes no Brasil e Argentina, focalizando mais especificamente as regiões de São Paulo e Buenos Aires, no período de 1870 a 1930. Procuramos, para os dois países e regiões, identificar as semelhanças e diferenças nas políticas implementadas visando a atração de imigrantes, observar o comportamento dos fluxos migratórios e examinar o papel dos imigrantes na composição das populações e a sua atuação em atividades econômicas nos meios rural e urbano. Examinamos também o fluxo de imigrantes entre o porto de Santos e o porto de Buenos Aires no período, analisando números e origem dos emigrantes assim como as motivações aventadas nas fontes e pela historiografia. As informações e dados compilados para a confecção deste trabalho foram coletados de diversos tipos de fontes: fontes governamentais, legislações, censos, relatório, estatísticas. Os arquivos consultados correspondem a acervos físicos e online. O trabalho está dividido em três capítulos. As fontes revelaram diferenças e semelhanças entre os processos migratórios para Brasil e Argentina. Durante todo o século XIX, tanto no Brasil quanto na Argentina, a necessidade de povoar territórios e encontrar mão de obra para sustentar o desenvolvimento da agricultura agroexportadora norteou os debates governamentais sobre o fomento da imigração. Além de ser uma solução para a falta de braços nas lavouras e para o povoamento de territórios, nos dois países a imigração era vista como o caminho para o progresso, para a modernização da sociedade e para o branqueamento da população. A partir de 1870 até 1930, período das grandes migrações, Brasil e Argentina foram os países que mais receberam imigrantes na América Latina. O Brasil recebeu mais 4,1 milhões de imigrantes e mais de 6,2 milhões se dirigiram para a Argentina. Nesse período, a política de subsídios, custeando as passagens transatlânticas, hospedagem e colocação nas fazendas de café, foi implantada com sucesso no estado de São Paulo. Na Argentina, houve o predomínio da imigração espontânea. As políticas liberais e os altos salários pagos nas épocas de colheitas do trigo e milho também tiveram êxito em atrair estrangeiros. As fontes revelaram também uma mobilidade geográfica e deslocamentos frequentes e de caráter sazonal dos imigrantes entre São Paulo e Buenos Aires.

Palavras-chave: Imigrantes; Políticas de imigração; Fluxos migratórios; São Paulo; Buenos Aires.

ABSTRACT

The present work aims to analyze, comparatively, the policies for attraction, the activities, the flows and displacement of immigrants in Brazil and Argentina, specifically focusing on the regions of São Paulo and Buenos Aires from 1870 to 1930. We intend to identify, for both countries and regions, the similarities and differences of the implemented policies aimed to attract immigrants; to observe the pattern of the migration flows; and to examine the role of immigrants in the composition of these populations and their role within the economic activities at the rural and urban environments. We also examine the immigrants flow between the ports of Santos and Buenos Aires at the time, analyzing the numbers and place of origin of the immigrants, as well as their motivations, reported by the sources and the historiography. The information and data compiled to produce this study were collected from a variety of research sources: government data, laws, censuses, report statistics, among others. The archives consulted correspond to physical and online collections. This work is divided in three chapters. The sources revealed differences and resemblances between the migratory process to Brazil and Argentina. Throughout the nineteenth century, both in Brazil and Argentina, the governmental debates about the promotion of immigration were guided by the need of populating territories and finding labor to sustain the agro-export agriculture development. In addition to being a solution for the lack of work force on the lands and for the settlement of territories, in both countries the immigration was seen as the pathway to progress, society modernization and population whitening. From 1870 to 1930, considered the period with the higher occurrence of migration, Brazil and Argentina were the countries that received the largest amount of immigrants in Latin America. Brazil received more than 4.1 million of immigrants, while more than 6.2 million went to Argentina. In the period, the subsidy policy, financing the transatlantic travels, accommodation and location in the coffee farms, succeeded in São Paulo state. In Argentina, the spontaneous immigration prevailed. The liberal policies for immigrant attraction and the high weights paid on the wheat and maize harvest seasons also succeeded in attracting foreigners. Sources also revealed a geographic mobility and frequent displacements with a seasonal character by immigrants between São Paulo and Buenos Aires.

Key words: Immigrants; Immigration policies; Migration flow; São Paulo; Buenos Aires.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar, comparativamente, las políticas de atracción, las actividades, los flujos y los desplazamientos de inmigrantes en Brasil y Argentina, enfocado en las regiones de São Paulo y Buenos Aires, en el período de 1870 hasta 1930. Buscamos, para los dos países y regiones, identificar las semejanzas y diferencias en las políticas establecidas pretendiendo la atracción de inmigrantes, observar el comportamiento de los flujos migratorios y examinar el papel de los inmigrantes en la composición de las poblaciones y su actuación en las actividades económicas en los medios rural y urbano. Examinamos también el flujo de inmigrantes entre los puertos de Santos y Buenos Aires en el período, analizando números y orígenes de los emigrantes bien como sus motivaciones aventadas en las fuentes y por la historiografía. Las informaciones y datos compilados para la confección de este trabajo han sido colectadas en diversos tipos de fuentes: gubernamentales, legislaciones, censos, informes y estadísticas. Los archivos consultados corresponden a acervos físicos y en línea. El trabajo se encuentra dividido en tres capítulos. Las fuentes han revelado diferencias y semejanzas entre los procesos migratorios para Brasil y Argentina. Durante todo el siglo XIX, tanto en Brasil cuanto en Argentina, la necesidad de poblar territorios y encontrar mano de obra para sostener el desarrollo de la agricultura agroexportadora ha orientado los debates gubernamentales acerca del fomento a la inmigración. Aparte de ser una solución para la falta de brazos en los campos y para el poblamiento de territorios, en los dos países la inmigración era vista como el camino para el progreso, para la modernización de la sociedad y para el blanqueo de la población. De 1870 hasta 1930, período de las grandes migraciones, Brasil y Argentina han sido los países que más recibieron inmigrantes en Latinoamérica. Brasil ha recibido más de 4,1 millones de inmigrantes y 6,2 millones se dirigieron para Argentina. En este período, la política de subsidios, costeados los pasajes transatlánticos, hospedaje y colocación en las haciendas cafeteras, ha sido implantada con suceso en el estado de São Paulo. En Argentina, ocurrió en predominio de la inmigración espontánea. Las políticas liberales y los altos sueldos ofrecidos en las épocas de cosechas de trigo y maíz tuvieron también éxito en atraer extranjeros. Las fuentes han revelado también una movilidad geográfica y desplazamientos frecuentes y de carácter estacional de los inmigrantes entre São Paulo y Buenos Aires.

Palabras-clave: Inmigrantes; Políticas de inmigración; Flujos migratorios; São Paulo; Buenos Aires.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imigração bruta para os principais países receptores, em milhares (1861-1920)	20
Tabela 2.1 – Principais produtos da pauta de exportação brasileira em porcentagem do total (1889 – 1930)	76
Tabela 2.2 – Produção de café em milhares de sacas de 60kg (1880 – 1930)	77
Tabela 2.3 – Evolução da rede ferroviária e das exportações de Café em São Paulo (1870 – 1900)	80
Tabela 2.4 – Estrangeiros na população brasileira (1872 – 1920)	80
Tabela 2.5 – Nacionalidades dos estrangeiros entrados no Brasil (1872 – 1935)	81
Tabela 2.6 – Entrada de estrangeiros no Brasil e no estado de São Paulo, por década (1872 – 1930)	84
Tabela 2.7 – Entrada de imigrantes no estado de São Paulo, por quinquênio (1827 – 1930)	88
Tabela 2.8 – Nacionalidades dos imigrantes entrados em São Paulo (1827 – 1929)	90
Tabela 2.9 – Nacionais e estrangeiros na população do estado de São Paulo (1872 – 1920)	92
Tabela 2.10 – Estimativa do volume das exportações em médias anuais em milhões de pesos-ouro, a preços de 1910-1914 (1875 – 1914)	96
Tabela 2.11 – Imigração na Argentina (1857 – 1930)	97
Tabela 2.12 – Nacionalidades dos imigrantes entrados na Argentina (1857 – 1930)	98
Tabela 2.13 – Imigrantes de Segunda e Terceira Classe entrados na Argentina, por nacionalidade (1857 – 1930)	100
Tabela 2.14 – Estrangeiros na população argentina (1869-1930)	103
Tabela 2.15 – Nacionais e estrangeiros na população da Província de Buenos Aires (1872 – 1920)	105
Tabela 2.16 – Imigrantes, café, ferrovias, imigração e população no estado de São Paulo (1889 – 1930)	110
Tabela 2.17 – Profissões dos imigrantes entrados pelo porto de Santos (1908 – 1930)	112
Tabela 2.18 – População da cidade de São Paulo (1872 – 1920)	118
Tabela 2.19 – Imigrantes ultramarinos por ramo de atividade principal na Argentina (1957 – 1930)	124
Tabela 2.20 – População urbana e rural na Argentina (1869-1914)	130
Tabela 2.21 – Distribuição dos imigrantes segundo os censos (1869-1947)	132
Tabela 2.22 – População da cidade de Buenos Aires (1969 – 1914)	133
Tabela 2.23 – População economicamente ativa no setor secundário da economia argentina, em porcentagem, (1895 – 1914)	136
Tabela 3.1 – Movimento imigratório na pelo porto de Santos (1892 – 1929)	142
Tabela 3.2 – Emigração pelo porto de Santos: total e para Buenos Aires (1894 – 1929)	144
Tabela 3.3 – Classificação dos emigrantes saídos pelo porto de Santos no ano de 1908	149
Tabela 3.4 – Passageiros e imigrantes saídos pelo Porto de Santos segundo a nacionalidade e o destino (1908, 1910 e 1913)	150

Tabela 3.5 – Participação dos emigrantes saídos de Santos nas entradas totais de imigrantes no porto de Buenos Aires (1894 – 1913).....	155
Tabela 3.6 – Movimento imigratório na Argentina (1871 – 1930)	157
Tabela 3.7 – Imigração e emigração pelo Porto de Buenos Aires (1890-1913).....	159
Tabela 3.8 – Proporção de imigrantes saídos de Buenos Aires com destino ao porto de Santos (1899 – 1913).....	163
Tabela 3.9 – Contribuição dos imigrantes saídos de Buenos Aires para a imigração total entrada em Santos (1899 – 1929).	165
Tabela 3.10 – Ascenso e descenso da imigração e emigração no estado de São Paulo, durante os anos de 1894 a 1900 em confronto com taxa de câmbio e cotação do café	168
Tabela 3.11 – Coeficiente de fixação dos imigrantes em São Paulo 1908 - 1927.....	175
Tabela 3.12 – Fluxo de migrantes entre Santos e Buenos Aires (1899 – 1929).....	177
Tabela A1 - Entrada de imigrantes no Brasil por nacionalidades (1872 – 1930).....	208
Tabela A2 – Entrada de imigrantes em São Paulo (1870 – 1930).....	210
Tabela A3 – Entrada de imigrantes em São Paulo por nacionalidades (1827 – 1930)	212
Tabela A4 – Entradas na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo por categoria (1893-1928).....	215
Tabela A5 – Proporção de estrangeiros que entraram em São Paulo em relação ao Brasil por nacionalidade (1872 – 1930).....	216
Tabela B1 – Imigração e emigração na Argentina pelo porto de Buenos Aires considerando saídas e entradas por Montevideo (1857 – 1914).....	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Entrada de estrangeiros em São Paulo por nacionalidades (1882 – 1930)	
.....	92
Gráfico 3.1 – Emigração pelo porto de Santos: total e para Buenos Aires (1894 – 1929)	
.....	145

LISTA DE SIGLAS

ABG	<i>Almanaque Brasileiro Garnier</i>
AEB	<i>Anuario Estatístico do Brasil</i>
AEESP	<i>Anuario Estatístico do Estado de São Paulo</i>
AEPB	<i>Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires</i>
BSIC	<i>Boletim do Serviço de Imigração e Colonização</i>
CGCBA	<i>Censo General de la Ciudad de Buenos Aires</i>
PCRA	<i>Primer Censo de la República Argentina</i>
SCRA	<i>Segundo Censo de la República Argentina</i>
TCNA	<i>Tercer Censo Nacional</i>
RB	<i>Recenseamento do Brasil</i>
RSASP	<i>Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo</i>
RPESP	<i>Relatório do Presidente do Estado de São Paulo</i>

.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
RESUMEN	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA...29	
Introdução	29
1.1. Políticas de fomento à imigração no Brasil.....	30
1.2. Políticas de fomento à imigração na Argentina	54
CAPÍTULO 2 - FLUXOS IMIGRATÓRIOS PARA SÃO PAULO E BUENOS AIRES	74
Introdução	74
2.1. A imigração para o Brasil e para a Argentina	75
2.1.1. <i>Brasil e São Paulo</i>	<i>75</i>
2.1.2. <i>Argentina e Buenos Aires</i>	<i>93</i>
2.2. Entre o campo e a cidade.....	106
2.2.1. <i>O estado de São Paulo</i>	<i>106</i>
2.2.2. <i>A província de Buenos Aires</i>	<i>123</i>
CAPÍTULO 3 - FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE SÃO PAULO E BUENOS AIRES	138
Introdução	138
3.1. Entre São Paulo e Buenos Aires.....	139
3.1.1. <i>Saídas pelo porto de Santos: dados gerais e saídas para Buenos Aires</i>	<i>141</i>
3.1.2. <i>Saídas pelo porto de Santos: nacionalidade dos emigrados</i>	<i>147</i>
3.2. Entre Buenos Aires e São Paulo.....	156
3.3. Um balanço do fluxo	167
CONCLUSÃO	181
FONTES E BIBLIOGRAFIA	189
ANEXO A.....	208
ANEXO B	219

INTRODUÇÃO

Até 1870, Brasil e Argentina eram caracterizados por amplos vazios populacionais, população escassa e concentrada no litoral. Durante todo o século XIX, tanto no Brasil quanto na Argentina, a necessidade de povoar territórios e encontrar mão de obra para sustentar o desenvolvimento da agricultura agroexportadora norteou os debates governamentais sobre o fomento da imigração. Além de ser uma solução para a falta de braços nas lavouras e para o povoamento de territórios, nos dois países a imigração era vista como o caminho para o progresso, para a modernização da sociedade e para o branqueamento da população.

A partir de 1870 até 1930, período das grandes migrações, Brasil e Argentina foram os países que mais receberam imigrantes na América Latina. Nesse período, a política de subsídios, custeando as passagens transatlânticas, hospedagem e colocação nas fazendas de café, foi implantada com sucesso no estado de São Paulo. Na Argentina, as políticas liberais de atração de imigrantes e os altos salários pagos nas épocas de colheitas do trigo e milho também tiveram êxito em atrair estrangeiros. Juntos os países receberam quase 80% do total dos que emigraram para a América Latina até 1930.

O objetivo do presente trabalho é analisar, comparativamente, as políticas de atração, as atividades, os fluxos e deslocamentos dos imigrantes no Brasil e Argentina, focalizando mais especificamente as regiões de São Paulo e Buenos Aires, no período de 1870 a 1930. Este estudo procura: (i) identificar as semelhanças e diferenças nas políticas implementadas visando a atração de imigrantes; (ii) examinar o papel dos imigrantes na composição das populações e a sua atuação em atividades econômicas nos meios rural e urbano dos dois países e regiões; (iii) observar o comportamento dos fluxos migratórios para ambos os países e regiões; (iv) tratar do fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires.

A América Latina como destino dos imigrantes

Uma ampla bibliografia discute o tema da imigração. Os autores examinam as condições dos países de origem e as causas da emigração; os motivos das decisões de

emigrar, a escolha dos países de destino e os fatores de atração, as condições de transporte, a chegada e a inserção nos países de destino¹. No que diz respeito tanto ao Brasil quanto à Argentina, diversos autores procuram relacioná-la tanto com a questão do povoamento dos vazios populacionais quanto com a resolução do problema da escassez de trabalhadores nas regiões agroexportadoras em ambos os países. A bibliografia levantada para o Brasil e para a Argentina também relaciona os imigrantes com o crescimento populacional, desenvolvimento do comércio e da economia monetária, ampliação do mercado de trabalho rural e urbano, desenvolvimento da economia agroexportadora e com os primórdios da industrialização².

Segundo Klein (2000, p. 13-15), a questão básica que envolve o fenômeno da migração está no “peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram”. Para o autor, as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, na medida em que afetam diretamente a sobrevivência das famílias. Ainda segundo o autor, três fatores combinados deram origem às grandes migrações europeias nos séculos XIX e XX, época em que chegaram ao Novo Mundo mais de dois terços dos imigrantes. O autor destaca o acesso à terra para sustento próprio, a variação da capacidade produtiva da terra e o número de membros de uma mesma família que precisa ser mantido por um mesmo lote de terra. O crescimento exponencial da população do continente europeu, a partir do século XVIII, aliado à queda progressiva da mortalidade (fenômeno conhecido como “transição demográfica”), com o passar do tempo, começou a exercer pressão sobre o setor agrícola dos países europeus. Essas mudanças dificultaram o acesso à terra pelas populações camponesas, já que a quantidade de pessoas a serem mantidas com a produção de um mesmo lote de terra aumentou. O número de minifúndios diminuía enquanto o de latifúndios aumentava com rapidez. Os camponeses que anteriormente viviam numa agricultura de subsistência, se viram obrigados a trabalhar para outros proprietários de terras (KLEIN, 2000, p. 14-16).

A terra deixava de ser o meio de vida tradicional do mundo rural europeu, baseado na produção camponesa, e passava a ter uma nova função como fator de produção e fonte

¹ Sobre esses temas ver Klein (2000) e outros, tais como: Conde (1968); Cervo (1981); Baines (1994); Petrone (1997); Costa (1999); Devoto (2002, 2007); Gonçalves (2008).

² Sobre imigração no Brasil e na Argentina e o papel dos imigrantes nos dois países no período estudado, ver, dentre outros: Scobie (1963); Conde (1963, 1968, 1979, 1986, 2002); Cervo (1981); Solberg (1982); Dean (1971, 1977); Holloway (1977, 1984); Hall (1979); Silva (1981); Lamounier (1993, 2008); Petrone (1997); Costa (1997, 1999); Stolcke (1986); Klein (1989a; 1989b; 1993; 2000); Hatton e Williamson (1998); Devoto (1999, 2000, 2002, 2004, 2007); Lenz (2003, 2004); Sánchez-Alonso (2007); Gonçalves (2008).

de capital, destinada à produção em larga escala (GONÇALVES, 2008, p. 20). Com a revolução agrícola e a mecanização da agricultura muitos perderam seus empregos no meio rural e as dificuldades financeiras atingiram grande número dos trabalhadores rurais europeus, expulsando-os para o meio urbano. No entanto, a incapacidade das cidades europeias de absorverem essa mão de obra campesina desocupada em seus setores industriais impulsionou a emigração dessa população (RAPOPORT, 2000, p. 42).

Os fatores de expulsão nos países de origem e as oportunidades nos países de destino e são apenas algumas das condicionantes das migrações europeias. “As grandes migrações transoceânicas dos séculos XIX e XX constituem, portanto, um aspecto do movimento demográfico da Europa em que a urbanização e a industrialização desempenham papel relevante” (PETRONE, 1997, p. 95).

Até o século XVIII, a emigração, espontânea ou forçada, orientada para os países do continente americano provinha basicamente dos países colonizadores do tráfico de escravos africanos. Com a independência das colônias, a abolição da escravidão e a expansão capitalista, ao longo do século XIX, a imigração europeia maciça tanto temporária quanto permanente ganhou força, visto que “simultaneamente, mudanças econômicas e demográficas na Europa – especialmente a setentrional – e o aumento da integração da economia mundial liberaram contingentes significativos de populações dispostas a migrar” (GONÇALVES, 2008, p. 19). Como afirma o autor, “no momento em que os campos europeus entravam em fase acelerada de desarticulação, a América aglutinou a gigantesca dilatação do mercado de trabalho, apresentando-se como imenso território de reserva para numerosos e famélicos contingentes do Velho Mundo” (GONÇALVES, 2008, p. 21).

Mudanças tecnológicas no final do século XIX foram importantes fatores no fluxo migratório internacional. A substituição dos barcos à vela pelo transporte à vapor, A instalação de cabos telegráficos transatlânticos e o surgimento e expansão das redes ferroviárias durante a segunda metade do século XIX tornaram os transportes e as comunicações entre América e Europa mais rápidos e eficientes. As inovações no transporte marítimo com o uso dos navios a vapor reduziram pela metade o tempo necessário para se cruzar o atlântico e dobraram a capacidade dos navios. Novas tecnologias permitiam a exportação de produtos perecíveis a longas distâncias. Tais mudanças levaram os países da América Latina às rotas do comércio mundial. Não só a mobilidade de capital tornou-se possível, mas também, com maior frequência, a

mobilidade do fator de produção trabalho entre os continentes, dada a redução dos custos dos transportes. Klein (2000) afirma que “após 1870 os fluxos migratórios e as condições econômicas na América estavam estreitamente relacionadas. Informações sobre as condições de emprego, em especial, estavam agora prontamente disponíveis em poucas semanas, nos principais países europeus de emigração” (KLEIN, 2000, p. 23).

Brasil e Argentina são os melhores exemplos da influência dessas mudanças em suas economias e sociedades (CONDE, 1968, p. 71-72; KLEIN, 2000, p. 23). A terra abundantemente disponível, a agricultura de exportação em ascensão e a escassez de mão de obra para trabalhar em atividades relacionadas ao setor aliados aos salários mais altos em comparação à Europa tornaram-se o chamariz de imigrantes para os países da América Latina³.

Enquanto na Europa a terra era cara e a mão de obra barata, na América ocorria o inverso: havia terra em abundância mas a mão de obra era escassa. Klein (2000, p. 22) delega à possibilidade de aquisição de terras um grande peso como fator de atração de imigrantes para as Américas. A terra barata, em comparação com os padrões europeus, aumentava a probabilidade dos trabalhadores conseguirem adquirir suas próprias propriedades rurais, em muitos casos em um período não muito longo após sua chegada.

Para Rapoport (2000), no geral, há certo consenso entre os autores de que os imigrantes trabalhadores se dirigiam para os destinos cuja quantidade de recursos oferecidos era maior que em suas pátrias. As variáveis determinantes nesse contexto eram: disponibilidade de terras, disponibilidade de capitais, diferenças salariais e volume da demanda por trabalho. Em todos os casos, Estados Unidos e Canadá apresentavam mais vantagens que os outros destinos, pois dispunham de espaços vazios a serem conquistados, maior oferta de capital *per capita* tanto nas atividades agrícolas quanto na indústria e as condições de trabalho, de vida e de remuneração eram superiores nos EUA, Canadá e até mesmo no sul do Brasil, em comparação com a Argentina (RAPOPORT, 2000, p. 44).

A expansão da economia e da fronteira interna dos Estados Unidos serviram de atrativo para a migração europeia. Até 1880, essa imigração era constituída em grande

³ Lenz (2003) afirma que após a crise dos anos 1890 na Argentina, “o fator de atração foram os salários pagos (no país), principalmente para os trabalhadores temporários. (...) O fator de atração desses imigrantes eram os salários reais dessa época que chegavam a ser de 2 ou 3 vezes os pagos na Espanha ou na Itália, mesmo corrigidos pelo custo de vida”.

parte por camponeses europeus e trabalhadores rurais da Irlanda, Reino Unido e Europa setentrional. Entre 1821 e 1880, 9,5 milhões de europeus – a maioria irlandeses e alemães, chegaram aos Estados Unidos. Os imigrantes representavam 14,7% da população dos Estados Unidos em 1910. O Canadá recebeu entre 1821 e 1880 1,4 milhão de imigrantes que correspondiam a 14% do total da população em 1881. Em 1921, esse total chegava a 22% da população total (KLEIN, 2000, p. 21).

Segundo Sanchez-Alonso (2007, p. 398) até o ultimo quartel do século XIX a instabilidade política das novas repúblicas latinoamericanas, a baixa demanda por trabalho livre na maioria dos países que possuíam uma grande população ou faziam uso do trabalho escravo, alto custo das passagens transatlânticas, clima e geografia desfavoráveis do interior dos países, e as características políticas e culturais não atrativas ajudam a explicar o porquê a América Latina permanecia como um destino marginalizado para os imigrantes frente aos Estados Unidos.

Após 1870 a situação mudou, com a estabilidade política e, desde as décadas de 1850 e 1860, com o crescimento das políticas visando a atração de imigrantes estrangeiros. Mais de 13 milhões de imigrantes entraram na América Latina entre 1870 e 1930. 90% desse total teve como destino a Argentina, o Brasil, Uruguai e Cuba (SANCHEZ-ALONSO, 2007, p. 398-399).

Tabela 1 – Imigração bruta para os principais países receptores, em milhares (1861-1920)

País	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1920	1861-1920
Estados Unidos	2.315	2.812	5.247	3.688	8.795	5.736	28.593
Canadá	283	220	886	321	1.453	1.975	5.138
Argentina	160	261	841	648	1.764	1.205	4.879
Brasil	98	219	531	1.144	691	798	3.481
Austrália		-	-	-	652	1.171	1.823
Nova Zelândia	195	197	150	197	347	308	1.394
Total	3.051	3.709	7.655	5.998	13.702	11.410	45.525

Fonte: RAPOPORT, M. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Editorial Macchi, 2000, p. 43.

Entre 1881 a 1915, mais de 31 milhões de pessoas cruzaram o Atlântico, a maioria proveniente do sul e do leste europeu. Nesse período, os Estados Unidos receberam 70% desse contingente, seguido por Argentina que recebeu 4,2 milhões de imigrantes e Brasil

que recebeu 2,9 milhões de imigrantes. Os países de onde saíram a maioria dos imigrantes foram o Reino Unido e a Irlanda com 10,84 milhões de imigrantes, seguidos pelos alemães com 2,2 milhões e escandinavos com 1,5. Outras regiões do sul e do leste europeu também se destacavam, como a Itália, com cerca de 7,7 milhões de emigrantes deixando o país no período, o Império Austro Húngaro com 4,2 milhões, a Espanha com 3,2 milhões, os russos e poloneses 2,5 milhões e os portugueses 1 milhão (dos quais 80% dos foram para o Brasil) (KLEIN 2000, p. 24-26). A Tabela 1 apresenta dados da imigração bruta entre 1861 e 1920 para os principais países de destino.

Sanchez-Alonso (2007) afirma que quase todos os governos latinoamericanos tentaram de alguma forma atrair trabalhadores estrangeiros, buscando prevenirem-se contra uma possível falta de mão de obra em setores específicos das economias nacionais. Alguns governos acreditavam também que a imigração de “europeus culturalmente superiores” contribuiria para a modernização econômica e social de seus países (SANCHEZ-ALONSO, 2007, p. 398).

Klein (1989a), analisando a imigração italiana para o Brasil, Argentina e Estados Unidos, afirma que inicialmente, os dois primeiros países foram os destinos mais procurados pelos imigrantes italianos, deixando os Estados Unidos em terceiro lugar. Na década de 1870 e 1880, a Argentina foi a principal receptora. Após a abolição da escravidão ao final da década de 1880 e o uso de mão de obra subsidiada nas lavouras cafeeiras paulistas, o Brasil “emergiu temporariamente como a principal zona de imigração, apesar do aumento constante da imigração italiana tanto para os Estados Unidos como para a Argentina”. Notícias de maus tratos e péssimas condições de vida fizeram com que o governo italiano, em 1902, proibisse a imigração subsidiada para o Brasil, diminuindo pela metade o fluxo de italianos para o país.

Em 1900 os Estados Unidos tinham finalmente emergido como o maior receptor de italianos chegados na América. Uma vez este predomínio atingido, nunca foi ameaçado. Na época da eclosão da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham absorvido aproximadamente 70% de todos os imigrantes que se dirigiam a esses três principais países de destino nas Américas⁴ (KLEIN, 1989a, p. 96).

A Primeira Guerra Mundial interrompeu temporariamente grande parte da imigração para a América. Durante a década de 1920 o fluxo migratório voltou a crescer

⁴ Ainda com referência aos italianos, Klein (1989a) afirma que havia entre as regiões da Itália, preferências demarcadas por países americanos específicos. “Os italianos do sul tiveram um grande interesse nos Estados Unidos e menor interesse na Argentina e no Brasil; (...) ainda que os migrantes italianos do norte e do centro se dirigissem aos Estados Unidos, tinham mais interesse na Argentina e no Brasil como seu destino” (KLEIN, 1989a, 97).

mas não atingiu os índices anteriores à Guerra. Políticas limitando a entrada de imigrantes nos países americanos na década de 1920; a queda dos antigos impérios na Europa após o Tratado de Versalhes, levando ao surgimento de um nacionalismo novo que “não via a emigração com bons olhos”; e a queda nas taxas de natalidade ao mesmo tempo em que ocorria a expansão da industrialização nos países da Europa oriental e meridional, contribuíram para uma diminuição das taxas de emigração dos países europeus e de entrada de estrangeiros nos países do continente americano (KLEIN, 2000, p. 26).

Para Fausto (1986) a imigração para o Brasil dependeu de fatores como as condições sociais e econômicas no país de origem, a conjuntura internacional e do estado da economia brasileira, principalmente da economia cafeeira. O período de 1890 a 1900 foi o de maior entrada de imigrantes tanto no Brasil quanto em São Paulo. A crise econômica e recessão entre 1885 e 1895 na Itália estimulou a emigração principalmente dos povos do norte. A Argentina e os Estados Unidos, dois destinos mais procurados pelos imigrantes, estavam em recessão desde o começo da década de 1890. Nessa mesma época, a rápida expansão da produção cafeeira e o aumento da demanda por mão de obra, e o temor das consequências da extinção recente da escravidão estimularam as políticas de atração de imigrantes. Os subsídios oferecidos aos estrangeiros em forma de passagens gratuitas atraíram cerca de 80% dos imigrantes que entraram em São Paulo no período. O final dos anos 1890 e começo dos anos 1900 foi marcado pela superprodução cafeeira e crise no setor, culminando no Convênio de Taubaté em 1902, que limitou a plantação de novos pés de café. No mesmo ano, na Itália, o Decreto de Prinetti proibiu a imigração subsidiada para o Brasil, devido aos casos de maus tratos e péssimas condições de vida dos imigrantes nas fazendas de café de São Paulo, o que levou a uma queda na entrada de imigrantes no país e a saldos negativos na imigração dos anos seguintes. A recuperação desse fluxo se deu na segunda metade da década de 1900 e atingiu o apogeu nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, quando novamente o fluxo se viu interrompido. Nos anos de 1920 o fluxo migratório que se orientou para o país não ocorreu motivado pela economia cafeeira. Conforme observa Fausto (1986) “nas áreas rurais de São Paulo e do sul do país, havia muito mais possibilidades para os pequenos produtores dedicados à produção de alimentos” Além disso, houve uma reorientação no destino dos imigrantes, que agora se dirigiam para as grandes cidades (FAUSTO, 1986, p. 782).

Já de acordo com Holloway (1984, p. 61), o que impulsionou a imigração para o Brasil e para São Paulo não foram as condições de vida no país de origem - crise econômica ou pressão demográfica - mas sim o fim do sistema escravista no Brasil.

A Argentina passou a receber imigrantes a partir de 1850, com a estabilidade do quadro político, a luta contra os indígenas e a expansão da fronteira interna, na chamada Conquista do Deserto. Por volta de 1880 já haviam entrado no país cerca de 440 mil europeus. Dado o tamanho relativamente pequeno da população argentina, a imigração teve um grande impacto no seu crescimento nas décadas seguintes; em 1914, os estrangeiros correspondiam a aproximadamente 30% da população total do país (KLEIN, 2000, p. 21-22).

Solberg (1982, p. 135) sustenta que a chave do sucesso da Argentina em atrair imigrantes residia nas políticas governamentais, aceitando todos os imigrantes europeus sadios independente de sua etnia.

As circunstâncias que permitiram a corrente imigratória ocorrida nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX na Argentina, estavam relacionadas a fatores externos e internos. Na Europa, a crise econômica vivida nas décadas de 1880 e 1890, principalmente na Itália e na Espanha, impulsionaram a saída de seus cidadãos para os países do Novo Mundo⁵. Na Argentina, o fim da “ameaça indígena”, com a Conquista do Deserto pelo General Roca, o fim das guerras civis e a consolidação do governo nacional, estabilizou a vida política e econômica do país e aliado aos investimentos em infraestrutura e expansão da agropecuária exportadora tornaram o país atrativo aos imigrantes. Perseguições política, racial ou religiosa também eram fatores que levavam os europeus a buscarem uma nova vida em outros países (RAPOPORT, 2000, p. 39-40).

Rapoport (2000, p. 40) afirma que

a conjunção de ambos fatores, internos e externos, somados a estrutura latifundiária de propriedade de terra (grandes extensões de terra em poucas mãos) e ao predomínio da região do litoral e de suas cidades portuárias, tornam possível compreender o momento, a magnitude e as modalidades do processo de imigração e de seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico nacional (RAPOPORT, 2000, p. 40).

⁵ A Itália, no período, enfrentava os efeitos de ter-se incorporado tardiamente no processo de industrialização e se via afetada pela concorrência com os países vizinhos e também pela concorrência que seus produtos agrícolas sofreram com a entrada no mercado mundial da produção norte americana. A Espanha, por sua vez, vivia o fim de seu império colonial revelando a precariedade de sua base produtiva (RAPOPORT, 2000, p. 40).

Entre 1870 e 1930 mais de 4.100.000 estrangeiros entraram no Brasil no período; cerca de 6.200.000 imigrantes se dirigiram para a Argentina. Um grande número desses imigrantes se estabeleceu no estado de São Paulo e na província de Buenos Aires e tiveram contribuição direta para o crescimento da população, para a ampliação do mercado de trabalho rural e urbano e para o desenvolvimento da urbanização e da industrialização.

A literatura revela muitas semelhanças e também muitas diferenças nos processos de imigração para São Paulo e Buenos Aires. De acordo com a historiografia, durante todo o século XIX, os dois países buscaram formas de atrair imigrantes com o objetivo de povoar seus interiores e fornecer braços para as lavouras agroexportadoras. Os debates sobre a imigração como forma de colonização e/ou como forma de atração de mão de obra, espontânea ou dirigida, dominaram o século XIX nos dois países⁶.

As primeiras ideias sobre a promoção da imigração livre para o Brasil ocorreram logo no início do século XIX, com a formação de núcleos coloniais. No decorrer da primeira metade daquele século, outras políticas foram propostas visto que os núcleos coloniais não estavam dando os resultados esperados. Em 1850, foram aprovadas as leis sobre o fim do tráfico internacional de escravos e sobre as terras devolutas; esperava-se com isso, melhores resultados nas políticas de imigração. Na mesma década ocorreram as primeiras experiências com trabalhadores livres em fazendas cafeeiras paulistas, na forma das colônias de parcerias, sem muito sucesso. O movimento abolicionista das décadas seguintes pôs em evidência a urgência em se conseguir um substituto para os escravos nas lavouras. Nos anos 1870 o governo de São Paulo passou a intervir mais ativamente no fomento à imigração. Na década de 1880, uma política imigrantista foi implantada e, em 1886 tem-se o começo da imigração subsidiada para São Paulo. A política de subsídios foi responsável por grande parte das entradas de imigrantes até 1930.

Na Argentina, o início dos debates sobre a promoção da imigração ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. A imigração também era vista como a solução para a escassez populacional em determinadas regiões e para a contínua expansão da economia de agroexportação. Além disso, a imigração, principalmente a europeia, assim como no Brasil, também era vista como parte fundamental do processo de transformação da

⁶ Para os debates governamentais e as leis sobre imigração no Brasil, ver: Cervo (1981); Stolcke e Hall (1983); Lamounier (1993, 2008); Iotti (2001); Bassanezi (2008). Para a Argentina, consultar: Devoto (1992); Novick (2000, 2008); Sánchez-Alonso (2013).

sociedade argentina em uma sociedade moderna. A visão dominante era que, para transformar radicalmente a sociedade, era necessário trazer a Europa à América. Somente a partir de meados do século XIX a imigração ganharia força, com a aprovação de uma constituição de cunho liberal em 1853 onde ficara estabelecido que a imigração era uma questão nacional. Os governos que a sucederam promoveram políticas de fomento à imigração. O extermínio indígena, a ampliação das fronteiras e a promoção da imigração constituíam as principais ações a serem empreendidas pelo poder oficial visando modificar a realidade territorial e populacional da Argentina. Se diferenciando do Brasil, a Argentina não teve um programa de subsídios bem sucedido, ainda que tenha havido a tentativa de implantar um no final da década de 1880. Por mais que tenha havido tentativas de modificar o caráter aberto da política imigração, através de decretos nas primeiras décadas do século XX, estes não tiveram resultados e a imigração permaneceu um fenômeno contínuo até 1930. A imigração predominante na Argentina foi a imigração espontânea.

Estrutura da dissertação e fontes

Trabalhos como os mencionados motivaram e/ou instigaram-nos a eleger a imigração e os imigrantes como tema de estudo sob uma perspectiva comparada. A intenção não é apenas realizar uma justaposição das duas histórias nacionais, marcando semelhanças e diferenças entre Brasil e Argentina. Buscamos neste trabalho, em face das bibliografias nacionais e das fontes arroladas, eleger algumas questões para um exame mais detido, destacando-se o fomento da imigração e a emergência da ideia de nação nos dois países, o papel dos imigrantes para o desenvolvimento da economia agroexportadora e da indústria e os fluxos migratórios entre os dois países, especialmente entre o porto de Santos e porto de Buenos Aires.

Ainda que a historiografia apresente diversos trabalhos comparando temas da história do Brasil e da Argentina, poucos foram aqueles que se detiveram em analisar sob uma perspectiva comparativa o tema da imigração nos dois países entre 1870 e 1930⁷. Também, não se encontram muitos estudos que tratem especificamente do fluxo

⁷ Para uma discussão da metodologia comparativa e interdisciplinar para estudos latinoamericanos, ver: Prado (2005).

migratório entre Brasil e Argentina no período em questão, um tema apenas mencionado por alguns autores com observações e informações dispersas.

A presente dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução e de uma conclusão.

O primeiro capítulo examina e compara as políticas empreendidas pelos governos brasileiro e argentino para a atração de estrangeiros e o contexto em que elas foram implementadas ao longo do século XIX e começo do século XX. Examinam-se também as ideias de atores políticos proeminentes que permeavam o tema e definiram os debates durante o século XIX e começo do século XX no Brasil e na Argentina. O capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção examina os debates governamentais e as principais leis e medidas aprovadas referentes à questão do fomento da imigração de estrangeiros para o Brasil e para São Paulo. A segunda seção analisa os debates governamentais e as principais leis e medidas aprovadas referentes à questão do estímulo à imigração na Argentina.

O segundo capítulo examina os imigrantes entrados no Brasil e na Argentina no período: quem eram, de onde vinham e para onde se dirigiam ao chegarem em seus destinos. O capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção examina o volume de imigrantes entrados nos dois países, a porcentagem que se dirigiu para o estado de São Paulo e para a província de Buenos Aires em decorrência das políticas adotadas e as nacionalidades que mais se destacavam; dados para a entrada de imigrantes no Brasil e em São Paulo, a influência dos imigrantes na composição da população brasileira e paulista, os imigrantes subsidiados e espontâneos e as principais nacionalidades que entraram em São Paulo também são apresentados, além de dados sobre a presença imigrante na Argentina e em Buenos Aires, sua influência no crescimento populacional e sua participação na composição da população do país e da província e dados sobre as principais nacionalidades entradas no país platino. A segunda seção examina o papel dos imigrantes no meio rural e urbano do estado de São Paulo e da província de Buenos Aires. A seção contém duas subseções. A primeira subseção examina a participação dos imigrantes no meio rural e urbano no estado de São Paulo, observando como os estrangeiros atuavam nas atividades agroexportadoras cafeeiras, sua contribuição para a urbanização, em quais atividades as principais nacionalidades estavam engajadas e qual e sua participação na indústria de São Paulo. A segunda subseção estuda a atuação dos estrangeiros na zona rural e para o meio urbano da província de Buenos Aires, observando

a contribuição dos imigrantes para o crescimento das cidades, em especial da capital Buenos Aires, e sua participação no desenvolvimento industrial.

O terceiro e último capítulo examina o fluxo de imigrantes entre São Paulo e Buenos Aires, números e origem dos emigrantes assim como as motivações aventadas nas fontes e pela historiografia. O terceiro capítulo está dividido em três seções. A primeira seção analisa o fluxo de imigrantes entre São Paulo e Buenos Aires. Essa seção está dividida em duas subseções. A primeira apresenta dados sobre as saídas ocorridas pelo porto de Santos, principalmente aquelas com destino à Buenos Aires. A segunda subseção investiga quem eram os imigrantes que saíam do porto de Santos com destino a Buenos Aires e as principais nacionalidades que se dirigiam para o país platino. A segunda seção analisa o fluxo de imigrantes entre Buenos Aires e São Paulo. São apresentados dados sobre as saídas ocorridas pelo porto de Buenos Aires, principalmente aquelas com destino à Santos. A terceira seção apresenta um balanço do fluxo migratório entre Santos e Buenos Aires, e vice-versa, examinando as motivações que influenciavam a decisão de emigrar e o destino escolhido.

As informações e dados para o trabalho foram coletados de diversos tipos de fontes: fontes governamentais, censos, relatório, entre outros. Os arquivos consultados correspondem a acervos físicos e *online*. Pelo site do Arquivo Público do estado de São Paulo, consultamos os *Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* correspondentes aos anos de 1895 a 1930; os *Anuários Estatísticos de São Paulo*, de 1898 a 1916. Na Biblioteca Digital do IBGE consultamos os *Recenseamentos do Brasil* para os anos de 1872, 1890, 1907 e 1920; as *Séries Estatísticas Retrospectivas do IBGE* v.1-3; os *Anuários Estatísticos do Brasil*. Através do Center for Research Libraries, foram consultados os *Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas* para diversos anos e *Mensagens dos Presidentes de Província*, diversos anos. Na Hemeroteca Digital Brasileira, foi consultado o *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1904. No site do Governo da Província de Santa Fé encontram-se os *Censos Nacionales Argentinos* de 1869, 1895 e 1914. No site archive.org encontram-se os *Censos Generales de la Ciudad de Buenos Aires* para os anos de 1887 e 1910; a *Memoria de la Dirección de Inmigración* de 1900; o *Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires. Año segundo – 1882*; o *Year-book of the city of Buenos Aires*, para os anos de 1910 e 1911 e 1913; o livro de Juan Alsina, *La inmigración en el primer siglo de la independencia* de 1910. Outra fonte usada nesta pesquisa foi o *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização* n° 3 de março

de 1941 da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Foram consultados, na Argentina, os acervos do Museo del Banco Central de la República Argentina, das Bibliotecas Tornquist e Prebisch do Banco Central de la República Argentina e das Bibliotecas de la Universidad de Buenos Aires em busca de bibliografia relevante para o tema. No Brasil, as bibliotecas da Universidade de São Paulo foram consultadas em busca de bibliografia relevante. Além destas, as bases de dados online JStore e SibiUsp foram utilizados para a consulta a artigos científicos relevantes.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA

Introdução

A partir de 1870, mudanças no cenário internacional impulsionaram o desenvolvimento econômico do Brasil e da Argentina. A crescente demanda nos mercados e fábricas dos países industrializados, em especial na Europa e nos Estados Unidos, por produtos primários produzidos na América Latina e o aumento da demanda da população latinoamericana por produtos manufaturados, provocaram o desenvolvimento da agricultura de exportação, do comércio e à expansão da circulação monetária. O aumento da demanda global por matéria-prima levou à inserção do Brasil e da Argentina no comércio internacional, o que, por sua vez, fez com que ambas as economias, especializadas em produtos primários, se expandissem. No Brasil, o motor da economia agroexportadora era o café, produzido nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo. Na Argentina, o motor estava centrado na produção de cereais e de produtos pecuários, como a carne, o charque e a lã na província de Buenos Aires. Outro fator derivado diretamente da expansão do setor primário foi o aumento da demanda por mão-de-obra, escassa em ambos os países.

Tanto o Brasil quanto a Argentina eram caracterizados, até 1870, por um comércio dependente do setor exportador, pela falta de um mercado nacional unificado, pela população escassa e concentrada no litoral e por amplos espaços vazios no interior. O tipo de inserção no mercado internacional, aliado às conjunturas internas dos países, levaram ao desenvolvimento de políticas de incentivo à imigração. Ao longo do século XIX e no começo do século XX, tanto o Brasil quanto a Argentina implementaram diversas políticas visando a atração de estrangeiros para seus territórios. Os debates sobre a imigração como forma de colonização e/ou como forma de atração de mão de obra, espontânea ou dirigida, dominaram o século XIX nos dois países.

Com base na bibliografia relevante ao tema e na legislação vigente à época, o presente capítulo examina e compara as políticas empreendidas pelos governos brasileiro e argentino para a atração de estrangeiros e o contexto em que elas foram implementadas

ao longo do século XIX e começo do século XX. Examinam-se também as ideias de atores políticos proeminentes que permeavam o tema e definiram os debates nos dois países.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção examina os debates governamentais e as principais leis e medidas aprovadas referentes à questão do fomento da imigração de estrangeiros para o Brasil e para São Paulo. A segunda seção analisa os debates governamentais e as principais leis e medidas aprovadas referentes ao estímulo da imigração na Argentina.

1.1. Políticas de fomento à imigração no Brasil

As primeiras discussões sobre a promoção da imigração livre para o Brasil foram impulsionadas com a mudança da Família Real Portuguesa para o Brasil e com as pressões inglesas para o fim do tráfico internacional de escravos africanos⁸.

A formação dos primeiros núcleos coloniais, no início do século XIX, tinham sobretudo objetivos demográficos, reconhecida a necessidade de se povoar o país, conforme aponta Costa (1998, p. 109). Os primeiros imigrantes europeus a serem trazidos por ordem oficial foram açorianos⁹, em 1808, e suíços, em 1818; a iniciativa revela o interesse da Coroa no tema e a preocupação com a ocupação de terras despovoadas. Os interesses que disso advinham eram vários: ocupação econômica de tais terras com uma produção policultora voltada para suprir as necessidades dos núcleos urbanos e os latifúndios escravistas, a proteção das fronteiras e das terras contra os ataques indígenas e a promoção de um equilíbrio na composição racial do país (PETRONE, 1987, p. 260-261; LAMOUNIER, 1993, PÁGINAS).

⁸ Do descobrimento até o final do século XVII, a imigração de homens livres e brancos foi insípida, tendo entrado no Brasil não mais que 100.000 portugueses até 1700. A expansão da economia açucareira na primeira metade do século XVII levou à entrada de mais de 610 mil escravos africanos no país. A descoberta de jazidas de ouro em Minas Gerais em 1700 abriu o interior do país à exploração e expansão e resultou em novas migrações da Europa, atraindo cerca de 400.000 portugueses durante todo o século XVIII. Nesse mesmo século entraram no país mais de 1,9 milhões de escravos africanos. (KLEIN, 1999, p. 18-19). Sobre o fim do tráfico ver: Costa (1998), Conrad (1975a), Lamounier (1993).

⁹ O Príncipe Regente, através do Decreto de 1º de setembro de 1808, expressando sua preocupação com o crescimento demográfico que afetava a Ilha dos Açores e contemplando a necessidade de povoamento da capitania do Rio Grande do Sul, mandou vir 1500 famílias das ilhas para a capitania, ordenando ao Governador e Capitão General que distribuisse aos açorianos pequenas sesmarias, passíveis de serem cultivadas visando favorecer seu estabelecimento e “na esperança que daí haja de resultar um grande aumento da povoação, com que depois não só resulte o acréscimo de riqueza e prosperidade da mesma Capitania, mas se segure a sua defesa em tempos de guerra” (IOTTI, 2001, p. 41).

Os primeiros núcleos foram formados no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (COSTA, 1999, p. 195).

O Decreto de 25 de novembro de 1808 foi o primeiro ato de caráter geral a favor da colonização, permitindo a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil buscando, com isso, aumentar a lavoura e a população do país¹⁰. Em 1811, através de uma carta régia, houve a tentativa fracassada de estabelecimento de uma colônia irlandesa no Rio Grande do Sul, por meio da doação de terras de sesmarias. A primeira tentativa de colonização bem sucedida ocorreu em 1818 com o estabelecimento de uma colônia suíça em Nova Friburgo¹¹. Entre 1818 e 1920 foram baixados instrumentos legais regulamentando essa colônia, que previam a compra de terra, a organização e direção, as condições de estabelecimento e subsídios para as colônias¹². Em 1819 “um decreto manda fazer em separado a escrituração dos fundos aplicados pelo Real Erário para o estabelecimento de colonos” (CERVO, 1981, p. 135).

Na década de 1820 já discutia-se a utilização dos estrangeiros tanto como trabalhadores livres para a lavoura, em substituição à mão de obra escrava, como colonos em pequenas propriedades. Conforme Gonçalves (2008, p. 137), “além de servir para a ocupação de regiões fronteiriças, a imigração era apontada como parte da solução para os problemas enfrentados pela agricultura – falta de braços e grandes extensões de terras incultas”. De acordo com as palavras do Imperador Dom Pedro I:

Convido auxiliar o desenvolvimento de nossa agricultura, é absolutamente necessário facilitar a entrada e promover a aquisição de colonos prestadios, que aumentem o número de braços, de que tanto carecemos. Uma lei de naturalização acomodada às nossas circunstâncias, e de um bom regulamento para a distribuição de terras incultas, cuja data se acha paralisada, seriam meios conducentes para aquele fim” (IOTTI, 2001, p. 87 *apud* GONÇALVES, 2008, p. 137).

Fundou-se nessa década a colônia alemã de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. A Decisão n.º 80 de 31 de março de 1824 ditava sobre o estabelecimento da dita colônia

¹⁰ Decreto de 25 de novembro de 1808. Segundo consta no decreto, firmado pelo Príncipe Regente, “sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população, eu se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, m que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário” (IOTTI, 2001, p. 42).

¹¹ Através da Carta Régia de 02 de maio de 1818, ficava autorizado o estabelecimento de famílias suíças no Brasil (IOTTI, 2001, p. 44-45). Em 1818, um alvará previu o aumento das tarifas sobre a entrada de escravos africanos em uma vez e meia. Parte dessa renda tributária seria reservada para a compra de ações do novo Banco do Brasil e dos rendimentos dessas ações ocorreria o sustento da colônia suíça de Nova Friburgo, composta por colonos brancos e católicos (ALENCASTRO E RENAUX, 1997, p. 292).

¹² Para a versão completa desses decretos, ver: Iotti (2001, p. 45-53).

“pela superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa”; uma curiosidade era a proibição da presença de escravos nas colônias. Em 1824 outros atos legais relacionados à imigração foram aprovados, dentre eles: o de subsídios para estabelecimentos de alemães em Nova Friburgo, junto aos suíços; a criação do cargo de Inspetor de Colonização Estrangeira da província do Rio de Janeiro e o benefício pecuniário ao pastor da colônia alemã de Nova Friburgo (CERVO, 1981, p. 135).

Houve intentos de se fundar colônias na província de São Paulo na mesma época. Como observa Costa (1999), nem sempre as tentativas de formação de núcleos coloniais oficiais eram exitosas. Em 1827, dando continuidade à política imigratória de formação de núcleos coloniais que já tinha sido praticada em outras regiões como Santo Agostinho, no Espírito Santo, 1812; Leopoldina, na Bahia; Nova Friburgo, 1819, no Rio de Janeiro; São Leopoldo, 1825; Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara de Torres, 1826, no Rio Grande do Sul, tentou-se introduzir alguns estrangeiros na província de São Paulo:

Depois de muita discussão sobre a região em que deveriam ser localizados, acabou-se por enviá-los para a região de Itapecerica, Embu, Santo Amaro, numa zona de difícil acesso, de relevo movimentado, solos relativamente pobres e longe do mercado consumidor. Esses colonos acabaram por debandar, abandonando, na sua maioria, seus lotes, depois de enfrentar muitas dificuldades, ou se deixaram ficar, num ritmo de vida comparável ao das populações nativas (COSTA, 1999, p. 195-196).

Petrone (1997) afirma que a tentativa de fundação de núcleos coloniais em São Paulo levantou opiniões contrárias no governo provincial tendo como justificativa os altos gastos que deveriam ser empreendidos para tal e a necessidade de braços para a lavoura e não de colônias de povoamento. A autora, chama a atenção para o fato de que essas duas tendências coexistiram durante toda a história da imigração para o Brasil (PETRONE, 1997, p. 96-97).

Em 1825, a Decisão n.º 230 transferia os negócios relativos à colonização para Secretaria de Estado dos Negócios do Império, fazendo da colonização obra das províncias e da iniciativa privada mas com o apoio legal e financeiro do governo central. A Repartição dos Negócios Estrangeiros passou a se ocupar apenas com o recrutamento de imigrantes no exterior¹³ (CERVO, 1981, p. 136).

¹³ Como observa Almeida (2001, p. 456) nos anos iniciais do Império, “assuntos de caráter econômico não se distingue, fundamentalmente, da atenção atribuída aos demais temas políticos afetos à Secretaria de Estado, podendo mesmo observar-se uma ambiguidade inicial não apenas na organização interna, mas também em relação à pasta de origem. Uma certa confusão se estabelece, por exemplo, a propósito do

As discussões no Senado à época e durante boa parte da primeira metade do século norteiam uma questão chave para o país: a questão da formação da nação recém-independente e a questão da falta de braços que, pensava-se, seria dramática com o fim do tráfico internacional de escravos. A polêmica entre colonização – encorajar o estabelecimento de pequenos proprietários por razões demográficas – e imigração – recrutamento de trabalhadores para as lavouras – norteou os debates no governo por várias décadas (LAMOUNIER, 1993, p. 138).

Segundo Lamounier (1993, p. 140), os primeiros debates entre colonização e imigração tiveram implicações muito além das de povoamento do Brasil e da necessidade de uma alternativa à mão de obra escrava: envolviam questões relacionadas à formação da nação recém-independente e ao reordenamento de instituições e da sociedade¹⁴. A ideia de colonização surge pelas pressões internacionais para o fim do tráfico internacional de escravos a partir de meados da década de 1820. A tentativa de se encontrar novas fontes de trabalho estava ligada ao surgimento da nação independente e da reorganização das instituições e sociedades. O debate todo incluía não só a questão da escassez de mão de obra como também a de quem deveria ser proprietário da terra e como se daria a composição racial dessa nova nação. A entrada massiva de imigrantes levaria a aumento da população livre em detrimento da escrava, branqueamento da população, novas relações entre empregadores e trabalhadores e mudanças culturais e sociais (LAMOUNIER, 1993, p. 140-141).

Para Alencastro e Renaux (1997) até 1850, enquanto ainda prevalecia o comércio internacional de escravos, a política imigratória do governo brasileiro surtiu poucos efeitos. Os fazendeiros mantinham a expansão da produção por meio do uso maciço de escravos. Após a proibição definitiva do tráfico, os interesses dos fazendeiros passaram a ganhar espaço dentro da política imigratória do governo, até então voltada para o

acolhimento dos primeiros imigrantes estrangeiros, tendo o imperador resolvido, em outubro de 1825, atribuir à Secretaria dos Negócios do Império todo o expediente relativo aos colonos alemães depois de sua chegada ao porto do Rio de Janeiro, ‘ficando unicamente pertencente à dos Negócios Estrangeiros a correspondência externa e a direção de tais negócios, até o momento de chegarem os mesmos colonos à esta Corte’”.

¹⁴ Conforme a autora afirma em estudo posterior, “Núcleos coloniais também significavam aumentar a população livre em contraposição à escrava. O seu estabelecimento próximo a vilas e cidades poderia ajudar em caso de insurreições escravas. Imigração europeia significava igualmente o “branqueamento”, uma espécie de ajuste na composição racial e de cor nacional. Trabalhadores livres e imigrantes também significavam uma alteração nas relações de trabalho, e ainda mudança de hábitos culturais e sociais. As origens e herança cultural, religiosa e racial dos imigrantes, futuros pequenos proprietários ou trabalhadores, eram pontos fundamentais para os rumos que se desejava imprimir em termos da formação e composição da nação” (LAMOUNIER, 2008, p. 45).

estabelecimento de colônias de europeus em terras do Rio de Janeiro, São Paulo e estados do Sul. O desejo dominante entre os fazendeiros era o de consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação e para isso, "buscavam angariar proletariados de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir, nas fazendas, os escravos mortos, fugidos e os que deixavam de vir da África" (ALENCASTRO E RENAUX, 1997, p. 293). Segundo os autores, os interesses em jogo definiam as diferentes correntes que se enfrentavam na imprensa e no Parlamento no que diz respeito à política imigrantista. Se os imigrantes viessem se estabelecer como trabalhadores, poderiam ser de qualquer raça. Mas, se viessem se estabelecer e cultivar terras por conta própria, deveriam possuir características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários do Império. Os oficiais do império e os intelectuais da época estavam preocupados com "o mapa social e cultural do país" e a imigração servia de "instrumento de 'civilização', a qual, na época, referia-se ao branqueamento do país" (ALENCASTRO E RENAUX, 1997, p. 293).

As duas correntes encaravam de maneira distinta a ação do Estado e da política imigrantista. Caso o interesse fosse a atração de mão de obra para substituir ou complementar o trabalho escravo, o Estado deveria incentivar a imigração dirigida, com subsídio de passagens destinado a todos os trabalhadores estrangeiros candidatos à imigração, e limitar o acesso às terras públicas evitando que os imigrantes pudessem se estabelecer por conta própria. Se a meta fosse atrair colonos para reestruturação das propriedades rurais, das técnicas de produção e da sociedade brasileira, o Estado deveria investir seus recursos para a delimitação das terras públicas com o fim de colocá-las à venda no exterior, visando atrair imigrantes com capital próprio que desejassem se instalar no país como proprietários de terra. O governo deveria também modificar as leis civis, que privilegiavam os católicos, visando atrair os colonos protestantes do norte da Europa. A questão do trabalho se encontrava com a questão nacional e "no reverso do debate sobre a imigração desenhava-se o debate sobre a nacionalidade". Para a alta cúpula dos funcionários do Império, o fim do tráfico negreiro significava a oportunidade de civilizar o universo rural e o conjunto da sociedade mediante o branqueamento da população (ALENCASTRO E RENAUX, 1997, p. 293 - 295).

As duas correntes e os interesses envolvidos aparecem claramente nos debates legislativos referentes às questões da colonização e da formulação de uma política de terras no Império.

Em 1827, o Senado propôs submeter um projeto de lei sobre colonização ao Parlamento ante o temor da falta de braços para a agricultura, motor da economia nacional, que se previa poder ocorrer com a supressão imediata do tráfico. Segundo Cervo (1981), a demora na apresentação do projeto de lei deveu-se a algumas dificuldades na sua elaboração, tais como a falta de dados estatísticos sobre terras devolutas e as divergências existentes. Em julho daquele mesmo ano, foi apresentado o projeto de lei com 18 artigos, que destacava a urgência em se promover a imigração e dava preferência à imigração espontânea: previa a doação de terras, a aquisição de parcelas suplementares, a isenção de direitos sobre máquinas importadas, a liberdade de religião, a isenção de serviço militar e a criação da Direção Central de Imigração. O projeto ainda fazia distinção entre os imigrantes que viessem para o Brasil com um contrato de trabalho e os que viessem com a ideia de tornarem-se proprietários independentes. O texto levantava a discussão sobre tema que vai ocupar lugar destacado na pauta de discussões do governo até meados do século: a venda ou doação das terras devolutas (CERVO, 1981, p. 136; LAMOUNIER, 1993, p. 137).

Em 1830, os debates no Senado acerca do projeto de lei sobre colonização revelaram uma séria divisão de opiniões. O Senador José Saturnino da Costa Pereira se opunha à doação pura e simplesmente de terras; o Marques de Palma Francisco de Assis Mascarenhas afirmava que projeto tinha como fim atrair braços e capital, logo as terras deveriam ser concedidas sem ônus para os colonos. Já o Marquês de Baependi, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, defendia “facilitar os meios”, por meio de concessão gratuita, facilidades ao estrangeiro para a compra de terras, imóveis urbanos e outros bens. O Marques de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, propunha duas outras maneiras de atrair os imigrantes: formar companhias para trazer imigrantes e entrar em contato com as representações diplomáticas brasileiras na Europa para desmistificar e incentivar a imigração para o país (CERVO, 1981, p. 139).

Entre 1827 e 1837, cerca de apenas mil e duzentos colonos foram encaminhados para diferentes partes da província paulista. No mesmo período, a colonização dirigida também foi tentada no Rio de Janeiro. No entanto, em ambos os casos, os resultados foram desanimadores.

No final da década de 1830, dois outros projetos de promoção da imigração foram apresentados à Câmara dos Deputados para análise pela Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria. O primeiro, apresentado por Manuel Maria do Amaral, buscava

autorizar o governo a gastar 1.200:000 réis para subsidiar a vinda de imigrantes para as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os imigrantes vindos às custas do governo ficariam disponíveis para os agricultores ou empregadores que desejassem implementar contratos escritos de trabalho validados pelos oficiais do governo. Os que contratassem imigrantes para trabalhar nas lavouras teriam três anos para reembolsar o governo. Já o segundo projeto, apresentado por Aureliano de Oliveira e Souza Coutinho, propunha o estabelecimento de colônias como única forma de reduzir aos poucos o problema da escravidão no Brasil. Segundo o autor do projeto, os assentamentos anteriores haviam declinado por falta de atenção e proteção governamental e por haverem sido instalados em áreas inóspitas e remotas. Souza Coutinho argumentava que, para que tivessem sucesso, as colônias deveriam ser instaladas próximas às vilas e cidades onde os colonos encontrassem um mercado para seus produtos e fossem menos vulneráveis à ação de bandidos e escravos fugidos. Além disso, os colonos poderiam ser úteis em caso de distúrbios nas áreas urbanas. As comunicações entre os colonos e suas terras natais seriam melhores nesse caso e isso poderia encorajar os imigrantes a chamarem seus parentes e outros conterrâneos para virem ao Brasil. Esse plano autorizava os governos provinciais a doarem terras da Coroa para brasileiros e estrangeiros, estipulava métodos de pagamento, tamanho dos lotes, número de colonos, supervisão das colônias e dos contratos (LAMOUNIER, 1993, p. 142).

Em maio de 1840, uma nova versão dessas propostas foi apresentada para discussão na Câmara dos Deputados. A ênfase foi dada à criação de colônias com imigrantes europeus. Os apoiadores do outro projeto criticaram a proposta, questionando se realmente seria eficaz para a agricultura a doação terras aos imigrantes perto dos centros urbanos. Os opositores do projeto argumentavam, por exemplo, que não era de interesse do país ter as áreas urbanas povoadas com colonos se o campo continuasse a ser cultivado por escravos. Outra questão levantada era que a doação de terras da Coroa obstruiria o objetivo do plano que era o de atrair imigrantes industriais para a substituição dos escravos africanos; a grande quantidade de terra disponível levaria os colonos a se dispersarem e se estabelecerem em qualquer parte do país. Garantir o fácil acesso à propriedade da terra desencorajaria os colonos a alugarem a sua força de trabalho (LAMOUNIER, 1993, p. 143).

Conforme mostra Costa (1999) a expansão cafeeira no período acirrava a disputa por terras férteis e a concessão de terras a colonos estrangeiros não interessava aos fazendeiros e outros agricultores. Como observa a autora, “aos fazendeiros o que interessava era conceder aos colonos terras de sertão, longe das estradas, de exploração impraticável, que não tivessem despertado até então a cobiça e por isso tivessem ficado preservada das ocupações de posseiros e da gula dos solicitadores de sesmarias” visto que a concessão de outras terras, já pertencentes a posseiros ou sesmeiros, resultaria em pesados ônus ao governo (COSTA, 1999, p. 199-200).

Dentre os argumentos utilizados pelos fazendeiros para afirmar que o país precisava de mão de obra para as plantações e não de colonos para povoar o interior do país, dizia-se que:

Doar terras férteis, bem localizadas perto de municípios e cidades aos imigrantes implicava negar tais terras aos fazendeiros. Além disso, a terra que os fazendeiros poderiam disponibilizar para os colonos seria infértil, no sertão distante dos mercados e, portanto, imprópria. A criação das colônias da Coroa, além disso, custosas. A parte de custear as despesas de viagem, o governo deveria construir casas e estradas e sustentar os colonos até que pudessem produzir o suficiente para se sustentarem por conta própria (LAMOUNIER, 1993, p. 138).

O Senador Vergueiro, que no decorrer do século seria o pioneiro na criação das colônias de parceria e na promoção da vinda de colonos sob esse tipo de contrato para as fazendas de café, manifestava-se contrário às medidas tomadas pelo governo a fim de promover a formação de núcleos coloniais (COSTA, 1999, p. 198-200). Vergueiro clamava que o Império não estava em condições financeiras de despender recursos com a vinda de colonos e afirmava que “não estamos em estado de tomar tanto peso sem utilidade correspondente (...) chamar colonos para fazê-los proprietários à custa de grandes despesas é uma prodigalidade ostentosa que não se compadece com o apuro de nossas finanças. O meu parecer, pois, é que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles” (FORJAZ, 1924, p. 34-36).

Costa (1999) observa que era difícil o desenvolvimento de núcleos coloniais localizados nas regiões de produção cafeeira, pois a pequena propriedade não tinha condições de competir com os grandes e autossuficientes latifúndios. Na primeira metade do século XIX os transportes eram, em geral, precários sendo difícil a comunicação da zona rural com os centros urbanos. As grandes fazendas, em razão principalmente disso, haviam se tornando autossuficientes. Os escravos eram encarregados do trabalho no

campo e os misteres da cidade. Os núcleos urbanos apresentavam população pouco significativa. Neste cenário, as opções de trabalho livre eram reduzidas (COSTA, 1999, p. 198).

Não só no sudeste, mas também no nordeste houve tentativas de se estabelecer imigrantes. A primeira delas ocorreu logo na década de 1820, quando 140 prussianos, destinados originalmente para o Rio de Janeiro como colonos foram deixados no Rio Grande do Norte por um navio que ficara sem mantimentos durante a viagem. Esses alemães foram dirigidos para Pernambuco, por ordem do governo Imperial, onde foi estabelecida a Colônia Santa Amélia com o intuito de diminuir o risco de surgimento de quilombos naquela região. A colônia, por abandono das autoridades e sofrendo os ataques dos quilombolas, fracassou e em 1834 restavam apenas 34 alemães vivendo ali. Em 1838, o Presidente da Província Pernambuco, buscando trabalhadores para as obras públicas, contratou 200 alemães. Os baixos salários fizeram com que esses trabalhadores se debandassem para o exército, para Recife ou passassem a se dedicar ao trabalho agrícola (EISENBERG, 1989, p. 63).

Na metade da década de 1850 novas tentativas foram feitas de atração de trabalhadores europeus para o nordeste. Em 1857, pelo Decreto n.º 1979 de 26 de setembro de 1857, foi constituída a Associação de Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas¹⁵, com o objetivo de trazer 25.000 colonos europeus “morigerados, agricultoras e industriais” no prazo de 5 anos para serem distribuídos em núcleos coloniais, pequenas propriedades, em fazendas sob o sistema de parcerias ou salários e para o trabalho em obras públicas (LAMOUNIER, 2008, 151). O projeto não saiu do papel. Mais tentativas foram feitas nas décadas seguintes, desde a fracassada fundação da Sociedade Auxiliadora da Imigração e Colonização até contratos de particulares com o governo Imperial para a introdução de imigrantes e colonos que nunca ocorreram (LAMOUNIER, 2008, p. 150-152).

Os motivos do fracasso das tentativas de introdução de imigrantes no nordeste, segundo Eisenberg (1989, p. 69), pode ser atribuído a três fatores: o clima adverso, a escassez de terras públicas na Zona da Mata e prosperidade relativa (a estagnação da economia açucareira em comparação com o crescimento do café em São Paulo)¹⁶. Além

¹⁵ Sobre os estatutos da Associação de Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, ver: Iotti (2001, p. 203-209).

¹⁶ Segundo Eisenberg (1989, p. 69) a “Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco acreditou que antropólogos e fisiologistas tinham provado que colonos europeus não tinham condições de trabalhar em

disso, diferentemente do sudeste, o nordeste não sofria com a “falta de braços”, e de acordo com Eisenberg (1989, p. 99) a mão de obra livre utilizada na lavoura açucareira já havia superado a escrava desde 1872 em todos os municípios açucareiros, conforme mostrava o recenseamento geral do Brasil Imperial¹⁷.

Segundo Cervo (1981), os debates sobre colonização que tomaram o Senado entre 1843 e 1845 revelaram a inexistência de uma política imigratória coerente e adequada às necessidades da nação. Em 9 de junho 1845 o discurso de Bernardo de Souza Franco sobre a política imigratória vigente apontava que esta não correspondia às necessidades e expectativas do país¹⁸. As características do sistema vigente, sendo elas a) contrato com companhias; b) concessão de vantagens aos imigrantes como passagens, terra gratuita, ajuda financeira, isenção de impostos, dispensa de serviço militar, deixavam o estrangeiro em melhor posição que o cidadão nacional. Além disso, o sistema se mostrava muito caro e provocava sentimento xenofóbico na população local. A solução, para o senador, era a implantação de uma política migratória e de colonização sistemática. Sobre esse ponto, e apesar das divergências entre os dois senadores, Vergueiro tinha posição semelhante e considerava exorbitantes as regalias concedidas pelo sistema de imigração da época; julgava que o sistema não poderia ser mantido por ser inconveniente e ineficiente (CERVO, 1981, p. 145).

Em 1842, era apresentado na Câmara dos Deputados um novo projeto de lei sobre Terras Devolutas e Colonização. O texto final, que estabelece medidas para a propriedade da terra no país, foi aprovado em 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras).

Os debates sobre o projeto de lei de Terras Devolutas e Colonização revelaram posições originais sobre a imigração como as de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro¹⁹, o alinhamento de outros parlamentares a seus

uma agricultura tropical”. Detalhes sobre esses três fatores que levaram ao fracasso das tentativas de introdução de imigrantes no nordeste, ver: Eisenberg (1989, p. 69-75).

¹⁷ Lamounier (2008, p. 154) afirma que os senhores de terra se queixavam da qualidade da mão de obra e não da sua escassez. Sobre a imigração para o norte e o nordeste, ver também: Melo (1984, p. 57-92).

¹⁸ Costa (1999, p. 201) reproduz o que foi dito por Souza Franco na Câmara Federal em junho de 1845: “É fora de dúvida e a Câmara toda está convencida comigo, que a colonização é uma das principais necessidades do país, que na colonização está principalmente o futuro do Império. Se lançarmos os olhos para o estado do Brasil, nós vemos que ele definha, as forças lhe faltam e a agricultura, que é o principal ramo de riqueza que temos, esmorece, e corre risco de perecer totalmente por falta de braços. A questão é portanto como chamar ao país braços que venham empregar-se na agricultura e rotear com proveito as terras. (...) E principalmente a grande questão é esta outra: como supriremos a falta de braços africanos e terão os nossos agricultores quem continue os trabalhos em que se empregam e sustente os atuais estabelecimentos”.

¹⁹ Para uma biografia de Vergueiro, ver: Forjaz (1924).

pontos de vistas e o, por trás do desejo geral de promover a imigração, a hesitação quanto aos meios para lográ-lo (CERVO, 1981, p. 146).

Segundo Cervo (1981, p. 146) Vasconcelos considerava o trabalho africano mais útil, produtivo e adequado ao sistema agrícola de produção vigente no país. Havia feito, inclusive, apologia ao trabalho forçado e constatações sobre a contribuição dos africanos em incrementar a riqueza nacional. Em 1848 não pode mais sustentar o apoio ao tráfico de escravos e lançou a ideia de promover a imigração livre de africanos, posição na qual encontrou-se isolado. Passou então a incentivar a imigração de chineses. A descrença de Vasconcelos na imigração europeia baseava-se em três pontos: primeiro, segundo o senador, as vantagens dadas aos colonos elevavam os custos da colonização e desequilibravam os recursos e necessidades da nação. Os custos de vender terras públicas para incentivar a imigração eram muito altos para sustentar uma imigração em grande escala. Segundo, a colonização europeia deveria ser rejeitada por duas razões de âmbito tanto econômico quanto moral: os altos custos e a injustiça para com os brasileiros que deveriam sustentar os estrangeiros. A opção de trazer o imigrante como trabalhador assalariado deveria, em sua opinião, ser rejeitada visto que o baixo salário desestimularia o trabalho e com a larga escala de imigração, os salários tenderiam a cair. Por último, a opção de contrato de prestação de serviços entre colonos e companhias, com reembolso das despesas de viagens e instalação, em sua opinião, não funcionaria pois se se mantivessem suas características, como estavam naquele momento, pouco difeririam do trabalho escravo (CERVO, 1981, p. 146-147).

De acordo com Cervo (1981) as ideias de Vasconcelos não convenceram seus pares (CERVO, 1981, p. 147).

Já o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro acreditava que o propósito principal das políticas de imigração deveria ser suprir o país de “braços para a lavoura”. Os imigrantes deveriam vir como trabalhadores para reduzir a escassez de mão de obra que a agricultura voltada para exportação enfrentava. Souza Franco já havia dito que nos debates de maio de 1840 que os colonos deveriam, primeiro trabalhar nas lavouras por um período de 3 a 4 anos, se adaptarem ao trabalho e ganharem experiência no solo e nas técnicas de cultivos para somente depois se tornarem proprietários (LAMOUNIER, 1993, p. 143-144). Segundo afirma Holanda (1951), a parceria, na visão de Vergueiro,

não estabelecia para os colonos uma situação definitiva e ideal, mas preparava-os para a condição de proprietários ou foreiros. Segunda tal concepção,

importava antes de tudo atender a solicitações da grande lavoura sem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país. Foi esse o problema que se propôs o Senador Vergueiro com o plano das colônias de parceria, destinadas a construir legítimos “viveiros ou escolas normais agrícolas” para os imigrantes (HOLANDA, 1951, p. 13).

Cervo (1981, p. 147) aponta que a política imigratória na visão de Vergueiro se caracterizava por: (I) uma imigração em massa, (II) eliminação do subsídio indiscriminado, (III) o combate à ideia das vantagens que o Brasil tirava do trabalho escravo – combater a ideia do trabalho escravo, (IV) supressão do tráfico, (V) suspensão da doação e promoção da venda das terras devolutas e particulares, (VI) atração de colonos industriais e com capital ou conceder-lhes empréstimos de viagem, (VI) facilitação das formalidades de naturalização e manutenção da dispensa do serviço militar, (VII) promoção do trabalho livre e assalariado, (VIII) evitar promiscuidade entre colonos e escravos, e (IX) estímulo do plano até que a colonização acontecesse por conta própria. Ainda segundo o autor, Vergueiro era partidário do trabalho livre, adversário do trabalho escravo e contava com o apoio dos demais senadores (CERVO, 1981, p. 147).

Vasconcelos e Vergueiro, porém, concordavam em um ponto: a necessidade de pôr um fim ao antigo sistema de colonização, de concessão de terras para o estabelecimento de núcleos coloniais de povoamento, dadas as altas regalias que o caracterizavam. No entanto, apesar das opiniões contrárias, a política de núcleos coloniais não foi abandonada, mas foi iniciado um novo tipo de colonização. Segundo Costa (1999):

A fórmula usada desde os tempos de D. João VI, cuja finalidade fora especificamente servir a uma política demográfica, não era a solução ideal para atender às necessidades da lavoura, que exigia braços para a cultura de café e não núcleos coloniais de povoamento. Ideou-se então o sistema de parcerias. (COSTA, 1999, p. 203).

Segundo a autora, “A par dos núcleos coloniais oficiais ou particulares, organizados segundo o sistema tradicional de distribuição de terras agrupadas em núcleos autônomos, surgiu um novo tipo de colonização que visava a fixação dos colonos nas fazendas” (COSTA, 1999, p. 203). A colonização não oferecia solução efetiva para o problema da falta de mão de obra. Nos locais onde a agricultura de exportação prevaleceu houve problemas para encontrar propriedades de terras férteis em boas localidades para o pequeno produtor colono.

Conforme afirma Cervo (1981, p. 145) a partir de 1846, o debate parlamentar em torno da questão da mão de obra – centralizada no tráfico e na imigração – recebeu impulsos diversos que o direcionaram em dois caminhos. “A questão do tráfico é cristalizada em torno das violências inglesas decorrentes da Lei Aberdeen. As da colonização, em torno do grande projeto sobre terras devolutas e colonização. As correntes de pensamento (...) [desemborcaram] juntas com o êxito esperado em agosto de 1850” quando o Parlamento aprovou duas leis históricas (CERVO, 1981, p. 146).

A primeira, Lei n.º 581, também conhecida como Lei Eusébio de Queiróz, sancionada em 4 de setembro de 1850, estabelecia medidas para a repressão e o fim do tráfico de escravos africanos no Império, como a apreensão de embarcações que transportassem escravos (Artigo 1º) e a reexportação dos escravos para os portos de origem (Artigo 6º)²⁰. A segunda, a Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850 dispunha sobre as terras devolutas do Império

acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que declara (*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850*, Tomo XI, parte I, p. 307)

As duas leis estavam claramente imbricadas. Esperava-se que, com a extinção do tráfico internacional de escravos, as políticas de atração de imigrantes trouxessem resultados mais positivos. Se houvesse um aumento do fluxo de imigrantes era importante que eles viessem comprometidos com o trabalho nas lavouras; para tanto, o acesso à terra deveria ser limitado. A Lei de Terras Devolutas ao mesmo tempo em que possibilitava a posse de terra a qualquer indivíduo independente de sua nacionalidade, estabelecia que a terra deveria ser comprada o que impedia seu acesso à maioria dos nativos e incentivava a colonização. Aliás, pensava-se o acesso à terra como algo a ser conquistado pelo

²⁰ A Lei Eusébio de Queiróz deve ser entendida no contexto das exigências feitas pela Grã-Bretanha ao governo brasileiro no sentido de acabar com o tráfico de escravos. O governo da Grã-Bretanha cobrava do Brasil uma posição favorável à recém-criada legislação britânica, conhecida como o *Bill Aberdeen* de agosto de 1845, que proibia o comércio de escravos entre África e América. A lei concedia o direito à marinha britânica de apreender qualquer embarcação com escravos que tivesse como destino o Brasil. Para uma profunda discussão sobre o *Bill Aberdeen* e sua repercussão na política Brasileira ver Cervo (1981, p. 150-164). Para a versão completa da Lei Eusébio de Queiróz, consultar a *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1850*, Tomo XI, parte I, p. 267-270.

trabalho, pelas economias que conseguissem reunir com seu próprio trabalho e não com a concessão pura e simples feita pelo governo²¹.

O resultado da venda das terras serviria para subvencionar a vinda de mais colonos europeus, na tentativa de garantir a mão de obra necessária à substituição do braço escravo (GONÇALVES, 2008, p. 140).

A extinção do tráfico internacional de escravos tornou a questão do fomento da imigração ainda mais relevante. O corte do suprimento de tradicional de mão de obra obrigou o governo e proprietários a buscarem alternativas ao trabalho escravo. No caso das províncias do sudeste, para sustentar a contínua expansão da economia agroexportadora na região, as alternativas, além dos escravos existentes, eram os brasileiros livres e pobres e imigrantes que se dispusessem a vir trabalhar no país.

Nas províncias em que predominava a agricultura voltada para a exportação a questão da imigração aparece diretamente relacionada à questão da mão de obra. Holanda (1951, p. 12) afirma que “se os esforços oficiais tendiam desde o início à criação de núcleos de pequenos proprietários, segregando os colonos da comunidade nacional, não faltaram, é certo, governos que cedessem à pressão dos fazendeiros empenhados, antes de mais nada, em obter braços numerosos para a grande lavoura”. Conforme observa Thomas Holloway (1984) a política imigratória paulista deve ser entendida dentro do contexto de dominação econômica do setor cafeeiro no governo paulista. Na visão de Holloway (1984, p. 67) “entre os setores proprietários da sociedade, não se questionava o direito dos fazendeiros de controlarem o sistema político e a massa de gente trabalhadora não tinha voz política. O governo de São Paulo era, ele mesmo, instrumento dos fazendeiros de café”.

As experiências pioneiras com trabalhadores livres imigrantes ocorreram nas fazendas de café de São Paulo nas décadas de 1840 e 1850. As colônias de parceria, estabelecidas inicialmente nas fazendas do senador Vergueiro na província, tornaram-se uma referência para outros fazendeiros da região, que procuraram seguir os passos do senador importando trabalhadores imigrantes²². Estas primeiras experiências com

²¹ Sobre a Lei de Terras de 1850 ver: Gadelha (1989); Silva (1996); Gonçalves (2008).

²² As razões pela escolha do sistema de parcerias são explicadas por Vergueiro em uma carta endereçada ao Presidente da Província em 6 de janeiro de 1853: “Reconhecendo, como todos, a grande necessidade de trabalhadores, que substituíssem os escravos e concorressem a aumentar-se a população livre, estudei reflectidamente os meios de conseguil-o, e pondo de parte as theorias conhecidas, conclui que o systema de parceria era o mais apropriado ás nossas circumstancias, por não necessitar tanto de povoar os desertos, como de repovoar as terras occupadas por muito raros moradores, apoiados sobre braços escravos que vão

trabalhadores imigrantes europeus contribuíram para que muitos estudiosos destacassem o caráter mais moderno das lavouras cafeeiras do Oeste Paulista e a mentalidade mais racional e capitalista dos fazendeiros paulistas em comparação à uma mentalidade mais escravista, tradicional, dos fazendeiros do vale do Paraíba fluminense. Lamounier (2008) mostra que mesmo entre os fazendeiros paulistas não havia um consenso sobre as novas fontes de suprimento de mão de obra (nacionais, escravos e /ou imigrantes) e se, imigrantes, a origem (Europa, China, Índia, por exemplo), a religião, se em famílias ou indivíduos, contratados sob qual regime de trabalho, e se deviam ou não vir para se estabelecer definitivamente e tornar-se um cidadão da nação ou se seria uma permanência apenas temporária²³. Outra questão relevante era quem deveria arcar com os custos da imigração: o governo, os imigrantes ou os fazendeiros. O maior consenso, entre os fazendeiros, era a necessidade de que fossem baratos e em grande número (LAMOUNIER, 2008, p. 44, 145-146).

O sistema de parceria, ao final da década de 1850, fracassara. Revoltas e rebeliões ocorreram por toda a província. Os colonos suíços-alemães questionavam as cláusulas dos contratos de trabalho, as quais consideravam desfavoráveis, a qualidade dos lotes de subsistência oferecidos e principalmente o peso das dívidas iniciais e os juros que incidiam sobre elas. Tais protestos e os maus resultados nas fazendas paulistas levaram à interrupção do fluxo de imigrantes para a província²⁴.

Com o fim do tráfico internacional de escravos e diante do fracasso das primeiras experiências com o sistema de parceria, o governo provincial aprovou uma série de medidas para fomentar a imigração para São Paulo e melhorar a imagem do estado no exterior.

Os hábitos e tradições escravistas, marcadamente presentes nos contratos de trabalho atuavam como um empecilho à atração de novos trabalhadores. A iniciativa privada atuante na atração de imigrantes ainda estava no começo. Conforme aponta Cenni (2003), era preciso criar um sistema que possuísse a eficiência da iniciativa privada, que

faltar; sendo evidente a utilidade deste systema para o paiz, principalmente na actualidade, não o é menos para os colonos que na sua chegada encontrem quem os supra do necessário, e lhes forneça trabalhos, sem affrontarem as asperezas do sertão. O pessoal destas colônias é amável por natureza. O colono depois de adquirir os meios de estabelecer-se em terras próprias, deixa o logar vago a quem o substitua, e até mesmo emprega colonos, de que já tenho até exemplo” (FORJAZ, 1924, p. 48-51).

²³ Sobre a questão do imigrante ideal, ver Gonçalves (2008, p. 158-169).

²⁴ Sobre o sistema de parceria e seu fracasso, ver: Stolcke e Hall (1983); Lamounier (1993, p. 156-161); Costa (1999, cap. 5). Voltaremos a tratar sobre as colônias de parceria no capítulo 2.

fosse menos burocrático e dispendioso que a ação governamental e que lograsse combinar as necessidades da economia nacional com os interesses dos colonos e dos organizadores. Ou seja, era “necessário encontrar um sistema misto entre a colonização oficial e a particular” (CENNI, 2003, p. 208). Isso se traduziu nas companhias e sociedades colonizadoras, organizadas e subsidiadas pelo governo, e nos contratos celebrados entre o governo e essas sociedades ou capitalistas nacionais e estrangeiros visando a introdução de imigrantes na província²⁵.

É importante ressaltar que o tipo de colonização que vinha sendo praticada durante os anos 1850 não havia surtido o efeito esperado e logo no começo da década de 1860 já se lamentava seu fracasso como alternativa à falta de braços escravos. Os anos de 1860 foram marcados pelo aumento do preço do café, permitindo aos fazendeiros recorrerem ao tráfico interno, pagando um preço mais alto pelos escravos das províncias do norte, e também pela Guerra do Paraguai que desviou o foco do governo brasileiro da imigração entre 1864 e 1870 (GONÇALVES, 2008, p. 174). Junto a isso, como aponta Costa (1997, p. 169) o malogro das parcerias e a precariedade dos contratos de locação de serviços influenciaram negativamente os esforços para a substituição do trabalho escravo pelo livre nas fazendas cafeeiras.

Na década de 1870, uma série de transformações na economia, apontadas por Costa (1997, p. 201) como “a melhor conservação das estradas de rodagem e o traçado

²⁵ Gonçalves (2003) também se utiliza das diversas associações e companhias de colonização criadas após 1850 para mostrar o impulso que a política imigratória ganhou com o fim do tráfico de escravos. Começando em abril de 1855, pelo Decreto n.º 1.584, o governo autorizou a incorporação e aprovou os estatutos da Companhia Associação Central de Colonização que tinha por finalidade promover e auxiliar preferencialmente a imigração de famílias de agricultores. A Associação era de natureza comercial e organizada com capital privado dividido em ações. Dentre seus objetivos constavam: se encarregar de negociar com os países estrangeiros, companhias e sociedades de emigração e colonização a vinda de imigrantes para o Brasil; estabelecer agentes de colonização nos países onde convinha atrair emigrantes; se encarregar de realizar boa propaganda sobre a imigração para o Brasil; realizar o transporte dos imigrantes do porto de origem até o Brasil e, ao desembarcarem aqui, cuidar de sua hospedagem e colocação no destino final. Ainda na década de 1850 surgiram outras associações, como a Associação de Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, cujos estatutos foram aprovados e incorporados pelo Decreto n.º 1.979 de 26 de setembro de 1857. Também foram autorizados por leis e aviso particulares e companhias a importação e o estabelecimento de colonos, como consta na Lei Provincial n.º 465 de 30 de março de 1854, autorizando um empréstimo de até 7 contos de réis à Dona Joana Emilia Veloso de Oliveira, Julio Mariano Galvão e Joaquim Mariano Galvão Moura Lacerda para o transporte de colonos até o Porto de Santos a serem empregados na agricultura e como consta no Aviso Imperial n.º 07 de 27 de abril de 1857, onde era autorizada à Companhia União e Indústria a introdução e estabelecimento de 400 famílias de colonos nas vizinhanças das estradas que estavam construindo. Além dessas companhias, as Vergueiro e Cia, de propriedade do Senador Vergueiro e que será mais discutida no próximo capítulo, e a Theodore Wille e Cia também foram importantes no recrutamento de braços da Europa (IOTTI, 2001, p. 154-160, 203-209; GONÇALVES, 2008, p. 139-141, 170-171; BASSANEZI et al, 2008, p. 17-20). Além disso, medidas visando regulamentar o transporte e a qualidade dos imigrantes como o Decreto n.º 2159 de 01 de maio de 1858 e a Decisão n.º 367 de 24 de novembro de 1859.

de novos caminhos, abertura de vias férreas, o progresso nos métodos de beneficiamento de café com o emprego de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas” aliado ao fim iminente da escravidão diante da aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), o crescimento demográfico e processo de urbanização, “contribuíram para modificar as relações de produção, favorecendo a passagem do trabalho servil para o livre, criando maiores possibilidades para a imigração”, com uma política imigrantista mais ativa por parte do governo paulista, com a aprovação de leis e decretos relacionados à atração de estrangeiros.

Com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, o fim da escravidão tornava-se realidade cada vez mais próxima. Conforme aponta Gonçalves (2008), a aprovação dessa lei repercutiu diretamente no debate sobre o problema da mão de obra nas lavouras brasileiras. Na província paulista, em particular, o autor cita um artigo escrito por um dos representantes dos cafeicultores do oeste paulista, Manuel Ferraz de Campos Salles, no jornal *Gazeta de Campinas*, onde fazia críticas ao Parlamento pela libertação dos nascituros sem antes realizar ações concretas relativas à promoção da imigração²⁶.

No mesmo ano em que foi aprovada a Lei do Ventre Livre, em 1871, o Decreto Imperial n.º 4.769 de 08 agosto autorizou o funcionamento da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração. Fundada pelo governo provincial e pelos fazendeiros, a associação buscava facilitar a contratação de mão de obra livre para o trabalho nas fazendas cafeeiras paulistas. Nos anos seguintes, a Lei Provincial n.º 42 de 30 de março de 1871 e a Lei Provincial n.º 73 de 26 de abril de 1872 garantiram o apoio financeiro de até 900 contos de reis para ajudar fazendeiros a admitir trabalhadores estrangeiros (BASSANEZI et al, 2008, p. 25-26). Durante a década de 1870, entraram no Brasil mais de 175.000 estrangeiros; a província de São Paulo recebeu no mesmo período, aproximadamente 11.700 imigrantes²⁷.

²⁶ “Se em 1870 tínhamos em perspectiva a probabilidade de uma grande modificação no sistema de trabalho agrícola, hoje temos a realidade descarnada, a convidar-nos para novos e sérios cometimentos (...). É de lá [do Poder Legislativo] que vem a Lei de 28 de setembro... é lá que se trata de uma filantropia fingida e hipócrita da emancipação dos escravos, ao passo que dificulta-se a imigração levantando peias aos agricultores” (CAMPOS SALLES. “Agricultura” *Gazeta de Campinas*. 04 de dezembro de 1871 *apud* GONÇALVES, 2008, p. 175).

²⁷ Para as entradas de estrangeiros ano a ano no Brasil e em São Paulo, ver Tabela A1 e Tabela A2, Anexo A.

A partir da década de 1880, com o movimento abolicionista chegando ao seu ápice e com o aumento das pressões pelo fim da escravidão, a expansão das lavouras cafeeiras e o agravamento das preocupações com a mão de obra levaram os fazendeiros paulistas a demandarem do governo a promoção da imigração transoceânica como forma de garantir a oferta de braços para as lavouras. Conforme afirma Vangelista (1991, p. 54), é “nesse momento [que] emerge claramente o papel que o Estado tem como fiador e representante dos interesses da classe da qual é expressão”. Holloway (1984) também destaca o papel importante dos fazendeiros paulistas e sua influência sobre a formulação das políticas imigrantistas de São Paulo:

Primeiro, através de sociedades semioficiais e depois através do governo estadual, os fazendeiros atuavam decisivamente para atrair o fluxo da mão de obra estrangeira. Os paulistas determinaram quantos deviam vir por meio do regulamento da passagem subsidiada. Influenciaram a origem dos trabalhadores, inicialmente pelo envio de recrutadores ao norte da Itália e, mais tarde, pela manutenção de arranjos contratuais com armadores que operavam entre portos especificados e Santos. Influenciaram a composição da corrente migratória, mediante restrições específicas à elegibilidade para a passagem subsidiada e o acesso às facilidades da Hospedaria de Imigrantes. Influenciaram o destino final dos imigrantes pelo controle da saída da Hospedaria e concessão de passagens grátis para o interior, e pela determinação de quais empregadores podiam contratar usando as facilidades oficiais. Assim, os fazendeiros foram capazes de assegurar um abundante e continuado suprimento de gente pobre, em unidades familiares. (HOLLOWAY, 1984, p. 252-253).

É neste momento que o governo paulista passa a implementar uma política imigrantista sistemática, financiando a vinda de estrangeiros para as lavouras.

A Lei Provincial n.º 36, de 21 de fevereiro de 1881, autorizava o gasto de 150 contos de réis para a construção de uma hospedaria e para o subsídio de passagens aos imigrantes europeus²⁸. Em Dezembro de 1881, a Assembleia Provincial organizou uma comissão para planejar a hospedaria visando acolher os imigrantes recém-chegados. Em 1884, novas leis foram criadas concedendo créditos para a criação de núcleos coloniais e subsídios à imigração para a lavoura: a Lei Provincial n.º 26, de 28 de março de 1884,

²⁸ De acordo com o Artigo 1º da Lei nº 36 de 21 de fevereiro de 1881, “Fica o Presidente da Província autorizado a despendar, desde já, a quantia de cento e cinquenta contos de réis, sendo - trinta - para a construção, no lugar mais conveniente, de uma casa que se preste para hospedar imigrantes e para a compra de traste e utensílios necessários: cento e vinte contos para coadjuvar, com quarenta mil réis aos adultos e, vinte e cinco mil réis aos menores de oito annos, para cima, nas despesas de viagem da Europa para o porto de Santos, e nas estradas de ferro, e com a despesa de hospedagem, preferindo familias Este favor se estenderá aos colonos mandados vir por associações ou particulares para seus estabelecimentos”. Não só o governo paulista deveria subsidiar a vinda dos imigrantes, como também era de sua incumbência fornecer toda a infraestrutura necessária para o recebimento desses estrangeiros. A Lei pode ser consultada em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1881/lei-36-21.02.1881.html> acessado em 28/10/2014.

taxava em três mil-réis anuais cada escravo de lavoura existente na província, e determinava que essa quantia fosse revertida para as despesas com o serviço de imigração. A Lei Provincial n.º 28, de 29 de março de 1884, autorizava o governo provincial a dispende 600 contos de réis com a introdução de imigrantes. A lei autorizava o gasto da seguinte forma: 400 contos deveriam ser destinados ao auxílio à imigração europeia para a lavoura mediante pagamento de passagens e 200 contos para a criação de até 5 núcleos coloniais nas proximidades dos principais centros agrícolas da província e ao lado dos rios navegáveis e das estradas de ferro. A lei deixava claro que o pagamento das passagens seria feito diretamente aos imigrantes e apenas aos casados ou com filhos e que tivessem como destino a lavoura ou núcleos coloniais²⁹. A Lei Provincial n.º 19, de 5 de março de 1885, criava a taxação anual de um mil-réis por escravo empregado na agricultura e dois mil-réis por escravo não destinado ao trabalho agrícola³⁰. Os recursos obtidos com essa lei também foram destinados a financiar o serviço de imigração

Em 1885, a Lei Provincial n.º 14, de 11 de fevereiro, passava a especificar melhor a quais imigrantes se destinavam os subsídios ao revogar a segunda parte do artigo 1.º, da Lei n.º 28, de 29 de Março de 1884, e estabelecer que apenas “immigrantes casados ou com filhos, que viessem estabelecer-se na provincia, ou solteiros em companhias de irmãos, avós ou tios: e terão direito a elle desde o momento que entrarem para a hospedaria de immigrants sem outro documento, no tesouro provincial, que o attestado

²⁹ “**Artigo 1º** - O governo auxiliará os immigrants da Europa e ilhas dos Açores e Canarias, que se estabelecerem na provincia de S. Paulo, com as seguintes quantias, como indemnisação de passagem: 70\$000 para os maiores de 12 annos; 35\$000 para os de 7 á 12 a 17\$500 para os de 3 á 7 annos de idade. **Paragrapho unico.** - Este auxilio será concedido directamente ao immigrant o só terão direito a elle os casados ou com filhos, que so applicarem á lavoura, nas colonias particulares, ou nos nucleos colonias quo forem creados na provincia pelo governo geral ou provincial, por associações ou particulares”. A Lei completa pode ser consultada em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-28-29.03.1884.html> acessado em 28/10/2014.

³⁰ Em 1878, Martinho Prado, descendente de família tradicional de São Paulo, fazendeiro de Ribeirão Preto e Deputado na Assembleia Provincial de São Paulo, propôs uma lei que taxava a entrada de escravos na província de São Paulo em 1:000\$000 (um conto de Réis) cada um. Martinho Prado trabalhava ativamente na defesa da abolição da escravidão e no incentivo à imigração como solução à demanda por mão-de-obra. Em março de 1878, o autor da lei propôs uma alteração em que os fazendeiros que fizessem alguma transferência parcial ou total de escravos em três anos teriam que pagar o imposto e quem fizesse o comércio escravocrata teria que pagar um imposto anual de Rs. 5:000\$000. Por pressões dos fazendeiros contra as medidas que os afetava diretamente, a lei somente foi votada em 1881, aprovando a medida que impunha um imposto de 2 contos de réis sobre cada escravo comprado e introduzido na província. A medida elevava os custos de produção para o cafeicultor e, como consequência, contribuiu para acelerar o fim da escravidão. A principal província produtora de café, baseada no trabalho escravo, passou a limitar a entrada destes. Na mesma data Martinho Prado propôs outra mudança, em que ficavam isentos do tributo, os escravos comprovadamente adquiridos há pelo menos dois anos antes da aprovação da lei e que viessem acompanhados de seus senhores e se estes houvessem adquirido qualquer propriedade agrícola na região. A lei, assim, incentivava o fazendeiro a recorrer à imigração para sanar seu problema, já que cada vez se tornava mais e mais difícil a possibilidade de se obter escravos (GIFUN, 1972, p 56-63).

do inspector da imigração” teriam direito aos auxílios. A lei passava a possibilitar também, a concessão da verba às companhias de navegação, empresas ou particulares que se propusessem a transportar os imigrantes da Europa para o Brasil retirando a obrigatoriedade do pagamento das despesas com passagens diretamente aos que emigrassem para a província³¹. Em 21 de março de 1885, através da Lei Provincial n.º 56, foi aprovada a verba de 100 contos de réis para a construção de uma hospedaria em São Paulo que ficou pronta em 1888, com capacidade para 4.000 pessoas.

Segundo Gifun (1972, p. 70-71), adicionalmente ao pagamento da passagem, o estado de São Paulo e o governo Imperial começaram a “construir centros de recepção durante os anos de 1880 para prover ao imigrante uma estadia durante os vários dias entre o desembarque e sua colocação no interior”. Esses favores permaneceram no século XX e forma registrados na revista “*O Imigrante*” (1908, p. 1):

o governo do Estado, de acordo com a lei N. 1045-C, concede especiaes favores a todo o passageiro de 3ª classe que desembarcar no porto de Santos e que, sendo agricultor, artista ou jornaleiro, queira se estabelecer nesse Estado. Os favores consistem em transporte gratuito em estrada de ferro, para os ditos passageiros, suas famílias e bagagens, desde o porto até a Hospedaria do Governo na Capital, de onde então serão enviados, sempre com transporte gratuito, à estação mais próxima do seu destino no Estado (...). Além do alojamento e alimentação gratuita, fornecidos durante seis dias, será dispensada assistência medica, bem como remédios e dietas, gratuitamente aos imigrantes que necessitarem (*O Imigrante*, 1908, p. 3).

A revista era uma publicação da Secretaria da Agricultura de São Paulo; era publicada em quatro idiomas distintos e tinha como objetivo “orientar (o imigrante), de um modo sincero e imparcial, tudo que diz respeito (...) ao meio agrícola, financeiro e econômico” (*O IMMIGRANTE*, 1908, p. 1).

Em 1886 foi criada a Sociedade Promotora de Imigração em resposta aos problemas que emergiram da contratação de trabalhadores imigrantes por meio de agentes independentes de recrutamento³². A formação e o sucesso da Sociedade Promotora estavam ligados aos fazendeiros cafeicultores (Martinho Prado Jr, Nicolau de Souza

³¹ Lei n.º 14 de 11 de fevereiro de 1885. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1885/lei-14-11.02.1885.html>. Acessado em 28/10/2014.

³² Abusos praticados por agentes independentes de recrutamento na Europa levou o então Presidente da Província, João Alfredo a criticar a prática de pagar uma soma fixa por pessoa aos recrutadores e a afirmar que era necessário “afastar os especuladores que, pensando apenas nos lucros (...) tentam transportar o maior número de imigrantes sem se preocupar com a qualidade das pessoas que importam, e que recorrem ao pérfido incentivo das promessas impossíveis”. O Presidente, na mesma fala, sugeria a formação de uma companhia independente que se encarregasse dos negócios da imigração na Província (HOLLOWAY, 1984, p. 64).

Queiróz, Rafael Aguiar Paes de Barros). A Sociedade tinha o propósito de recrutar, transportar e distribuir mão de obra imigrante e era responsável por todos os serviços de imigração nos primeiros anos da República, como a Hospedaria dos Imigrantes, vinda dos estrangeiros e a organização da propaganda para atração de imigrantes. Dentre as diversas formas de propaganda, constava a publicação de uma brochura pormenorizando as atrações de São Paulo, em resposta à publicidade negativa que o país vinha tendo na Itália, e mostrando as facilidades à disposição das famílias imigrantes como “transporte do Rio ou Santos para São Paulo, comida para até oito dias e alojamento na Hospedaria, incluindo tratamento médico gratuito e transporte ferroviário igualmente gratuito para a destinação final no interior da província” (HOLLOWAY, 1984, p. 61-66; COSTA, 1997, p. 233-235). No período em que esteve em funcionamento, a Sociedade Promotora de Imigração, logrou recrutar cerca 120.000 imigrantes.

O Poder Legislativo provincial paulista aprovava fundos para subsidiar um certo número de imigrantes com uma cota determinada de pagamento por imigrante; a Sociedade Promotora se encarregava do contrato com o governo para trazer os trabalhadores e os fundos públicos eram canalizados para as companhias de navegação ou individualmente para imigrantes, visando cobrir os custos com transporte (HOLLOWAY, 1984, p. 66)³³.

A Tabela A1 e a Tabela A2, Anexo A, mostram a escalada da entrada de estrangeiros no Brasil e em São Paulo a partir da década de 1880 e mais especificamente a partir de 1886, com a intervenção estatal na imigração. Como pode-se ver por essas mesmas tabelas, na década de 1880, o Brasil recebeu 448.622 imigrantes e São Paulo, 183.505. De 1880 a 1895, entraram no Brasil 163.805 imigrantes e 22.341 em São Paulo. Na segunda metade da década, nota-se o aumento considerável das entradas, com 284.817 imigrantes entrados no Brasil e 161.164 em São Paulo. De 1827 a 1889, São Paulo

³³ Assim como São Paulo contava com a Sociedade Promotora, o Rio de Janeiro também tinha uma Sociedade encarregada dos assuntos da imigração. A Sociedade Central de Imigração, fundada no Rio de Janeiro em 1883, teve como primeiros organizadores três imigrantes alemães. Eram eles: “Karl von Koseritz, jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, o fundador da colônia do mesmo nome em Santa Catarina, e Hugo Gruber, diretor do jornal Allgemeine Deutsche Zeitung do Rio de Janeiro” (HALL, 1976, p. 148). A Sociedade funcionou de 1883 a 1891, coordenada por intelectuais liberais representantes da classe média urbana. Defendia a introdução de colonos agrícolas para a pequena propriedade na utopia de transformar um país composto por latifúndios escravocratas em pequenas propriedades policulturas ao estilo do campesinato europeu. As ideias da Sociedade Central iam em contra ao pensamento vigente entre os cafeicultores paulistas cujo desejo era a obtenção de mão de obra para as lavouras e, conforme aponta Gonçalves (2008, p. 168) “levaram a termo com a criação da Sociedade Promotora de Imigração”.

recebeu 204.685 imigrantes. O ano de 1888 sozinho registrou a entrada de mais de 92.000 imigrantes. Durante a República Velha, 3.546.500 estrangeiros entraram no Brasil, sendo que mais de 2.067.000 se dirigiram a São Paulo.

O governo republicano prontamente atuou com relação à imigração, decretando leis regularizando o serviço de imigração. O Decreto n.º 528 de 28 de junho de 1890, posteriormente conhecido como “Lei Glicério”, beneficiou a legislação imigratória ao regularizar o transporte e introdução dos imigrantes na República e ao estabelecer normas para a colonização de propriedades agrícolas particulares. A Lei Glicério reforçava a ideia da necessidade de imigrantes ideais para o país, ou seja, imigrantes brancos. Isso fica claro no artigo 1º da lei, onde fica estabelecido que era “inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas”³⁴. Para Petrone (1997), a lei “atende a localização dos migrantes, promovendo-se não só a transformação das propriedades agrícolas, mediante prêmios e auxílios aos segundo as categorias das mesmas propriedades, com a fundação de núcleos especiais” (PETRONE, 1997, p. 98).

A constituição de 1891 mudou a sistemática em prática desde o Império, passando o domínio das terras devolutas para os estados e, pela lei orçamentária de 1894, tentou dinamizar a imigração passando-a à tutela dos estados, atribuindo a estes a responsabilidade com imigração e colonização, como era de interesse dos federalistas que lutavam pela descentralização desses serviços. Dependendo do interesse dominantes, os estados procuravam introduzir imigrantes para o trabalho nas lavouras, como era o caso de São Paulo e Minas Gerais, ou para núcleos coloniais como nos estados do sul (PETRONE, 1997, p. 96-97).

Os estados que possuíam recursos suficientes se viam beneficiados dessa medida já os com menos recursos viam-se privados da participação no processo de imigração. São Paulo, com a riqueza vinda do café, via na lei uma forma de autonomia para tratar o problema da falta de braços para a lavoura. Com a crise financeira que o país vivia no final da década de 1890 e começo do século XX e, na opinião de Petrone (1997) pela pressão dos interesses paulistas, o governo rescindiu diversos contratos para a criação de

³⁴ O Decreto completo pode ser consultado em Iotti (2001, p. 452-460).

núcleos coloniais, se eximindo de qualquer responsabilidade sobre a colonização. Com isso, os estados que não podiam arcar com os custos da atração e instalação dos imigrantes foram obrigados a deixar à disposição do governo Federal as terras devolutas, como foi o caso do Paraná e de Santa Catarina. Já o Rio Grande do Sul conseguiu arcar com essas alterações. O governo Federal deixou de subsidiar a vinda de imigrantes em 1902, retomando as medidas de incentivo à imigração e colonização em 1907 ante o fracasso dos governos estaduais³⁵. Essa intervenção é claramente vista nos dados da entrada de imigrantes, que em 1908 voltaram a subir, atingindo o pico do século XX em 1913 (PETRONE, 1997, p. 98-99).

A Sociedade Promotora se desfez em 1895, e a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, criada em 1892, ficou responsável então por controlar o serviço de imigração estadual, começando suas atividades nessa área no ano de 1894 (GONÇALVES, 2008, p. 202). A Secretaria assinou contratos com companhias particulares de navegação sendo o primeiro deles com a companhia A. Fiorita & Co.³⁶, surgido a partir da Lei Estadual n.º 194 de 28 agosto de 1893 que autorizava o governo a contratar a introdução de 50.000 estrangeiros destinados aos serviços da lavoura, por meio de concorrência pública. Esse contrato pioneiro estabeleceu os modelos para os contratos seguintes e os pormenores do programa de imigração subsidiada de São Paulo. Os imigrantes que viessem sob esse contrato deveriam fazer parte de famílias ou casais com menos de 45 anos e sem filhos, casais com filhos ou pupilos com ao menos um homem em idade ativa por família, viúvos ou viúvas com filhos ou pupilos com ao menos um homem em idade ativa por família. Os imigrantes subsidiados deveriam necessariamente ter formação agrícola e registrarem na sua profissão como agricultores. A companhia comprometeu-se a repatriar os que não satisfizessem essas exigências (HOLLOWAY, 1984, p. 78).

³⁵ Em 7 de abril de 1901, em Mensagem enviada ao Congresso do Estado o Presidente do Estado, Francisco de Paula Rodrigues discorre sobre a decisão do governo Federal em deixar de subsidiar a imigração. Rodrigues ressalta a importância da imigração como serviço primordial para a riqueza e prosperidade do território e afirma que delegando apenas aos estados a incumbência da introdução de estrangeiros, os resultados não seriam eficazes o suficiente sem o auxílio dos representantes da União. Segundo o Presidente do Estado, “os trabalhos geraes de propaganda dependem muito da intelligência e das relações com os governos estrangeiros ou para facilitar a saída dos trabalhadores, ou para combater preconceitos ou para dissipar desconfianças e apagar a má vontade por ventura existente contra nós em qualquer paiz de emigração. Por maior que seja a atividade empregada pelos contractantes desse serviço e pelos nossos agentes no exterior, é muito restrita a sua esphera de acção e elles tem de obedecer aos preceitos regulamentares estabelecidos nos diferentes paizes, e que são modificados frequentemente, provocando em sua pratica attritos e reclamações” (RPESP, 1901, p. 26-27).

³⁶ Sobre o papel de Angelo Fiorita & Co na imigração, ver Gonçalves (2008, p. 414-426).

O Decreto Estadual n.º 823 de 20 de setembro de 1900 regulamenta o serviço de introdução de imigrantes no estado de São Paulo e fez as primeiras mudanças importantes no programa de subsídios. O padrão de grandes contratos exclusivos foi abandonado e o Poder Legislativo estadual estabeleceu limites máximos para o número de imigrantes subsidiados a cada ano. Qualquer companhia de navegação que satisfizesse exigências de velocidade e condições sanitárias a bordo poderia transportar quantos imigrantes quisesse até ser alcançado o limite anual. O estado paulista subsidiava uma taxa fixa e máxima de 50 francos por imigrante qualificado. Esse valor era um pouco inferior ao da passagem de terceira classe, no entanto, representava uma redução considerável no preço total que o imigrante iria gastar se pagasse o valor integral. Em 1900 houve, também, a substituição dos escritórios de inspeção no exterior por uma verba para as agências e deixando comissários responsáveis pela inspeção dos imigrantes, garantindo o cumprimento das normas de imigração subsidiadas. O programa de subsídios permitia ao estado controlar as ocupações dos imigrantes após sua chegada em São Paulo (HOLLOWAY, 1984, p. 83-84)³⁷.

A crise da mão de obra em São Paulo coincidiu com os anos de crise da economia italiana, durante década de 1880 e até meados dos anos 1890. A crise na agricultura europeia e outros fatores criaram uma pronta oferta de imigrantes que buscavam uma vida melhor fora de seus países de origem. O Brasil se tornara uma opção viável, no entanto a realidade aqui era bem diferente do que imaginavam os imigrantes e o destino quase tão sombrio quanto; o papel do imigrante era apenas servir como mão de obra barata para o café³⁸.

Durante a década de 1880 e até 1896, a Itália passou por um forte período de recessão econômica, atingindo particularmente o setor agrícola e consequentemente os trabalhadores rurais. No auge da depressão, em 1889, seu setor industrial sofreu com a crise também. O oferecimento de subsídios de passagens e a divulgação do programa Paulista atuaram como incentivos à imigração. Relatos denunciando a precária e

³⁷ Sobre os contratos para introdução de imigrantes em São Paulo, ver: Gonçalves (2008, p. 190 – 216).

³⁸ Isso fica claro na fala de um deputado após a abolição: “precisamos de braços no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e mediante a lei da oferta e procura, diminuir o salário” (Anais da Câmara, 1888, IV, p. 323 *apud* HALL, 1979, p. 203). O Secretário de Estado da Agricultura, nesta mesma linha, afirmava que a imigração em massa para o trabalho nas fazendas as tornariam “bastantemente saturadas a ponto de estabelecer-se o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalhadores”, além disso afirmou que esse método era mais prático já que, “além de contrária à liberdade individual (...) produzirá efeito diametralmente oposto, criando por parte dos governos dos países emigristas, proibição à vinda de seus nacionais” (RSASP, 1896, p. 80).

inadequada situação das instalações de recepção de estrangeiros fizeram com que a imigração subsidiada de italianos fosse interrompida entre 1889 e 1891. Após a suspensão dessa restrição, registrou-se os maiores níveis de imigração italiana para São Paulo. A Itália se recuperou ao mesmo tempo que teve início o declínio nos preços do café, levando a forte crise em São Paulo. Informes consulares negativos juntamente com os relatos desolados dos imigrantes que retornavam à Itália, culminaram no Decreto de Prinetti, em 1902, proibindo a imigração subsidiada para o Brasil³⁹. O decreto se refletiu na forte queda nas entradas de imigrantes em 1903, refletindo a importância do imigrante italiano dentre os estrangeiros que migravam ao Brasil (HOLLOWAY, 1984, p. 72).

O oferecimento de subsídios para imigração, permitiu que indivíduos com condição social desfavorável em seus países de origem pudessem buscar o sonho de uma vida melhor no Brasil. Os subsídios governamentais também eram interessantes tanto para os fazendeiros quanto para os estrangeiros. Os fazendeiros não precisariam mais desembolsar capital com os subsídios privados e os imigrantes se livraram do ônus da dívida com as passagens, o que atuava como um desestímulo à imigração. “Tornando o subsídio uma doação e não um empréstimo, e tendo-o canalizado através do governo, os fazendeiros puderam distribuir melhor os custos” (HOLLOWAY, 1984, p. 75).

No fim do Império, o café representava 99% das exportações taxáveis de São Paulo. Entre 1881-82 e 1886-87 o imposto de importação do café representou 51% de toda a receita provincial. No mesmo período, os gastos provinciais com imigração representavam 8% de toda a receita. Na primeira década da República, os gastos do governo paulista com imigração foram de 9% ao ano, em média. Entre 1892 e 1930, como um todo, essa média foi de 5%. A receita do imposto de exportação do café supria todos os gastos com os subsídios além de servir como financiamento para os gastos gerais do governo estadual já que entre 1892 e 1930 o imposto de exportação forneceu a São Paulo quase dez vezes mais receita do que foi gasto com o programa de imigração no período (HOLLOWAY, 1984, p. 75-78).

1.2. Políticas de fomento à imigração na Argentina

³⁹ O decreto nunca foi revogado, no entanto, dizia respeito apenas à imigração subsidiada não afetando os que desejassem emigrar por conta própria.

Conforme afirma Devoto (2007, p. 536) “a imigração europeia e a história da Argentina, desde seu começo como Estado independente e mesmo antes disso, estão indissolivelmente ligadas”.

Na Argentina, assim como no Brasil, a necessidade de povoar o território e sustentar o desenvolvimento agrícola norteou os debates sobre o fomento da imigração ao longo de todo o século XIX. O incentivo à imigração era visto como a solução para a escassez de população em determinadas regiões e para a contínua expansão da economia de agroexportação. Além disso, a imigração, principalmente a europeia, era vista como parte fundamental do processo de transformação da sociedade argentina em uma sociedade moderna, processo este iniciado no começo do século XIX mas que somente a partir de meados daquele século ganharia força. A visão dominante era que, para transformar radicalmente a sociedade, era necessário trazer a Europa à América.

Como resultado do processo de Independência do jugo da metrópole espanhola (1810), a Argentina transformou-se, diferentemente do Brasil, num país com governo republicano, que durou até a tomada do poder e a instalação de uma ditadura por Juan Manuel de Rosas (1831-1852). Com o fim do governo de Rosas e a aprovação da Constituição da Confederação da Argentina em 1853, de cunho liberal, o país abriu-se completamente para a entrada de imigrantes.

Germani (2010b) afirma que não se pode compreender a Argentina contemporânea sem analisar a imigração massiva que o país recebeu a partir de meados do século XIX. A intensidade e o volume da imigração em comparação com a população nativa argentina foi de tal magnitude que, de acordo com Germani (2010b), ocorreu uma renovação substancial da população do país. Em nenhum outro país a imigração teve tanto impacto quanto na Argentina, comparado ao tamanho da sua população nativa. Segundo o autor

o propósito principal explícito da imigração não era somente o de ‘povoar o deserto’, o de procurar habitantes para um imenso território que em considerável extensão permaneceria desabitado ou somente possuiria uma baixíssima densidade, senão, e sobretudo, **a de modificar substancialmente a composição de sua população** (GERMANI, 2010b, p. 491, grifo nosso).

Após a Independência, o regime que substituiu o governo colonial em 1810 teve como uma de suas primeiras medidas abrir o país à imigração. As tentativas iniciais fracassaram: nas décadas imediatas após a Independência só chegaram na Argentina um

número limitado de imigrantes e nos trinta anos seguintes a ditadura de Rosas reestabeleceu a antiga barreira à entrada de estrangeiros, vigente à época colonial.

Logo na primeira Assembleia do Governo em 1810 já se manifestava a necessidade de povoamento do país por meio da imigração. Observou-se, então, que os estrangeiros “que não estiverem em guerra conosco, poderão transferirem-se para este país francamente, gozarão de todos os direitos dos cidadãos e serão protegidos pelo governo os que se dediquem as artes e à cultura do campo” (Comité Nacional de Geografía, 1942, p. 183 *apud* RAPOPORT, 2000, p. 39).

Essa vontade de atrair estrangeiros anos que se seguiram à Independência, fica clara, num primeiro momento, com as primeiras tentativas de colonização nas províncias de Santa Fé, Entre Ríos dentre outras.

É com Bernardino Rivadavia que começam as ações institucionais para uma política imigratória. Em 1821, como ministro do governo de Martín Rodríguez, Rivadavia promoveu um projeto para radicação de imigrantes, considerado como o antecedente da legislação sobre a imigração⁴⁰. Conforme consta no Registro Oficial (de la provincia de Buenos Aires):

El gobierno propuso el 25 de julio y la sala de representantes sancionó en 22 e agosto último [1821], los artículos siguientes: Artículo 1- Queda facultado el gobierno para negociar el transporte de familias industriosas, que aumenten la población de la provincia [de Buenos Aires]. Artículo 2- Se abrirán los créditos necesarios al gobierno a medida que instruye a la Sala de Representantes de los contratos que celebren con dicho objeto (REGISTRO OFICIAL, LIBRO PRIMERO, 1821, p. 29-30).

Como Presidente, Rivadavia criou a *Comisión de Inmigración* em 1824. Constituída por homens de prestígio e fortuna, nativos e estrangeiros, tinha como finalidade básica acelerar os processos migratórios para o país, por meio de mecanismos como a instalação de agentes oficiais de imigração nos países de origem com o fim de fazerem propaganda sobre os benefícios das novas terras, de oferecerem lotes de terras, ferramentas e passagem subsidiada aos interessados. O alvo do Governo eram principalmente os países do norte da Europa. A Comissão também estava autorizada a realizar contratos de trabalho, garantir alojamento, assegurar aos imigrantes o direito às leis do país e facilitar a aquisição de terras (GERSTNER, 2008, s/p; GARABEDIÁN, 2011, p. 15).

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre a política de Rivadavia, ver: García de Saltor (1979).

No entanto, os contrastes entre elite e massas populares resultaram na ditadura de Juan Manuel de Rosas (1831-1852), durando mais de duas décadas onde pouco foi modificado das estruturas sociais tradicionais que reinavam na Argentina⁴¹. Segundo Gerstner (2008, s/p) a precoce política agrocolonizadora que vinha sendo posta em prática “foi interrompida durante os governos de Juan Manuel de Rosas, cujo exercício político até 1852 teve um caráter marcadamente antiestrangeiro”. Apenas na segunda metade do século XIX, com a queda de Rosas, o interesse pela imigração ganhou forças; aliás, de acordo com a Constituição de 1853, o fomento da imigração tornara-se uma função explícita do Governo⁴².

Com o fim da ditadura, os novos dirigentes do país tinham a incumbência de organizar a nação argentina, procurando renovar as estruturas sociais do país. Segundo Germani (2010b), a intenção era modificar o caráter nacional do povo argentino afim de modernizar o país nos moldes dos países europeus e dos Estados Unidos, ou seja, “era preciso ‘europeizar’ a população argentina e produzir uma ‘regeneração das raças’” (GERMANI, 2010b, p. 493).

Na segunda metade do século XIX, tem-se, primeiro a aprovação da Constituição da Confederação da Argentina de 1853 e depois a importante Lei Avellaneda de 1876 a qual tentou vincular a imigração com a colonização de territórios inexplorados, criou o Departamento de Imigração dependente do Ministério da Agricultura e dispôs regulamentos sobre a introdução dos estrangeiros e sua radicação no país (RAPOPORT, 2000, p. 39).

O pensador argentino Juan Bautista Alberdi, cujas ideias contidas no livro “*Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*” escrito em 1852 logo após a queda do governo ditatorial de Rosas, e cuja a essência de seu pensamento pode ser sintetizada na frase “*Gobernar es poblar*”, serviu como fonte de inspiração para a Constituição de 1853. Para Alberdi, os esforços transformadores empreendidos desde a independência em 1810 não teriam impacto real na sociedade argentina se os verdadeiros responsáveis pelo atrasado do país, os argentinos nativos, não

⁴¹A elite ilustrada, responsável por ter dado início e por ter dirigido o movimento de independência, desejava estabelecer um Estado nacional baseado em uma constituição de cunho liberal semelhante as da Europa e Estados Unidos, uma democracia concebida como a expressão de sua própria vontade política. Para as massas, o desejo era de libertar-se do domínio espanhol e alcançar independência, e isso em termos mais concretos e imediatos do que em termos ideológicos e a nível de nação (GERMANI, 2010b, p. 492). Sobre o governo de Rosas, ver: Devoto (2008, p. 38-47); Braga (2014, p. 5-6).

⁴² Desde daquele momento até a crise de 1930, o movimento de entrada de imigrantes na Argentina foi praticamente contínuo (GERMANI, 2010b, p. 493).

fossem mudados. Na visão de Alberdi a solução seria fomentar a vinda de imigrantes, principalmente de anglo-saxões, para que estes se mesclassem com a população nativa. Os imigrantes, por serem portadores de um conjunto de hábitos e valores especiais que, incutidos na população local, levariam à civilização da sociedade e à modernização da Argentina, deveriam mudar o país. A Constituição de 1853 foi escrita sob essa premissa liberal e tendente ao progresso⁴³.

Dentre os principais artigos da Constituição de 1853, destacamos os seguintes, que deixam claro o compromisso do país com a imigração:

Art. 14.- “Todos los habitantes de la Nación gozan de los siguientes derechos conforme a las leyes que reglamenten su ejercicio; a saber: de trabajar y ejercer toda industria lícita; de navegar y comerciar; de peticionar a las autoridades; de entrar, permanecer, transitar y salir del territorio argentino; de publicar sus ideas por la prensa sin censura previa; de usar y disponer de su propiedad; de asociarse con fines útiles; de profesar libremente su culto; de enseñar y aprender.”

Art. 20.- “Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias. **Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República.**”

Art. 21 – “Art. 21. Todo ciudadano argentino está obligado a armarse en defensa de la patria y de esta Constitución, conforme a las leyes que al efecto dicte el Congreso y a los decretos del Ejecutivo nacional. **Los ciudadanos**

⁴³ Alberdi tinha uma visão claramente positiva em relação à imigração como um meio para se atingir o progresso e o crescimento econômico da Argentina. Essa ideia encontra-se bem difundida em seus escritos. Seu principal livro *“Bases y puntos de partida para la organización política de la Republica Argentina”* originalmente escrito em março de 1852 em 36 capítulos, cunhou o lema *“governar es poblar”* serviu de base para a Constituição de 1853. Em uma carta explicativa escrita em 1879 sobre esse lema, Alberdi discorre que *“Gobernar es poblar en el sentido que poblar es educar, mejorar, civilizar, enriquecer y engrandecer espontánea y rápidamente, como ha sucedido en los Estados Unidos. Mas para civilizar por medio de la población es preciso hacerlo con poblaciones civilizadas; para educar a nuestra América en la libertad y en la industria es preciso poblarla con poblaciones de la Europa más adelantada en libertad y en industria, como sucede en los Estados Unidos (...) Poblar es civilizar cuando se puebla con gente civilizada, es decir, con pobladores de la Europa civilizada. Por eso he dicho en la Constitución que el gobierno debe fomentar la inmigración europea. Pero poblar no es civilizar, sino embrutecer, cuando se puebla con chinos y con indios de Asia y con negros de África. Poblar es apestar, corromper, degenerar, envenenar un país, cuando en vez de poblarlo con la flor de la población trabajadora de Europa, se le puebla con la basura de la Europa atrasada o menos culta. Porque hay Europa y Europa, conviene no olvidarlo; y se puede estar dentro del texto liberal de la Constitución, que ordena fomentar la inmigración europea, sin dejar por eso de arruinar un país de Sud América con sólo poblarlo de inmigrantes europeos”* (ALBERDI, 1916, p. 15-89). Em outro livro famoso, *“Peregrinación de Luz del Día”* originalmente publicado em 1871, Alberdi deixa claro que *“governar es poblar. El axioma puede ser verdadero en el sentido que poblar es desenvolver, agrandar, fortificar, enriquecer un país naciente; poblar es educar y civilizar un país nuevo, cuando se le puebla con inmigrantes laboriosos, honestos, inteligentes y civilizados; es decir, educados. Pero poblar es apestar, corromper, embrutecer, empobrecer el suelo más rico y más salubre, cuando se le puebla con las inmigraciones de la Europa atrasada y corrompida”*.

naturalizados son libres de prestar o no este servicio por el término de diez años contados desde el día en que obtengan su carta de ciudadanía”.

Art. 25 - “El Gobierno federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias, e introducir y enseñar las ciencias y las artes” (CONSTITUCIÓN DE LA CONFEDERACION ARGENTINA DE 1853, grifo nosso).

A Constituição de 1853, pondo em prática o lema “*gobernar es poblar*”, ao incentivar e promover a vinda de estrangeiros para a Argentina, deixa claro o papel que a população teria para o alcance da civilização e do bem estar do país. Os artigos 14 a 25, com destaque para os citados acima, favorecem a imigração. O artigo 20 concedia e garantia aos estrangeiros os mesmos direitos dos nacionais, incluindo direitos civis básicos igualitários de liberdade, propriedade privada, liberdade de crença religiosa; casamento conforme as leis, além de regulamentar as condições para a obtenção da naturalização argentina. O artigo 21 isentava os estrangeiros do serviço militar obrigatório. O artigo 25 procurava garantir o apoio do Governo ao fomento da imigração, impedindo-o de restringir ou limitar com impostos a entrada de estrangeiros que se dirigissem para o país com o objetivo de trabalhar a terra, promover indústrias e se dedicar ao ensino das ciências e das artes.

Tal era a importância dada à imigração que a Constituição de 1853 claramente indicava, logo em seu preâmbulo onde se resumia sua essência, o comprometimento de seus idealizadores com a imigração estrangeira ao assegurar “os benefícios de liberdade (...) para todos os homens do mundo que quisessem habitar o território argentino”. A constituição outorgava todos os direitos econômicos e cívicos aos estrangeiros que habitassem o país. Neste ponto, outro aspecto ligado à garantia de igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros era que justamente a alusão jurídica aos sujeitos (homens e mulheres) como “habitantes” e não “cidadãos”. A Constituição estabelecia a organização do país sob o sistema representativo, republicado e federal, a religião católica como a oficial do Estado, educação primária gratuita, liberdade de imprensa, de propriedade, de reunião, de associação, igualdade de nacionais e estrangeiros perante a lei e liberdade de culto religioso.

Em comparação, a Constituição em vigor no Brasil à época, a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, estabelecia como forma de governo a monarquia hereditária, constitucional e representativa. O texto da Constituição também estabelecia,

em seu artigo 5^a, a religião católica como a oficial do Império permitindo as outras religiões apenas em culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma exterior de templo⁴⁴. Diferentemente da Argentina, não mencionava nada sobre a equidade de direitos entre estrangeiros e nacionais. Apenas seriam considerados cidadãos brasileiros os estrangeiros que se naturalizassem, conforme consta no Artigo 6, inciso V da Constituição (CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1824).

No artigo 15º da Constituição de 1853 ficava prevista a libertação de todos os escravos que existissem no país além de tornar crime todo contrato de compra e venda de pessoas⁴⁵. O tráfico de escravos já estava proibido no país desde 1812 e a Lei do Ventre Livre já estava em vigor desde 1813. No caso brasileiro, a Constituição não fazia menção alguma ao trabalho escravo ou aos escravos em si. Como visto, as discussões par a extinção do tráfico de escravos no Brasil começaram com a vinda da Coroa Portuguesa para o país, mas a interrupção definitiva do tráfico só ocorreu em 1850 com a Lei Eusébio de Queiróz; a Lei do Ventre Livre só foi aprovada em 1871 e a libertação total dos escravos só ocorreu com a Lei Áurea de 1888.

Os governos que sucederam à Constituição de 1853 promoveram políticas de fomento à imigração, acompanhadas de propostas políticas sustentadas em bases ideológicas bem definidas que viam o atraso do país como consequência de três elementos: a população indígena (os bárbaros), a herança colonial e o grande espaço vazio e despovoado – o Deserto. O extermínio indígena, a ampliação das fronteiras e a promoção da imigração constituíam as principais ações a serem empreendidas pelo poder oficial visando modificar a realidade territorial e populacional do país. Segundo Gerstner (2008) foram em torno delas que “registraram acordos entre as distintas facções política, que em outros aspectos eram quase irreconciliáveis” (GERSTNER, 2008, s/p).

⁴⁴ O Código Criminal do Império de 1830 previa, no artigo 276, multa e dispersão do culto aos que celebrassem “em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado” (CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO, 1830, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). O catolicismo institucional presente no país à época, teve sua parcela de contribuição em travar a imigração europeia para o Império, como apontam Alencastro e Renaux (1997, p. 292).

⁴⁵ Sobre a escravidão na Argentina ver: Garavaglia (2013) O processo de abolição da escravidão na Argentina começou com uma série de decretos firmados durante os eventos em 1810 que levaram à independência do país. A escravidão continuou na Argentina por várias décadas, ainda que o tráfico tenha sido abolido em 1812 e o tráfico intermitente permanecera até 1839 e leis como a Lei do Ventre Livre de 1813 tenham disso aprovadas. A abolição ocorreu em 1854, após a aprovação da Constituição de 1853. Em Buenos Aires, dado que a cidade e sua zona rural haviam se separado da Confederação após 1853, a liberdade aos escravos só ocorreu em 1860, quando os representantes de Buenos Aires aceitaram a constituição de 1853.

Como aponta Sanchez-Alonso (2013, p. 603) a necessidade de aumentar a população para a exploração dos recursos naturais em abundância na Argentina foi um dos motores no processo de construção da nação. A Constituição de 1853 e a legislação subsequente favoreciam a imigração europeia ao garantir aos estrangeiros direitos civis básicos como liberdade de associação, garantia da propriedade privada, liberdade de religião, dispensa do serviço militar obrigatório e direito ao voto em eleições municipais, além do processo de naturalização ser fácil visando facilitar a integração desses elementos na sociedade argentina⁴⁶ (SANCHEZ-ALONSO, 2013, p. 603).

Em 1861, após a derrota na Batalha de Pavón das tropas da Confederación Argentina encabeçadas pelo general Urquiza para as forças de Bartolomé Mitre de Buenos Aires, consolidando sua hegemonia política e administrativa em todos os assuntos relativos ao território nacional, unificando a Argentina com Buenos Aires como capital federal⁴⁷. A Constituição passou por reformas em 1860 e 1866, onde mudou-se o termo “*Confederación*” para “*Nación*” mas mantiveram-se praticamente intacto os artigos referentes à imigração. Durante a década de 1860 a questão imigratória e seu fomento passaram à categoria de política de Estado e continuou ganhando destaque nos governos seguintes. No ano de 1862 a Argentina recebeu a primeira corrente imigratória relevante, quando 6.716 estrangeiros entraram no país. Essas entradas aumentaram progressivamente até atingir, em 1874, 70.000 imigrantes. Nesses 12 anos entre 1862 e 1874 mais de 400.000 estrangeiros entraram no país, e dois terços desse total se estabeleceram na Argentina (GERSTNER, 2008, s/p). No mesmo período começava-se a investir em infraestrutura e comunicação nas áreas fundamentais para comércio, exportação e transporte de matérias primas do setor agropecuário. Houve o desenvolvimento das ferrovias e com ela a unificação dos mercados internos com o litoral e expansão das zonas agroprodutoras conforme mais terras eram disponibilizadas para cultivo⁴⁸. Gerstner (2008, s/p) afirma também que no âmbito econômico, foram

⁴⁶ Conforme afirma Gerstner (2008) “en 1854 se sancionó la Constitución del Estado de Buenos Aires, de cuyo texto fue eliminada toda referencia a la designación “provincia”, y cualquier alusión a la Nación Argentina. Esto acontecía tan solo un año después de la sanción de la Constitución de la Confederación Argentina. De este modo, mientras desde los discursos se apelaba a un ideal unificador que pudiera construir una identidad nacional, por otro se escindía la Argentina en dos Estados: la Confederación Argentina y el Estado porteño. Una de las principales motivaciones del separatismo encabezado por la dirigencia de Buenos Aires era estrictamente económica, y radicaba en la posesión del puerto, vía de salida de las riquezas del país, epicentro comercial de la clase dirigente agro-exportadora”.

⁴⁷ Sobre a Batalha de Pavón e a unificação da Argentina, ver: Rock (2006).

⁴⁸ Sobre o desenvolvimento da Argentina nas décadas de 1860 e 1870 ver: Conde (1986); Lenz (2004); Hora (2010).

estabelecidos direitos e garantias visando facilitar o exercício, para nacionais e estrangeiros – principalmente para os estrangeiros - de quaisquer tipos de atividades econômicas.

Os governos dos presidentes Bartolomé Mitre (1862 - 1868), Domingos Faustino Sarmiento (1868 – 1874) e Nicolás Avellaneda (1874 – 1880), as chamadas Presidências Históricas, foram os que mais investiram e fomentaram a imigração europeia, conforme ditava a Constituição de 1853.

Para Bartolomé Mitre, Presidente durante o período de 1861-1868, a imigração era desejada não para transformar a realidade e criar um novo país. Na edição de 1877 de sua obra “*Historia de Belgrano y de la independencia argentina*”, fica claro o papel dos imigrantes na sua concepção: os imigrantes deveriam “convalidar um destino de grandeza, integrando-se ao curso de uma identidade histórico-cultural preexistente” (DEVOTO, 2000, p. 36)

Na visão de Domingos Faustino Sarmiento a imigração também seria responsável por mudanças radicais na sociedade. As ideias de Sarmiento estão contidas em um conjunto de artigos intitulados - “*Chivilcoy agrícola y Chivilcoy programa*” - sobre a colônia agrícola Chivilcoy da província de Buenos Aires, a qual deveria servir de espelho para a Argentina. Quando Sarmiento assumiu a presidência do país (1868-1874), sua ideia era “construir cem Chivilcoys”. No programa de Sarmiento, os imigrantes também tinham um papel central de realizarem mudanças na sociedade não somente no sentido de possuírem valores e hábitos superiores, mas também no sentido de servirem como trabalhadores agrícolas. Para ele, a agricultura teria o poder de transformar o país já que ela eliminaria o verdadeiro inimigo do progresso argentino: o Deserto⁴⁹ (DEVOTO, 2000, p. 35).

Nos primeiros anos do Governo de Nicolás Avellaneda (1874-1880) houve a aprovação de algumas leis importantes sobre a imigração. Em 1º de outubro de 1875, o Congresso argentino aprovou a Lei n.º 752 de linha de fronteira contra os índios autorizando o Poder Executivo a investir na criação de vilas e fortificações nas novas linhas de fronteira da província de Buenos Aires e em outras da República, visando o

⁴⁹ Conforme aponta Aranha (2014) a Conquista do Deserto “era também uma luta da civilização contra a barbárie que estaria representada, dentre outros elementos, pela cultura indígena” (ARANHA, 2014, p. 226). Além disso, representava a expansão das fronteiras que “respondia aos anseios de uma classe dirigente argentina em contínua expansão. A crescente rentabilidade agropecuária na região dos pampas implicava a conquista de novas terras em nome dessa classe dirigente” (ARANHA, 2014, p. 228).

povoamento do deserto que ia sendo conquistado⁵⁰. Em 1876, a aprovação da Lei nº 761 autorizava o governo a fomentar a imigração e colonização das terras públicas. Com essas leis, chegou-se finalmente na mais importante, a Lei nº 817 de Imigração e Colonização de 6 de outubro de 1876, conhecida como Lei Avellaneda, a qual discutiremos mais a seguir.

Em 20 de setembro de 1875, começou-se a discutir na Câmara dos Deputados argentina o projeto de lei sobre imigração elaborado pela Comissão de Legislação. O projeto consistia de duas partes, uma referente à imigração e outra, à colonização. A imigração estaria relacionada com a vinda de estrangeiros de todos os tipos (diaristas, industriais, jornaleiros, agricultores, professores) para estabelecerem-se na república. A colonização dizia respeito à vinda de agricultores contratados para as colônias da república e que teriam direitos para a concessão de terras e facilidades para o cultivo. O debate na Câmara mostrou o consenso generalizado sobre a necessidade e benefício que o fluxo migratório traria à Argentina. Também se discutiu a capacidade do Estado para desenvolver um programa migratório e as modalidades que este deveria ter, pública ou privada. O projeto foi aprovado em 22 de setembro de 1875 pela Câmara dos Deputados; depois, entre 5 e 29 de agosto de 1876, foi discutido na Câmara dos Senadores. Dos debates surgiram duas posições, uma favorável, defendida pelo Ministro do Interior, e uma contrária ao projeto, defendida pelos senadores Nicasio Oroño e Juan Torrent. Os opositores argumentavam que o projeto era inconstitucional, que o Estado não possuía as terras que desejava repartir e tampouco os fundos necessários para comprá-las ou custear o transporte dos imigrantes. Também afirmavam que os territórios que o governo pretendia povoar ainda não estavam organizados. Os opositores tinham uma clara preferência pela imigração e colonização espontâneas (NOVICK, 2008, p. 3-4)

O projeto foi aprovado em 29 de agosto e voltou à Câmara dos Deputados. Em 4 de outubro de 1876 o projeto passou novamente pelo Senado e foi sancionado pela Câmara, convertendo-se na Lei nº 817 de Imigração e Colonização em 6 de outubro de 1876 ou Lei Avellaneda. Essa foi a primeira lei em nível nacional a regular temas sobre a imigração (NOVICK, 2008, p. 3-4).

A Lei de Imigração e Colonização de 1876 está dividida em duas partes: uma sobre a imigração e outra sobre a colonização⁵¹. Logo no primeiro capítulo da primeira

⁵⁰ Para uma discussão ampla sobre essa Lei, ver: ARGENTINA, CONGRESO NACIONAL. Tratamiento de la Cuestión Indígena, 3ª ed., Serie Estudios e Investigaciones n. 2, Diciembre 1991, p. 16-19; 82-83.

⁵¹ Para a versão completa da Lei, ver: http://archivohistorico.educ.ar/sites/default/files/III_20.pdf.

parte a Lei cria o Departamento Geral de Imigração, vinculado ao Ministério do Interior, estabelecendo sua estrutura e funções. O artigo 4º da Lei outorga ao Poder Executivo o poder de nomear agentes especiais em todos os pontos da Europa ou América que julgar conveniente para fomentar a imigração para a República Argentina. Tais agentes teriam a função também de realizar uma propaganda contínua visando incentivar a imigração, proporcionar informações gratuitas aos interessados, certificar a conduta e atitude industrial do imigrante, intervir nos contratos de transporte entre os imigrantes e os encarregados do transporte visando evitar fraudes e até mesmo pagar a passagem dos imigrantes potenciais quando autorizados. Pela primeira vez, através do artigo 13º, se definia quem seriam os imigrantes⁵²:

Repútase inmigrante para los efectos de esta Ley a todo extranjero, jornalero, artesano, industrial, agricultor o profesor, que siendo menor de sesenta años, y acreditando su moralidad y sus aptitudes, llegase a la Republica para establecerse en ella, en buques a vapor o a vela, pagando pasaje de segunda o tercera clase, o teniendo el viaje pagado por cuenta de la Nación, de las Provincias o de las empresas particulares protectoras de la inmigración y la colonización (LEI N.º 817 DE 1876)

O artigo 14º da Lei garantia que todo imigrante que conseguisse provar suficientemente sua boa conduta e aptidão para qualquer indústria, arte ou ofício útil, teria direito a usufruir, quando de sua entrada no território argentino, de vantagens especiais tais como: alojamento e manutenção gratuitos durante tempo fixo; ser alocado, de acordo com sua escolha, em um trabalho ou em uma indústria existentes no país; transporte gratuito do litoral até o ponto no interior do país onde desejasse fixar domicílio.

Na segunda parte da Lei, relativa à Colonização, ordenava-se a criação da *Oficina de Tierras y Colonias*, vinculada ao Ministério do Interior, com poder de explorar os territórios que julgasse aptos à colonização. A Lei estabelece, como medida prévia e fundamental a exploração e medição do solo, preparando-o para a divisão dos campos, assentamento dos núcleos de população, criando acesso a eles e repartindo as

⁵² No caso do Brasil – e de São Paulo – de acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização de 1941, a legislação paulista sobre imigração, através do Decreto Estadual n.º 2.400 de 9 de julho de 1913, define imigrante como “estrangeiros com menos de 60 anos de idade, constituídos em famílias ou solteiros que, como agricultores, jornaleiros, operários ou artistas, provando sua moralidade e aptidões, vieram estabelecer-se em território do Estado, sendo transportado como passageiros de terceira classe à própria custa ou tendo a passagem paga, no todo ou em parte pelo Estado, pelas municipalidades ou por empresas particulares, agrícolas ou de colonização”. O Boletim aponta também que foi com base nessa definição que foram feitos os levantamentos estatísticos “minuciosos, exatos, os quais [vinham] sendo periodicamente divulgados desde 1908”, considerando imigrante apenas os passageiros de terceira classe (BSIC, 1941, p. 45).

propriedades. O artigo 64º dispunha sobre a exploração dos territórios nacionais, com o Poder Executivo sendo responsável pela eleição de quais seriam destinados à colonização, por sua demarcação, medição e divisão. A Lei dispõe sobre cinco sistemas de colonização: 1) colonização direta do Estado em territórios nacionais e provinciais, sempre que estes últimos forem concedidos pelos seus respectivos governos provinciais; 2) colonização indireta, através de companhias ou empresas privadas em terras demarcadas ou em áreas ainda não exploradas; 3) colonização por iniciativa individual; 4) colonizações feitas pelos governos provinciais, fomentados pelo governo nacional; 5) colonização de particulares amparados pelo governo (OLMO, 1991, p. 51; LEI N.º 817 DE 1876). Segundo Pujato (1950, p. 116) “a pesar das bondades do sistema, não deu na prática os resultados apetecidos, pelo que foi considerado mais como um ensaio teórico de muito mérito”. Olmo (1991, p. 51) afirma que “a improvisação, a falta das explorações e medições preceptivas, escassez de recursos na colonização pública e as operações frequentemente especulativas na privada contribuíram para o balanço, em geral, negativo”.

Durante toda a década de 1870 e 1880 foram promulgadas leis sobre o acesso à terra.⁵³ Olmo (1991) afirma que sobretudo a partir dos anos 1870, o sucesso da colonização se pela iniciativa privada e não tanto pelas colônias oficiais; além disso, a colonização passou por inúmeros problemas, desde a má escolha dos solos e dos primeiros cultivos até o fracasso das empresas colonizadoras.

No geral, a Lei Avellaneda complementava e estendia as disposições contidas na Constituição de 1853, através de um conjunto de normas definindo os requisitos e mecanismos para a captação no exterior de mão de obra em grande quantidade para o trabalho no campo. Importante ressaltar que a Lei ao mesmo tempo em que não anulava a possibilidade da imigração espontânea ocorrer, permitia selecionar os imigrantes adequados para o país. Após sua promulgação, a Lei foi difundida em vários países europeus, através da nomeação dos agentes de imigração responsáveis pela promoção dos benefícios e vantagens oferecidos pelo governo argentino aos que quisessem se radicar na Argentina visando colonizá-la (LEI N.º 817 DE 1876).

Essa política aberta à imigração teve seus frutos logo nas três últimas décadas do século XIX. Em 1869, à época do Primeiro Censo Nacional a Argentina possuía uma

⁵³ Para um resumo sobre a legislação de terras na Argentina, ver: Olmo (1991); Silva e Secreto (1991); Dios (2013, p. 3 – 21).

população de pouco mais de 1,7 milhão de habitantes, dos quais 210.200 eram estrangeiros, o que correspondia a mais de 12% do total. Vinte e cinco anos depois, de acordo com o Segundo Censo Nacional, em 1895 a população havia alcançado os 3,9 milhões de habitantes sendo os estrangeiros mais de 1.004.527 indivíduos, o que correspondia a mais de 25% do total. Entre 1870 e 1894 entraram pelo porto de Buenos Aires mais de 1.380.000 imigrantes, dos quais pouco mais da metade permaneceu no país.

Na Argentina, quando se olha para as saídas observadas no período entre 1870 a 1930, percebe-se que o fenômeno da imigração sazonal, conhecida como imigração *golondrina*, desempenhou um papel importante no país. Os imigrantes *golondrinas* eram trabalhadores agrícolas que geralmente chegavam sós à Argentina cujo ciclo agrícola de ambos hemisférios definia seus itinerários. Esses imigrantes deixavam a Itália ao final da colheita naquele país, em outubro ou novembro, e chegavam na Argentina para as colheitas de trigo e linho nas províncias de Santa Fé e Córdoba. Em dezembro se dirigiam para a província de Buenos Aires, onde a colheita ocorria mais tardiamente para depois regressarem à Itália. O acelerado desenvolvimento agrícola da década 1890 e os altos salários em comparação com os países de origem passaram a atrair anualmente imigrantes da Itália e da Espanha durante a época das colheitas de trigo e milho⁵⁴.

Segundo Sanchez-Alonso (2013, p. 601-602) existem dois consensos gerais na história argentina sobre as políticas de imigração. Um deles afirma que estas não variaram muito entre 1890 e 1930, e que, mesmo com um breve período de subsídio governamental para a imigração europeia, a maioria dos imigrantes chegados no período estudado veio espontaneamente. Ainda que durante a Primeira Guerra Mundial tivessem sido aprovadas restrições a alguns imigrantes considerados perigosos, as evidências mostram que o país se manteve aberto às migrações internacionais durante todo aquele período. Outros historiadores, de vertente mais econômica, afirmam que a Argentina seguiu a tendência vista em outros países do Novo Mundo de fechamento gradual à imigração após 1900, com políticas restritivas no período seguinte. Na visão de, Sanchez-Alonso (2013), a Argentina esteve caracterizada por uma forte e persistente política pró-imigração, ainda que tenha convivido com um recuo nessa total abertura aos estrangeiros a partir de 1870.

⁵⁴ Sobre os *golondrinas*, ver: Scobie (1963); Conde (1986); Schneider (2001).

Razões econômicas impuseram restrições à imigração massiva mas ao mesmo tempo, os interesses de que se beneficiavam da imigração mantiveram tais restrições moderadas⁵⁵.

Na virada do século, a entrada massiva de imigrantes passou a ser vista como negativa. Os imigrantes lotavam as cidades, influenciavam movimentos trabalhistas radicais, não assimilavam os valores nacionais (SANCHEZ-ALONSO, 2013, p. 603-604). Juan Alsina (1910) em seu livro sobre a imigração no Primeiro Centenário da Independência argentina observou que um dos problemas a serem resolvidos para aperfeiçoar a nacionalidade argentina era o da incorporação à cidadania dos imigrantes entrados no país. Segundo Alsina (1910) “a imigração deve ser recebida na República Argentina, com o critério de sua incorporação à comunidade nacional, fazendo-a fixar residência no território, com toda as obrigações e direitos que a Pátria impõe aos cidadãos” (ALSINA, 1910, p. 7).

Alsina insistia que a pátria não deveria ser imposta ao estrangeiro e sim este deveria buscar adotá-la bem como as obrigações e direitos da cidadania e se desprender da pátria natal. No entanto, segundo o autor, a realidade vista até aquele momento era a oposta, onde os imigrantes não apenas não assimilavam a cidadania argentina como não se desprendiam de suas origens e não se havia criado uma coletividade única argentina, sendo que o que se falava era em coletividades ou colônias estrangeiras dentro da Argentina (ALSINA, 1910, p. 8-10).

Foram diversas as tentativas de mudar a Lei Avellaneda, no intuito de torna-la mais restritiva à entrada de imigrantes; no entanto, todas fracassaram e a política liberal de imigração se manteve até a crise de 1930. Dentre essas tentativas destacam-se a Lei n.º 4.144 de Residência de 1902 e a Lei n.º 7.209 de Defesa Social de 1910 por serem consideradas, por acadêmicos, como leis anti-imigração já que abriam margem para deportar estrangeiros envolvidos em atividades políticas⁵⁶. Em 1923 houve a tentativa de introduzir uma legislação restritiva substituindo a lei de 1876. Projeto de lei foi rejeitado e o governo promulga um decreto administrativo com algumas regulamentações estabelecidas durante a primeira guerra e incorporando as mudanças restritivas na lei de

⁵⁵ As políticas liberais se mantiveram praticamente imutáveis na Argentina no decorrer do período da migração em massa, de 1870 a 1930, mantendo o país aberto à imigração ainda que houvesse pressões e tentativas de restringir o fluxo migratório, buscando selecionar estrangeiros de melhor qualidade para entrar no país.

⁵⁶ Para uma análise mais profunda dessas duas leis, ver: Constanzo (2007; 2009).

1876. Esse decreto também dava aos oficiais de imigração poderes extraordinários para decidir quem podia entrar na Argentina⁵⁷ (SANCHEZ-ALONSO, 2013, p. 606).

Após 1880 com a Conquista do Deserto, uma quantidade abundante de terras de boa qualidade e virtualmente vazias foi incorporada à economia argentina. A política migratória vigente, de caráter aberto, estava explicitamente ligada à expansão das fronteiras. Trabalho e capital eram necessários para explorar a terra. O valor da terra aumentou rapidamente e os imigrantes que não podiam mais comprá-las tornavam-se colonos. Com a onda migratória nas primeiras décadas do século XX, o problema da escassez de trabalho foi resolvido e a quantidade de terra arável se estabilizou. A competição entre os trabalhadores aumentou os custos dos contratos e fez com que os salários diminuíssem (SANCHEZ-ALONSO, 2013, p. 608).

Segundo Sanchez-Alonso (2013), a oferta elástica do trabalho, em geral, mantinha os salários e o nível de vida estáveis e o trabalhador médio acabava falhando em contribuir no crescimento do PIB. A imigração, ao aumentar a oferta da força de trabalho, acabava por prejudicar os trabalhadores sem qualificação, já que levava a uma diminuição dos salários. Já para os donos da terra e de capital, além dos trabalhadores qualificados, a abundância de oferta de trabalho os beneficiava. Os salários reais na Argentina aumentaram substancialmente de 1870 a 1930 conforme a demanda por trabalho de expandia. O impacto da imigração aí foi um dos maiores em comparação com os países

⁵⁷ Em seu artigo sobre as políticas imigratórias anteriores a 1930, Timmer e Williams (1998) afirmam que países receptores de imigrantes no Novo Mundo passaram a fechar suas portas a trabalhadores estrangeiros no final do século XIX. As restrições foram se acumulando no período até 1930. A leva de mão de obra cruzando o atlântico levou a uma reação contra a imigração irrestrita e mudanças nas políticas de incentivo à vinda de estrangeiros. Na América Latina, as políticas levaram ao desaparecimento dos subsídios à imigração antes que uma exclusão direta da mesma. Os autores concordam que a Argentina seguiu essa tendência global de aumento das restrições sobre a imigração massiva. Os autores criaram um índice de política imigratória, variando de +5 a -5, significando um resultado positivo políticas pró-imigração e o negativo, políticas fortemente anti-imigração. O índice mostra a Argentina como um país restritivo à imigração, contrastando diretamente com a visão convencional dos historiadores. Sanchez-Alonso (2013) criou um novo índice baseado na legislação sobre imigração da Argentina, buscando mensurar as intenções das políticas imigratórias e não os resultados ou consequências dessas políticas; o índice, então captura a tendência de maior ou menor abertura a imigração ao invés da eficácia da legislação. Nesse novo índice, valores referentes às políticas pró-imigração foram mantidos até 1912 enquanto no índice de Timmer e Williams apresenta valores negativos desde 1902. Para o ano de 1890, o antigo índice considerava o fim dos subsídios à imigração como um sinal claro de mudanças na orientação das políticas imigratórias para uma restrição nas entradas. O novo índice mostra que o fim dos subsídios nada teve que ver com políticas deliberadamente anti-imigratórias ou por pressões exercidas pela população nativa ou grupos sociais, mas sim, devido à crise econômica de 1890 que desproveu o governo de recursos para continuar a promover a imigração subsidiada, que havia começado a apenas 3 anos. Na visão de Sanchez-Alonso, após o fim da crise, não houve a necessidade de retomar o programa visto que a imigração espontânea mostrava grande sucesso no país.

do Novo Mundo. Com o tempo, pressões visando restrições à imigração por parte dos nativos, que tinham que competir pelos melhores salários, pode ter sido grande mas se o país realmente tivesse imposto restrições à imigração como fizeram os Estados Unidos, o crescimento dos salários nos anos 1920 teria sido muito maior (SANCHEZ-ALONSO, 2013, p. 609-610).

Não só a questão dos salários pesava no momento em que os argentinos clamavam por uma política imigratória mais restrita. Para Devoto (2002, p. 254) “a política migratória que buscava motivos tão contraditórios como expandir o fluxo migratório e reorienta-lo regionalmente se moldava, na realidade, em um conjunto de preocupações das elites argentinas frente a imigração”. Logo na década de 1870, trabalhos e estudos insistiam na necessidade de reorientação da política migratória da Lei de Imigração de 1876, no sentido da promoção da vinda de grupos europeus de origens consideradas mais avançadas. A ideia da reorientação do fluxo migratório devia-se à predominância de italianos entre os estrangeiros chegados à Argentina e à ideia de que eram civilizadores apenas os imigrantes do norte da Europa. As políticas empreendidas por Sarmiento, a parte de alguns projetos de colonização bem sucedidos e da multiplicação dos centros de propaganda e promoção de imigração em várias capitais europeias, tiveram pouco êxito em mudar a situação predominante (DEVOTO, 2002, p. 254).

Buscando solucionar esse problema, o governo argentino, a exemplo do Brasil, recorreu a uma política de subsídio de passagens que tinha como objetivo conceder 200.000 passagens, excluindo formalmente os italianos, no seu período de vigência entre 1888 e março de 1891. No entanto, essa política conseguiu atrair apenas 134.000 estrangeiros entre 1888 e 1890, equivalente a um quarto do total das entradas registradas no período. Desse total, os que mais se beneficiaram do programa foram os espanhóis com 60.000 passagens, seguidos pelos franceses com 45.000, os belgas com 12.000 e os britânicos com 7.000, além de colonos holandeses e um contingente importante de judeus procedentes da Rússia. Devoto (2002) afirma que a maioria das passagens subsidiadas se canalizou para os lugares onde já existia um *lobby* de interesses em promover a imigração, o que explica o alto número de espanhóis dentre os beneficiados pelo programa. Segundo o autor, o programa se revelou um fracasso. Dentre seus problemas pode-se destacar a alta taxa de emigração entre os imigrantes chegados por essa via, suspeita de que os recrutadores traziam mendigos e malfeitores e que a maioria dos imigrantes não eram

agricultores como haviam declarado. A crise financeira de 1890 pôs um fim ao curto programa de subsídios argentino (DEVOTO, 2002, p. 251-254).

A crise de Baring na década de 1890 levou a altas taxas de desemprego; salários e poupança na moeda local perderam valor no padrão-ouro, os próprios imigrantes retornaram a casa ou migraram para países vizinhos como o Brasil e acabaram, na opinião da Sanchez-Alonso (2013, p. 611) fazendo "voluntariamente o que qualquer política migratória restritiva teria feito". Para os legisladores ficou claro que não eram necessárias políticas restritivas visto que as correntes migratórias eram sensíveis as condições econômicas. Após a crise, a fronteira começou a fechar-se e políticas migratórias passaram a ser feitas para atender as necessidades do mercado de trabalho: foco no trabalho sazonal. Agricultura necessitava tanto de trabalhadores sazonais quanto permanentes. Os imigrantes que cruzavam o Atlântico anualmente eram cruciais para o trabalho sazonal. Havia também, após 1900, uma força de trabalho móvel entre o meio urbano e o rural de acordo com as necessidades deste último. O temor da falta de mão de obra para o trabalho no campo por parte dos donos de terras e dos capitalistas funcionava como influência contra quaisquer medidas de restrição à imigração. Entre 1870 e 1910 a imigração serviu o mercado de trabalho argentino em 86% e foi responsável por 60% do crescimento populacional (SANCHEZ-ALONSO, 2013, p. 611- 613).

Diferentemente do que ocorria no Brasil onde boa parte dos imigrantes passavam pela Hospedaria dos Imigrantes, ainda que se oferecesse aos imigrantes recém-chegados à Argentina um conjunto de serviços no Hotel dos Imigrantes em Buenos Aires, menos da metade deles se alojavam ali e uma parte menor ainda usufruía das possibilidades de empregos ofertadas pela *Oficina de Trabajo* localizada no próprio Hotel. Estes eram imigrantes que vinham sem contratos ou que haviam chegado ao destino errado e faziam parte dos estrangeiros que emigravam às pressas e sem contatos ou informações precisas sobre seu destino. A maioria dos imigrantes ao desembarcarem em Buenos Aires já se dirigiam para a casa de amigos ou parentes na capital ou mesmo para o interior, onde também eram esperados por amigos ou parentes⁵⁸ (GERSTNER, 2008, s/p).

⁵⁸ Ver também Alsina (1910, p. 77-81). O autor afirma que dentre os entrados na Argentina, predominavam os que haviam sido trazidos por amigos e parentes, os quais financiavam a vinda de seus conterrâneos e os integravam ao mercado de trabalho através de suas redes de contatos. Isso explicava o pouco êxito da *Oficina de Trabajo*.

Os resultados das políticas migratórias restritivas foram modestos. Não houve a reorientação dos componentes nacionais do fluxo migratório nem a articulação de nenhum tipo de seleção racional adicional com respeito à que vinha do período anterior às restrições. A maior influência se deu por meio da burocracia, pesando na decisão de emigrar. O impacto sobre o fluxo foi ambíguo. O incremento da oferta, contida nos anos da guerra e reorientada devido às restrições postas pelos Estados Unidos, invalidaram as disposições de 1919. Já as de 1923 surtiram efeito inicialmente, visto que a entrada de imigrantes diminuiu nos dois anos subsequentes – ainda que o movimento migratório europeu como um todo diminuiu nesse período - para em seguida voltarem a subir (DEVOTO, 2001, p. 285). Conforme afirma Devoto (2001):

Como a iniciativa de estabelecer restrições administrativas se vinculava com a situação da imediata pós-guerra – tanto em relação ao problema da desocupação como com o da ameaça social – isso pode ajudar a explicar porque, passada a crise, desarmados com repressão os protestos sociais e chegada épocas de maior prosperidade econômica, as práticas administrativas se fizeram tão permissivas. (...) No entanto, as medidas adotadas em 1919 e 1923 não foram suspensas nem substituídas. Os governos radicais preferiram sobrepor a elas outras disposições tendentes a promover a imigração que eram, em muitos aspectos, contraditórias com as restrições implantadas. Tudo isso não faz mais do que argumentar a favor da nossa ideia de uma inércia administrativa muito forte em matéria de disposições migratórias no caso argentino que vai construindo um tumulto legal (DEVOTO, 2001, p. 285).

Em 1916, o governo de Hipolito Yrigoyen colocou em vigor dois decretos que regulamentavam o artigo 32 da Lei de Imigração de 1876. Para poder emigrar para a Argentina, o estrangeiro deveria possuir passaporte com foto e três certificados: falta de antecedentes criminais, de não mendicidade e de saúde mental (DEVOTO, 2001, p. 282).

Em 1923, o governo radical do Presidente Alvear e o Ministro da Agricultura Le Breton propuseram ao Parlamento um novo projeto de lei de imigração, conservando o princípio de liberdade de imigração, ao mesmo tempo que se multiplicavam os mecanismos de controle de entradas, onde propunham a diminuição da idade máxima para poder entrar no país de 60 para 55 anos, dificultavam a entrada de mães solteiras com filhos menos de 15 anos, exclusão dos mendigos, prostitutas e alcoólatras. Tal projeto foi influenciado pelas consequências da lei de quotas nos Estados Unidos que aumentaram o fluxo de imigrantes para a Argentina. Esse projeto não foi levado a diante dado o grande furor que criou nos meios políticos e jornalísticos da época. O governo optou por uma via administrativa através de outra regulamentação da Lei n.º 817 de 1876. Segundo Devoto (2001) a regulamentação incorporou ambiguidades que permitiam aos

funcionários argentinos impedir o desembarque de um imigrante. Além disso, a categoria dos imigrantes excluídos foi ampliada por razões médicas ou sociais e pela exigência de documentação comprovando ausência de antecedentes criminais certificado pela autoridade consular para que fosse possível a entrada na Argentina. Essa burocracia se tornava uma maneira de se livrar dos indesejados e subversivos. A exigência de certificados médicos foi excluída por não apresentar o efeito de controle desejado, sendo substituída pelo controle sanitário na chegada a Buenos Aires. Os Artigos 18 e 19 dessa regulamentação davam plenos poderes para a Direção de Migrações decidir sobre a admissão ou não de qualquer imigrante. Segundo Devoto (2001) o Decreto de 1923 então iniciou um processo de fragmentação das competências administrativas da política migratória, tornando o sistema muito arbitrário e permeável. O controle se realizava no ponto de origem através da documentação expedida pelas autoridades do país de origem e certificados pelos agentes consulares e no momento do desembarque pela Direção de Migrações. Com isso, buscava-se excluir os mendigos, subversivos e doentes dos imigrantes em potencial mas, principalmente, buscava-se desestimular a imigração para a Argentina (DEVOTO, 2001, p. 282-283).

Devoto vê nesses decretos um ponto de inversão na política migratória aberta que caracterizara o período de 1852 até 1914, ainda que essas novas disposições não alterassem o quadro jurídico herdado baseado na Constituição de 1853 e na Lei de Imigração e Colonização de 1876 (DEVOTO, 2002, p. 354).

Para Solberg (1982) o sucesso da Argentina na atração dos imigrantes até 1930 esteve relacionado à política governamental permissiva, admitindo a entrada de todos os europeus fisicamente capacitados independentemente de sua etnia. Essa política representava os interesses das classes dominantes da república, composta pelos grandes proprietários de terra e criadores de gado cuja posição era que a imigração europeia irrestrita seria vital para o desenvolvimento econômico argentino. Além disso, as oportunidades econômicas, afinidades linguísticas, religiosas e culturais com a Itália e Espanha serviram como uma força atrativa para os emigrantes espanhóis e italianos (SOLBERG, 1982, p. 134-136).

Devoto (2002) afirma que por mais que se tenha enfatizado o papel das políticas públicas na promoção da imigração na Argentina, seus efeitos foram limitados pela expansão econômica vivida pelo país entre 1870 e 1930. De acordo com o autor “era a

economia que brindava o principal incentivo para emigrar à Argentina e não o Estado”
(DEVOTO, 2002, p. 250).

CAPÍTULO 2

FLUXOS IMIGRATÓRIOS PARA SÃO PAULO E BUENOS AIRES

Introdução

Milhões de estrangeiros entraram no Brasil e na Argentina durante o século XIX e começo do século XX; o período entre as últimas décadas do século XIX e a Grande Depressão constitui o apogeu da imigração para os dois países.

Entre 1870 e 1930, o Brasil recebeu mais de 3,5 milhões de imigrantes. O estado de São Paulo atraiu em torno de 54% desse total. Na Argentina, no mesmo período, entraram mais de 6 milhões de estrangeiros e quatro de cada cinco imigrantes transatlânticos tiveram como destino à capital federal e as províncias de Buenos Aires e Santa Fé⁵⁹. Nos dois países, os imigrantes se distribuíram entre o campo e a zona urbana, engajando-se em atividades ligadas à agricultura de exportação, ao comércio, aos serviços e à indústria.

O presente capítulo examina e compara os fluxos de entrada de imigrantes no Brasil e na Argentina no período, focalizando as quantidades, quem eram, de onde vinham e para onde se dirigiram ao chegarem em seus destinos. Os dados foram extraídos de diversas fontes para os dois países. Para o Brasil, foram utilizados os Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, almanaques, anuários estatísticos e censos demográficos e, para a Argentina, os censos nacionais, os anuários da cidade de Buenos Aires e as memórias da *Dirección de Inmigración* argentina.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção examina o volume de imigrantes entrados nos dois países, a porcentagem que se dirigiu para o estado de São Paulo e para a província de Buenos Aires e as nacionalidades que mais se destacavam. Primeiro, são apresentados os dados sobre a entrada de imigrantes no Brasil e em São Paulo, a influência dos imigrantes na composição da população brasileira e paulista, os imigrantes subsidiados e espontâneos e as principais nacionalidades que entraram em São

⁵⁹ Segundo Hora (2010, p. 182) a capital federal, a província de Buenos Aires e a de Santa Fé eram o “núcleo geográfico da riqueza argentina”.

Paulo. Segundo, são apresentados os dados sobre os imigrantes que se estabeleceram na Argentina e em Buenos Aires, sua influência no crescimento populacional e sua participação na composição da população do país e da província, além de dados sobre as principais nacionalidades que entraram no país platino. A segunda seção analisa a inserção dos imigrantes nas atividades agroexportadoras e as oportunidades que se apresentavam no mundo urbano das duas regiões.

2.1. A imigração para o Brasil e para a Argentina

2.1.1. Brasil e São Paulo

As pressões para o fim do tráfico de escravos e a abolição da escravidão ao longo do século XIX, a expansão das fronteiras agrícolas concomitantemente com a expansão das ferrovias, interligando as regiões produtoras com os centros consumidores e exportadores, a expansão cafeeira, dinamizando a economia do país ao longo da segunda metade do século XIX e ganhando força no final do século, e a falta de braços para a lavoura são fatores que, interligados, culminaram na entrada massiva de imigrantes no Brasil e, principalmente, em São Paulo.

O processo de Independência no Brasil não alterou radicalmente as características do período colonial: a produção de gêneros primários para exportação, a grande propriedade e a escravidão continuaram sendo a base do país essencialmente agrícola, pouco urbanizado e com população concentrada no litoral (COSTA, 1999, p. 237-239).

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o dinamismo da economia assentava-se na produção cafeeira. Entre 1850 e 1890, devido ao crescimento da demanda e dos preços no mercado internacional, o cultivo do café aumentou consideravelmente.

A Tabela 2.1 mostra os principais produtos que dominaram a pauta de exportações brasileiras entre o final do Império e a Grande Depressão. Pode-se observar a importância do café que mesmo nos períodos de crise no setor cafeeiro e durante a Primeira Guerra Mundial, continuava com uma posição de destaque.

Tabela 2.1 – Principais produtos da pauta de exportação brasileira em porcentagem do total (1889 – 1930)

Período	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1889-1897	67,6	6,5	1,1	1,2	1,7	2,9	11,8	2,4
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	3,1	2,1	20	4,2
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	3,4	1,4	12	7,5
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,4	3,4	3	5,3
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,9	1,9	2,8	4,5

Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940*, p. 1379-1380; *Brasil em Números* (1960, p. 88 *apud* VILLELA E SUZIGAN, 2001, p. 63).

A expansão da produção cafeeira no sudeste do país começou nas primeiras décadas do século XIX no Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro. Em meados do século, a contínua expansão dos cafezais já tinha atingido a Zona da Mata Mineira e o Oeste Paulista. No final do século XIX, com o melhoramento dos transportes e comunicações, o surgimento das casas importadoras e diante do contínuo crescimento da demanda de café pela Europa e Estados Unidos a produção cafeeira seguia se expandindo cada vez mais rapidamente.

A Tabela 2.2 abaixo apresenta as quantidades de café recebidas nos portos brasileiros (em sacas de sessenta quilogramas) entre 1880 e 1930. A partir do quinquênio 1891-1895, o porto de Santos assume a liderança na exportação de café, ultrapassando o porto do Rio de Janeiro, que até então figurava como o maior porto exportador do país. Observando-se os dados sobre as quantidades de café recebidas pelos portos ano a ano, nota-se que a primeira vez que o porto paulista exportou mais café que o Rio de Janeiro foi em 1890; no entanto, seria apenas em 1894 que Santos passaria a liderar a exportação do grão no Brasil, posição que manteve até o final da série de dados analisada, em 1930.

Tabela 2.2 – Produção de café em milhares de sacas de 60kg (1880 – 1930)

Período	Rio de Janeiro	Santos	Outros portos
1880-1885	24.431	10.449	873
1886-1890	14.185	11.130	935
1891-1895	14.400	15.665	2.445
1896-1900	17.265	30.515	2.775
1901-1905	19.111	39.319	3.128
1906-1910	16.112	51.733	2.430
1911-1915	14.949	50.656	3.451
1916-1920	12.890	44.021	3.374
1921-1925	17.160	43.617	4.978
1926-1930	18.233	48.185	10.595

Fonte: Adaptado de HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984, p. 261-262.

A expansão das lavouras cafeeiras em direção ao oeste da província de São Paulo se deu concomitantemente à implantação de políticas visando o fim do tráfico de escravos e a necessidade de se encontrar novas fontes de mão de obra para sustentar a expansão da produção de café.

Entre 1850 e 1890, os cafeicultores paulistas utilizaram várias estratégias para resolver o problema da mão de obra de modo a sustentar a contínua expansão das plantações de café. Procurou-se dar continuidade ao sistema escravista, recorrendo ao tráfico interno de escravos, com o deslocamento dos escravos do decadente nordeste açucareiro para as dinâmicas regiões produtoras de café no sudeste. Os ataques ao tráfico de escravos, fonte principal de suprimento de mão de obra para a lavoura, colocaram a questão da procura por novas fontes de suprimento de trabalhadores. Paralelamente, eram discutidas experiências realizadas em fazendas de café com trabalhadores estrangeiros imigrantes e com mão de obra nacional⁶⁰. A aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e a desestruturação do sistema escravista nas décadas seguintes obrigaram os fazendeiros de café de São Paulo a modificarem as condições de trabalho nas fazendas, consolidando

⁶⁰ Sobre as experiências com o trabalho livre ver por ex.: Dean (1977, cap. 4); Stolcke (1986, p. 17-52); Costa (1998, cap. 2). Sobre o uso da mão de obra nacional nas lavouras ver, por ex.: Dean (1977), Eisenberg (1989), Lamounier (2007), Tessari (2010).

o sistema de colonato e, com grande êxito, a política de imigração subsidiada (LAMOUNIER, 1988, p. 13-14; COSTA, 1999 p. 253-254).

Para Hall (1979, p. 202) não há dúvida de que as origens da imigração em grande escala estão “intimamente relacionadas à questão da escravidão. Embora frequentemente se diga que a abolição tornou possível a migração em massa, provavelmente a relação oposta está mais próxima da verdade”. Apesar de polêmica⁶¹, a afirmação de Hall destaca o papel da imigração para a transformação das relações de trabalho nas fazendas de café paulista. A partir de meados da década de 1880, com o agravamento das fugas em massa e ameaças de desordem por parte dos escravos, a política de subsídios do governo provincial paulista apresentou os primeiros resultados. Em 1886 entraram no estado 9.534 imigrantes, amentando para 32.110 em 1887 e para 92.082 em 1888 (TABELA A2, ANEXO A).

Conforme os imigrantes chegavam nas lavouras de café e os problemas com a população escrava aumentavam, os fazendeiros se convenciam da qualidade superior do trabalhador estrangeiro e puderam tranquilamente substituir os escravos pelos imigrantes, principalmente os italianos. De acordo com Hall (1979, p. 202) estimava-se que cerca de 50.000 escravos eram necessários para a agricultura em São Paulo na década de 1880. Antônio Prado, um dos arquitetos da política paulista de imigração, anunciava no Senado brasileiro em maio de 1887 que entre 60.000 e 70.000 imigrantes já haviam sido colocados nas fazendas cafeeiras até aquela data, afirmando que o limite de absorção dessa mão de obra estava sendo atingido. Ainda segundo Hall (1979) os fazendeiros receberam com prazer a abolição (Hall, 1979, p. 202). Para Stolcke e Hall (1983) a imigração subsidiada permitiu aos cafeicultores abolirem a escravidão sem incômodos e o esquema, aliado à alta dos preços do café, permitiu a expansão do cultivo e da produção (STOLCKE; HALL, 1983, p. 107).

Em 1888, a Lei Áurea aboliu a escravidão em todo o território brasileiro. A medida não impediu a contínua expansão da produção cafeeira. Os cafeeiros em produção em São Paulo passaram de 154.292.000 em 1886 para 571.614.000 em 1900 (HOLLOWAY, 1984, p. 264). Após a libertação dos escravos, a entrada de imigrantes em São Paulo que já vinha apresentando cifras consideráveis desde 1886, se acelerou e atingiu durante a

⁶¹ Ver: Holloway (1984, p. 61); Petrone (1997).

década de 1890 o seu ápice, quando entraram no estado 139.998 imigrantes em 1895 (TABELA A2, ANEXO A).

O impulso para a grande expansão da produção cafeeira em São Paulo na segunda metade do século XIX foi propiciado pela implantação de uma extensa malha ferroviária na província⁶². A construção da primeira ferrovia em São Paulo começou na década de 1850 e o primeiro trecho ligando o porto de Santos ao interior foi inaugurado em 1867 (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí). O crescimento da malha ferroviária na década de 1870 permitiu a ampliação da fronteira agrícola e da área cultivada⁶³. O aumento da área cultivada estava diretamente relacionado ao aumento da demanda por mão de obra, naquele momento de decadência da escravidão. Os trilhos que levavam o café das fazendas até o porto de Santos eram os mesmos que traziam os imigrantes para o trabalho nas lavouras. De acordo com Lamounier (2008):

Em São Paulo, as ferrovias claramente aparecem como tendo favorecido as transformações gerais, que incluem a grande expansão cafeeira, o influxo maciço de imigrantes, a industrialização, a urbanização e a difusão das relações de mercado. No contexto destas transformações mais amplas, que se revelam cada vez mais evidentes a partir da década de 1870, e especialmente na região cafeeira, é que se realizou o processo de abolição da escravidão e de constituição de um mercado de trabalho livre (LAMOUNIER, 2008, p. 28-29).

Ainda de acordo com Lamounier (2008, p. 27), a “expansão cafeeira condicionou e direcionou a implantação da rede ferroviária; em seguida, especialmente durante as primeiras décadas do século XX e à medida que vão adentrando o oeste de São Paulo, as ferrovias passaram a ditar a direção da expansão cafeeira”. Essa afirmação pode ser confirmada pelos dados contidos na Tabela 2.3 abaixo, onde vemos a inter-relação entre o crescimento da rede ferroviária e das exportações de café pelo porto de Santos.

⁶² As estradas de ferro representavam um dos componentes mais importantes da economia cafeeira. As ferrovias não só permitiram o cultivo do café em áreas cada vez mais distantes, como também realizaram o papel de interligação e expansão das zonas produtoras de café no oeste paulista a medida que a fronteira agrícola se expandia, permitindo rapidez nas comunicações, redução nos custos de produção com o barateamento do frete, elevação da produtividade ao proporcionarem maior capacidade de transporte e conservação do produto ao evitar a perda que normalmente ocorria no transporte de muare (CANO, 1977, p. 33-34; COSTA, 1982, p. 157-161).

⁶³ Ver: Cano (1977); Saes (1981, 1996); Lamounier (2008, 2012); Tosi e Faleiros (2011);

Tabela 2.3 – Evolução da rede ferroviária e das exportações de Café em São Paulo (1870 – 1900)

Anos	Rede Ferroviária (km)	Exportações de café por Santos (sacos de 60 Kg)
1870	139	543.425
1875	655	740.603
1880	1212	1.204.328
1885	1640	1.657.176
1890	2425	3.048.327
1895	2962	3.135.196
1900	3373	7.821.541

Fonte: SAES, F. A. M. “Estradas de Ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. do A. (Org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 1996, p. 177-196.

Todos esses acontecimentos - a expansão cafeeira, a abolição da escravidão, o desenvolvimento das ferrovias - contribuíram para o fluxo imigratório ocorrido no Brasil e em São Paulo. Antes de apresentarmos os dados específicos referentes à imigração em São Paulo, vale expormos a presença imigrante no Brasil como um todo.

De um país tipicamente escravocrata para um país com população livre e grande presença imigrante, o quadro demográfico brasileiro se alterou bastante no decorrer do século XIX. A população brasileira cresceu de 3,8 milhões em 1822 para mais de 10 milhões em 1872 e mais de 14 milhões em 1889. Ao longo do século XIX, a composição da população brasileira se alterou significativamente. Os escravos que em 1822 constituíam metade da população brasileira, passaram a 15,8% em 1872 e apenas 5% às vésperas da abolição da escravidão em 1888 (COSTA, 1986, p. 728).

Tabela 2.4 – Estrangeiros na população brasileira (1872 – 1920)

Ano	Total	Nacionais	Estrangeiros	% de estrangeiros
1872	10.112.061	9.723.602	388.459	3,84%
1890	14.333.915	13.982.370	351.545	2,45%
1900	17.318.556	16.061.750	1.256.806	7,26%
1920	30.635.605	29.045.227	1.590.378	5,20%

Fonte: BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano II – 1936*. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 43.

Em 1872, do total de 10.112.061 habitantes do Brasil, 388.459 (3,82%), eram estrangeiros. No ano de 1890, encontravam-se no Brasil 351.545 estrangeiros, correspondendo a apenas 2,45% do total da população brasileira. Nesse mesmo ano, 35,4% desse total estavam na cidade do Rio de Janeiro; São Paulo, Minas e Distrito Federal, juntos, concentravam 70% da população estrangeira radicada no Brasil; no Rio Grande do Sul localizavam-se 17,5% dos estrangeiros. Em 1900, o número de estrangeiros recenseados no Brasil atingia 1.256.806, correspondendo a 7,26% da população total. Nesse ano, o Distrito Federal possuía 16,74% dos estrangeiros, Minas Gerais 11,27% e Rio Grande do Sul 11,2%. No estado de São Paulo residiam 42,1% do total. A população estrangeira concentrada no Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo abrangia 80% da existente em todo o país em 1900 (COSTA, 1999, p. 253).

Entre 1890 e 1920, a população brasileira mais que dobrou de tamanho, passando de 14,3 milhões para 30 milhões de habitantes. Tal aumento é decorrente do processo de crescimento natural associado à massiva entrada de imigrantes europeus no centro-sul do país⁶⁴.

Tabela 2.5 – Nacionalidades dos estrangeiros entrados no Brasil (1872 – 1935)

Nacionalidade	Quantidade de imigrantes
Italianos	1.373.702
Portugueses	1.149.502
Espanhóis	578.087
Japoneses	175.998
Alemães	155.887
Russos	107.297
Austríacos	83.906
Diversos	388.245
Total	4.012.624

Fonte: BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano II – 1936*. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 76.

⁶⁴ Sobre a influência dos estrangeiros no crescimento da população brasileira, ver Levy (1974).

Entre 1870 e 1886, entraram, em média, 24.200 imigrantes no Brasil por ano. Entre 1886, início da imigração subsidiada, até 1894, as entradas médias anuais foram de quase 100.000 estrangeiros. No período de 1895 a 1897, entraram mais de 145.000 estrangeiros por ano no país. De 1911 a 1913 esses números variaram entre 135.000 e 190.000 imigrantes anuais. Ainda que a década de 1920 tenha apresentado uma nova onda de imigração, principalmente de 1923 a 1927, apenas o ano de 1926 registrou uma entrada superior a 100.000 imigrantes⁶⁵.

Os dados da Tabela 2.5, baseados no *Anuário Estatístico do Brasil* para o ano de 1936, mostram que de 1886 a 1935 entraram no país um total de 4.012.642 estrangeiros. Desse total, mais de 1,3 milhão eram italianos, 1,1 milhão de portugueses e 578.000 espanhóis, sendo essas três nacionalidades responsáveis por mais de 77% do total de imigrantes que o Brasil recebeu no período. Além dessas nacionalidades, os alemães e os japoneses também foram nacionalidades representativas no computo total dos imigrantes.

Os italianos representaram o maior grupo de estrangeiros a entrar no país no período estudado e, em sua grande maioria, se dirigiram para o estado de São Paulo. Segundo o Klein (1989a), o fluxo de imigrantes italianos que se dirigiu para o Brasil e para a Argentina era semelhante, sendo a grande maioria trabalhadores agrícolas. Os trabalhadores listados como diaristas correspondiam a 13% dos que chegaram na Argentina e dos que vieram ao Brasil, não mais que um terço se declaravam nessa categoria. O autor afirma que a

diferença na classificação de trabalhadores não qualificados provavelmente é um reflexo dos diferentes cronogramas dos dois fluxos migratórios. Até a década de 1890, havia uma forte predominância de trabalhadores agrícolas listados entre os emigrantes italianos não qualificados, ao passo que após 1900 esta diferença tendeu a desaparecer, na medida em que ambos os grupos ocupacionais estavam mais equilibrados entre os migrantes homens que deixavam a Itália (KLEIN, 1989a, p. 98).

Segundo Klein (1989a), a maioria dos imigrantes italianos que não estavam classificados com relação à sua ocupação e mesmo os que vieram classificados como jornaleiros (diaristas) eram de origem agrícola e podem ter ocupado cargos no meio rural tanto no Brasil quanto na Argentina. Em 1920, os italianos correspondiam a 36% da totalidade de nascidos no exterior residentes no Brasil. Ainda assim, correspondiam apenas a 1,8% da população nacional total. No entanto, ao observarmos as regiões onde esses imigrantes se estabeleceram, principalmente o estado de São Paulo, vemos que em

⁶⁵ Para as entradas completas, ano a ano, de estrangeiros no Brasil, ver: Tabela A1, Anexo A.

1920 em torno de 9% da população paulista era composta por italianos (KLEIN, 1989a, p. 102).

Os imigrantes de nacionalidade portuguesa assumiram a liderança do fluxo para o Brasil entre 1904 e 1913, se estabelecendo nas cidades, ocupando posições no comércio e nas indústrias de serviços, principalmente no Rio de Janeiro (FAUSTO, 1986, p. 783). Dentre as causas que levaram os imigrantes portugueses a emigrarem para o Brasil, Klein (1993) afirma que Portugal, durante o século XIX, apresentou elevada taxa de natalidade acompanhada por uma diminuição gradual da taxa de mortalidade, o que resultou em um intenso crescimento demográfico que não foi acompanhado pela capacidade da economia de sustentar a população. As pressões sobre o setor rural e a incapacidade do setor industrial de compensar as deficiências da agricultura deram origem a uma crise cuja solução para a população, majoritariamente rural, era a emigração. “As ilhas da Madeira e dos Açores, tal como as regiões do Norte do continente, também foram afetadas por pressões populacionais e pela subdivisão excessiva das terras, o que levou a uma emigração constante durante os séculos XIX e XX” (KLEIN, 1993, p. 235-236).

As pressões exercidas por parte dos cafeicultores perante o governo de São Paulo, diante do temor da falta de braços para as lavouras, fizeram com que fosse instituído o sistema de subsídios de passagens aos imigrantes, conforme discutido no capítulo anterior. Essa subvenção assegurou a entrada contínua de estrangeiros até ao final da década de 1920 ao custear o transporte transatlântico e prover infraestrutura para o recebimento dos estrangeiros.

Em todo o período que vai de 1827 a 1886, entraram em São Paulo apenas 53.055 estrangeiros. Conforme a Tabela 2.6 abaixo, podemos ver que as entradas de imigrantes em São Paulo em relação ao Brasil começaram a se avolumar com o início do sistema de subsídios em 1886. Entre 1872 e 1875, apenas 6,26% do total de imigrantes entrados no Brasil se dirigiram para o estado de São Paulo. No período seguinte, de 1876 a 1880 esse percentual foi de 5,35%. Nos anos de 1881 a 1885, período imediatamente anterior ao começo dos subsídios, a porcentagem de imigrantes entrados em São Paulo já apresentava aumento, correspondendo a 16,28% do total de entrados no país. De 1882 a 1886 vieram ao estado, em média, 6.000 estrangeiros por ano⁶⁶.

⁶⁶ Para as proporções de estrangeiros que entraram em São Paulo em relação ao Brasil de acordo com a nacionalidade, ver Tabela A5, Anexo A.

Tabela 2.6 – Entrada de estrangeiros no Brasil e no estado de São Paulo, por quinquênio (1872 – 1930)

Ano	Brasil	São Paulo	% em São Paulo
1872-1875	68.883	4.309	6,26%
1876-1880	137.809	7.379	5,35%
1881-1885	133.450	21.728	16,28%
1886-1890	391.636	199.455	50,93%
1891-1895	658.745	421.439	63,98%
1896-1900	470.568	298.057	63,34%
1901-1905	280.723	194.332	69,23%
1906-1910	391.626	190.186	48,56%
1911-1915	611.360	339.026	55,45%
1916-1920	186.384	100.098	53,71%
1921-1925	386.631	222.713	57,60%
1926-1930	453.644	263.436	58,07%
1872-1930	4.171.459	2.262.158	54,23%

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos; LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*. v. 8, complemento. São Paulo, 1974, p. 71-72.

Segundo Vasconcellos (1941), após a Constituição de 1891 ter concedido aos estados a liberdade para legislar sobre a imigração, de modo a promovê-la de acordo com as necessidades de cada estado, o Governo da União, que até então promovia a introdução de estrangeiros em território nacional, deixou de fazê-lo. Após os primeiros anos da República, observou-se uma expressiva alteração do fluxo migratório dirigido aos diversos estados. São Paulo, que em 1878 havia recebido apenas 9,2% dos imigrantes que entraram no país e 17,1% em 1883, recebeu 67% do total em 1887 e 84,1% em 1901⁶⁷.

⁶⁷ Segundo Vasconcellos (1941 p. 5) “esse fato é explicável porque entre todas as Províncias foi a de São Paulo a que, no regime imperial, afim de fazer face à crise do trabalho agrícola provocada pela emancipação progressiva dos escravos, resolveu seguir a experiência realizada pelo Governo Central organizando, com clareza, os serviços de imigração e promovendo, com os seus próprios recursos, a introdução de imigrantes. Essa política de larga visão deu resultados extraordinariamente compensadores, pois evitou que o Estado sofresse prejuízos com a emancipação total do escravo em 1888 e, depois, concorreu para o seu desenvolvimento vertiginoso na República, quando aumentou o fomento à imigração invertendo, para esse fim, verbas consideráveis”.

Entre 1881 e 1885 tanto as entradas de imigrantes quando as despesas da província com a imigração subsidiada foram pouco expressivas, devendo então, os imigrantes entrados nesse período terem sido introduzidos por conta do governo Central⁶⁸.

Durante todo o período de vigência da imigração subsidiada, entre os anos de 1886 e 1928, o estado de São Paulo recebeu cerca de 59% dos estrangeiros que entraram no país, havendo picos como no período de 1901 a 1905 quando quase 70% deles se dirigiram ao estado. Vasconcellos (1941, p. 6) afirma que a razão pela qual a maior parte da corrente imigratória ter se dirigido a São Paulo foi “o estímulo crescente dado pela administração paulista à introdução de imigrantes” frente ao “pequeno interesse demonstrado pelo Governo da União, de 1896 em diante, pelo desenvolvimento da imigração”.

Os Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, apresentados pelos Secretários da Agricultura ao Presidente do Estado, para cada ano em que foram publicados, trazem comentários sobre os resultados da imigração. O Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Theodoro Dias de Carvalho Jr. em 1895 relaciona as baixas entradas daquele ano à suspensão dos embarques em agosto de 1893, devido ao aparecimento da cólera na Hospedaria de São Paulo, e que continuou até o reestabelecimento da paz procedente à Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893⁶⁹. Isso levou ao não embarque de imigrantes europeus nos meses de inverno na Europa onde a procura de trabalho por parte dos trabalhadores rurais era maior (RSASP, 1896, p. 36). A imigração apresentou resultados melhores nos anos seguintes, mas as entradas voltaram a cair em 1898 e 1899. O Relatório de 1898 apontou como causas para essa queda os embaraços criados na Áustria e Espanha para a saída de emigrantes e as condições da economia brasileira (RSASP, 1898, p. 45).

⁶⁸ Ainda de acordo com Vasconcellos (1941), o governo central subsidiou a entrada de imigrantes até 1891. Em 1886, dos 9.438 imigrantes subsidiados entrados na província de São Paulo, 3.476 vieram por conta do governo central e 5.962 por conta da província. Em 1887 todos os 32.122 imigrantes subsidiados vieram por conta da província. Em 1888, dos 76.106 imigrantes subsidiados, vieram por meio do governo central 15.337 e por meio da província, 60.769. Em 1889, dos 22.806 imigrantes, 6.368 vieram por conta do governo central e 16.438 por conta da província. Nos dois primeiros anos da República, o governo central foi responsável pela maior parte dos imigrantes subsidiados entrados em São Paulo. Em 1890, dos 41.816 subsidiados vindos ao estado, 34.005 chegaram por meio dos subsídios da União e 7.811 por meio do estado. Em 1901, dos 107.536, 106.839 vieram por meio da União e apenas 697 por meio do estado. (VASCONCELLOS, 1941, p. 6).

⁶⁹ A Revolta da Armada foi uma rebelião ocorrida em 1893 contra o governo de Floriano Peixoto, liderada por unidades da Marinha Brasileira motivada por divergências e disputas entre os grupos políticos no início da República Velha. Para mais detalhes ver: Freire (1982).

A partir de novembro de 1898, a peste bubônica em Santos contribuiu para que as entradas e saídas ocorressem pelo porto do Rio de Janeiro e isso se refletiu nas menores entradas registradas em 1899, ano desfavorável ao movimento imigratório. A entrada de passageiros foi a menor registrada dos últimos seis anos até aquele momento, assim como a de imigrantes subsidiados. A imigração espontânea por primeira vez excedeu a subsidiada (RSASP, 1899, p. 68-70). O Relatório de 1899 atribui também a diminuição das entradas dos imigrantes subsidiados naqueles últimos dois anos às condições contratuais da imigração e à crise da agricultura no período:

Com efeito, pagando o Estado a passagem somente aos imigrantes agricultores, depois de verificada essa condição na Hospedaria, é bem claro que as dificuldades que asoberbam a lavoura não são propícias para avolumar a vinda de braços para ela, assim como, exigindo a fiscalização rigorosa dos contratos, que sejam glosados as passagens dos imigrantes não agricultores, à medida que as glosas tomam maior vulto os contratantes veem-se obrigados a maiores cautelas para não concederem passagem a imigrantes que, ao embarcarem se dizem agricultores e aqui chegados declaram-se artistas, o que, de certo, obrigando a uma maior seleção por parte dos agentes não pode fazer avultar os embarques (RSASP, 1899, p. 79).

Entre 1901 a 1920, as quantidades de imigrantes que entraram no estado sofreram flutuações. Nessas duas décadas, São Paulo recebeu mais de 820.000 imigrantes vindos do exterior. Em 1901, entraram 70.348 estrangeiros. Nos anos seguintes as entradas diminuíram, voltando a crescer apenas às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em 1911, chegaram a São Paulo 61.508 estrangeiros. Em 1912 foram 98.640 e 116.640 em 1913. O Relatório apresentado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Antônio de Pádua Salles ao Presidente do Estado em 1912, referente aos anos de 1910 e 1911, afirma que o aumento geral da imigração em 1911 deveria ser atribuído, primeiramente a alta do preço do café, que se refletia nas condições econômicas, determinando maior procura nas fazendas e em outros setores do mercado laboral por mão de obra; em segundo lugar, as medidas adotadas pelo governo, aumentando o subsídio às passagens e permitindo a introdução de outros imigrantes além de agricultores (atitude essa tomada visando evitar a saída de braços da lavoura para outros serviços), influenciaram o crescimento da imigração subsidiada (RSASP, 1912, p. 122). Já o Relatório da Secretaria da Agricultura para os anos de 1912-1913, observa que o aumento na entrada de imigrantes nesses anos se devia ao crescimento do setor industrial entre 1911 e 1913; o crescimento da imigração espontânea se devia à grande demanda por operários, sendo que em 1912 entraram no estado 53.613 imigrantes e em 1913, 60.063 espontâneos. A imigração destinada à

lavoura também se desenvolveu, tendo recebido 45.334 imigrantes em 1912 e 59.694 em 1913 (RSASP, 1914, p. 178-179).

A Primeira Guerra Mundial não paralisou por completo a vinda dos estrangeiros e entre os anos de 1914 e 1918 entraram 114.103 imigrantes no estado. No entanto, os relatórios analisados mostravam a preocupação das autoridades com uma possível escassez de braços devido às baixas entradas de imigrantes nesses anos e ao aumento da emigração⁷⁰. De 1921 a 1930, entraram no estado 486.149 imigrantes sendo o ano mais representativo desse período o de 1926, quando chegaram a São Paulo 76.796 imigrantes (RSASP, vários anos). Um fato que merece ser mencionado é que a entrada de brasileiros, ou seja, a migração interna, em São Paulo na década de 1920, especialmente na segunda metade daquela, foi bastante representativa. De 1921 a 1930 entraram 221.378 brasileiros no estado sendo quase metade dessa cifra, 105.649, em dois anos apenas, 1928 e 1929⁷¹.

Como podemos observar na Tabela 2.7 abaixo, até o quinquênio 1895-1899 houve a prevalência da imigração subsidiada⁷². No ano de 1891, dos 108.736 imigrantes entrados, 107.536 eram subsidiados e apenas 1.200 espontâneos. Em 1895, ano de maior entrada de estrangeiros do período em questão, chegaram a São Paulo 139.998 imigrantes, sendo 114.769 subsidiados e 25.229 espontâneos. Entre 1889 e 1900 entraram em São Paulo mais de 785.771 imigrantes, sendo 80% subsidiados pelo governo e o restante vindos de forma espontânea. Os dados dos relatórios da Secretaria da Agricultura mostram que a partir de 1900 a imigração espontânea começou a se sobrepor à subsidiada e até 1930, com exceção do ano de 1917, a entrada de imigrantes subsidiados foi maior que a de espontâneos. O ano com menor entrada de imigrantes subsidiados foi 1903, após o Decreto de Prinetti entrar em vigor na Itália. Segundo o Relatório de 1903, a imigração subsidiada passou de 19.311 imigrantes em 1902 para apenas 229 em 1903, em grande parte devido à proibição da imigração subsidiada de italianos para São Paulo⁷³.

⁷⁰ Ver: RSASP ano de 1916 (1918, p. 150-151); RSASP ano de 1917 (1917, p. 110-111).

⁷¹ Sobre as migrações internas ver: Graham e Holanda Filho (1984).

⁷² Ver Tabela A2, Anexo A para as entradas anuais de imigrantes em São Paulo, de 1870 a 1930, divididas em imigrantes subsidiados, imigrantes espontâneos e passageiros (1ª e 2ª classe).

⁷³ O Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Dr. Luiz de T. Piza e Almeida, Secretário da Agricultura, para o ano de 1903 procura minimizar os efeitos do Decreto de Prinetti sobre a imigração daquele ano, ao afirmar que “a causa do desfavorável resultado no movimento migratório de 1903 (...) reside integralmente nas condições econômicas do momento que atravessamos, das quaes aquelle resultado é um verdadeiro reflexo”. Além disso, o Relatório afirma que “si encarássemos o problema tão somente debaixo do ponto de vista das necessidades de braços para a lavoura cafeeira, estando presentemente paralyzado o alargamento da cultura do café, tendo havido, por força da crise, abandono de certa parte da existente, por falta de recursos ou por ser de cafezaes velhos, cujo tratamento não encontra compensação

Tabela 2.7 – Entrada de imigrantes no estado de São Paulo, por quinquênio (1827 – 1930)

Ano	Total de imigrantes entrados no Estado ¹	Imigrantes subsidiados	Imigrantes espontâneos	Não especificados	Passageiros 1ª e 2ª classes	Total de estrangeiros ²
Até 1889	205.608	22.886	5.007	177.715	-	205.608
1890-1894	319.780	292.386	27.394	-	5.690	325.470
1895-1899	415.296	303.618	111.678	-	35.656	450.952
1900-1904	180.882	87.253	93.629	-	24.143	205.025
1905-1909	207.826	77.131	130.695	-	38.969	246.795
1910-1914	375.586	148.617	226.960	-	67.820	443.397
1915-1919	104.923	37.766	67.157	-	37.073	141.996
1920-1924	250.768	67.846	182.922	-	62.606	313.374
1925-1930	501.312	113.886	347.782	-	89.711	551.379
Total	2.561.981	1.151.389	1.193.224	177.715	361.668	2.883.996

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos. ¹Entrada de imigrantes de terceira classe via porto de Santos, outros portos e estradas de ferro. ²Soma do total de imigrantes com os passageiros de 1ª e 2ª classes.

Dentre as explicações para o predomínio da imigração espontânea a partir do início do século XX, a bibliografia destaca, além dos decretos nos países europeus proibindo a imigração subsidiada para São Paulo, a melhor organização dos serviços de imigração em São Paulo e uma melhor propaganda no exterior para a atração dos estrangeiros, tentando melhorar a imagem do estado e evitar fraudes e descontentamentos. Segundo Petrone (1997, p. 108) os incentivos econômicos nas fazendas cafeeiras e no meio urbano funcionavam como fatores de atração para os imigrantes espontâneos. A autora afirma também que boa parte desses imigrantes eram formados por artesãos ou trabalhadores industriais que desejavam estabelecerem-se no meio urbano. Holloway (1984, p. 84) também afirma que é bem provável que essa massa de imigrantes espontâneos tenha se dirigido para o crescente mercado de trabalho na zona urbana.

O Relatório da Agricultura de 1920, apresentado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Heitor Teixeira Penteado, ao Presidente do Estado, ao discorrer sobre a imigração espontânea, afirma que esta nunca forneceria a quantidade de braços necessários para o

nos preços actuaes, não há razão para sentir a falta determinada pela redução da immigração e aumento da emigração” (RSASP, 1904, p. 65).

trabalho nas fazendas cafeeiras. A imigração espontânea aporta imigrantes destinados aos diversos ramos da economia, e que apenas uma pequena parte desses imigrantes procuraria trabalho nas lavouras cafeeiras. Para Teixeira Penteado é importante notar que

nem todos os imigrantes espontâneos desembarcados em Santos e encaminhados para a Hospedaria (...) se destinam à lavoura. Muitos vêm para esse estabelecimento no gozo das vantagens que a Lei assegura aos imigrantes de quaisquer profissões, para mais facilmente seguirem a seus destinos nesta Capital ou no Interior do Estado (RSASP, 1921, p. 38).

Teixeira Penteado afirma também que somente a imigração subsidiada poderia fornecer a quantidade de braços necessários para a lavoura, já que este tipo de imigração permitiria selecionar o tipo de imigrante necessário para o trabalho nas fazendas. Nas palavras do Secretário, “a imigração de famílias, nas condições que são exigidas para o trabalho permanente nas lavouras, só pode satisfazer mediante a seleção que a imigração subsidiada facilita e mediante o pagamento das passagens pelo Estado, - o que é da essência do systema” (RSASP, 1921, p. 39).

Entre 1908 e 1921 entraram, pelo porto de Santos, 206.483 imigrantes subsidiados, dos quais 98% foram diretamente para a Hospedaria dos Imigrantes. No mesmo período entraram 359.167 imigrantes espontâneos e menos de 23% passaram pela Hospedaria⁷⁴.

Cerca de um terço dos imigrantes que entraram em São Paulo eram italianos. O segundo grupo mais importante foram os espanhóis, seguido pelos portugueses, os japoneses, os alemães e os austríacos. A Tabela 2.8 apresenta o total de imigrantes entrados em São Paulo e a quantidade por nacionalidade no período de 1827 a 1929.

⁷⁴ Ver Tabela A2 no Anexo A para as entradas completas na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, de 1893, quando a Hospedaria entra em funcionamento, até 1928, ano final da imigração subsidiada.

Tabela 2.8 – Nacionalidades dos imigrantes entrados em São Paulo (1827 – 1929)

Nacionalidade	Quantidade de imigrantes entrados
Italianos	935.540
Portugueses	395.151
Espanhóis	382.035
Brasileiros	289.669
Japoneses	98.749
Austríacos	37.098
Diversos	285.513
Não Especificados	138.226
Total	2.561.981

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatório da Secretaria da Agricultura*, Anno de 1929, p. 217.

Segundo Fausto (1986), o imigrante italiano era preferido em relação aos trabalhadores brasileiros devido ao preconceito que os fazendeiros tinham para com a força de trabalho nacional. Os trabalhadores rurais livres e pobres possuíam certo grau de independência dado que geralmente se encontravam engajados na agricultura de subsistência e os fazendeiros preferiam evitar ter que disciplinar esse setor da população nos moldes do trabalho nos latifúndios. Ainda segundo o autor, a isso, somava-se o relativo baixo custo no transporte internacional comparado ao transporte inter-regional e a existência na Itália de grupos de interesse poderosos em prover mão de obra barata e em grande quantidade (FAUSTO, 1986, p. 782).

Segundo Klein (1989)

Inicialmente Brasil e Argentina foram os países mais visados pelos migrantes italianos, ficando os Estados Unidos em terceiro lugar. Durante a década de 1870 e a maior parte da de 1880, a Argentina foi a principal área de recepção. No final da década de 1880, com a abolição da escravidão e a mudança maciça para a utilização de trabalhadores italianos subsidiados nos campos de café em expansão em São Paulo, o Brasil emergiu temporariamente como a principal zona de imigração, apesar do aumento constante da imigração italiana tanto para os Estados Unidos como para a Argentina. Mas os sofrimentos pelos quais os trabalhadores italianos passaram nos campos de café levaram o governo italiano em 1902 a se opor aos subsídios concedidos pelo Brasil, o que fez o fluxo para este país cair pela metade, ao passo que continuava a aumentar para os outros dois países (KLEIN, 1989, p. 96).

O Gráfico 2.1 abaixo mostra a entrada anual de imigrantes em São Paulo por nacionalidade entre 1882 e 1930. Inicia-se o gráfico em 1882 pois a partir desse ano temos dados agregados para os anos do período até 1930, mostrando as entradas de imigrantes de acordo com a nacionalidade.

Na década de 1890 e 1900 predominam os italianos correspondendo a 58,5% e 47,48% do total de imigrantes entrados no estado. No início da segunda metade da década de 1910, as nacionalidades dos imigrantes que entravam no estado de São Paulo começaram a modificar-se. Os italianos, que vinham mantendo a liderança, foram superados pelos espanhóis em 1905, 1906 e 1909. O Relatório da Secretaria da Agricultura de 1905 apresentado ao Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura já afirmava que a imigração espanhola vinha ganhando impulso e tomando o lugar da italiana que desde 1902 vinha perdendo representatividade com o fim do pagamento de subsídios a esta nacionalidade. O relatório ainda afirma que

o desenvolvimento da imigração hespanhola, além de alimentar a corrente de braços indispensáveis à lavoura cafeeira, na medida conveniente, creará novas e mais estreitas relações commerciaes com a Hespanha, facilitando o commercio directo e o augmento das permutas, tendo já sido assignalada a presença neste Estado de viajantes commerciaes hespanhoes, incumbidos de promover a colocação em nossas praças de produtos daquele paíz” (RSASP, 1906, p. 114).

Já nos anos 1910, os espanhóis passaram a assumir a liderança com 30,30%, seguidos pelos portugueses com 29,71% e pelos italianos com 23,70%. Na década de 1920 os portugueses correspondiam a 23,27%, os italianos a 15,3%, os espanhóis a 13% e os japoneses a 11% das entradas de imigrantes.

Gráfico 2.1 – Entrada de estrangeiros em São Paulo por nacionalidades (1882 – 1930)

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*. Vários anos.

A Tabela 2.9 abaixo apresenta dados para a população do estado de São Paulo. A população paulista entre 1872 e 1920 mais do que quintuplicou e a quantidade de estrangeiros no estado aumentou em 28 vezes no período. Em comparação com a população total do Brasil, em 1872 São Paulo possuía 8,3% da população brasileira e apenas 7,6% dos estrangeiros residentes no país ali se encontravam. Já em 1920, São Paulo congregava 15% da população brasileira e mais de 52% dos estrangeiros.

Tabela 2.9 – Nacionais e estrangeiros na população do estado de São Paulo (1872 – 1920)

Ano	Total	Nacionais	Estrangeiros	% de estrangeiros
1872	837.354	807.732	29.622	3,54%
1890	1.384.753	1.309.723	75.030	5,42%
1900	2.282.279	1.753.092	529.187	23,19%
1920	4.592.188	3.758.479	833.709	18,15%

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*. v. 1 - *Estatísticas físicas, demográficas, sociais e culturais*. Ano de 1944. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S/A, 1948, p. 91-92.

Camargo (1981) calcula, baseando-se nos dados de entrada de estrangeiros imigrantes e trabalhadores nacionais migrados de outros estados, que, para o período de 1837 a 1886, estes dois grupos contribuíram com apenas 5,6% do crescimento da população paulista no período. No período de maior entrada de estrangeiros em São Paulo, de 1887 a 1900, a contribuição dos estrangeiros e migrantes nacionais para o crescimento da população paulista foi de 86%, sendo os imigrantes responsáveis por 85,95%. Entre 1901 e 1920, a contribuição dos estrangeiros e dos migrantes nacionais juntos passa para 38,5% e de 1921 a 1934, para 49%. O autor refaz os cálculos, a partir de 1908, utilizando os dados do saldo migratório o que reduz o peso desses imigrantes no crescimento da população paulista. Entre 1908 e 1920, calculando-se usando apenas as entradas, o índice é de 40,6%. Ao realizar o mesmo cálculo com o saldo migratório, o índice cai para 9,7%. Entre 1921 e 1934, o índice cai para 18,4%, sendo que os imigrantes estrangeiros eram responsáveis por 12,4% do crescimento da população paulista (CAMARGO, 1981 p. 121-123).

2.1.2. Argentina e Buenos Aires

De acordo com Conde (1986, p. 328), a Argentina começou um período de desenvolvimento econômico com a unificação do país em 1862. Até a década de 1870, o país se caracterizava pela falta de um mercado nacional unificado decorrente dos altos custos dos transportes entre o interior e o litoral, baixa densidade populacional, por capital escasso e infraestrutura inadequada. A economia era limitada às áreas próximas aos centros povoados da região nordeste e aos ligados à Buenos Aires; a pecuária era a principal atividade, visto que era necessário baixo capital e trabalho para sua realização. A agricultura, dada à falta de transportes internos, também tinha alcance limitado. O comércio exterior era dependente dos produtos advindos da criação de gado, como o couro e o charque. Antes de 1870, a lã também era um produto relevante da pauta de exportações argentina, graças ao aumento da demanda nos países europeus e nos Estados Unidos. A produção de lã, por ser intensiva em capital, terra e trabalho, provocava uma demanda por investimento em transportes e ampliação das áreas pastoris. A expansão dos rebanhos na Argentina, mesmo em um cenário de baixa dos preços internacionais, foi possível graças à modernização dos transportes que permitiu a incorporação de novas

terras a custos muito baixos, e até nulos, o que possibilitou a manutenção da economia e o aumento dos ganhos (CONDE, 1986, p. 328-329).

Para Díaz-Alejandro (1986) no período abrangido por este estudo, poucos países tiveram uma taxa de crescimento econômico como a Argentina “e nos cinquenta anos anteriores a 1914 se produziu na Argentina um dos crescimentos mais acelerados do mundo em um lapso tão prolongado” (DÍAZ-ALEJANDRO, 1986, p. 18).

Investimentos em transporte e comunicação foram essenciais no período. Em 1862, durante o governo do General Mitre, começaram as obras de infraestrutura, como o traçado da ferrovia. Em 1876 os cereais já ganhavam destaque nas exportações argentinas. Após a federalização de Buenos Aires e unificação argentina, começaram as Campanhas do Deserto, com o objetivo de expandir as fronteiras e conquistar os pampas, o que o abriria para a expansão das atividades econômicas⁷⁵. O crescimento das exportações e a inclusão no mercado internacional que ocorreram nas décadas seguintes foram resultado direto da expansão territorial ocorrida com a Conquista do Deserto. A exploração econômica das terras dos pampas com incremento da produção de carnes e cereais permitiu à Argentina atender as demandas externas já que o uso extensivo dessas terras de boa qualidade fornecia as bases para a competição com a produção interna dos países industrializados, de clima e produção agrícola semelhantes (CONDE, 1986, p. 329-330, LENZ 2004, p. 106, p. 124).

Assim como o Brasil, na Argentina, o desenvolvimento da malha ferroviária foi de grande importância no período, pois foi esse sistema de transporte bem estruturado o responsável pela integração dos pampas com o litoral e pela ligação e unificação dos mercados internos com os portos exportadores. Conforme as ferrovias avançavam rumo ao interior do país e realizavam essa unificação dos mercados, mais terras eram colocadas à disposição para o cultivo (CONDE, 1986, 333-334; FURTADO, 2007, 97-103). Hora (2010) afirma que a expansão ferroviária da década de 1880 contribuiu para unificar e integrar, em direção à capital federal, as redes que haviam sido construídas em décadas prévias no entorno das cidades de Rosário – capital de Santa Fé, província de grande

⁷⁵Lenz (2004, p.118) afirma que a Campanha do Deserto de 1878/79 e a vitória do general Roca sobre os indígenas foram consequências do desenvolvimento econômico e não a sua causa. Foi o desenvolvimento que permitiu o fortalecimento da autoridade estatal e aplicação dos projetos de infraestrutura que foram usados por Roca em sua operação. Para Lenz (2004, p.106), o “crescimento das exportações e a abertura externa só foram possíveis com uma grande expansão territorial pela ocupação do imenso espaço de terras férteis dos pampas”.

importância agrícola – e Buenos Aires, transformando a malha ferroviária que ligava a capital com as regiões agrícolas do oeste e do sul da cidade de Buenos Aires em uma extensa rede ferroviária. Juntamente com essa centralização das ferrovias na capital, ocorreu a construção do moderno porto de águas profundas de Puerto Madero, capacitado para receber grandes embarcações de ferro e vapor⁷⁶ (HORA, 2010, p. 212).

Lenz (2004, p. 124) também confere grande importância às ferrovias argentinas ao afirmar que o desenvolvimento visto nas décadas seguintes, que incluiu a expansão das atividades rurais geradoras de renda, a expansão da economia monetária e o aumento do poder de compra da população, o crescimento dos mercados regionais e sua integração com os mercados da capital e do litoral e a imigração, foram consequências da evolução ferroviária⁷⁷. Com os investimentos realizados nas ferrovias, o custo dos transportes diminuiu, permitindo aos produtos agropecuários produzidos no interior atingissem os mercados consumidores locais e internacionais.

De acordo com Díaz-Alejandro (1983, p. 20), as exportações argentinas se diversificaram bastante ao longo do século XIX. O charque, o couro e os sebos perderam espaço na década de 1840 para a lã, que deu dinamismo às exportações argentinas que os outros produtos já não podiam fornecer. Nas décadas seguintes, o cultivo de cereais vai se espalhando e tomando os territórios, conforme a fronteira agrícola se expandia. Nas últimas duas décadas do século XIX, nota-se uma grande expansão na exportação de cereais, principalmente a partir de 1890, e ganhando força no período seguinte, de 1900-1904. A partir de 1900-1904 observa-se a expansão da produção e da exportação de carne resfriada e congelada, revelando o desenvolvimento da tecnologia de conservação e dos transportes da carne argentina. Entre 1875-1869 e 1910-1914, tanto a quantidade quanto o valor das exportações se expandiram a taxas superiores a 5% ao ano. Para o autor o que determinou o aumento das exportações de produtos pecuários e de cereais a partir de 1870 foi a crescente necessidade de alimentos no mundo e a expansão ferroviária.

⁷⁶ No entanto, o autor ressalta que Puerto Madero não era responsável por todo o escoamento da produção agropecuária argentina. O desenvolvimento da agricultura de exportação levou ao surgimento de outros portos, mais próximos às zonas produtoras, como foi o caso dos portos de Rosário, La Plata e Bahía Blanca (HORA, 2010, p. 213-214).

⁷⁷ Segundo Cortes Conde (1975, p. 144): “A ferrovia determinou uma redução substancial de custos de transporte. Estima-se que entre 1855 e 1884 o custo dos fretes ferroviários diminuiu 71,9% em relação com o transporte por meio de carretas (...) também foi decisivo na evolução do trigo o papel desempenhado pela ferrovia, o que se comprova ao observar que, até 1900, mais de 80% da produção foi transportada por vias férreas”. Sobre as ferrovias na Argentina, ver também: Lewis (1983).

Tabela 2.10 – Estimativa do volume das exportações em médias anuais em milhões de pesos-ouro, a preços de 1910-1914 (1875 – 1914)

Período	Lã	Couro	Carne seca e salgada	Carne ovina resfriada e congelada	Carne bovina congelada	Carne bovina resfriada	Carne embalada	Trigo	Milho	Linho	Aveia, Cevada Centeio
1875-1879	34,1	24,6	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,0	0,0
1880-1884	41,3	22,5	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,3	1,2	0,0
1890-1894	52,7	35,6	6,6	3,5	0,1	0,0	0,6	28,1	6,0	3,6	0,0
1900-1904	66,7	35,6	2,8	9,7	10,6	0,0	0,5	55,1	34,4	32,2	0,5
1910-1914	51,9	44	1,1	8,9	49,7	4,3	3,0	78,1	72,4	41,0	14,6

Fonte: DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, p. 19.

Conforme as terras eram postas à disposição por meio da Conquista do Deserto e da integração realizada pelas ferrovias, dois problemas surgiam na Argentina: a falta de população para colonizar essas novas regiões e a falta de mão de obra para trabalhá-las.

De acordo com Solberg (1982, p. 132), a Argentina promoveu imigração com o intuito de povoar seus espaços vazios e prover a força de trabalho essencial para o desenvolvimento agrícola. Os milhões de imigrantes chegados à Argentina entre 1870 e 1930 aspiravam encontrar no meio rural a prosperidade e liberdade, ambos incertos para os pobres na Europa.

Lattes e Lattes (1975) dão grande peso à imigração ocorrida na Argentina entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX ao afirmarem que esta “constituiu um dos fatores centrais do processo de transformação da Argentina, dado que afetou, praticamente, todas as esferas da sociedade” (LATTES; LATTES, 1975, p. 65).

Lattes e Sautu (1978, p. 14-16) afirmam que entre 1870 e 1930, a demanda por mão de obra, escassa no país, para sustentar a expansão do setor agroexportador trouxe milhares de imigrantes para o país. O nível de salários locais mais altos que nos países de origem serviram de incentivo para a vinda dos imigrantes europeus.

Para Galiani e Gerchunoff (2007) foi somente com a oferta substancial de mão de obra imigrante que o problema da escassez aguda de trabalho na Argentina foi resolvido. O crescimento da força de trabalho promovida pela imigração foi um dos fatores essenciais da expansão da área cultivada na Argentina, que na região dos pampas passou de 5 milhões de hectares em 1895 para 25 milhões em 1930. A demanda por trabalho era altamente sazonal, segundo os autores. Dois tipos de trabalhadores eram necessários para

a agricultura arável nos pampas: o primeiro, eram os de caráter sazonal, que tivessem disposição para o trabalho durante os períodos de alta demanda e o segundo, os para o trabalho durante todo o ano (GALIANI; GERCHUNOFF, 2007, p. 125-127). Lattes e Lattes (1975) também afirmam que a imigração na Argentina não foi um fenômeno estável ou contínuo ao longo do tempo, tendo as entradas e saídas apresentado uma intensa variação, marcada por uma alta proporção de retornos. Dentre os retornados, principalmente entre o final do século XIX e começo do XX, merecem destaque os imigrantes *golondrinas* – trabalhadores temporários atraídos pelos altos salários pagos nos períodos de maior demanda por mão de obra na agricultura (LATTES; LATTES, 1975, p. 61).

Ao longo do período estudado, a Argentina foi o país que mais recebeu imigrantes na América Latina: mais de 6,4 milhões de estrangeiros entraram no país entre 1870 a 1930. A Tabela 2.11 mostra a quantidade de imigrantes entrados na Argentina no período entre 1857 e 1930.

Tabela 2.11 – Imigração na Argentina (1857 – 1930)

Período	Imigrantes entrados na Argentina
1857- 1880	420.452
1881-1890	975.085
1891-1900	648.326
1901-1910	1.764.103
1911-1920	1.204.929
1921-1930	1.397.415
Total	6.410.311

Fonte: RAPOPORT, M., et al. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880 – 2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000, p. 40.

As circunstâncias que permitiram a corrente imigratória vista nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX estão relacionadas com a estabilidade da vida política e econômica da Argentina, com o fim da “ameaça indígena” propiciado pela Conquista do Deserto pelo General Roca, o fim das guerras civis, a consolidação do governo nacional e a federalização de Buenos Aires, e também com a crise econômica vivida na Europa nas décadas de 1880 e 1890 (RAPOPORT, 2000, p. 39-40).

Tabela 2.12 – Nacionalidades dos imigrantes entrados na Argentina (1857 – 1930)

Nacionalidade	Quantidade
Italianos	2.875.917
Espanhóis	2.002.225
Alemães	263.790
Franceses	234.102
Polacos	129.147
Russos	175.459
Vários	729.673
Total	6.410.311

Fonte: Adaptado de RAPOPORT, M., et al. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880 – 2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000, p. 40.

Conforme podemos ver na Tabela 2.12 acima, os italianos representaram a maioria dos estrangeiros que se dirigiram para a Argentina, seguidos pelos espanhóis. Esses dois grupos juntos corresponderam a 76% das entradas de imigrantes no país. O terceiro grupo foram os alemães, representando apenas 4,11% das entradas.

A rápida expansão da economia tanto agrícola quanto industrial argentina atraiu imigrantes italianos qualificados, artesãos e profissionais, a investirem suas poupanças na economia local (KLEIN, 1989a, p. 110).

Na segunda metade da década de 1850 entraram em média, 5.000 imigrantes por ano, apresentando crescimento na década de 1860 até atingir ao redor de 48.000 em 1874. A crise na economia argentina, ocorrida entre 1873 e 1876, decorrente da deterioração dos preços de exportação, afetando a balança comercial e afetando a balança de pagamentos agravada pelo déficit das contas públicas, obrigando o governo a ajustar os gastos governamentais, impactou sobre a entrada de estrangeiros na Argentina. O ápice das entradas na década de 1870 foi o ano de 1873, quando entraram 76.332 imigrantes no país. Em 1876, as entradas diminuíram para 30.965 imigrantes, menos da metade dos números registrados em anos anteriores, se recuperando apenas no final da década. A aprovação da Lei Avellaneda em 1876, destinada a promover a imigração, só deu frutos em 1883, ano em que as entradas superaram as cifras registradas em 1873. Os dados referentes à imigração entre 1857 e 1887 apresentam uma evolução quase que constante no crescimento das entradas. O Censo da cidade de Buenos Aires para o ano de 1887 explica as reduções de entradas de imigrantes no país, em alguns anos, como segue:

El considerable descenso que se observa en la inmigración del año 1871, es debido a la fiebre amarilla que, en aquel tiempo, hizo grandes estragos en la población de Buenos Aires. En el año 1874, sobrevino una grave crisis económica, cuyos efectos se sintieron hasta el año 1878. El decaimiento de la producción en general y una baja pronunciada en todos los valores, acarrearón un descenso notable en la inmigración. En 1880 eran los disturbios políticos que acompañaban la renovación del poder ejecutivo nacional, los que determinaron una merma en la cifra de los inmigrantes. Finalmente, en 1886, fue el cólera la causa de la disminución de la mencionada cifra inmigratoria (CGCBA, 1889, p. 508-509).

A década de 1880, com a expansão da fronteira, Conquista do Deserto e ligação da pampa com o litoral por meio das vias férreas e, assim, comunicando a região agroexportadora com os mercados mundiais, foi marcada pelo aumento nas entradas anuais de estrangeiros. Entre 1880 e 1889 as entradas foram, em média, de 100.000 estrangeiros por ano. Nessa década registrou-se a maior porcentagem de grupos de famílias entre os chegados. Segundo Devoto (2007), tanto as oportunidades oferecidas na zona rural na Argentina quanto a crise em algumas regiões campestres da Europa, contribuíram para o traslado de famílias camponesas que emigravam conjuntamente (DEVOTO, 2007, p. 543). Segundo o autor, a ampliação das oportunidades ocorre tanto no campo, acompanhando a expansão cerealífera, quanto nas cidades, seguindo o compasso da construção da infraestrutura urbana, das obras de edificações públicas e privadas e dos sistemas de transportes (DEVOTO, 2007, p. 543-545).

Conforme apontado no Capítulo 1, os italianos dominaram o fluxo migratório de tal maneira que o governo, no breve lapso temporal de 1888 a 1890, passou a se preocupar em impulsionar a migração de outras origens através da política de subsídios de passagens. Os subsídios renderam a entrada de 138.000 estrangeiros outras nacionalidades na Argentina no período (DEVOTO, 2002, p. 252).

A crise econômica de 1890 se refletiu na imigração. Entre 1890 e 1898 as entradas declinaram para uma média de 72.000 ao ano. No início do primeiro decênio do século XX, esse número disparou novamente para 231.000 por ano aumentando ainda mais nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Devoto (2007) afirma ter ocorrido nesse período a maior onda de imigração para a Argentina, “condicionada pela continuidade da expansão da fronteira agropecuária e pela expansão industrial que a acompanha a um ritmo ainda maior, como produto de um efeito de encadeamento com o setor rural e do enorme aumento do mercado de consumidores urbanos que o mesmo abastecia” (DEVOTO, 2007, p. 545).

Segundo Hora (2010), entre 1905 e 1913, entraram na Argentina ao redor de 300.000 estrangeiros por ano o que representava uma entrada anual superior a 7% da população total do país (HORA, 2010, p. 173). As cifras referentes a imigração na Argentina entre 1870 e 1914 mostram os imigrantes notadamente elásticos perante as variações na demanda por trabalho. Os dados disponíveis mostram a influência das crises econômicas vividas pelo país nesse período sobre a imigração. A crise ocorrida no meio dos anos 1870 e a crise de 1890 foram acompanhadas por diminuição nas entradas e aumento nas saídas. De acordo com Bourdé (1977):

a conjuntura econômica argentina impõe o ritmo do movimento da corrente imigratória transoceânica. As fases de expansão – de 1860 a 1873, de 1880 a 1889, de 1903 a 1913 e de 1919 a 1929 – coincidem com os períodos de afluência massiva de imigrantes. Inversamente, as crises cíclicas de 1873, 1880, 1890, 1896, 1901, 1913, as prolongadas recessões de 1890 a 1902, de 1929 a 1939 e as duas guerras mundiais interromperam ou reduziram a corrente. A oferta de empregos no país receptor determina diretamente o fluxo de imigrantes (BOURDÉ, 1977, p. 130).

A primeira interrupção da corrente imigratória ocorreu com a Primeira Guerra Mundial. Os maiores volumes de imigrantes que entraram na Argentina ocorreram na primeira década do século XX, quando mais de 1.764.000 estrangeiros entraram no país. Os italianos se destacaram em todo o período, e apenas durante a década de 1910 os espanhóis ocuparam o primeiro lugar, correspondendo a 68% das entradas. Esses dados descritos acima podem ser observados na Tabela 2.13.

Tabela 2.13 – Imigrantes de Segunda e Terceira Classe entrados na Argentina, por nacionalidade (1857 – 1930)

Anos	Italianos	Espanhóis	Franceses	Alemães	Poloneses	Russos	Vários	Total
1857-1860	12.355	3.370	1.105	240	-	120	2.810	20.000
1861-1870	113.551	22.627	8.371	1.298	-	419	13.301	159.567
1871-1880	152.061	44.526	32.717	3.819	-	412	7.350	240.885
1881-1890	493.885	158.764	93.843	148.148	-	4.155	76.291	975.086
1891-1900	425.693	131.714	25.600	8.693	-	17.466	39.160	648.326
1901-1910	796.190	652.658	34.180	19.304	-	84.493	177.278	1.764.103
1911-1920	347.388	589.093	25.258	22.158	695	56.797	163.540	1.204.929
1921-1930	534.794	399.473	13.028	60.130	128.452	11.597	249.941	1.397.415
Total	2.875.917	2.002.225	234.102	263.790	129.147	175.459	729.671	6.410.311

Fonte: RAPOPORT, M., et al. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*, Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000, p. 40.

Assim como no caso do Brasil, os italianos formaram o grupo de maior predominância entre os estrangeiros emigrados para a Argentina e também os que se concentraram nas regiões mais dinâmicas e avançadas do país. De acordo com Klein (1989):

Na Argentina, os italianos foram o primeiro grande grupo de imigrantes a chegar e puderam estabelecer normas de integração dos imigrantes. Eles tanto predominavam no grupo de pessoas nascidas no exterior, como constituíam uma minoria substancial da população total (representavam 39% dos nascidos no exterior e 12% da população total em 1914). Finalmente, eles estavam concentrados na região costeira, que era o centro tanto da agricultura comercial, como de toda a atividade industrial (KLEIN, 1989a, p. 101).

Solberg (1982, p. 149) afirma que milhões de italianos viam a Argentina como a terra prometida, onde os pobres recém-chegados poderiam encontrar a prosperidade e onde a língua não representava uma barreira à assimilação dos imigrantes no mercado de trabalho. Para Klein (1989a), a principal motivação para a ida desse grupo de imigrantes para a Argentina era a grande disponibilidade de terras e possibilidade de se tornar agricultor (KLEIN, 1989a, p. 104).

A recuperação econômica da Argentina após o término da Primeira Guerra Mundial marca uma nova etapa no movimento migratório para o país que duraria até a crise dos anos 1930. Devoto (2007) aponta também para a lei de quotas dos Estados Unidos, de 1921 e 1924, restringindo a entrada de imigrantes naquele país, especialmente para os europeus do leste e do sul, como contribuição para as entradas registradas na década de 1920 na Argentina, principalmente de judeus e polacos (podemos ver pela Tabela 2.13 o aumento nas entradas de poloneses na Argentina, passando de 695 na década de 1910 para mais de 128.000 na década de 1930). Ainda que o país também tenha colocado em prática medidas restritivas à imigração, estas não surtiram efeito. Na década de 1920 a Argentina recebeu 1.397.415 estrangeiros.

Vários autores confirmam a importância da imigração para o crescimento populacional da Argentina⁷⁸. Entre 1869 e 1914 a população mais que quadruplicou. Em 1869 o país tinha pouco mais de 1.730.000 de habitantes. Em 1914, o total constituía 7.885.237 e, em 1930, já havia alcançado mais de 11.935.000⁷⁹. Hora (2010) afirma que

⁷⁸ Ver, por exemplo, Lattes e Lattes (1974, p. 23, 33, 59-63); Díaz-Alejandro (1986, p. 35-36); Irigoin (1984, p. 5-6); Conde (1986, p. 335-336); Rapoport (2000); Hora (2010, p. 174).

⁷⁹ Díaz-Alejandro (1986, p. 36) confirma essa afirmação ao dizer que “sem imigração e supondo um crescimento anual de 2%, a população teria se elevado de 1,7 milhões em 1869 para 5,7 milhões em 1929; ao invés, em 1929 chegava a 11,6 milhões, ou seja, cerca de 10 milhões a mais que em 1869. De acordo

a imigração líquida contribuiu com metade do crescimento demográfico entre 1880 e 1914, sendo que de 1880 a 1889 a imigração contribuiu com 66% do crescimento populacional, 38% entre 1890 e 1899 e 47% entre 1900 e 1913. De acordo com o autor “em nenhum outro país o peso da população estrangeira foi tão acentuado nem os imigrantes constituíram uma proporção tão elevada do total da população” (HORA, 2010, p. 174).

A imigração influenciou não só o crescimento populacional efetivo, mas também a taxa anual de crescimento da população e a oferta de mão de obra. Como afirma Gino Germani, em estudo originalmente publicado em 1962,

A imigração proporcionou a mão de obra necessária para trabalhar a terra que não se explorava e desenvolver a produção agrícola que permitiu à Argentina, um país que em 1870 apenas importava, se converter em um dos principais exportadores do mundo. Ao mesmo tempo, a imigração brindou o potencial humano para construir um sistema ferroviário, obras públicas e moradias e para ampliar as atividades comerciais e os serviços. Por último, a população de imigrantes foi a que proporcionou a maior parte da mão de obra do setor empresarial nos começos do desenvolvimento industrial (GERMANI, 2010b, p. 503).

Segundo Rapoport (2000, p. 41), é possível constatar a importância da imigração no aumento da população tanto ao analisar os fluxos migratórios quanto pela taxa de crescimento anual da população, combinando esses fluxos com o crescimento vegetativo. Entre 1885 e 1889, a imigração foi responsável por 76% do crescimento anual da população argentina e entre 1904 e 1910, por 58%. Na primeira década do século XX a entrada média anual foi de 112.000 estrangeiros.

A participação relativa dos imigrantes na população total e no crescimento da população é muito mais representativa na Argentina que no Brasil. Enquanto em 1869 os imigrantes representavam 12,1% do total de habitantes da Argentina, em 1872, no Brasil, eles não passavam de 3,84%. Em 1895, os estrangeiros atingiam 25,4% da população argentina, no Brasil em 1890 sua participação relativa caiu para 2,45%. Em 1914, 29,9% da população argentina era imigrante enquanto em 1920, no Brasil, os estrangeiros correspondiam a 5,20% da população total.

De acordo com o Primeiro Censo Nacional Argentino, de 1869, havia mais de 210.000 estrangeiros no país, sendo a maioria, 167.158, europeus. Os dados apontam para

com este cálculo aproximado, 60% do crescimento demográfico pode ser atribuído à decisão de permitir a imigração líquida”.

a predominância dos homens entre estrangeiros, sendo estes 151.987 contra 60.005 mulheres. As nacionalidades mais representativas eram os italianos (71.442), seguidos de espanhóis (34.080) e franceses (32.383) (PCRA, 1872, p. XXXI-XXXIII).

O Segundo Censo Nacional de 1895 mostra que os imigrantes constituíam 25% do total da população argentina. Os italianos eram mais de meio milhão naquela data e por si só correspondiam a 12,5% da população, seguidos pelos espanhóis que eram cerca de duzentos mil e representavam 5% da população, e dos franceses, com cerca de cem mil, perfazendo 2,4% da população. A imigração continuava predominantemente masculina, com uma relação de 1,77 homens para cada mulher (DEVOTO, 2002, p. 264-266).

Entre os censos nacionais de 1895 e 1914 a taxa de crescimento médio anual da população total foi de 36,8%. Entre o Censo de 1914 e Censo 1947, verifica-se uma redução na taxa de crescimento médio anual, atingindo 21,5%. Rapoport (2000) afirma que contribuiu para essa diminuição o fim das grandes migrações em 1930, quando as entradas de estrangeiros se retraíram⁸⁰. A participação dos estrangeiros na população total também diminuiu após 1914 e em 1930, a participação estrangeira caiu para 23,5% (RAPOPORT, 2000, p. 133). A Tabela 2.14 abaixo apresenta esse ponto.

Tabela 2.14 – Estrangeiros na população argentina (1869-1930)

Ano	Total	Nacionais	Estrangeiros	% de estrangeiros
1869	1.737.026	1.526.734	210.292	12,1%
1895	3.954.911	2.950.384	1.004.527	25,4%
1914	7.885.237	5.527.285	2.357.952	29,9%
1930	11.600.000	8.885.600	2.714.400	23,4%

Fontes: Censo Nacional Argentino (1869, 1895 e 1914). DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, p. 36-38.

Durante esse período, a província de Buenos Aires passou a concentrar a maior parte dos estrangeiros do país, o que pode ser verificado pelos dados apresentados na

⁸⁰ No quinquênio 1926-1930 entraram na Argentina 689.698 estrangeiros. Já no quinquênio seguinte chegaram ao país menos da metade desse total, 331.075. E entre 1936 e 1939 entraram apenas 129.297 imigrantes (RAPOPORT, 2000, p. 40).

Tabela 2.15 abaixo. Dos 210.000 estrangeiros residentes na Argentina em 1869 mais da metade, 151.241, se concentrava na província de Buenos Aires – incluindo a capital - o que correspondia a 30,5% de sua população, 495.107 habitantes na data do primeiro censo. No interior da província residiam 317.200 habitantes dos quais 63.115 eram estrangeiros. À província de Buenos Aires, se seguia a de Entre Ríos com 18,308 estrangeiros (13,6% da população da província) e Santa Fé com 13,939 estrangeiros, totalizando 15,6% de sua população. A população urbana da República perfazia um total de 600.670 habitantes, quase 33% do total da população argentina (PCRA, 1872, p. XXXI-XXXIII; p. 27).

Em 1882, conforme aparece no *Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires* para aquele ano, a população do interior da província era de 526.581 habitantes, sendo 357.577 na zona rural e 169.004 na zona urbana. O total de estrangeiros ascendia então a 133.089 pessoas, sendo 85.039 vivendo na zona rural e 48.050 nas cidades do interior (AEPB, 1883, p. 71-79).

De acordo com o Primeiro Censo Nacional de 1869, quatro em cada dez estrangeiros viviam na capital Buenos Aires e sete em cada dez estrangeiros residiam na capital, na província de Buenos Aires ou na província de Santa Fé. Quase trinta anos depois, a proporção de estrangeiros residindo em Buenos Aires havia aumentado para um em cada três estrangeiros e oito em cada dez residiam na capital, na província de Buenos Aires ou na província de Santa Fé (DEVOTO, 2002, p. 264-266).

O *Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires* para o ano de 1896 aponta para a província uma população de 921.168 habitantes, dos quais 284.286 eram estrangeiros. O Anuário afirma que a população aumentou muito mais graças à imigração que ao crescimento vegetativo o que pode ser provado pela quantidade de estrangeiros residentes ali. A população urbana era de 362.083 e a rural de 559.085 pessoas (AEPB, 1898, p. VII).

Segundo o *Tercer Censo Nacional* de 1914, em 1900 a província de Buenos Aires possuía uma população de 1.042.217 habitantes ascendendo para 1.340.000 em 1910. A cidade de Buenos Aires em 1900 possuía 807.680 habitantes, aumentando para 1.300.000 em 1910 (TCNA, Tomo II, v. 1, 1916, p. XII).

Tabela 2.15 – Nacionais e estrangeiros na população da Província de Buenos Aires (1872 – 1920)

Ano	Total	Nacionais	Estrangeiros	% estrangeiros
1869	317.200	254.085	63.115	19,90%
1882	357.577	224.488	133.089	37,22%
1895	921.168	636.882	284.286	30,86%
1914	2.066.165	1.362.234	703.931	34,07%

Fonte: ARGENTINA, Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General. *Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires. Año segundo – 1882*. Buenos Aires: Imprenta y fundición de tipos de la República, 1883, P. 71-79; Censo Nacional Argentino (1869, 1895 e 1914).

Ainda de acordo com o *Terceiro Censo Nacional*, em 1914 a Argentina tinha uma população de 7.885.237 habitantes dos quais quase 30% eram estrangeiros. Os 703.931 estrangeiros residentes na província de Buenos Aires correspondiam a 26,2% do total de estrangeiros do país. A capital Buenos Aires, por sua vez, continha 20% da população argentina, 1.575.814 habitantes, e 33% dos estrangeiros, 777.845, vivendo na Argentina se encontravam na capital. A província e a capital juntas concentravam 46,2% da população e 63,7% dos estrangeiros da Argentina. Enquanto isso, em 1920, de uma população de mais de 30.600.000 habitantes, apenas 1.590.378 eram estrangeiros no Brasil, pouco mais de 5% do total. O estado de São Paulo no mesmo ano, com uma população de 4.592.188 pessoas, possuía 833.709 estrangeiros, ou 18,15% do total.

A população da região dos pampas, onde se concentrava a produção agropecuária, cresceu de 772.216 habitantes em 1869 para mais de 4,2 milhões em 1914. Tal crescimento, como aponta Solberg (1982, p. 140-141) se deve principalmente à imigração massiva. Em 1914, os estrangeiros correspondiam a 30,3% da população dos pampas. Vale ressaltar que se fossem incluídos os filhos dos imigrantes na categoria de imigrantes, a população estrangeira dos pampas seria ainda maior. Os pampas cresceram uma média de 76.800 pessoas por ano.

As províncias de Córdoba, Buenos Aires, Entre Ríos, Mendoza, Santa Fé e La Pampa, regiões caracterizadas pela produção agropecuária, receberam juntas 38% dos estrangeiros no país em 1869, 52% em 1895 e 48% em 1914⁸¹. Entre 1860 e 1880

⁸¹ Em 1914, eram estrangeiros: 20,4% dos 735.472 habitantes de Córdoba; 34,1% dos 2.066.165 habitantes Buenos Aires; 17% dos 425.373 habitantes de Entre Ríos; 31,8% dos 277.535 habitantes de Mendoza;

surgiram os primeiros estabelecimentos coloniais de relativa importância, especialmente nas províncias de Buenos Aires e Entre Ríos. Com a expansão da produção de cereais após 1880, esse processo se intensificou e o número de estabelecimentos coloniais com população entre dois e dez mil habitantes na região dos pampas passou de 20 em 1869 para 221 em 1914 (CONDE, 1986, p. 364).

Todo esse contingente de estrangeiros supriu a necessidade de mão de obra para trabalhar a terra que antes não era explorada e desenvolver a produção agrícola. Os imigrantes também atuaram na construção de ferrovias, obras públicas, na ampliação das atividades comerciais e de serviços. Além disso, no começo do desenvolvimento industrial argentino os imigrantes, à parte de fornecerem a mão de obra que o setor secundário demandava, também atuaram como industriais.

2.2. Entre o campo e a cidade

2.2.1. O estado de São Paulo

Em São Paulo, como visto, a imigração estava diretamente relacionada com o setor exportador cafeeiro. O sucesso do movimento migratório se deu, na sua maior parte, a partir da década de 1880 com o início das políticas governamentais visando à atração de trabalho imigrante para as fazendas de café. Anteriormente a essa data houve diversas tentativas de atração do trabalhador estrangeiro.

A primeira experiência com o uso de imigrantes nas lavouras ocorreu na província de São Paulo, através da iniciativa privada do Senador Nicolau Vergueiro na década de 1840, o que refletia o desejo dos fazendeiros de superar o problema da mão de obra⁸². Em 1847, Vergueiro, por meio de sua empresa, a Vergueiro & Companhia, receberam 423 alemães, assentados em uma colônia na sua fazenda em Ibicaba⁸³. A princípio os contratos

35,1% dos 899.640 habitantes de Santa Fe e 36,4% dos 101.338 habitantes de La Pampa. (TCNA, Tomo II, v. 1, 1916, p. 202).

⁸² Sobre o Senador Vergueiro, ver: Forjaz (1924); Stolcke e Hall (1983); Lamounier (1993); Costa (1999) dentre outros.

⁸³ Vergueiro em 1845 apresentou ao Senado uma emenda no orçamento na qual o governo ficava autorizado a gastar até 200 contos com a importação de colonos (Lei de 18 de setembro de 1845). O próprio Vergueiro foi designado pelo governo provincial para recebê-los e assumir a responsabilidade das despesas com os transportes. A primeira tentativa de introdução de colonos portugueses fracassara dada as agitações políticas que assolaram a província, levando os colonos ao abandono da fazenda. Em 1846 Vergueiro contrata

foram oferecidos com base na locação de serviços; no entanto, dada a opção de escolha, os imigrantes optaram pelo sistema de parceria (LAMOUNIER, 1993, p. 150).

Nos contratos de parceria, o fazendeiro financiava o transporte do imigrante até o porto de Santos, adiantava os custos com o transporte até a fazenda e dos mantimentos e ferramentas de trabalho necessários aos imigrantes até que estes pudessem reembolsá-los com os ganhos das primeiras colheitas. Vergueiro e Companhia se responsabilizavam pelos custos do transporte até o porto de Santos e de lá até a fazenda de Ibicaba, além de prover os imigrantes com empréstimos para a compra de comida e equipamentos para a primeira colheita. Já nas fazendas cafeeiras, os imigrantes se tornavam responsáveis por um certo número de pés de café para cuidar, colher e beneficiar a produção e também lhes era concedido um pedaço de terra para o cultivo dos gêneros alimentícios. A remuneração final consistia na divisão dos lucros obtidos da venda do café, metade-metade, entre companhia e o imigrante como também o era a produção de comida que excedesse o nível de subsistência⁸⁴.

Na parceria, os trabalhadores ficavam obrigados a reembolsar os gastos dos fazendeiros com eles com ao menos metade dos ganhos anuais derivados do café. O contrato firmado entre as partes não possuía duração definida, mas trazia o montante da dívida que o imigrante acumulava com transporte e outros adiantamentos feitos pelo fazendeiro. Sobre a dívida das passagens incorriam juros a serem computados a partir do segundo ano e sobre os outros adiantamentos, a partir do primeiro ano. Imigrantes não podiam legalmente deixar as fazendas até a total quitação das dívidas. Todos os gastos para se obter o trabalhador livre imigrante recaíam sobre o próprio estrangeiro que já começava a trabalhar sobrecarregado de dívidas (STOLCKE; HALL, 1983, p. 83).

famílias de prussianos, bávaros e camponeses do Holstein para trabalhar na sua Fazenda Ibicaba, fazendo a associação desses trabalhadores livres com os escravos que a fazenda continha. Em seguida ocorre a constituição da sociedade Vergueiro e Cia para o transporte de imigrantes. Em 1852, em contrato com o governo, a companhia assumia a responsabilidade de introduzir 1.500 colonos em 3 anos, contrato este que foi cumprido em 31 de julho de 1854. Em 1855, Vergueiro realiza a solicitação de um empréstimo de 200 contos de réis pelo prazo de oito anos livre de juros, oferecendo terras de maior valor como garantia do pagamento. Como contrapartida, durante o período, ficava a companhia obrigada “a introduzir 10.000 colonos a serem colocados em mãos de particulares. A importância correspondente às passagens seria recebida no prazo de um, dois ou três anos. Ressalvava-se o direito de ter por sua conta todos os colonos que introduzisse acima daquele número. Obrigava-se, ao mesmo tempo, a manter uma ou duas linhas de barcos a vela, cada uma com mais de três barcos, ou vapores (neste caso em número menor) para o transporte dos colonos, até que o número de dez mil fosse atingido. No caso de não conseguir preencher as condições do compromisso no prazo de dois anos, o contrato seria considerado nulo, sendo o governo reembolsado de tudo, deduzidas as despesas correspondentes ao número de colonos introduzidos” (COSTA, 1999, p. 204-205).

⁸⁴ Sobre as colônias de parceria, ver: Holanda (1987) e Costa (1999, cap. 5).

No início da década de 1850, outros fazendeiros passaram a contratar imigrantes para o trabalho nas fazendas, por meio da Vergueiro e Cia, que passou a cobrar uma comissão a ser incluída na dívida do trabalhador; os contratos passam a ter juros mais altos, vigorando a partir da chegada do trabalhador e toda a família passava a se responsabilizar pelas dívidas. Em 1855 havia mais de três mil e quinhentos imigrantes trabalhando em trinta fazendas paulistas. O trabalho livre coexistia com a escravidão, sendo os escravos responsáveis por trabalhos que eram impróprios para a parceria como o preparo do solo e o processamento do café. (STOLCKE; HALL, 1983, p. 84-85)

Com a proibição do tráfico de escravos após 1850, outros agricultores, atraídos pela iniciativa de Vergueiro, recorreram a ele e à sua companhia em busca de trabalhadores imigrantes. Vergueiro, assim que conseguiu o apoio financeiro necessário, começou a importar imigrantes ativamente. Em 1852 assinou um contrato com o governo provincial para importar 1.500 colonos em 3 anos, e em julho de 1854 já havia atingido a meta (LAMOUNIER, 1993, p. 154).

A década de 1850 ficou marcada por rebeliões e revoltas nas fazendas e colônias em toda a província. Alterações nas condições dos contratos levaram a queixas e conflitos entre fazendeiros e imigrantes. As queixas eram gerais: imigrantes questionavam a inclusão de taxas de comissões no montante de sua dívida, o pagamento de serviços para o processamento de café na fazenda, mudanças no pagamento das taxas de juros, a responsabilidade de toda a família pelo pagamento da dívida, a qualidade e tamanho dos lotes reservados para os cultivos de subsistência, a acomodação e os preços dos artigos vendidos a eles dentro das fazendas, dentre outras⁸⁵ (LAMOUNIER, 1993, p. 158). Ao final da década de 1850, já se podia considerar a o sistema de parceria como um fracasso, diante dos inúmeros conflitos e da desilusão dos fazendeiros⁸⁶. Protestos contra os contratos de parceria e seus maus resultados nas fazendas paulistas levaram à interrupção do fluxo de imigrantes para a província. Os governos suíço e prussiano, após denúncias

⁸⁵ O primeiro sinal de descontentamento dos trabalhadores imigrantes com as condições de trabalho ocorreu em 1856 com uma revolta de trabalhadores suíços. A Revolta mais importante ocorreu em dezembro 1856 na fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro, onde os imigrantes protestaram contra irregularidades nos contratos: erros nos cálculos dos ganhos com o café produzido, cobranças indevidas e divisão desigual dos lucros da venda do café. A possibilidade da revolta se espalhar para outras fazendas e incentivar os escravos a se revoltarem também assustava os fazendeiros. O fracasso do sistema de parcerias ficou claramente ligado às fraudes cometidas pelos fazendeiros e também à crescente frustração dos imigrantes em relação às suas condições de vida e trabalho (STOLCKE; HALL, 1983, p. 86-87).

⁸⁶ Emília Viotti da Costa cita exemplos de fazendeiros descontentes com o sistema de parcerias e com os colonos que haviam contratado no período, ver: Costa (1999, p. 211).

das más condições de trabalho no Brasil, proibiram a emigração para a São Paulo. (LAMOUNIER, 1993, p. 160-161).

Na década de 1880, as pressões dos cafeicultores, temerosos de uma crise no suprimento de braços para a lavoura diante do fim iminente da escravidão, resultaram na instituição, em um primeiro momento pelos governos do estado de São Paulo e pelo governo federal e depois a cargo exclusivo do governo estadual, de um sistema de subsídios de passagens a imigrantes que quisessem se estabelecer no país. Essa subvenção foi responsável pela entrada da maior parte dos imigrantes em São Paulo até inícios do século XX. Tanto o governo brasileiro quanto o paulista custeavam o transporte transatlântico, proviam a infraestrutura para receber os imigrantes quando de sua chegada em São Paulo e o transporte terrestre até as fazendas de café. (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 141-147).

Entre a década de 1880 até meados do século XX, um novo sistema de trabalho entrava em vigor, o colonato. Esse sistema se caracterizava por uma remuneração mista: pagava-se uma taxa fixa anual pela carpa do café (garantindo assim uma renda estável fixa aos imigrantes independente do café produzido além da garantia aos fazendeiros de que os cafezais não fossem descuidados) e outra parte da remuneração dependia diretamente do número de cafezais cuidados, o que estimulava os imigrantes a cultivar um maior número de pés de café. Mantendo o sistema de preços por unidade para colheita, os custos do trabalho podiam ser adaptados às flutuações anuais da produção. Custos do trabalho podiam ser reduzidos com a intensificação das atividades pela família dos imigrantes quando a demanda por mão de obra fosse maior (STOLCKE; HALL, 1983, p. 100). Além disso, os fazendeiros proviam os imigrantes com um lote de terra, no qual podiam cultivar gêneros de subsistência e vender o excedente produzido, gerando assim mais uma forma de remuneração (FAUSTO, 1986, p. 780). Com o sistema de colonato e com a imigração subsidiada os fazendeiros passaram a contar com um suprimento garantido de trabalho para as plantações e os imigrantes estavam protegidos dos abusos e incertezas do sistema de parceria.

A expansão cafeeira, o crescimento da malha ferroviária e o aumento do fluxo migratório eram fenômenos intimamente relacionados. A estreita relação entre a expansão cafeeira e o crescimento do fluxo migratório foi observada por Holloway (1984) quando o autor analisa a influência dos preços do café na entrada de imigrantes em São Paulo. Em meados de 1880 até meados de 1890 tem-se uma alta dos preços do café e

fluxos médios de imigrantes cada vez maiores. A queda do preço do café entre os últimos anos do século XIX e começo do XX foi acompanhada de um declínio na imigração. O período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial foi marcado pela elevação das entradas de estrangeiros e melhora do preço do café. Durante a guerra a paralisação das viagens transatlânticas e mudanças sociais na Europa provocaram um impacto negativo na imigração, que apresentou forte queda. Na década de 1920 a imigração se recuperou, assim como os preços do café, até a Depressão (HOLLOWAY, 1984, p. 68).

A expansão das estradas de ferro estava intimamente relacionada com o crescimento da área cultivada de café, na medida em que permitiam a ampliação da fronteira e reduzia os custos de transporte do café até o porto de Santos; além disso, levavam até as fazendas, principalmente na década de 1890, a mão de obra imigrante necessária para o trabalho nas lavouras. Conforme explicitado nos parágrafos anteriores, a década de 1890 foi o período em que mais se recebeu imigrantes no país e em São Paulo. Nesse mesmo período, a população do estado aumentou em mais de 64%, o que representou um acréscimo de quase 900.000 habitantes; a malha ferroviária, cresceu 72%, passando de 2.425km para 3.373km.

Tabela 2.16 – Imigrantes, café, ferrovias, imigração e população no estado de São Paulo (1889 – 1930)

Anos	Imigrantes	Imigrantes subsidiados	Pés de café em produção	Produção exportável ¹	Malha ferroviária em km	População do estado de São Paulo
Até 1889	205.608	22.886	106.300.000	3.048.327	2.425	1.384.753
1900	757.878	607.113	220.000.000	7.821.541	3.373	2.282.279
1910	406.384	168.792	696.701.545	8.500.000	4.825	3.142.875
1920	484.584	178.928	826.644.755	10.200.000	6.616	4.628.720
1930	707.527	173.670	1.188.058.354	10.100.000	7.099	7.160.705

Fonte: GIFUN (1972, p. 46); BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, *Synopse do Recenseamento de 1890*, (1898); BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, *Anuário Estatístico do Brasil 1º ano (1908-1912)*, Vol. 1 - Território e População (1916, p. 252-260); IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas Vol. 1* (1941); Secretaria da Agricultura de São Paulo, *Relatórios*, vários anos; ¹dados retirados de CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1975, p. 28; 32; e LAMOUNIER, M. L. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX*. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2008, p. 26.

Conforme podemos observa pela Tabela 2.16, o número de pés de café em produção, após a entrada massiva de imigrantes, aumentou exponencialmente até culminar na crise da superprodução na qual o governo teve que intervir para evitar o colapso da economia cafeeira e sérios prejuízos para a economia nacional.

Os Relatórios da Secretaria da Agricultura para os anos de 1898 a 1907 trazem as profissões declaradas pelos imigrantes⁸⁷. A maioria dos imigrantes entrados em São Paulo eram agricultores.

Segundo os Relatórios, entre 1898 e 1907 entraram em São Paulo 168.589 imigrantes agricultores, 16.645 artistas e 1.997 declarados com outras profissões, num total de 187.231 imigrantes. Cerca de 90% desse total eram agricultores⁸⁸. Considerando apenas os imigrantes subsidiados entrados em São Paulo no período⁸⁹, que perfazem um total de 155.473 imigrantes, 140.158 se declararam agricultores, correspondendo também a 90% do total (RSASP, 1899-1908).

Já para os anos de 1908 a 1930, os dados foram retirados do *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização n. 3* da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de 1941. Esses dados estão mais completos, incluem os imigrantes espontâneos e subsidiados entrados pelo porto de Santos no período, dividindo-os entre brasileiros e estrangeiros e quanto às profissões (agricultores, artistas e diversos).

Conforme podemos observar na Tabela 2.17 abaixo, do total imigrantes entrados pelo porto de Santos entre 1908 e 1930, 1.046.663, 617,734 ou 59% eram agricultores. Entre os estrangeiros, 600.214 ou 62,4% do total eram agricultores, enquanto entre os brasileiros esse percentual não passava de 20,7% ou 17.520 indivíduos. Em termos percentuais, a parcela de estrangeiros declarados agricultores não variou muito entre os

⁸⁷Ao analisarmos os dados, nos deparamos com um problema. Alguns relatórios apresentam esses dados apenas para os imigrantes subsidiados, outros apenas para os espontâneos e alguns trazem para ambos. Os relatórios que apresentam dados sobre a profissão dos imigrantes espontâneos o fazem apenas para aqueles imigrantes espontâneos que buscaram alojamento na Hospedaria dos Imigrantes, que correspondiam apenas a uma pequena parte do total de espontâneos entrados a cada ano.

⁸⁸ Não localizamos dados sobre as profissões para o ano de 1900. Uma comparação com o total de imigrantes entrados no estado no período estudado é difícil de ser apresentada. A imigração espontânea estava ganhando forças na primeira década do século XX e os Relatórios da Agricultura, ao mostrarem dados das profissões dos imigrantes espontâneos, apenas faziam daqueles que haviam passado pela Hospedaria dos Imigrantes. Por exemplo, segundo o Relatório para o ano de 1903, entraram no estado naquele ano 17.932 imigrantes espontâneos, dos quais apenas 3.147 têm suas profissões computadas por serem os que buscaram alojamento na Hospedaria.

⁸⁹ Foram considerados os anos de 1898, 1899, 1901 e de 1903 a 1907, por serem os anos em que os relatórios trazem discriminadas as profissões dos imigrantes subsidiados.

períodos considerados. Entre 1908 e 1910, 58% dos estrangeiros, 63.218 de 109.160, eram agricultores. No último período, que é também o de maior concentração de agricultores, dos 238.745 estrangeiros entrados pelo porto de Santos, 66,4% ou 158.582 eram agricultores.

Tabela 2.17 – Profissões dos imigrantes entrados pelo porto de Santos (1908 – 1930)

Período	1908-1910	1911-1915	1916-1920	1921-1925	1926-1930	1908-1930
Total	113.803	316.810	102.814	233.552	279.684	1.046.663
Agricultores	64.146	191.275	55.044	135.482	171.787	617.734
Artistas	9.360	19.586	4.127	11.149	10.919	55.141
Diversos	40.297	105.949	43.643	86.921	96.978	373.788
Total de estrangeiros	109.160	309.337	89.953	215.004	238.745	962.199
Agricultores	63.218	190.534	54.492	133.388	158.582	600.214
Artistas	8.923	18.952	3.849	10.490	9.524	51.738
Diversos	37.019	99.851	31.612	71.126	70.639	310.247
Total de brasileiros	4.643	7.473	12.861	18.548	40.939	84.464
Agricultores	928	741	552	2.094	13.205	17.520
Artistas	437	634	278	659	1.395	3.403
Diversos	3.278	6.098	12.031	15.795	26.339	63.541

Fonte: BRASIL, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*. n. 3. São Paulo, março de 1941, p. 67.

Um aspecto relevante sobre a presença dos imigrantes na zona rural de São Paulo era a grande instabilidade e mobilidade dos trabalhadores estrangeiros⁹⁰.

Pierre Denis (1911) observou que, ao final da colheita, ocorria um deslocamento geral dos operários agrícolas. Entre 40% e 60% dos colonos estrangeiros deixavam a fazenda anualmente. A ampla mobilidade era a característica mais marcante da vida rural em São Paulo e a instabilidade no trabalho causava uma série de problemas para os

⁹⁰ Sobre a instabilidade dos imigrantes nas fazendas cafeeiras, ver: Denis (1911); Alvim (1986, p. 138-148); Vangelista (1991, p. 233-242), dentre outros.

fazendeiros, deixando-os “na perpétua inquietação de ver seu pessoal os abandonando no mês de setembro” (DENIS, 1911, p. 206-207).

Dentre as razões para esses deslocamentos, Petrone (1997) destaca a busca por fazendas com cafezais mais novos ou com condições mais favoráveis para as culturas de subsistência. Todos os membros da família trabalhavam nos cafezais e em serviços diversos na fazenda, visando sempre maximizar seus ganhos. Para a autora, a expansão do café para o Oeste Paulista foi consequência da demanda dos colonos por plantações mais novas e mais produtivas e em terras de qualidade onde lhes fosse possível intercalar o cultivo de subsistência com o cultivo do café (PETRONE, 1997, p. 111).

Denúncias de maus tratos e das péssimas condições de vida nas fazendas culminaram com o Decreto de Prinetti na Itália e em medidas restritivas na Espanha proibindo a vinda de imigrantes subsidiados para São Paulo. Junto a isso, soma-se a crise cafeeira devido à superprodução e temos os responsáveis pela diminuição das entradas de estrangeiros em São Paulo no começo do século XX, tornando os fazendeiros mais conscientes do problema que teriam se faltassem braços para a lavoura. Os fazendeiros se deram conta da necessidade de um tratamento mais justo aos imigrantes, melhorando a qualidade de vida dos colonos nas fazendas (PETRONE, 1997, p. 111-112).

Uma questão que também merece destaque ao se tratar do tema dos imigrantes na zona rural diz respeito ao acesso à terra. Dean (1977), em seu trabalho sobre o município Rio Claro no período de 1820 a 1920, se dedica ao estudo da organização das fazendas sob trabalho escravo, à experiência do sistema de parcerias e à crise do escravismo. O autor observa que poucos foram os imigrantes agricultores que ascenderam ao status de proprietários de terras. Os que conseguiram adquirir lotes de terra, não seriam os imigrantes de origem agrícola, vindos para o trabalho no campo, mas sim aqueles da classe média urbana em seus países de origem (DEAN, 1977, p. 183-186).

Holloway (1984) analisa as relações entre sociedade e agricultura de exportação no estado de São Paulo entre 1886 e 1934 e os imigrantes entrados nesse período. O colono, na visão de Holloway (1984), teve uma existência viável. A mobilidade social é tratada mais amplamente. O autor sustenta que as relações vigentes de trabalho no colonato aliado às dificuldades em se ter uma reserva de braços no campo e a disponibilidade de terras são responsáveis pela ascensão dos grupos imigrantes em um processo que pode ser detectado desde o início do século XX. Holloway (1984) destaca

a importância que a renda não monetária, ou seja, a derivada das roças, culturas intercalares, criação de animais, teve nesse processo. Os proprietários das novas fazendas de médio e pequeno porte, oriundas da divisão das antigas zonas produtoras, provavelmente começaram como colonos. Para Holloway, é menos provável que os imigrantes que investiram em atividades urbanas num primeiro momento, tivessem se tornado proprietários de terras (HOLLOWAY, 1984, p. 220-232).

Segundo Fausto (1991), a literatura pertinente tem demonstrado a crescente participação dos imigrantes como proprietários de terras. O autor observa que este é um movimento de longa duração, em que os imigrantes foram se tornando donos de pequenas e médias propriedades, chegando em alguns casos a se tornarem grandes proprietários. Tal movimento não decorreu da crise de 1929; no entanto, se acelerou com ela. Entre 1905 e 1920, o número de propriedades de terras pertencentes a estrangeiros aumentou enormemente se comparado com as propriedades em mãos de brasileiros. No período, a quantidade de propriedades dos italianos aumentou em 126%, a de portugueses em 139% e a de espanhóis em 642% enquanto a propriedade dos brasileiros cresceu apenas 11%. Em 1905, estrangeiros possuíam 66% das propriedades da zona Noroeste, 47% da Araraquarense. Para o autor, “a tendência geral de ímpeto crescente da imobilidade dos imigrantes, acarretando uma grande mudança social no campo, me parece hoje plenamente constatada” (FAUSTO, 1991, p. 23-24).

Além dos imigrantes insatisfeitos com as condições de trabalho deixarem as fazendas em que se encontravam em busca de melhores ofertas em outras propriedades rurais, a alternativa da mobilidade para o meio urbano foi destacada por vários autores⁹¹.

Denis (1911) afirma que

nem todos os colonos que abandonaram a fazenda após a colheita se engajam nas fazendas após a colheita se engajam nas fazendas vizinhas; cada ano, a colheita assinala um novo movimento de concentração da população rural para os centros urbanos. (...) O agricultor na cidade torna-se comerciante e suas possibilidades de fortuna são tão mais numerosas quanto mais é próspero o país em seu conjunto (DENIS, 1911, p. 213-214).

Quando os imigrantes se davam conta que se deslocarem de uma fazenda a outra não melhoraria sua condição de vida, segundo Vangelista (1991), a possibilidade de emprego nas cidades nos setores secundários e terciários, especialmente no pequeno

⁹¹ Sobre a mobilidade dos imigrantes do campo para o meio urbano, ver, entre outros: Fausto (1986); Stolcke (1986); Alvim (1986); Vangelista (1991).

comércio, na construção civil e na indústria, atraía essa mão de obra. Para a autora, os imigrantes idos à cidade poderiam se engajar em uma outra atividade ainda: a produção agrícola suburbana e comércio de alimentos voltados para atender as demandas do meio urbano (VANGELISTA, 1991, p. 239).

Para Fausto (1986, p. 786), grande parte das migrações da área rural para a urbana foi decorrente da insatisfação dos estrangeiros com as condições de vida no campo e de sua decisão de se mudarem para as cidades em busca de melhores rendimentos e outras oportunidades de trabalho, como artesões ou no setor industrial.

Petrone (1997) segue a mesma linha e afirma que “a ânsia de melhorar de vida fazia com que muitos imigrantes, principalmente os de origem urbana, abandonassem a fazenda e se instalassem em cidades, onde poderiam participar de um incipiente processo de industrialização ou se dedicar ao comércio” (PETRONE, 1997, p. 111).

As razões que levaram os imigrantes a se estabelecerem no meio urbano do estado de São Paulo eram diversas e foram apontadas por vários autores. Costa (1997) afirma que, na segunda metade do século XIX, obstáculos converteram o regime de parceria numa grande desilusão para o imigrante que, sempre que podia abandonava o campo pela cidade.

Hall (1979) afirma que as más condições de vida nas fazendas e os baixos salários aliados com o tipo de imigração que foi promovida pelo estado de São Paulo – famílias de agricultores, geralmente sem muitas condições financeiras, em detrimento a indivíduos, visando evitar a re-emigração – levavam os imigrantes a buscarem melhores condições de vida na zona urbana.

Para Fausto (1986) grande parte das migrações da área rural para a urbana foi decorrente dos estrangeiros que, insatisfeitos com as condições de vida no campo, decidiam se mudar para as cidades em busca de melhores rendimentos e outras oportunidades de trabalho como artesões ou no setor industrial. Outra linha argumentativa aponta para os imigrantes que já possuíam um nível de instrução técnica e experiência industrial em seus países de origem vinham, num primeiro momento para o trabalho no campo, acumulando capitais para depois tentarem a vida nas cidades⁹².

⁹² Diversos autores chamam a atenção para o fato dos imigrantes dedicados às atividades industriais terem um nível de instrução superior ao dos brasileiros. Sobre isso, ver: Prado Jr. (1981, p. 197); Dean (1971, p. 15-16); Suzigan (2000, p. 89-90); Costa (2007 p. 253-254). Versiani (2002) destaca que os estrangeiros que tinham um maior nível de educação e qualificação profissional em comparação com a mão de obra local,

Além desses imigrantes que deixavam o campo em direção às cidades, o *Relatório da Secretaria da Agricultura* de 1895 observa que muitos daqueles que se declaravam agricultores o faziam apenas para poderem embarcar para o Brasil; ao chegarem no país se recusavam a exercer essa atividade, preferindo permanecer nas cidades:

o espírito das leis que têm sido decretadas para esse serviço [imigração] vai sendo iludido, pois, exigindo ellas que os immigrants sejam exclusivamente agricultores, na prática, apesar de todas as seguranças introduzidas nos contractos, verifica-se que uma parte considerável dos immigrants, tendo embarcado com declaração de serem agricultores, recoram-se depois de chegados às hospedarias a aceitar collocação na lavoura. A consequência é o crescendo extraordinário da população proletária das cidades, principalmente da Capital [São Paulo], encarecendo as suas condições de subsistencia ao passo que faltam os braços para estrahir da terra todos os productos que ella nos pode fornecer, barateando os generos de primeira necessidade e emancipando-nos da dependência de mercados estrangeiros (RSASP, 1895, p. 40).

Durante o século XIX e primeira metade do século XX, o Brasil permaneceu como um país predominantemente rural. As condições vigentes do período colonial inibidoras do desenvolvimento urbano, como a economia agroexportadora, o latifúndio escravista, as elites agrícolas no poder e a competição com produtos manufaturados estrangeiros obstando o desenvolvimento industrial, foram mantidas durante boa parte do século XIX. Os núcleos urbanos do interior do país eram em sua maioria extensões das zonas rurais e contrastavam com as modernas e europeizadas cidades do litoral. Na segunda metade do século XIX a transição da escravidão para o trabalho livre com a cessação do tráfico em 1850, abolição da escravidão em 1888 e entrada massiva de imigrantes, instalação e desenvolvimento das vias férreas, industrialização e expansão da economia monetária contribuíram para a expansão do mercado interno e estimularam o processo de urbanização (COSTA, 1999, p. 251).

Tanto os imigrantes estrangeiros vindos para o trabalho nas lavouras cafeeiras do sudeste quanto os que se tornaram colonos no sul do país contribuíram para a ampliação do mercado interno, desenvolvimento dos núcleos urbanos e estimularam as funções urbanas como a indústria e o comércio no país como um todo. No caso de São Paulo, os imigrantes, muitas vezes abandonavam as precárias condições das fazendas pela vida na

possuíam conhecimentos técnicos e experiência na indústria se beneficiaram do processo imigratório em São Paulo, ocupando funções especializadas em fábricas têxteis em São Paulo (VERSIANI, 2002, p. 206-208).

cidade, outros vinham diretamente para os núcleos urbanos onde desenvolviam atividades como artesãos, comerciantes ou outras no setor industrial. (COSTA, 1999, p. 251-253)

Os imigrantes que permaneceram como trabalhadores rurais contribuíram, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento dos núcleos urbanos ao estimularem o mercado vendendo o excedente dos produtos de subsistência que cultivavam entre os pés de café (COSTA, 1999, p. 255). Ainda que a população urbana tenha crescido nas primeiras décadas do século XX, os padrões de povoamento urbano não se alteraram. Novos centros urbanos surgiam nas regiões de colonização do sul do país ou nas áreas pioneiras por onde a ferrovia e as plantações de café se expandiam⁹³. Contudo, os principais núcleos urbanos continuavam a ser os principais portos exportadores.

De acordo com o *Recenseamento do Brasil* de 1920, a população da cidade de São Paulo aumentou de 31.385 habitantes, em 1872, para 579.033 em 1920. A cidade do Rio de Janeiro, passou de 274.972 para 1.157.873 habitantes. Belém, porto de exportação da borracha, produto que se tornara importante no fim do século XIX, no mesmo período cresceu de 61.977 para 236.403. Salvador passou de 129.109 para 283.422 habitantes. E a população do Recife, passou de 116.617 para 238.843 (RB, 1926, v. 4, parte I, p. X). O censo de 1920 mostrou que entre um quinto e um terço das populações das cidades do estado de São Paulo estavam compostas por imigrantes (GIFUN, 1972, p. 70-71).

O primeiro censo brasileiro realmente a apresentar dados sobre o percentual da população vivendo na zona urbana e na zona rural é o *Recenseamento do Brasil* de 1940; até então não havia uma definição oficial de urbano. Ainda que a tendência de concentração urbana viesse se apresentando em algumas regiões ao longo das primeiras décadas do século XIX, o censo de 1940 mostra o Brasil como um país ainda predominantemente rural, com 68,7% da população vivendo no campo (IBGE, Tendências Demográficas).

Para Costa (1999, p. 266-267), "a natureza do processo de desenvolvimento, preservando intactas as estruturas fundamentais da economia brasileira durante o século XIX, é responsável pela preponderância da população rural sobre a urbana".

⁹³ Costa também aponta para o desenvolvimento da infraestrutura, como um determinante do desenvolvimento da zona urbana. Segundo a autora, as ferrovias, substituindo o transporte por muares e integrando o interior com o litoral, o uso de navios a vapor, diminuindo o tempo de viagem transatlânticas, coincidiram com a demanda crescente por café no mercado internacional, rompendo com a autossuficiência dos latifúndios, estimulando o comércio interno e permitindo uma relativa distribuição de riqueza (COSTA, 1999, p. 254).

Entre 1890 e 1900, a década de maior entrada de imigrantes no Brasil, a cidade de São Paulo cresceu a uma taxa de 14% ao ano. Nos vinte anos subsequentes, essa taxa caiu para 4,5% ao ano, ainda assim maior do que a média nacional de crescimento das capitais que foi de 2,7% ao ano. A população da cidade de São Paulo passou de 64.934 em 1890 para 239.820 habitantes em 1900. Em 1920, São Paulo possuía mais de 580.000 habitantes (FAUSTO, 1986, p. 786).

Tabela 2.18 – População da cidade de São Paulo (1872 – 1920)

Ano	Total	Nacionais	Estrangeiros	% de estrangeiros
1872	31.385	28.926	2.459	7,83%
1893 ¹	130.775	59.307	71.468	54,7%
1900	239.820	-	-	-
1920	579.033	327.276	206.657	35,69%

Fonte: SÃO PAULO. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. v. 1 - Estatísticas físicas, demográficas, sociais e culturais. Ano de 1944.* São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S/A, 1948, p. 91-92; ¹ HAHNER, J. E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 62.

A participação dos imigrantes na composição da cidade de São Paulo fica clara com os dados apresentados na Tabela 2.18 acima. Em 1872, 7,9% da população da cidade de São Paulo era de origem estrangeira, havendo 2.459 imigrantes vivendo na capital do estado. Em 1893, os imigrantes representavam 54,7% da população ou 71.468 indivíduos de um total de 130.775 habitantes da capital do estado⁹⁴. Em 1920, moravam na cidade de São Paulo 205.245 estrangeiros, que correspondiam a 35,4% da população total de 579.093 habitantes. Segundo Camargo (1981) em 1920 a capital concentrava 24,7% dos estrangeiros do estado de São Paulo e em 1934, 31% (CAMARGO, 1981, p. 133).

O papel dos imigrantes na zona urbana paulista pode ser discutido através de sua participação no desenvolvimento industrial. A literatura relacionando-os com o surgimento e expansão das indústrias em São Paulo é ampla e diversa.

⁹⁴ O *Anuário Estatístico de São Paulo* para 1944, apontava uma população para a cidade de São Paulo em 1890, com base nos dados do Recenseamento Geral de 1890, de 64.934 pessoas. Segundo os dados de Hahner (1993), a população em 1893 era de 130.775. O *Almanaque Brasileiro Garnier* para o ano de 1904 discute essa divergência de dados e aponta o recenseamento de 1890 como sendo falho e tendo subestimado a população da cidade. Um recenseamento feito em setembro de 1893 apontou uma população de 130.775 habitantes para a capital. Segundo o Almanaque “ninguém dirá que a população d’esta capital tenha mais que dobrado no curto espaço de dous anos e nove mezes, e que todos estará de accôrdo em afirmar que o censo federal de 1890 foi que errou em 30 por cento para menos neste poncto” (ABG, 1904, p. 350-351).

Warren Dean (1971), por exemplo, vê nos imigrantes um papel fundamental para o desenvolvimento dos primeiros estabelecimentos industriais de São Paulo dado a quantidade de imigrantes capacitados e com treinamento técnico que havia migrado para o Brasil para o trabalho nas fazendas ou na construção das ferrovias. Outro papel desempenhado pelos imigrantes era o de importadores de produtos manufaturados⁹⁵. Nos primórdios do desenvolvimento urbano de São Paulo, a importação de produtos manufaturados ocorria para substituir os produtos que não poderiam ser produzidos localmente, não atrapalhando a indústria nascente, mas sim, a ajudando, sendo considerada pelo autor a origem do setor industrial brasileiro (DEAN, 1971, p. 25-27).

Dean (1971, p. 37) cita alguns dos maiores e principais empresários industriais do começo do século XX em São Paulo, imigrantes, que trabalhavam no ramo da importação de produtos manufaturados como Francisco Matarazzo, irmãos Jafet, Pereira Ignacio, Rodolfo Crespi Ernesto Diederichsen, Egydio Gambá, irmão Puglisi Carbone, Klabins e Weiszflogs⁹⁶. Todos estes eram importadores que posteriormente se tornaram industriais.

Dean (1971) também afirma que os imigrantes que fizeram parte do empresariado industrial em São Paulo no começo do século diferiam dos outros imigrantes vindos para o Brasil. Os imigrantes que se engajavam em atividades industriais eram naturais do meio urbano em suas terras natais, chegando ao Brasil já com alguma instrução técnica e/ou experiência no comércio e na manufatura. Possuíam também alguma forma de reserva de

⁹⁵ Dean (1971, p. 26) aponta três séries de circunstâncias foram positivas no envolvimento dos importadores no desenvolvimento da empresa industrial. Em primeiro lugar, para que as importações pudessem ocorrer, eram necessárias certas operações realizadas *in loco* como a instalação de infraestrutura e equipamentos, a cargo do importador. Muitos artigos importados, por seu custo muito elevado, ou por serem perigosos ou perecíveis, tinham a necessidade de serem manufaturados localmente. Outros tinham um custo em relação ao peso e volume muito alto, sendo mais vantajoso completar sua fabricação no Brasil, com matérias-primas locais. O segundo fator da transição da importação para a manufatura local diz respeito à vantagem do importador, que tinha acesso a crédito, meios para distribuição do produto acabado e grande conhecimento do mercado. O terceiro fator confirma o importador como industriais em potencial relaciona-se ao fato de que um enorme número de “importadores converteram suas agências de vendas em fábricas autorizadas”. Isso ocorreu conforme a industrialização foi se desenvolvendo e a demanda de maquinário cada vez mais complexo aumentara, ao mesmo passo em que o padrão de consumo mudava, com as pessoas procurando produtos supérfluos como bebidas e cosméticos. “O importador era o empresário industrial”. Estes, mesmo após se consolidarem como industriais continuaram com as importações. Muitas vezes para fabricarem seus produtos, precisavam de matérias-primas que só podiam ser encontradas no mercado estrangeiro ou então necessitavam de maquinarias complexas ou peças sobressalentes. Os industriais se aproveitavam de seu conhecimento e influência e compravam tais máquinas e peças em grandes quantidades, estocando o excedente, e assim conseguindo descontos. Com isso, podiam aumentar o custo dos seus produtos finais sem aumentar os custos das matérias-primas (DEAN, 1971, p. 26 - 31).

⁹⁶ Sérgio Silva (1981, p. 96) segue na mesma linha que Dean e também cita esses imigrantes como exemplo dos imigrantes importadores que posteriormente se tornaram industriais: “Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Diederichsen também começam no setor de importação. Roberto Simonsen – um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 – foi também importador”

capital, seja trazido da Europa em espécie ou em mercadorias, ou ainda a proposta de instalar uma filial de sua empresa no Brasil. Outros imigrantes vinham contratados como técnicos ou administradores para o trabalho nos estabelecimentos industriais dos fazendeiros. "Em geral os burgueses imigrantes chegavam a São Paulo com recursos que os colocavam muito à frente dos demais e praticamente estabeleceram uma estrutura de classe pré-fabricada" (DEAN, 1971, p. 59).

Suzigan (2000) também menciona a participação dos imigrantes na instalação de estabelecimentos industriais entre o final do século XIX e começo do XX, em diversos ramos da indústria como o têxtil (Fábrica Mooca, instalada em 1897 por Regoli, Crespi & Companhia - imigrantes italianos - e a Fábrica Mariângela, instalada em 1904 por F. Matarazzo, também imigrante italiano); refinação de açúcar (Companhia União dos Refinadores estabelecida em São Paulo em 1910 por dois imigrantes italianos, os irmãos Puglisi Carbone); e imigrantes alemães na fabricação de cerveja, tanto em pequenas manufaturas quanto nos grandes estabelecimentos (SUZIGAN, 2000, p. 153, 225, 229).

Sobre o mercado de trabalho no setor industrial paulista, Versiani (1993) mostra que um importante fator da elasticidade da oferta de mão de obra para a indústria foi a imigração. A década de 1920 viu um excedente muito grande de trabalhadores no setor rural, incentivando o deslocamento da força de trabalho imigrante para as outras oportunidades que surgiam fora da zona cafeeira. Em 1872, apenas 11% dos trabalhadores na indústria paulista eram de origem estrangeira. Entre essa data e 1900, a presença estrangeira como operários em São Paulo cresce para 60% do total. Nos vinte anos seguintes, a participação estrangeira apresentou declínio (ainda que continuasse expressiva), correspondendo a 44% dos trabalhadores na indústria em São Paulo de acordo com o censo de 1920. Versiani (1993) afirma que entre 1872 e 1900 a participação dos estrangeiros na indústria cresceu a uma taxa superior a 10% ao ano, decrescendo para em média 3,7% entre 1900 e 1920. O autor observa que, com relação à demanda por mão de obra qualificada, esta era suprida pelos estrangeiros, contratados no exterior. A oferta de trabalho não qualificado, por sua vez, dependia da disponibilidade da mão de obra vinda do meio rural (VERSIANI, 1993, p. 82-83).

Klein (1999) mostra a participação dos italianos no mercado de trabalho industrial. Segundo o autor, em 1901, São Paulo possuía 50.000 trabalhadores no setor industrial, quase todos italianos. Dez anos depois, os italianos representavam 50% da população da cidade de São Paulo e 59% dos trabalhadores do setor têxtil eram italianos. Em 1909 se

localizavam no estado de São Paulo 15% dos estabelecimentos industriais do país, passando para 32% em 1919. Em 1914, dentre as grandes empresas do Rio de Janeiro e de São Paulo, os italianos eram donos de 16% do total. Em 1920 os imigrantes italianos eram donos de 1.500 pequenas empresas industriais, 49% do total do estado⁹⁷ (KLEIN, 1989a, p. 107). O autor destaca que

essas empresas maiores geralmente cresciam a partir de migração voluntária em pequena escala de pessoas não pertencentes à classe trabalhadora e/ou de imigrantes italianos bem preparados — não daqueles que originalmente chegaram para trabalhar nos campos de café. Mas foram estes últimos que já na primeira geração forneceram o grosso da força de trabalho industrial, assim como dos dirigentes da indústria leve paulista (KLEIN, 1989a, p. 107).

Versiani (1993) afirma que os imigrantes possuíam maior nível de educação e instrução técnica e de experiência industrial que os trabalhadores rurais brasileiros⁹⁸. A maioria dos imigrantes italianos vinham do norte da Itália, região tipicamente industrial, possuíam as características mencionadas, sendo que alguns até mesmo chegavam ao Brasil com experiência adquirida em seus países de origem como operários industriais. Segundo o autor, "a mão de obra imigrante era considerada superior à nacional para o exercício de certas funções qualificadas na indústria" (VERSIANI, 1993 p. 87).

A política imigratória brasileira, segundo Versiani (2002), subsidiando a vinda de famílias em detrimento aos trabalhadores solteiros, mantendo os salários baixos e desestimulando o retorno dos imigrantes aos seus países de origem, e o fato de não se observar no país o comportamento de migração cíclica ocorrido na Argentina, restringia a mobilidade dos imigrantes para fora do Brasil e deixava como alternativa o deslocamento para o meio urbano em busca de novas oportunidades de emprego.

Segundo Versiani (2002):

A intensa entrada de imigrantes, a partir do final do século passado, teve efeito de grande importância no mercado de trabalho do setor industrial, pela

⁹⁷ Klein destaca que "essas empresas maiores geralmente cresciam a partir de migração voluntária em pequena escala de pessoas não pertencentes à classe trabalhadora e/ou de imigrantes italianos bem preparados — não daqueles que originalmente chegaram para trabalhar nos campos de café. Mas foram estes últimos que já na primeira geração forneceram o grosso da força de trabalho industrial, assim como dos dirigentes da indústria leve paulista" (KLEIN, 1989a, p. 107).

⁹⁸ Outros autores previamente citados neste trabalho também chamam a atenção para o fato dos imigrantes terem um nível de instrução maior que o dos brasileiros. Sobre isso, ver: Prado Jr. (1945, p. 197); Dean (1971, p. 15-16); Suzigan (2000, p. 89-90); Costa (2007, p. 253-254). O próprio Versiani, em um estudo posterior, volta a ressaltar essa qualidade dos imigrantes, destacando que os estrangeiros que tinham um maior nível de educação e qualificação profissional em comparação com a mão de obra local, possuíam conhecimentos técnicos e experiência na indústria se beneficiaram do processo imigratório em São Paulo, ocupando funções especializadas em fábricas têxteis em São Paulo (VERSIANI, 2002, p. 206-208).

melhoria qualitativa que trouxe à oferta de trabalho para essa atividade. Isso foi especialmente verdadeiro no Estado de São Paulo, destino principal do fluxo migratório. A supremacia industrial paulista, que se forma a partir da segunda década deste século [XX], foi certamente muito influenciada, nesse período, por tal fator. (VERSIANI, 2002, p. 201).

Um trabalho mais recente de Michel Marson (2012) sobre os empresários da indústria de bens de capital em São Paulo também vê nos imigrantes um papel fundamental para o surgimento da indústria de máquinas e equipamentos. Mesmo antes das grandes migrações de 1880, o autor verificou que imigrantes de origem germânica apareciam nas fontes primárias como donos de empresas de máquinas, oficinas mecânicas e fundições na década de 1870. Essas manufaturas, de acordo com o autor, pouco se relacionavam com o comércio importador ou com as fazendas cafeeiras (MARSON, 2012, p. 497-498).

Marson (2012) afirma que já em 1891, o surgimento dos estabelecimentos de imigrantes importadores se acentua. Esses estabelecimentos industriais passam a produzir localmente, visando atender à necessidade de assistência técnica às máquinas que eles mesmos importavam⁹⁹. O autor afirma que é “importante ressaltar que em 1891 as empresas já haviam ultrapassado o estágio de meros reparadores de máquinas importadas. Muitas das empresas já apareciam em anúncios de jornais como “fabricantes e importadores”, principalmente de máquinas agrícolas” (MARSON, 2012, p. 501).

Marson (2012, p. 509) também chama a atenção para outros imigrantes, vindos com conhecimento técnicos que fundaram estabelecimentos industriais sem ligação com as casas importadoras ou com ligação direta com a agricultura cafeeira. Essas manufaturas surgiram com máquinas e implementos que atendiam outros setores como o de alimentos, beneficiamentos de outros produtos primários como arroz, mandioca e algodão, indústria têxtil e outras de bens de consumo, na sua maioria localizadas na cidade de São Paulo. O autor também afirma que o setor cafeeiro participou no surgimento e desenvolvimento dessas manufaturas na medida em que dinamizou a economia e impulsionou a demanda por novos produtos industrializados.

Além das atividades industriais, os imigrantes ocupavam espaço em outras atividades do meio urbano. Fausto (1991, p. 25) afirma que “no tocante ao investimento

⁹⁹ “Das 21 empresas que foram identificadas na indústria de máquinas, oficinas mecânicas e fundições em 1891, 10 tinham alguma relação com o comércio internacional, conforme pode ser identificado na própria fonte (Almanach de 1891)” (MARSON, 2012, p. 499).

proveniente dos centros urbanos penso que a constatação de Dean com relação a Rio Claro, poderia ser estendida a outros municípios. O argumento de que pessoas dedicadas a profissões urbanas não tinham habilidades para atividades agrícolas me parece verdadeiro com relação a uma cidade como São Paulo”. Nascimento (2002, p. 370) ao tratar dos imigrantes espanhóis na cidade de São Paulo afirma que “as etnias [de imigrantes] são, via de regra, reconhecidas socialmente pela tarefa econômica a que se dedicam”. Dentre as nacionalidades existentes na cidade de São Paulo, os espanhóis se dedicavam ao comércio de metais e sucatas, eram conhecidos como “os espanhóis do ferro velho”¹⁰⁰; os judeus se caracterizavam pelo comércio de vestuário; os turcos eram conhecidos como mascates; os armênios como donos de lojas de sapatos (NASCIMENTO, 2002, p. 370). A atuação dos imigrantes em outras cidades do estado de São Paulo foi registrada por vários autores¹⁰¹.

2.2.2. *A província de Buenos Aires*

Como explicitado anteriormente, o crescimento da economia agroexportadora na Argentina após 1870 muito influenciou a ida de estrangeiros para o país. Conforme pode ser visto na Tabela 2.19 abaixo, até 1890, mais de 70% dos imigrantes entrados no país eram de origem camponesa. Nas décadas seguintes, essa cifra diminuiu mas, ao analisar a imigração como um todo para o período de 1857 a 1930, tem-se que a maioria dos imigrantes chegados à Argentina, 41%, eram de origem camponesa, 23% eram trabalhadores não especializados e em torno de 36% eram aptos para realizarem trabalhos manuais ou de outro tipo.

De acordo com o *Censo General de la Ciudad de Buenos Aires* de 1887, entre 1857 e 1887 entraram na Argentina mais de 1.219.000 estrangeiros de várias nacionalidades. Entre 1876 e 1887, 76,2% dos imigrantes (383.202) se declaravam agricultores, sendo em sua ampla maioria 75,6% (289.721), italianos (CGCBA, 1889, p. 501-509).

¹⁰⁰ Sobre os “espanhóis do ferro velho”, ver: Nascimento (2002, p. 372; 380-387); Penteadó (1962, p. 57, 229);

¹⁰¹ Para as diversas ocupações dos imigrantes em Campinas, ver por ex.: Abrahão (2015); em São Carlos, ver, por exemplo, Truzzi (2007); para Ribeirão Preto, ver por exemplo, Lanza e Lamounier (2015); para Franca, ver por exemplo, Barbosa (2006).

Tabela 2.19 – Imigrantes ultramarinos por ramo de atividade principal na Argentina (1957 – 1930)

Período	Ocupação	
	Agrícola	Não Agrícola
1857-1870	76	24
1871-1890	73	27
1891-1910	48	52
1911-1924	30	70

Fonte: GERMANI, G. La inmigración masiva y su papel en la modernización del país. In: MERA, C.; REBÓN, J. (Coord.) *Gino Germani. La sociedad en cuestión. Antología comentada*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2010b, p. 504.

Alsina (1910) mostra que dos 2.200.604 imigrantes entrados pelo porto de Buenos Aires entre 1890 e 1909, 813.373 se declaravam agricultores (ALSINA, 1910, p. 23). Desse total, 452.310 procuraram a agência oficial de colocação em busca de empregos na agricultura. A província de Buenos Aires foi a que mais recebeu imigrantes agricultores nesse período, acolhendo 193.775 imigrantes, seguida por Santa Fé com 123.792 e por Córdoba, com 43.448 imigrantes (ALSINA, 1910, p. 34, 65).

Para Conde (1986, p. 365), o papel dos imigrantes na estrutura ocupacional da Argentina era muito importante e “provavelmente sem paralelo em nenhuma outra parte do mundo”. Em 1914, 38,9% dos empregos na agropecuária da província de Buenos Aires pertenciam aos estrangeiros. Na zona rural da província, os imigrantes correspondiam a 55,1% dos empregados no campo e em Santa Fé, a 60,9%. Além disso, 31,9% dos donos de estabelecimentos agropecuários eram estrangeiros (GALLO, 1986, p. 365).

Segundo Gallo (1986) o emprego dos imigrantes no setor rural da província de Buenos Aires era de 55,1% e em Santa Fé, 60,9% em 1914 (GALLO, 1986, p. 365). Solberg (1982) mostra que em 1914, os italianos formavam o maior grupo de agricultores imigrantes nos pampas sendo 44,6% do total, seguidos pelos argentinos, com 29,5% e pelos espanhóis, 11,3%. A maioria dos italianos que emigraram para os pampas eram Piemonteses, Lombardos e Venezianos, não possuíam capital e conhecimento agrícola mas possuíam a ambição de enriquecerem e, por isso, aceitavam o sistema de locação da terra, desde que os preços das produções se mantivessem altos. Nas palavras de Solberg (1982) “os italianos recém-chegados viam no sistema de terras argentino uma

oportunidade de acumular capital e evoluírem na escala econômica” (SOLBERG, 1982, p. 150).

Um fenômeno comum à Argentina e pouco visto no Brasil foi a imigração sazonal. Imigrantes europeus cruzavam com frequência o oceano para trabalharem durante as colheitas, retornando em seguida a seus países de origem. De acordo com Diaz-Alejandro (1986, p. 35) isso explica a grande emigração em anos onde a entrada de imigrantes foi particularmente elevada. Segundo o autor, entre 1890 e 1900 entraram e saíram em média, por ano, 50.000 trabalhadores estrangeiros. Na década subsequente essa cifra se elevou a 100.000 trabalhadores sazonais.

Outros autores chamaram a atenção para o fenômeno da imigração sazonal. Gallo (1986) afirma que “durante certos períodos, a Argentina experimentou um curioso fenômeno de imigração de caráter sazonal. As famosas ‘*golondrinas*’ emigravam da Itália pelo período de 3 meses na época das colheitas” (GALLO, 1986, p. 368).

Amaral (1998) analisando o mercado de trabalho nos pampas entre 1785 e 1870 afirma que a sazonalidade da demanda por trabalho no campo dependia da sazonalidade da produção de cada gênero a cada ano. No caso do trigo, a terra era arada no final do outono e começo do inverno, entre os meses de maio e julho, e a colheita ocorria no fim da primavera e começo do verão, de novembro a janeiro. Havia períodos de pico de demanda por trabalho e períodos de declínio acentuado do mesmo. No entanto, o autor ressalta que essas flutuações dependiam muito mais das condições climáticas de uma determinada estação do que do calendário em si¹⁰². Para o autor, economias agrárias pré-industriais fracassavam em gerar empregos o ano todo, já que era “a demanda por trabalho que era instável ao invés da oferta de trabalho” (AMARAL, 1998, p. 170-171).

Rock (1986, p. 399) afirma que muitos dos imigrantes que entraram na província de Buenos Aires antes da Primeira Guerra e da mecanização das lavouras eram imigrantes sazonais europeus, *golondrinas*. As cidades acolhiam uma população flutuante e semiempregada. O autor afirma que se deve à classe média rural, enraizada o desenvolvimento do mercado para os serviços urbanos locais, proporcionando-os grandes oportunidades de crescimento e diversificação.

¹⁰² Em um ano normal, a demanda por trabalho no cultivo de cereais seria baixa entre Fevereiro e abril e de agosto a novembro (AMARAL, 1998).

A política de colonização oficial da Argentina foi abandonada antes do começo da imigração massiva, na década de 1880. Com isso, o Estado argentino, renunciava às políticas que facilitavam a aquisição de terras pelo imigrante (RAPOPORT, 2000, p. 44). Segundo Ortiz (1987), “em lugar de colonos [o governo] não solicitou, desde então, senão peões” (ORTIZ, 1987, p. 109 *apud* LENZ, 2003, p. 23).

A grande maioria dos autores defende a tese de que o acesso dos imigrantes à terra no período de entrada massiva de estrangeiros na Argentina esteve limitado a grupos de antigos e grandes proprietários. James R. Scobie (1963, 1964) é o autor mais conhecido dessa vertente. Segundo Scobie (1963), a revolução agrícola nos pampas consistiu principalmente numa mudança da exploração da terra, onde os cereais, a criação de gado, os arrendatários e as ferrovias substituíram o índio, o *gaucho* e o gado nativo. A revolução surgiu em primeiro lugar na economia pastoril de Buenos Aires e só depois na colônia de Santa Fé. Ainda que os primeiros imigrantes que chegaram às novas áreas de fronteiras dos pampas tivessem prosperado e até tivessem conseguido se tornar proprietários de terra, poucos foram os que conseguiram fazer fortuna começando como camponeses. Mesmo com a superfície cultivada aumentado a cada ano, “o homem não se fixava nos pampas. A nova Argentina dificilmente dava ao habitante ou imigrante rural as oportunidades de progresso ou rendimentos econômicos que a cidade oferecia” (SCOBIE, 1963, p. 134).

Em sua tese de doutorado, Scobie (1964) afirma que:

La Argentina cosechó entonces los resultados de un sistema de tenencia de la tierra desarrollado durante el período colonial y llevado adelante por Rosas y todos los gobiernos que lo siguieron. [...] Y si bien periodistas e políticos se pisaban los talones en su apuro por atribuir la prosperidad de los Estados Unidos a la legislación de afincamiento (Homestead Act), la aplicación de medidas de ese tipo en la Argentina resultaba ser un asunto bastante distinto. De este modo muy similar a la nueva riqueza incorporada por la conquista del Desierto, de Roca, desapareció entre las manos de especuladores y grandes terratenientes. (SCOBIE, 1964, p. 124-125).

Já Solberg (1982) tinha a seguinte visão: ao manter as portas abertas para a imigração justamente no momento em que as saídas de migrantes do sul e do leste europeu atingiram seu ápice, nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, o governo permitiu o povoamento dos pampas com imigrantes que estavam dispostos a entrar na agricultura como colonos ou parceiros. Esse fato foi de uma importância ímpar para o desenvolvimento da agricultura argentina, já que os imigrantes ofertaram a força

de trabalho necessária para o crescimento do setor exportador e, através disso, “fortaleceram o sistema de grandes propriedades ao tornarem a terra mais valiosa” (SOLBERG, 1982, p. 134-137).

De acordo com Rapoport (2000) o acesso à propriedade de terras era difícil pois as melhores já haviam sido distribuídas e a valorização de seus preços dada sua exploração ou pela simples especulação dificultava seu acesso por parte dos estrangeiros. O autor, assim como Scobie, também chama a atenção para o fato dos imigrantes se dirigirem para as cidades e para as atividades tipicamente urbanas conforme ocorria o desenvolvimento da infraestrutura e das indústrias em Buenos Aires e outras cidades. Isso contribuiu para o rápido crescimento da população urbana no período estudado (RAPOPORT, 2000, p. 44).

Para Lenz (2003) não há dúvidas de que o que caracterizou o processo imigratório argentino ocorrido após 1880 “foi a falta de acesso à terra, que já se encontrava distribuída e apropriada nessa época, e, sem um plano alternativo de colonização, [o que] frustrou os planos de uma ocupação nos apregoados ‘*espacios vacíos*’” (LENZ, 2003, p. 26).

Já Klein (1989a), indo na contramão dessa visão, afirma que

tradicionalmente supôs-se que poucos argentinos monopolizavam o mercado de terras, porém recentemente mostrou-se que existia um mercado aberto de terras na Argentina pelo menos a partir de 1880. Ao mesmo tempo, a área total de terra cultivada estava crescendo à taxa extraordinária de 10% ao ano após 1880. Ainda que os rendimentos relativos do arrendamento e da propriedade possam ter favorecido o primeiro em detrimento desta última, não há dúvidas de que os italianos se tornaram proprietários de fazendas numa dimensão excepcionalmente alta para um grupo de imigrantes chegado há tão pouco tempo. Os argentinos natos continuaram naturalmente a monopolizar o mercado de terras, mas, como indicam os dados do censo de 1914, um número surpreendentemente alto de italianos conseguiu se tornar proprietário de terras (KLEIN, 1989a, p. 103)

Solberg (1982) cita o caso de dois grupos de imigrantes que lograram o acesso à terra. Os alemães da região do Volga e os judeus vindos da Rússia se destoaram do padrão geral da imigração massiva para os pampas ao se tornarem proprietários de terra e formarem comunidades enquanto os imigrantes do sul da Europa não o fizeram. Os alemães do Volga se caracterizavam por serem agricultores extremamente industriais e por formarem um vínculo profundo com a nova pátria, já que não pretendiam retornar à Europa. Os judeus russos chegaram à Argentina fugidos das perseguições que vinham sofrendo na Rússia. A migração desse grupo fez parte de um esquema de colonização promovido pelo filantropo judeu holandês Barão Maurice de Hirsch, que fundou a *Jewish*

Colonization Association (JCA) em 1891 com o intuito de transportar e assentar os judeus do leste europeu em terras adquiridas nos pampas pela associação¹⁰³ (SOLBERG, 1982, p. 155-156).

De acordo com Scobie (1963, p. 134-135) como a maioria dos imigrantes tinham o acesso à terra barrado pelos proprietários argentinos que haviam acumulado grandes patrimônios, restava-lhes, depois de um tempo trabalhando nas colheitas, dirigirem-se às cidades e nelas investirem suas economias. E era nas cidades que os estrangeiros encontravam oportunidades, instituições, sociabilidade e até a riqueza que lhes eram negadas no campo. Para Rapoport (2000, p. 45) o fato da Argentina, um país agropecuário, apresentar uma grande porcentagem de população urbana desde o começo do século XX reflete o crescimento de atividades complementares ao modelo agroexportador e o caráter terra-intensivo da produção agrícola e sua baixa capacidade em criar empregos.

Na Argentina a mobilidade dos trabalhadores entre as categorias de trabalhadores agrícolas e de diarista urbanos e trabalhadores da construção civil era bem alta no final do século XIX. Quase não havia entraves na Argentina para os jornaleiros ocuparem posições no meio rural na época das colheitas (KLEIN, 1989a, p. 99).

De acordo com Germani (2010a), alguns fatores de expulsão e atração nortearam a decisão dos imigrantes em deixar o campo em direção às cidades. Para o autor, a migração rural-urbana é “resultado da ação recíproca e do equilíbrio de forças expulsivas existentes no campo e das forças atrativas operantes na cidade” e essa migração “está relacionada principalmente com o aumento da demanda de trabalho criada pelo crescimento industrial urbano” (GERMANI, 2010a, p. 467).

Dentre os fatores de atração e expulsão, segundo Germani (2010a, p. 468) podem ser listados: a) condições econômicas favoráveis ou desfavoráveis no campo em relação ao estado dos recursos naturais, taxa de crescimento demográfico, relação população e terra, concentração da propriedade de terra, baixa produtividade da agricultura ou sua modernização e consequente redução da demanda por mão de obra rural; b) a falta ou a

¹⁰³ A Jewish Colonization Association foi a responsável também pela primeira migração de judeus para o Brasil, em 1904, fundando a Colônia Philippon no Rio Grande do Sul e poucos anos depois a Colônia Quatro Irmãos, também no Rio Grande do Sul. Para um estudo mais aprofundado da atuação da JCA no Brasil, ver: Alexander (1967), Nicolaiewsky (1975), Gutfriend (2009). Em 1925, a JCA já havia comprado 617 mil hectares de terras na Argentina e fundado 10 colônias agrícolas na região dos pampas, que juntas congregavam mais de 33.000 judeus atuando na agricultura, como comerciantes e artesãos. Para um estudo mais aprofundado da colônia judaica na Argentina ver: Winsberg (1964, 1969).

existências de alternativas de trabalho no ambiente rural; c) as condições econômicas favoráveis ou não no meio urbano como as oportunidades de trabalho, remuneração e d) diferenciais não econômicos do meio urbano como as condições educacionais e sanitárias e condições políticas de segurança como proteção das guerrilhas e da bandidagem.

O período de 1880 a 1925 foi caracterizado por uma intensa mobilidade social na Argentina. Imigrantes ou filhos de imigrantes, através da indústria ou comércio, transitavam para um nível social mais alto. Outros, oriundos de famílias de estrangeiros, mas nascidos no país, ascendiam socialmente através dos estudos. A presença imigrante na década de 1920 estava localizada principalmente na classe média em expansão e no novo setor operário industrial urbano. Assim como visto no caso brasileiro, os imigrantes chegados à Argentina também possuíam um nível de instrução mais elevado que lhes permitia assumirem posições no meio urbano industrial superior aos nativos:

Os imigrantes europeus na Argentina ocupavam uma posição relativamente alta a pirâmide social, a pesar de suas origens modestas e ainda que muitos proviessem de zonas atrasadas do sul da Europa, traziam consigo uma bagagem de cultura campesina ou artesanal que lhes facilitava saltar por cima das classes populares nativas e também dos extratos médios do interior (DI TELIA, 1992, p. 87-88).

Os imigrantes tiveram uma influência considerável na formação e composição das cidades argentinas e as grandes migrações internacionais entre 1870 e 1914 representaram a base do extraordinário crescimento urbano do país (GERMANI, 2010b, p. 500).

A cidade de Buenos Aires apresentou o crescimento mais significativo, passando de 181.838 habitantes em 1869 para 1.575.814 em 1914. Outras cidades apresentaram o mesmo cenário. Córdoba passou de 28.523 para 121.982, Mendoza de 8.124 para 58.790 e Tucumán de 17.438 para 92.824 habitantes. No interior do país também ocorreu o aumento das vilas e pequenas cidades devido à expansão da agricultura e da ferrovia nos pampas, passando de 20 em 1869 para 211 em 1914 (GALLO, 1986, p. 363-365).

Dados do *Tercer Censo Nacional* de 1914 mostram quase um terço dos habitantes vivendo em cidades médias ou grandes (de 50.000 habitantes ou mais). Em 1914, o país já possuía mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo. De acordo com o Tercer Censo Nacional, naquele ano 4.525.500 habitantes viviam na zona urbana enquanto 3.359.737 vivam na zona rural. Dos habitantes da zona urbana em 1914, 64,4% eram argentinos e 25,6% eram estrangeiros. A província de Buenos Aires continha 2.066.165 habitantes, divididos em 1.362.234 argentinos e 703.931 estrangeiros. Sobre a urbanização da província, o Censo de 1914 mostra que 55,34% dos habitantes, 1.143.099

peças, residiam nas cidades. Dessa cifra, os argentinos eram 744.334 contra 398.765 estrangeiros. Dentre os 923.056 habitantes da zona rural da província, 617.900 eram nacionais e 305.156 eram estrangeiros (TCNA, tomo II, 1916, p. 148-149; 219). Pelos dados apresentados podemos ver que a proporção de estrangeiros é mais alta na zona urbana que no total do país, visto que em 1914 os estrangeiros representavam 37% do total urbano. Dentre a população urbana, Buenos Aires se destacava pela alta proporção de estrangeiros que representavam a metade de sua população.

Desde a segunda metade do século XIX, a Argentina se destaca por seu nível de urbanização comparativamente alto: em 1869, a proporção de habitantes em aglomerações de 100.000 habitantes ou mais era de 11%, aproximadamente o mesmo nível que os Estados Unidos, o dobro da Europa em 1850 e cinco vezes mais que o restante do mundo nesse mesmo ano. Em 1920, a proporção de pessoas vivendo em aglomerações de 20.000 habitantes ou mais era ao redor de 27%, similar a da Oceania mas inferior a dos Estados Unidos, que à época atingiam os 42%. Segundo Lattes (1973), uma das características que mais se destacou na população argentina foi o rápido aumento da parcela de residentes na zona urbana e a desaceleração constante do ritmo de crescimento da população rural (LATTES, 1973, p. 868).

A Tabela 2.20 a seguir mostra a evolução da população urbana e rural na Argentina de acordo com os censos.

Tabela 2.20 – População urbana e rural na Argentina (1869-1914)

Ano	Total	População Rural	% sobre o total	População Urbana	% sobre o total
1869	1.737.026	1.136.604	65,43%	600.670	34,58%
1895	3.954.911	2.263.945	57,24%	1.690.966	42,76%
1914	7.885.237	3.359.737	42,61%	4.525.500	57,39%

Fonte: ARGENTINA. *Segundo Censo de la República Argentina*. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898, p. XXIV; ARGENTINA. *Tercer Censo Nacional*. Tomo II. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, 1916, p. 400.

Diferentemente do Brasil, a Argentina seguiu o padrão experimentado por muitos países latinoamericanos durante o ciclo de exportações que era o da primazia – o predomínio de uma cidade sobre as outras (MERRICK; GRAHAM, 1980, p. 59-60). A população da cidade de Buenos Aires e sua área metropolitana esteve relacionada desde a metade do século XIX com o seu importante papel de centro da economia exportadora.

Buenos Aires sozinha continha aproximadamente 20% dos habitantes da Argentina em 1914. Já as duas maiores cidades do Brasil em 1920, Rio de Janeiro e São Paulo, juntas não congregavam 6% da população brasileira. Enquanto em 1914 a Argentina já se tornara um país urbano, com 57% da população vivendo em cidades, o Brasil só alcançaria essa cifra em 1970.

Para Lattes (1973) os estrangeiros tiveram um papel preponderante no processo de urbanização da Argentina ao firmarem suas bases nas cidades, pois contribuíram diretamente não só para o aumento das populações como também da proporção da população urbana (LATTES, 1973, p. 871).

Segundo Germani (2010b), o crescimento dos principais centros urbanos do país e a formação da Grande Buenos Aires deveram-se aos imigrantes. De acordo com o autor,

La inmigración de ultramar representó, en efecto la base del extraordinario crecimiento urbano en la Argentina y puede demostrarse que la formación de la aglomeración de Buenos Aires y de las grandes ciudades del país se debió principalmente al aporte de estos inmigrantes. En realidad, la época de mayor crecimiento urbano corresponde justamente al período de mayor inmigración. Alrededor del 50% del crecimiento del área metropolitana de Buenos Aires se debió, entre 1869 y 1914, al aumento en el número de residentes extranjeros entre esta última fecha y 1936, a pesar de las interrupciones en la inmigración de ultramar, esta significó una quinta parte del aumento de la población. Y estos incrementos no incluyen, como es obvio, el aporte debido a la expansión de la capacidad reproductiva vinculada con el ingreso de una cantidad tan elevada de personas adultas. El aporte a las ciudades que en 1947 tenían más de 100.000 habitantes fue apenas menor, pues osciló entre el 36 y el 46% hasta 1914; en los demás centros urbanos la contribución fue algo inferior al promedio del aporte total, que, como se dijo, representó en el período indicado un 35%, del crecimiento total de la población (GERMANI, 2010b, p. 500-501).

Em 1914 35% da população das cidades com 100.000 habitantes ou mais e 22% da população das cidades que possuíam entre 50.000 e 99.999 habitantes eram estrangeiros (GERMANI, 2010b, p. 518). A imigração continuou importante para o crescimento urbano após 1914, quando começou a fase de formação das grandes cidades. Segundo Rapoport (2000, p. 134) “tanto a aglomeração de Buenos Aires quanto a das grandes cidades do país se deveram a esse aporte (imigrante)”.

Tabela 2.21 – Distribuição dos imigrantes segundos os censos (1869-1947)

Anos	Zona Metropolitana de Buenos Aires %	Províncias de Córdoba, Buenos Aires, Entre Ríos, Mendoza, Santa Fe, La Pampa	Restante do país %
1869	52	38	10
1895	39	52	9
1914	42	48	10
1947	51	35	14

Fonte: GERMANI, G. La inmigración masiva y su papel en la modernización del país. In: MERA, C.; REBÓN, J. (Coord.) *Gino Germani. La sociedad en cuestión. Antología comentada*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2010b, p. 500.

A população da aglomeração metropolitana da Grande Buenos Aires acolheu, conforme apresentado na Tabela 2.21, 52% do total de estrangeiros residentes na Argentina em 1869, 39% em 1895 e 42% em 1914. As províncias de Córdoba, Buenos Aires, Entre Ríos, Mendoza, Santa Fe e La Pampa, regiões caracterizadas pela produção agropecuária, receberam juntas 38% dos estrangeiros no país em 1869, 52% em 1895 e 48% em 1914. A grande Buenos Aires sozinha concentrava 25,4% da população do país naquele ano.

A cidade de Buenos Aires, à época do Primeiro Censo Nacional em 1869, possuía 177.787 habitantes, mais do que todas as outras capitais das províncias argentinas somadas, compostos por 89.661 nativos e o 88.126 estrangeiros. Em 1887, a população da cidade de Buenos Aires já havia alcançado a cifra de 433.375 habitantes¹⁰⁴. Dessa cifra 204.734 eram argentinos e 228.641 estrangeiros. Do total de estrangeiros, 214.021 tinham procedência da Europa, sendo nas nacionalidades mais expressivas os italianos, com 138.166 imigrantes vivendo em Buenos Aires, os espanhóis com 39.562 e os franceses com 20.031. Os cálculos feitos pelo Censo de 1887 estimam que 185.764 imigrantes estabeleceram domicílio na capital Buenos Aires entre 1869 e 1887, 18% dos 1.043.145 estrangeiros entrados no país no mesmo período. Em 1914 a cidade de Buenos Aires era

¹⁰⁴ O Censo geral da cidade de Buenos Aires para o ano de 1887, traz algumas cifras retrospectivas para a população da cidade. Em 1801, a população foi calculada em aproximadamente 40.000 pessoas. Após a queda de Rosas, em 1854, um censo apontou 71438 pessoas vivendo na capital e em 1855, esse valor foi retificado para 91.548 habitantes. De 1855 a 1869 a população aumentou em 86.239. “Resultado, então, de tudo isso, que o rápido aumento da população data de 1854, ou seja, da época em que se estabeleceu uma corrente regular de imigração e que o crescimento mais forte do presente século (XIX) observou-se nos últimos 18 anos” (CGCBA, 1889, p. 6).

composta por 1.575.814 habitantes, sendo 797.969 argentinos e 777.845 estrangeiros. A Tabela 2.22 abaixo resume a evolução da população da cidade de Buenos Aires entre 1869 e 1914.

Tabela 2.22 – População da cidade de Buenos Aires (1869 – 1914)

Ano	Total	Nacionais	Estrangeiros	% de estrangeiros
1869	177.787	89.661	88.126	49,57%
1887	433.375	204.734	228.641	52,76%
1895	663.854	318.361	345.493	52,04%
1914	1.575.814	797.969	777.845	49,36%

Fonte: ARGENTINA. *Tercer Censo Nacional*. Levantado el 1º de junio de 1914. Tomo II: Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, 1916, p. 3, 37, 115, 117, 124; BUENOS AIRES. *Censo General de Poblacion, Edificación, Comercio e Industrias de la Ciudad de Buenos Aires*. Levantado en los días 17 de agosto, 15 y 30 de setiembre de 1887. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1889.

Assim como no caso brasileiro, Conde (1963) destaca que na Argentina os imigrantes contribuíram para ampliar o mercado consumidor para a produção manufatureira local na medida em que mantiveram seus hábitos de consumo de seus países de origem, demandando cada vez mais produtos industrializados, pressionando as importações desses bens (CONDE, 1963, p. 150).

Lattes e Lattes (1975, p. 65-66) afirmam que o surgimento da indústria na Argentina foi “principalmente obra dos estrangeiros”¹⁰⁵. Para Lattes e Sautu (1978, p. 24), a concentração e o volume de imigrantes nas áreas urbanas da Argentina os levavam a ocupar posições no setor industrial, sejam elas empresariais ou assalariadas. No entanto, os autores observam que “essas variáveis por si só não explicam a sobreposição da população estrangeira vis-à-vis a população nativa”. O surgimento de uma parcela expressiva da população com renda superior ao nível de subsistência deu origem a um mercado para o consumo de bens industrializados. De acordo com Lattes e Sautu (1978),

o desenvolvimento industrial argentino em sua primeira etapa [1870 a 1930] foi resultado da interação de três fatores que incidiram na formação de um mercado consumidor: I) a alta taxa de desenvolvimento do setor agropecuário; II) a promoção da imigração estrangeira devido à escassez crônica de mão de

¹⁰⁵ Sobre imigração e indústria na Argentina, ver, dentre outros: Dorfman (1970); Villanueva (1972); Irigoien (1984); Rocchi (2006); Barbero e Rocchi (2007).

obra que caracteriza durante várias décadas a economia argentina, e III) a intensificação do processo de concentração urbana (LATTES; SAUTU, 1978, p. 15).

O Censo da cidade de Buenos Aires para o ano de 1887 afirma que os estrangeiros ocupavam posições no comércio em uma proporção mais que triplo dos nativos, e nas artes manuais eram mais que o quádruplo dos argentinos. Apenas dentre as profissões liberais, militares e o clero os argentinos superavam os estrangeiros.

Recapitulando los resultados del presente censo, puede afirmarse: que Buenos Aires es muy probablemente la ciudad que en toda la tierra acusa el más rápido crecimiento de su población; que los habitantes argentinos han disminuido con relación a los extranjeros; que el censo revela una muy marcada tendencia al equilibrio de los sexos; que la densidad de la población ha aumentado de 40 a 80 habitantes por hectárea; que los extranjeros superan en número a la población nacional; que la población provinciana, prescindiendo de la que es oriunda de la provincia de Buenos Aires, ha duplicado en los 18 años que separan los dos censos; que entre los extranjeros domiciliados, la población italiana es la más numerosa: superando por sí sola a los habitantes de todas las demás nacionalidades reunidas; que el valor económico de la población ha mejorado un poco, en el sentido de una disminución de niños y un aumento de gente adulta; que la edad media de los extranjeros es casi doble de la de los argentinos; que el ejercicio de las profesiones, artes y oficios, no ha aumentado, en general, en la misma proporción que la población; que el estado civil de las personas ha mejorado notablemente, disminuyendo los solteros y aumentando los casados; que el número de alfabetos de la población ha aumentado notablemente; y, finalmente, que el número de habitantes con defectos físicos, si bien mayor que en 1869, no ha crecido, sin embargo, en la misma proporción que la población. Resultado final, un verdadero progreso en toda la línea, salvo pocas excepciones (CRCBA, 1889, p. 25).

Segundo Lewis (1991) “a reestruturação da indústria que teve lugar no segundo terço do século XIX na Argentina esteve associada com a consolidação da presença imigrante e penetração vigorosa na fabricação por parte de grupos do setor exportador, tanto nacionais como estrangeiros” (LEWIS, 1991, p. 277). De acordo com Lenz (2004), em 1895, os imigrantes eram donos de 84,2% dos estabelecimentos industriais da Argentina. Em termos absolutos, havia 18.706 imigrantes atuando como proprietários contra apenas 3.498 argentinos nativos. Como operários para a indústria, os imigrantes representavam 63,3% do total, sendo 93.294 trabalhadores estrangeiros contra 52.356 nativos (LENZ, 2004, p. 150-151).

Em 1909, os italianos representavam 22% da cidade de Buenos Aires e eram proprietários de 38% dos 28.632 estabelecimentos comerciais da cidade, o que representava o dobro do número de estabelecimentos possuídos por argentinos. Os italianos se mostraram presentes também nas atividades relacionadas à indústria, seja

como trabalhadores qualificados ou como industriais. De acordo com o *Tercer Censo Nacional*, de 1914, 65% dos estabelecimentos industriais na Argentina e eram de propriedade de estrangeiros, contra 32% de argentinos nato e 3% de propriedade mista. Ainda naquele ano, os imigrantes eram responsáveis por 62,1% do emprego no comércio, 44,3% na indústria e 38,9% da agropecuária da província de Buenos Aires. Na cidade de Buenos Aires, os imigrantes estavam presentes em 73,5% dos trabalhos no comércio e 68,8% na indústria. A grande presença de imigrantes nas atividades urbanas se justifica também pelo fato deles terem se concentrado nas áreas urbanas e litorâneas mais dinâmicas (GALLO, 1986, p. 365).

Segundo Klein (1989a), em 1914 os italianos eram donos de pelo menos 40% das empresas de propriedade de estrangeiros e no mínimo 26% dos 48.779 estabelecimentos industriais registrados no censo de 1914. Na cidade de Buenos Aires, em 1914, os estrangeiros eram proprietários de 66% dos comércios e 74% dos estabelecimentos industriais. Eles representavam 53% da força de trabalho no comércio e 50% dos operários industriais. Klein (1989a) calcula que em 1914 pelo menos 40% das empresas de propriedade de estrangeiros e no mínimo 26% dos 48.779 estabelecimentos industriais registrados no censo de 1914 na cidade eram pertencentes aos imigrantes italianos (KLEIN, 1989a, p. 104-106).

Havia uma falta de interesse dos argentinos nativos na indústria, preferindo esses manterem-se como proprietários de terra. Esta era de difícil acesso aos imigrantes, o que os levou a buscarem ascensão social através da indústria¹⁰⁶. Díaz-Alejandro (1986, p. 214) afirma que “inclusive nas indústrias relacionadas com a produção rural e as exportações, como a frigorífica, a elaboração de outros alimentos e a manufatura de coró, a participação direta dos interesses rurais pampianos eram exíguos”. O autor também chama a atenção para o papel dos migrantes importadores na formação do empresariado industrial argentino. Segundo ele, “foram muitos os comerciantes estrangeiros, sobretudo entre os que se dedicavam a atividades de importação, que pouco a pouco foram

¹⁰⁶ Klein tem uma visão distinta da apresentada por Díaz-Alejandro, afirmando que “tradicionalmente supôs-se que poucos argentinos monopolizavam o mercado de terras, porém recentemente mostrou-se que existia um mercado aberto de terras na Argentina pelo menos a partir de 1880. Ao mesmo tempo, a área total de terra cultivada estava crescendo à taxa extraordinária de 10% ao ano após 1880³⁴. Ainda que os rendimentos relativos do arrendamento e da propriedade possam ter favorecido o primeiro em detrimento desta última, não há dúvidas de que os italianos se tornaram proprietários de fazendas numa dimensão excepcionalmente alta para um grupo de imigrantes chegado há tão pouco tempo. Os argentinos natos continuaram naturalmente a monopolizar o mercado de terras, mas, como indicam os dados do censo de 1914, um número surpreendentemente alto de italianos conseguiu se tornar proprietário de terras” (KLEIN, 1989, p. 103).

convertendo-se em empresários da indústria manufatureira utilizando os benefícios extraídos do comércio”. As atividades industriais com participação argentina foram as que estavam localizadas longe de Buenos Aires, seja por tradição ou por dependência de matéria-prima específica, como por exemplo a indústria açucareira, a vinícola e a de fiação de lã (DIAZ-ALEJANDRO, 1986, p. 214).

A Tabela 2.23 abaixo mostra a porcentagem da população economicamente ativa, tanto nativa quanto estrangeira, atuando no setor secundário da economia argentina. Vemos que na cidade e na província de Buenos Aires e também na província de Santa Fé a participação dos estrangeiros na indústria é marcante, tanto em 1895 quanto em 1914. Cornblit (1967, p. 656) afirma claramente que “onde há indústrias modernas e comércio são os estrangeiros que tem a palavra (...). Pode-se ver que as contribuições dos estrangeiros são o comércio e a indústria”. O autor destaca a participação dos imigrantes nas indústrias mais modernas.

Tabela 2.23 – População economicamente ativa no setor secundário da economia argentina, em porcentagem, (1895 – 1914)

Província	1895			1914		
	Argentinos	Estrangeiros	Total	Argentinos	Estrangeiros	Total
Capital Federal	7,6	32,6	40,2	10,8	29,9	40,7
Buenos Aires	11,3	13,9	25,2	15,4	20,9	36,3
Santa Fe	11,2	14,6	25,8	14,5	19	33,5
Entre Ríos	14,5	6,8	21,3	20,6	6,3	26,9
Córdoba	28,5	3,1	31,6	22,9	8,4	31,3
Mendoza	21	5,1	26,1	16,8	14,6	31,4
Catamarca	31,5	0,8	32,3	31,6	1,3	32,9
Total do país	18,8	11,6	30,4	18,9	16,6	35,5

Fonte: ARGENTINA. *Segundo Censo de la República Argentina*. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898. ARGENTINA. *Tercer Censo Nacional*. Tomo II. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, 1916.

Díaz-Alejandro (1986, p. 41-42) afirma que o ápice da influência estrangeira na Argentina se concretizou nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Imigrantes constituíam um quinto da força de trabalho e grande parte do capital fixo existente no país era de propriedade estrangeira. Um terço do capital provindos do exterior eram

direcionados para investimentos em ferrovias e 60% do capital estrangeiro era de origem britânica. Cornblit (1967, p. 657) completa essa visão ao apontar a Primeira Guerra Mundial como um incentivo e como proteção à indústria argentina ainda que, como indica o autor, não haja como provar por falta de dados censitários. O autor afirma que dada o nível industrial alcançado em 1914 e as estimações feitas por diversos autores¹⁰⁷, nota-se um sensível incremento da produção até final de 1918.

¹⁰⁷ Dentre eles Cornblit destaca as estimativas feitas por Bunge (1928) e que posteriormente foram completadas por Ortiz. Entre o começo da guerra e o seu final, o capital aumenta em 22,5%, em 50% o valor da produção e em 35% o número de operários na indústria (referência 56, tomo II, p. 217).

CAPÍTULO 3

FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE SÃO PAULO E BUENOS AIRES

Introdução

Além dos dados relativos às entradas gerais dos imigrantes no Brasil e na Argentina, analisados no capítulo anterior, os documentos utilizados na confecção deste trabalho revelaram informações também sobre as saídas e entradas dos imigrantes pelo porto de Santos e pelo porto de Buenos Aires no período compreendido pela pesquisa, com destaque para o fluxo entre São Paulo e Buenos Aires, nas duas direções. As informações referentes ao fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires, e vice-versa, foram extraídas dos Relatórios da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, pelas Mensagens dos Presidentes do Estado de São Paulo, em Censos para Buenos Aires e em relatos de observadores da época.

Os Relatórios dos Negócios da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (RSASP) trazem dados quantitativos sobre o deslocamento dos imigrantes, entradas e saídas para diversos destinos, com registros a partir de 1892. Além da Europa ocupar o principal destino dos que emigravam pelo porto de Santos, uma parcela significativa dos emigrantes optava não por retornar a seus países de origem mas sim a se dirigirem para a Argentina. Também, os relatórios revelaram que uma parcela dos imigrantes entrados no porto de Santos vinha do porto de Buenos Aires. O fluxo entre os dois países não passou despercebido também nas Mensagens dos Presidentes do Estado de São Paulo ao Congresso Legislativo, que registravam a preocupação das autoridades da época sobre a questão, especulando as causas e as motivações do fluxo.

Vários eram os fatores que influenciavam o fluxo de migratório entre São Paulo e Buenos Aires. Os principais diziam respeito às condições econômicas e às oportunidades oferecidas aos estrangeiros em ambas as regiões. O presente capítulo examina o fluxo de imigrantes entre São Paulo e Buenos Aires, números e origem dos emigrantes assim como as motivações aventadas nas fontes e pela historiografia.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira seção analisa o fluxo de imigrantes entre São Paulo e Buenos Aires. Primeiro, são apresentados dados sobre as

saídas ocorridas pelo porto de Santos, principalmente aquelas com destino à Buenos Aires. Segundo, investiga-se quem eram os imigrantes que saíam do porto de Santos com destino a Buenos Aires e as principais nacionalidades que se dirigiam para o país platino.

A segunda seção analisa o fluxo de imigrantes entre Buenos Aires e São Paulo. Os dados e informações para esta seção foram extraídos de censos argentinos e complementados com as fontes brasileiras; os relatórios e mensagens presidenciais analisadas do governo paulista também registram informações sobre as partidas do porto de Buenos Aires em direção a Santos. São apresentados dados sobre as saídas ocorridas pelo porto de Buenos Aires, principalmente aquelas com destino à Santos.

A terceira seção apresenta um balanço do fluxo migratório entre Santos e Buenos Aires, e vice-versa, examinando as motivações que influenciavam a decisão de emigrar e o destino escolhido.

3.1. Entre São Paulo e Buenos Aires

A re-emigração dos estrangeiros que deixaram São Paulo pelo Porto de Santos não é um assunto muito estudado na historiografia. O fenômeno é mencionado em vários autores, mas as observações e informações sobre o tema são dispersas. Em geral, os autores mencionam o fluxo de emigrantes do Brasil, que se estabelece entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com destino ao seu país de origem ou outros países. A maioria procura explicações para o fenômeno associando o número crescente de saídas às condições econômicas e sociais por que passava o país na virada para o século XX; alguns destacam as saídas de emigrantes de determinadas nacionalidades e os principais destinos a que se dirigiam¹⁰⁸.

O fluxo de emigrantes entre São Paulo e Argentina, especialmente aquele que tem saída do porto de Santos para o de Buenos Aires, é também mencionado por alguns autores. Caio Prado Jr, em sua obra *“Formação Econômica do Brasil”*, observa que muitos imigrantes europeus

depois de um estágio mais ou menos longo no Brasil, irão fixar-se na Argentina. Esta emigração de trabalhadores agrícolas constituiu sempre, entre

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, Holloway (1984, p.70-71); Martins (1989, p. 9, 15-20); Cánovas (2004, p. 122); Rocha (2007, 73-94).

nós, um fato normal e permanente. Nos primeiros tempos da imigração, contudo, a entrada de grandes contingentes novos compensava sempre largamente, no conjunto, as saídas. Em 1900, porém, verifica-se pela primeira vez um déficit imigratório, tendo as saídas superado às entradas. Isto se reproduzirá em 1903 com um excesso de saídas de mais de 18.000 indivíduos (PRADO JR, 1981, p. 213).

T. Holloway (1984), analisando os dados referentes a passageiros de terceira classe saídos do porto de Santos, e sem discriminar o destino das saídas, observa que São Paulo não experimentou uma migração anual em larga escala de trabalhadores na colheita de café para e da Europa, “do tipo que caracterizou a indústria tritícola argentina” (HOLLOWAY, 1984, p.70). Os retornos resultaram de decisões individuais combinadas, com base em motivos vários. Para o autor, os dados de retorno mostram muito menos oscilação do que os totais de imigração, “que eram afetados pelas decisões do governo de São Paulo, no que se refere a verbas e recrutamento, bem como pelas restrições ocasionais impostas nos países de origem” (HOLLOWAY, 1984, p.70). Para o autor, “entre os imigrantes que partiam estavam não apenas aqueles que ficaram desempregados ou se haviam empregado em atividades não-agrícolas, mas também um importante contingente de ex-colonos de café” (HOLLOWAY, 1984, p. 140). Segundo Holloway,

pelo fim do século, havia cerca de 500.000 imigrantes em São Paulo, e as partidas de Santos foram inferiores a 30.000 por ano. Nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, a migração anual de saída via Santos aumentou para pouco mais de 40.000, e a população imigrante residente já devia ter superado a cifra de um milhão (HOLLOWAY, 1984, p. 70-71).

Para o autor, essa perspectiva diminui o significado dos dados disponíveis sobre a migração de retorno.

Levy (1974, p. 68) afirma que durante o período inicial das grandes migrações, de 1890 a 1900, menos imigrantes deixaram o Brasil. Daí em diante, o nível de retorno tendeu a ir gradativamente aumentando. A autora observa também que o número de imigrantes repatriados e re-emigrados à Argentina excedem o total daqueles entrados no Brasil nos anos de 1900, 1903, 1904 e 1907. Entre 1900 e 1909, durante a crise cafeeira, deixaram o país cerca de 300 mil imigrantes (LEVY, 1974, p. 65).

Holloway (1984), analisando a ascensão e queda da imigração para São Paulo, afirma que um dos aspectos significativos é o estreito relacionamento entre os totais da imigração e a tendência dos preços do café. Segundo o autor

Durante o período de altos preços, de meados da década de 1880 a meados da década de 1890, os fluxos médios tornaram-se cada vez maiores. Quando os preços do café caíram, nos últimos anos do século XIX e na primeira década do século XX, a imigração também declinou. Uma elevação aguda, porém breve, seguiu-se a uma melhora similar nos preços do café antes da Primeira Guerra Mundial (HOLLOWAY, 1984, p. 68-70).

No início da República, a oferta externa de café passava por dificuldades. Como visto, a descentralização do poder deixara nas mãos dos estados a questão imigratória, sendo esta muito bem amparada pelo governo paulista. A enorme quantidade de crédito ofertada pelo Governo Provisório beneficiava os cafeicultores paulistas na medida em que proporcionava recursos para que ampliassem suas produções. A depreciação do câmbio tornava o café mais valorizado em divisa nacional. Os produtores brasileiros, mediante tais incentivos, chegaram a controlar 75% da produção mundial de café. A partir de meados da década de 1890, o café, que até então vinha desfrutando de um período de ascensão nos preços e o consumo acompanhando a demanda, entrou em um período de desvalorização e acumulação de estoques invendáveis. Segundo Furtado, o valor médio da saca exportada passou de 2,92 libras em 1896 para 1,48 libra em 1899 (FURTADO, 2005, p. 174-175).

Como observa Stolcke (1986)

Em meados de 1890, os preços internos e mundiais do café começaram a decair, prenunciando uma prolongada crise provocada pela superprodução, que só terminaria em 1910. No início dos anos 1890, a taxa de câmbio decrescente mantivera elevados os preços em moeda interna, mas, em 1896, mesmo o preço em mil-réis começou a cair agudamente. Em 1902, os estoques mundiais de café haviam atingido uma cifra sem precedentes de 11 milhões de sacas, comparada a uma demanda mundial anual de 14 milhões de sacas, no final do século (STOLCKE, 1986, p. 56).

A crise cafeeira provocou uma redução do fluxo imigratório para o país e provocou um aumento da saída de imigrantes em contingentes significativos.

3.1.1. Saídas pelo porto de Santos: dados gerais e saídas para Buenos Aires

Os dados apresentados nesta seção foram extraídos dos Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1895 a 1930.

Alguns dos relatórios da Secretaria da Agricultura trazem os dados referentes às saídas, discriminados por nacionalidades, passageiros de primeira e segunda classe e emigrantes (passageiros de terceira classe). Desde 1894, quase todos os relatórios analisados, ao mostrarem os dados para a saída de imigrantes pelo porto de Santos, especificam o porto de destino para onde se dirigiam os que saíam do estado. Conforme a Tabela 3.1, Entre 1892 e 1929, 991.100 imigrantes partiram do porto de Santos, deixando um saldo de 1.004.474 imigrantes no estado.

Tabela 3.1 – Movimento migratório na pelo porto de Santos (1892 – 1929)

Período	Entradas	Saídas por Santos	Saldo
1892-1895	328.188	65.477	262.711
1896-1900	328.846	122.871	205.975
1901-1905	230.930	171.444	59.486
1906-1910	209.750	179.800	29.950
1911-1915	316.810	173.942	142.868
1916-1920	102.814	59.972	42.842
1921-1925	233.552	108.494	125.058
1925-1929	244.684	109.100	135.584
Total	1.995.574	991.100	1.004.474

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos; SÃO PAULO, Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estatístico de São Paulo*, vários anos. Para os anos de 1892 a 1907, utilizou-se dados das entradas gerais de imigrantes em São Paulo. A partir de 1908, os Relatórios trazem as entradas no estado discriminadas pelo porto de Santos e pelas estradas de ferro. De 1908 a 1929, utilizou-se então, as entradas pelo porto de Santos.

A análise dos Relatórios revelou a existência de um fluxo contínuo de entradas e saídas de imigrantes entre o porto de Santos e o porto de Buenos Aires. Conforme destaca o Relatório Secretaria da Agricultura para o ano de 1898:

A verdade é que existe entre Santos e o Rio da Prata uma corrente de imigração e emigração, que obedece, sem dúvida, às condições de maior ou menor facilidade de obtenção de trabalho em certas épocas do ano, neste Estado [São Paulo] e em Buenos-Ayres (RSASP, 1898, p. 49).

Em determinados anos, as saídas de Santos para Buenos Aires foram tão acentuadas que levaram as autoridades governamentais a instaurarem inquéritos buscando entender o que motivava os imigrantes a partirem para o país platino. Em anos em que as entradas gerais de imigrantes no estado paulista diminuía, como ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, aumentando o temor da falta de braços para as lavouras cafeeiras, o governo do estado buscava a solução na imigração sazonal de trabalhadores da Argentina que se dirigiam para São Paulo.

Na Tabela 3.2 abaixo, podemos ver os dados referentes às saídas em geral de imigrantes pelo porto de Santos bem como a saída específica para Buenos Aires no período de 1894 a 1929. Podemos ver pelos dados que nesse período mais de 730.000 emigraram do estado de São Paulo no total. De 1896 a 1915, as saídas anuais de imigrantes não estiveram em nenhum momento abaixo de 23.000 pessoas, havendo períodos de ápice de saídas como em 1906, quando mais de 47.500 pessoas deixaram o estado. Aqueles que deixavam o país pelo de Santos se dirigiam para países da Europa, da África, Estados Unidos e América do Sul.

Em geral, o fluxo emigratório para Buenos Aires acompanhava o fluxo emigratório total. Nos anos em que aumentavam as saídas de Santos, também aumentavam as saídas com destino à Buenos Aires.

Buenos Aires mostrava-se como um importante porto de atração dos emigrantes saídos de São Paulo durante todo o período estudado. De acordo com os dados apresentados na Tabela 3.2, no período de 1894 a 1929, cerca de 24% dos emigrados saídos de Santos se dirigiram para Buenos Aires. Apenas nos anos de 1902, 1926 e 1929 Buenos Aires atraiu menos de 10% dos saídos de Santos.

Tabela 3.2 – Emigração pelo porto de Santos: total e para Buenos Aires (1894 – 1929)¹

Ano	Imigrantes saídos pelo Porto de Santos (A)	Imigrantes saídos para Buenos Aires (B)	B/A
1894	18.192	3.250	17,9%
1895	18.916	4.925	26,0%
1896	23.157	9.234	39,9%
1897	24.608	6.819	27,7%
1898	23.007	5.803	25,2%
1899	24.182	5.456	22,6%
1900	27.917	6.146	22,0%
1901	36.099	5.694	15,8%
1902	31.437	2.433	7,7%
1903	36.410	4.609	12,7%
1904	32.679	7.694	23,5%
1905	34.819	11.214	32,2%
1906	47.508	16.248	34,2%
1907	36.269	9.976	27,5%
1908	30.750	8.663	28,2%
1909	34.512	10.678	30,9%
1910	30.761	8.813	28,6%
1911	27.331	7.627	27,9%
1912	37.440	11.259	30,1%
1913	41.154	9.557	23,2%
1915 ²	38.959	8.343	21,4%
1917	9.397	3.016	32,1%
1918	6.542	2.905	44,4%
1922	20.612	3.642	17,7%
1923	20.697	4.601	22,2%
1926	26.425	1.984	7,5%
1929	29.493	2.099	7,1%
Total	769.273	182.688	23,7%

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos; SÃO PAULO, Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estadístico de São Paulo*, vários anos. ¹Não há dados para a saída de imigrantes para Buenos Aires para os anos de 1914, 1919 a 1921, 1924 e 1925. ²Os dados para 1915 englobam o ano de 1916 também.

Os anos com maiores percentuais de saídas para Buenos Aires foram 1896, quando 39,9% dos emigrados foram para o porto platino e 1918, com mais de 44%. Os anos com os maiores números absolutos de emigrantes que partiram de Santos para Buenos Aires foram os anos de 1905 (11.214; 32,2%), 1906 (16.248; 34,2%), 1912 (11.259; 30,1%) e 1913 (9.557; 23,2%).

O Gráfico 3.1 facilita a visualização das saídas totais de imigrantes pelo porto de Santos em comparação com as saídas para Buenos Aires. Podemos ver que as duas séries seguem as mesmas tendências, aumentando e diminuindo nos mesmos momentos. No entanto, podemos notar que a curva de saídas para Buenos Aires não flutua tão acentuadamente quanto a das saídas gerais.

Gráfico 3.1 - Emigração pelo porto de Santos: total e para Buenos Aires (1894 – 1929)

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos.

O Relatório da Secretaria da Agricultura para o ano de 1900, ao discorrer sobre o pífio resultado da imigração naquele ano, resultado da diminuição das entradas e aumento das saídas de estrangeiros, observava que a emigração era “imediatamente influenciada por qualquer modificação que se dê (...) com relação às condições que affectem a economia do indivíduo” (RSASP, 1900, p. 104). Ainda segundo esse Relatório “o movimento imigratório é solicitado pela alta do valor do café e sofre a reação determinada pela desvalorização do mesmo produto” e “sendo o imigrante attrahido pelos lucros

oferecidos por aquella indústria [o café], a força dessa atracção diminuía à proporção que os mesmos lucros se tornem precários ou incertos com a queda constante do valor do produto” (RSASP, 1900, p. 106). Portanto, mesmo em um país onde havia uma alegada escassez de braços, como era o caso do Brasil e de São Paulo, os resultados de uma crise econômica, ainda que momentânea, afetavam a vida dos imigrantes, e podia gerar um processo de emigração.

O Secretário da Agricultura, João Baptista de Mello Peixoto, em seu Relatório de 1902, ao analisar os resultados da imigração daquele ano afirmava que tanto a menor entrada de imigrantes espontâneos quanto a menor saída de emigrantes naquele ano, podem ser, em parte, explicadas pela grande diminuição das entradas de imigrantes subsidiados. Para o Secretário, os imigrantes subsidiados contribuíam para acarretar “a vinda de muitos de seus parentes e patrícios, que se resolvem a emigrar juntamente, mas têm de pagar suas passagens por não se acharem nas condições da Lei para poderem gozar a gratuidade de toda ou parte das mesmas” (RSASP, 1903, p. 166).

Além disso, de acordo com o Secretário, os imigrantes subsidiados contribuíam para fomentar a

introdução de indivíduos, em não pequeno número, que visando fazer com menor dispêndio as despesas do seu transporte, especialmente para o Rio da Prata, que é o destino real que trazem, obtêm o seu transporte como imigrantes subsidiados até este Estado e daqui seguem para Montevidéo ou Buenos Ayres à própria custa” (RSASP, 1903, p. 166).

O mesmo Relatório fundamenta essa afirmação apresentando os dados de entrada de imigrantes subsidiados e as saídas para o Rio da Prata em 1901 e 1902. No ano de 1901, entraram em São Paulo 49.599 imigrantes subsidiados e as saídas de passageiros de terceira classe (emigrantes) para o Rio da Prata haviam sido de 5.694. Em 1902, as entradas de imigrantes com passagem custeada pelo estado haviam caído para 19.311 e as saídas para o Rio da Prata acompanharam esse ritmo e se reduziram para 2.127 emigrados (RSASP, 1903, p. 167).

Segundo o Relatório apresentado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho, de 1906, o aumento das saídas para a República Argentina no ano de 1906, em comparação anos anteriores, foi o que mais contribuiu para a grande cifra de emigrantes registrada naquele ano. A alta cifra chegou a alarmar os governos estadual e federal. Vale ressaltar que 1906 foi o ano que registrou a maior saída de emigrantes com destino ao

porto de Buenos Aires no período estudado. Conforme a Tabela 3.2, naquele ano, dos 41.349 saídos pelo porto de Santos, 16.248 se dirigiram para Buenos Aires.

O fluxo de emigrantes que deixava São Paulo em direção à Argentina preocupava as autoridades e, em dezembro de 1906, a pedido do Ministro da Viação e Obras Públicas, foi realizado um inquérito sobre o assunto. Essa investigação foi baseada em visitas às fazendas de vários municípios paulistas, em que foram coletadas informações diversas sobre os “desdobramentos do serviço nas fazendas de café, estudando a situação dos imigrantes e as vantagens por elles auferidas” (GONÇALVES JR, 1907, p. 997). De acordo com o relator do inquérito “a saída de imigrantes do estado de S. Paulo para a Itália e para a Argentina” despertava “suspeitas de anormalidades capazes de perturbar a organização do trabalho nas fazendas de café” (GONÇALVES JR, 1907, p. 997). O inquérito resultou em relatório intitulado “*Relatório acerca do êxodo de imigrantes em São Paulo apresentado ao Exm. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Digníssimo Ministro da Viação e Obras Públicas, pelo engenheiro Joaquim Francisco Gonçalves Junior*”, que foi anexado ao Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906.

3.1.2. Saídas pelo porto de Santos: nacionalidade dos emigrados

Não são muitas as fontes que trazem dados especificando a nacionalidade dos emigrados e o destino escolhido por eles ao partirem do porto de Santos. O Relatório apresentado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Antônio Candido Rodrigues ao Vice-Presidente do Estado de São Paulo em 1901, mostra que dos 36.099 imigrantes saídos de Santos, 28.528 se dirigiram para a Europa, 5.694 partiram para a Buenos Aires e 1.877 para outros estados. Do total de partidos para Buenos Aires, 5.228 eram italianos (correspondendo a 18,3% dos italianos saídos naquele ano), 254 espanhóis (16% dos espanhóis saídos), 46 portugueses (1%), 10 austríacos (7,5%), 12 brasileiros (2,4%) e 144 de outras nacionalidades (15% do total saído) (RSASP, 1902, 113).

O Relatório da Secretaria da Agricultura para o ano de 1908 apresenta estatísticas mais completas sobre as saídas pelo porto de Santos para aquele ano. Conforme podemos ver na Tabela 3.3 abaixo, dos 30.750 emigrantes daquele ano, aproximadamente 58% das saídas, 17.731 indivíduos, se dirigiram para a Europa; o segundo destino mais procurado

era a Argentina e o Uruguai, para onde partiram cerca de 28% dos emigrados, ou 8.663 indivíduos; para a África se destinaram 468 emigrados (1,52%), para a América do Norte, 352 (1,14%) e para outros destinos emigraram 3.527 indivíduos (11,47%). Dos 8.663 emigrantes que partiram para o Rio da Prata, 8.599 se dirigiram para Buenos Aires especificamente.

Dentre as nacionalidades que mais concorreram para as saídas para Buenos Aires em 1908, estavam os italianos, com 4.538 emigrados, os espanhóis, com 3.293 e os portugueses com 203. Havia o predomínio entre os saídos dessas três nacionalidades de homens solteiros. Entre os italianos, a maior parte dos que emigraram, ao redor de 60%, se declararam agricultores. Entre os espanhóis, 25% dos que saíram eram agricultores e entre os portugueses, 16%. A maior parte das saídas ocorreram nos meses de setembro a dezembro - época correspondente ao final da colheita do café - quando saíram cerca de 43,7% do total de emigrados no ano de 1908, sendo outubro o mês cujas saídas foram mais volumosas, com 4.244 emigrantes deixando o porto de Santos (RSASP, 1909, s/p).

Tabela 3.3 – Classificação dos emigrantes saídos pelo porto de Santos no ano de 1908

Nacionalidade	Total	Sexo		Idade				Estado Civil			Profissão			Destino					
		Masculino	Feminino	Maiores de 12 anos	7 a 12 anos	3 a 7 anos	Menores de 3 anos	Casados	Solteiros	Viúvos	Agricultores	Artistas	Diversos	Europa	Ásia	África	Norte América	Argentina e Uruguai	Diversos
Italianos	15.851	10.163	5.688	10.314	1.512	2.162	1.863	5.389	10.100	362	9.361	408	6.082	10.481	-	12	117	4.538	700
Espanhóis	5.670	3.665	2.005	3.873	406	687	704	2.153	3.438	79	1.447	55	4.168	2.012	3	10	14	3.293	341
Portugueses	5.207	4.001	1.206	4.218	257	350	382	2.107	3.001	99	825	89	4.293	3.802	-	430	14	203	758
Turcos	1.200	944	256	1.023	56	41	80	357	829	14	83	10	1.107	521	6	6	48	181	438
Brasileiros	1.032	788	244	868	63	52	49	251	758	23	15	55	962	89	-	3	16	52	872
Alemães	676	415	261	537	47	46	46	255	389	22	90	49	537	331	-	3	26	120	196
Diversos	1.114	717	397	857	82	91	84	363	734	27	292	85	737	495	0	4	117	276	222

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatório da Agricultura de 1908*, Série B Quadro 2 s/p. São Paulo, 1909.

Os dados apresentados no Relatório de 1908 levantam uma questão que merece destaque. Muitos dos que emigravam para Buenos Aires haviam chegado ao Brasil por meio de passagens subsidiadas oferecidas pelo governo paulista aos imigrantes agricultores europeus (RSASP, 1909, p. 156-157).

Tabela 3.4 – Passageiros e imigrantes saídos pelo Porto de Santos segundo a nacionalidade e o destino (1908, 1910 e 1913)

Ano	Destino	Nacionalidade					
		Portuguesa		Italiana		Espanhola	
1908	Europa	3.802	73,0%	10.481	66,1%	2.012	35,5%
	Argentina e Uruguai	203	3,9%	4.538	28,6%	3.293	58,1%
	Outros	1.202	23,1%	832	5,2%	368	6,5%
	Total	5.207	100,0%	15.851	100,0%	5.670	100,0%
1910	Europa	4.139	75,3%	8.934	62,6%	2.579	39,3%
	América do Sul	259	4,7%	4.601	32,2%	3.685	56,2%
	Outros	1.101	20,0%	743	5,2%	296	4,5%
	Total	5.499	100,0%	14.278	100,0%	6.560	100,0%
1913	Europa	8.849	83,4%	10.220	69,4%	3.412	42,7%
	América do Sul	443	4,2%	3.620	24,6%	4.192	52,4%
	Outros	1.319	12,4%	882	6,0%	396	5,0%
	Total	10.611	100,0%	14.722	100,0%	8.000	100,0%

Fonte: ROCHA, I. P. *Imigração internacional em São Paulo: retorno e re-emigração, 1890-1920*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 88; SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatório*, 1908, p. 158.

Os espanhóis, portugueses e italianos foram as nacionalidades que mais contribuíram para o fluxo entre São Paulo e Buenos Aires. Os espanhóis foram os que, proporcionalmente, mais deixaram o porto de Santos em direção ao porto platino. Nos três anos, para os quais encontramos dados mais completos, apresentados na Tabela 3.4 acima, vemos que os portugueses e italianos partiam principalmente com destino à Europa. Já os espanhóis tinham uma clara preferência pela emigração para a Argentina.

O Relatório da Secretaria da Agricultura para o ano de 1908 afirma que, naquele ano, os espanhóis eram a nacionalidade que apresentava o maior número de imigrantes declarados como agricultores. Dos 8.375 espanhóis entrados naquele ano, 6.195 eram

agricultores sendo a maior parte subsidiados, 4.573 e apresentavam a “maior porcentagem de saídos. Mais que a metade dos imigrantes espanhóis saídos (3.293), foram com destino a Buenos-Ayres” (RSASP, 1909, p. 157).

Mais de 50% dos espanhóis saíram de Santos para os portos da América do Sul, principalmente da Argentina e Uruguai. Entre italianos e portugueses, o destino principal era Europa. Para os espanhóis, o retorno à pátria não era uma opção muito conveniente, pois como afirma Cánovas (2005) há

relatos de que a permanência dos retornados na Espanha era quase impossível, quer seja concretamente porque a situação do país era ainda muito difícil, o que obrigava o colono a voltar ao Brasil, quer seja porque o colono retornado geralmente deixava no Brasil seus familiares, filhos, noras, genros, netos, e essa contingência provocava seu desajustamento social (CÁNOVAS, 2005, p. 151-152 *apud* ROCHA, 2007, p. 87).

explicando assim o fluxo migratório entre aqui e países próximos como a Argentina e Uruguai.

A participação dos espanhóis nas saídas com destino à Argentina era significativa e foi tratada por diversos autores. Martins (1989, p. 18) mostra que entre 1908 e 1926, mais de 50% dos espanhóis saídos de Santos foram para a Argentina e para o Uruguai contra 28% dos italianos.

Ao tratar da imigração espanhola para a lavoura cafeeira, Cánovas (2004) afirma que o Brasil - e São Paulo - nunca representaram o destino preferencial do imigrante espanhol. Aos espanhóis lhes era muito mais conveniente dirigirem-se à Argentina ou Uruguai, países que também necessitavam de mão de obra e que tinham a vantagem de falar o mesmo idioma. Contudo, conforme aponta a autora

Brasil acenava com uma facilidade que não era ofertada pelos outros países – o subsídio –, o qual também podia ser utilizado, como consta ter ocorrido, para finalmente se atingir o destino desejado. Informes da Secretaria da Agricultura dão conta de que muitos espanhóis se utilizavam do subsídio para, uma vez em S. Paulo, e alegando terem sido enganados quanto ao destino, solicitarem uma passagem para o Rio Grande do Sul. Tal procedimento, de tão frequente, alertou os funcionários de que, na verdade, eles estavam tentando, por essa via, apenas atingir os países do Prata, Argentina e Uruguai (CÁNOVAS, 2004, p. 122).

Segundo Hall (1979), ficava claro o quão difíceis eram as condições de vida para os italianos. Como observar o autor, era

grande o número dos que deixam o Estado, indo geralmente para a Argentina ou Itália. As estatísticas oficiais mostram que as cifras de saída chegavam quase à metade das de entrada, não sendo isto, porém, uma migração sazonal

como a da Argentina, já que a cultura do café não se prestava a esses arranjos (HALL, 1979, p. 206).

Além de espanhóis e italianos, os portugueses constituíam outra nacionalidade que também procuravam novas oportunidades no país platino. Pode-se observar também que para os emigrantes portugueses, o retorno à pátria foi mais significativo que para as outras duas nacionalidades listadas na tabela. Vemos também que a saída de portugueses para outros destinos era maior que entre os italianos e espanhóis; de fato, em 1908, de acordo com o Relatório da Secretaria da Agricultura daquele ano, 8,5% dos portugueses saídos de Santos partiram em direção à África, o que nos leva a crer que as colônias ou ex-colônias portuguesas eram um destino considerado para re-emigração. Sobre o retorno à Portugal, Alves (1998) afirma que

o retorno da emigração do Brasil terá sido importante, diminuindo o impacto do efeito da emigração, embora sem compensar os anos de ‘vazio’ demográfico que a respectiva ausência provocou. Se há uma imagem oficiosa baseada na ideia de que o português abandona a pátria e se dissemina pelo mundo, adaptando-se à diversidade de culturas, com elas convivendo pacificamente, também a contraimagem do retorno a contrabalança, podendo dizer-se que, pelos escassos dados existentes, se se estabelece algum equilíbrio em termos quantitativos, com o retorno a atingir uma importância considerável, que só os autores que o procuram estudar lhe reconhecem, pois a maioria tem tendência a fixar-se essencialmente na maior visibilidade da emigração. (ALVES, 1998, p. 246, *apud* ROCHA, 2007, p. 95).

Na opinião de Rocha (2007, p. 150) os portugueses se mostravam contrários à imigração em geral

pois preferem um destino facilitado por laços culturais como língua, costumes e tradições. Mas não significa que o retorno a Portugal é o fim de um movimento migratório, pois não é possível aferir quantas idas e voltas um mesmo imigrante percorreu, percebe-se apenas uma limitação territorial a esse movimento dos portugueses (ROCHA, 2007, p. 150).

Imigrantes de nacionalidade japonesa também participaram do fluxo entre São Paulo e Buenos Aires, criando as primeiras colônias de japoneses na Argentina. Tigner (1967), mostra que o início imigração japonesa para a Argentina, entre 1906 e 1910 foi um produto da entrada de re-emigrantes vindos do Brasil e do Peru. Em 1909, começou a imigração de japoneses “Ryukyunianos”¹⁰⁹ para Buenos Aires com a chegada de Seijitsu Chinen, re-emigrado do Brasil. No ano seguinte, 68 ryukyunianos re-emigraram

¹⁰⁹ O grupo de japoneses predominantes na Argentina eram imigrantes provenientes da ilha Ryukyu no Pacífico ocidental (TIGNER, 1967, p. 203).

das fazendas de café em São Paulo para a Argentina, seguindo a recomendação de Chinen (TIGNER, 1967, p. 203-205).

Uma forma de se verificar a relação entre a economia agroexportadora e o fluxo de emigrados do estado de São Paulo é observar em qual época do ano as saídas foram maiores. Num país agroexportador como era o caso do Brasil as saídas mais volumosas entre outubro e dezembro, ou seja, ao final da safra, mostraria ligação com o emprego no setor rural.

No ano de 1903 saíram 4.234 emigrantes em direção a Buenos Aires. Desse total, 38% partiram nos meses de outubro e novembro (RSASP, 1904, p. 63). O Relatório de 1904 apresentado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, ao Presidente do Estado de São Paulo mostra que no ano de 1904, 7.694 indivíduos emigraram do porto de Santos para o Rio da Prata. Desse total, 52% partiram nos meses de outubro e novembro (RSASP, 1905, p. 114).

Gonçalves Jr (1906, p. 1000-1001), em seu relatório sobre inquérito acerca do êxodo de imigrantes em São Paulo, apresentado ao Ministro da Viação e Obras Públicas, afirma que tais partidas não eram em proporções exageradas e não estavam prejudicando a “marcha regular do trabalho nos centros agrícolas” pois, conforme observa o autor, já se ia verificando o retorno ao local de saída daqueles que haviam se dirigido à Argentina, sendo que “mais de 21% do que se retiraram para o Rio da Prata [em 1906]” já haviam voltado. O autor apresenta dados para as saídas nos meses de agosto a novembro de 1904 a 1906. Ao observarmos tais dados e compará-los com a Tabela 3.2 vemos que em 1904, 72% dos emigrantes saídos para a Argentina (5.541) o fizeram nos meses de agosto a novembro. Em 1905, 6.878 dos 10.836 que emigraram para Buenos Aires saíram nesse período. Em 1906, essa cifra foi de 50% para o período. Ao observar apenas o mês de novembro, Gonçalves Jr mostra que as saídas para a Buenos Aires se avolumaram, quase dobrando de 1905 para 1906, passando de 2.241 para 5.410 emigrados.

Pierre Denis, geógrafo e historiador francês e contemporâneo dos acontecimentos no Brasil do começo século XX, também afirma que era ao final da colheita, entre os meses de agosto e novembro, que essas saídas aconteciam, o que, como veremos, indica o caráter sazonal dessa emigração. Segundo Denis (1911), os emigrantes não eram “paulistas por raça”, pertencendo sim à população imigrante estrangeira e sendo em sua maioria italianos. A maior parte destes emigrantes retornava à Itália, mas uma quantidade

significativa se dirigia à Argentina. Para Denis (1911, p. 215), a quantidade de estrangeiros que deixava o país e o estado de São Paulo como emigrantes para a Argentina era especialmente inquietante

Rocha (2007) ao analisar as saídas do porto de Santos para Buenos Aires no ano de 1908, chega à conclusão de que os emigrados eram indivíduos que apresentavam ocupações majoritariamente rurais. Observando os meses nos quais se registraram as maiores saídas de imigrantes pelo porto de Santos para Buenos Aires - setembro a dezembro - para o ano de 1908, a autora conclui que o deslocamento pode ser explicado pelo fim da colheita do café em São Paulo e pelo início da primavera na Argentina, quando os emigrados tinham oportunidades de se estabelecer naquele país e de aproveitar as atividades sazonais como a colheita do trigo no verão para em seguida, retornarem ao trabalho nas lavouras cafeeiras (ROCHA, 2007, p. 155).

Em 1910, dos 8.813 emigrantes saídos de Santos com destino a Buenos Aires, 3.565 ou 40,4% saíram durante os meses de outubro e novembro. Em 1911, o mesmo padrão é observado, sendo que 40,9% dos 7.627 emigrantes partiram para Buenos Aires também nos meses de outubro e novembro (RSASP, 1912, s/p).

A questão da origem ocupacional dos emigrantes que partiam do porto de Santos para Buenos Aires, no entanto, é controversa.

Martins (1989), analisando o perfil dos imigrantes que entraram em São Paulo no período entre 1908 e 1926, observa que

Dos 192.206 espanhóis entrados em São Paulo, apenas 17,3% eram indivíduos avulsos, sem família, (comparados com 41,6% dos 180.061 italianos que imigraram na mesma época). Eram agricultores 81,4% dos espanhóis e 52,2% dos italianos. Artistas (artesãos e operários) eram 2,2% dos espanhóis e 11,4% dos italianos. Na categoria de "diversos", estavam 16,3% dos espanhóis e 36,5% dos italianos (MARTINS, 1989, p. 19).

Em seguida, analisando o perfil os emigrantes que saíram de São Paulo, o autor destaca que

Dos 86.512 espanhóis que saíram, 31,5% eram agricultores, 0,6% eram artistas e 67,9% estavam na categoria de "diversos". Dos 155.230 italianos que reemigraram, as proporções eram respectivamente: 37,7% agricultores, 2,8% artistas e 59,6% "diversos". No conjunto dos imigrantes entrados em São Paulo, 59,4% eram agricultores e, no conjunto dos que saíram, 74,3% estavam na categoria de "diversos" (MARTINS, 1989, p. 19).

Tabela 3.5 – Participação dos emigrantes saídos de Santos nas entradas totais de imigrantes no porto de Buenos Aires (1894 – 1913)

Ano	Imigrantes Entrados em Buenos Aires (A)	Imigrantes vindos de Santos (B)	B/A
1894	54.720	3.250	5,94%
1895	61.206	4.925	8,05%
1896	102.675	9.234	8,99%
1897	72.978	6.819	9,34%
1898	67.130	5.803	8,64%
1899	84.442	5.456	6,46%
1900	84.851	6.146	7,24%
1901	90.127	6.113	6,78%
1902	57.992	2.127	3,67%
1903	75.227	4.234	5,63%
1904	125.567	7.694	6,13%
1905	177.117	10.836	6,12%
1906	252.536	16.248	6,43%
1907	209.103	9.976	4,77%
1908	255.710	8.663	3,39%
1909	231.084	10.678	4,62%
1910	289.640	8.813	3,04%
1911	225.772	7.627	3,38%
1912	323.403	11.259	3,48%
1913	302.047	9.557	3,16%
Total	3.143.327	155.458	4,95%

Fontes: BUENOS AIRES, *Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*. Buenos Aires: "Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco", 1914, p. 14; SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*. Vários anos.

Verificando o impacto do fluxo migratório proveniente de Santos no cômputo geral das entradas de imigrantes no porto de Buenos Aires, os dados da Tabela 3.5 acima

indicam que o mesmo foi pouco significativo. A imigração de Santos para Buenos Aires correspondeu, em média, a 4,4% ao ano, com um máximo de 9,34% em 1897¹¹⁰.

Analisando os dados das tabelas 3.2, que mostram o número de saídas do porto de Santos para Buenos Aires, e compararmos com os dados da tabela 3.5, verificamos que em 1896, quase 40% dos emigrados pelo porto de Santos saíram com destino à Buenos Aires. Estes corresponderam a 9% dos entrados em Buenos Aires naquele ano. Em 1912, 11.259 dos 37.400 – pouco mais de 30% – indivíduos emigrados por Santos se dirigiram a Buenos Aires, correspondendo a apenas 3,48% dos entrados no porto platino. Em 1913, aproximadamente um quarto dos 41.154 emigrados, 9.421, partiram para a capital argentina, contribuindo com 3,12% das entradas totais em Buenos Aires naquele ano. Podemos inferir que as saídas de Santos para Buenos Aires acompanhavam o fluxo.

Na próxima seção analisaremos o fluxo migratório inverso – Buenos Aires e São Paulo – observando suas características e as motivações que levaram à sua ocorrência.

3.2. Entre Buenos Aires e São Paulo

A saída de imigrantes da Argentina é um fenômeno discutido por vários autores¹¹¹. O fluxo re-emigratório da Argentina para a Europa ou para outros países, como o Brasil também é analisado na literatura como uma manifestação dos imigrantes frente aos problemas econômicos ou políticos vividos no país.

Pelo que mostra Cenni (2003, p. 185) podemos interpretar que o fluxo re-emigratório entre Brasil e Argentina seria característico da história da migração dos dois países, não sendo um fenômeno ocorrido apenas ao final do século XIX e começo do século XX. O autor afirma que tão cedo quanto em 1850 e 1860,

a República Argentina contava com grande número de italianos, muitos dos quais se dirigiram, então, aos estados de Minas Gerais e de São Paulo à procura de melhor sorte. As fantásticas esperanças definhavam logo, frente à realidade; mas em compensação o Brasil oferecia largas possibilidades de trabalho bem-remunerado, especialmente depois de 1870, época em que tomara grande impulso a construção de estradas de ferro (CENNI, 2003, p. 185).

¹¹⁰ Não possuímos dados para as entradas totais anuais de imigrantes após 1914 para a Argentina para contrapormos com os dados que temos das saídas de emigrantes de Santos para Buenos Aires e verificarmos sua influência sobre o total.

¹¹¹ Ver, por exemplo, Sábato (1985); Conde (1986); Rock (1986); Klein (1989a, 1898b); Otero (1999); Bernasconi (1999); Devoto (2007).

Aliás, o autor também relata, remontando a período ainda anterior, a formação de núcleos coloniais com imigrantes italianos procedentes dos países da Prata. Era o caso, por exemplo, de um núcleo composto por cerca de cinquenta lígures e piemonteses no vale do Biguassu, zona norte do estado de Santa Catarina, por volta de 1840 (CENNI, 2003, p. 185).

Alsina (1910) chama a atenção para o fenômeno da re-emigração de estrangeiros para a Argentina ao afirmar que “nem todos os imigrantes são das nações de cujos portos partem para nosso país. O Brasil, França e Alemanha proporcionam imigrantes espanhóis, italianos, sírios e russos, sendo mínima a entrada de brasileiros, franceses e alemães” (ALSINA, 1910, p. 85). O autor também destaca que “toda a imigração recebida no século passado [XIX] foi europeia, diretamente de suas nações ou através das americanas limítrofes, das que vieram também cidadãos de origem europeia” (ALSINA, 1910, p. 205).

Tabela 3.6 – Movimento imigratório na Argentina (1871 – 1930)

Período	Imigrantes entrados na Argentina	Imigrantes saídos	Imigração Líquida (Entradas – Saídas)
1871 – 1880 ¹	260.610	175.985	84.628
1881 – 1890 ¹	846.568	234.863	611.668
1891 – 1900 ²	648.308	328.452	319.856
1901 – 1910 ²	1.764.103	643.924	1.120.179
1911 – 1920 ³	1.204.919	935.825	269.094
1921 – 1930 ³	1.397.415	519.445	877.970
Total	6.121.923	2.838.494	3.283.429

Fontes: ¹BUENOS AIRES. *Censo General de Poblacion, Edificacion, Comercio e Industria de la Ciudad de Buenos Aires Conmemorativo del Primer Centenario de la Revolucion de Mayo 1810-1910*, t. II, 1910. p. 46-47. ² Considerados apenas os entrados e saídos pelo porto de Buenos Aires, conforme consta em BUENOS AIRES, *Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*. Buenos Aires: "Compañia Sud-Americana de Billetes de Banco", 1914, p. 14. ³Dados retirados de MOYA, J. C. *Cousins and Strangers: Spanish immigrants in Buenos Aires, 1850-1930*. p. 56.

Como podemos observar da Tabela 3.6, quase 50% dos que entraram na Argentina entre 1870 e 1930 deixaram o país. Dos 6.121.889 entrados, 2.860.424 emigraram, deixando um saldo líquido de 3.261.431 imigrantes no período. Como podemos ver, o período que vai desde 1871 até 1880, dos 260.610 imigrantes entrados na Argentina, mais

de 67% emigraram. No período seguinte, de 1881 a 1890, saíram cerca de 28% dos imigrantes entrados no país platino. Esse foi o período que registrou a menor saída de imigrantes em todo o período estudado. Na década seguinte as saídas foram pouco mais da metade das entradas registradas, caindo na primeira década do século XX para 36,5% das entradas. Entre 1911 e 1930, mais de 1.477.200 indivíduos emigraram pelo porto de Buenos Aires, o que correspondeu a cerca de 56,7% dos 2.602.300 entrados.

A década de 1880, com a expansão da fronteira, Conquista do Deserto e ligação da pampa com o litoral por meio das vias férreas e, assim, comunicando a região agroexportadora com os mercados mundiais, foi marcada pelo aumento nas entradas anuais de estrangeiros e cuja porcentagem de retorno foi menor. O ápice das entradas naquela década, como podemos observar pela Tabela 3.7, foi no ano de 1889 quando quase 219.000 estrangeiros entraram na Argentina. Nessa mesma década, em 1882, foram registradas as menores saídas de emigrantes, quando apenas 8.720 indivíduos deixaram o porto de Buenos Aires¹¹².

A crise econômica vivida pela Argentina em 1890 mudou esse cenário migratório. O saldo migratório no país que em 1889 atingira 204.236 a favor das entradas se reverteu e em 1891, pela primeira vez, as saídas superariam as entradas em 44.114 indivíduos. As saídas de emigrantes passaram de 14.508 em 1889 para 72.380 em 1891, sendo este o número mais alto das saídas da década de 1890. O movimento de entradas e saídas começou a voltar ao padrão observado previamente a partir de 1893. As saídas de emigrantes continuaram altas, mas o saldo voltou a ser positivo nos anos seguintes.

¹¹² Ver Tabela B.1 para as entradas e saídas anteriores a 1889 e para os dados que englobam as entradas e saídas contando Montevideo. Muitas das fontes consultadas para a imigração na Argentina apresentam dados contabilizando o movimento migratório por Montevideo com destino a Buenos Aires. Para efeitos comparativos com a seção anterior, onde apresentamos o movimento pelo porto de Santos para o porto de Buenos Aires, decidimos manter nesta seção apenas os dados contidos no “*Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*” por apresentar apenas a movimentação de imigrantes no porto de Buenos Aires.

Tabela 3.7 – Imigração e emigração pelo Porto de Buenos Aires (1890-1913)

Ano	Entradas	Saídas	Saldo
1889	218.744	14.508	204.236
1890	77.815	62.355	15.460
1891	28.266	72.380	-44.114
1892	39.973	29.893	10.080
1893	52.067	26.055	26.012
1894	54.720	20.586	34.134
1895	61.206	20.398	40.808
1896	102.675	20.415	82.260
1897	72.978	31.192	41.786
1898	67.130	30.802	36.328
1899	84.442	38.397	46.045
1900	84.851	38.334	46.517
1901	90.127	48.697	41.430
1902	57.992	44.558	13.434
1903	75.227	40.653	34.574
1904	125.567	38.923	86.644
1905	177.117	42.869	134.248
1906	252.536	60.124	192.412
1907	209.103	90.190	118.913
1908	255.710	85.412	170.298
1909	231.084	94.644	136.440
1910	289.640	97.854	191.786
1911	225.772	120.709	105.063
1912	323.403	120.260	203.143
1913	302.047	156.829	145.218
Total	3.560.192	1.447.037	2.113.155

Fonte: BUENOS AIRES, Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. *Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*. Buenos Aires: "Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco", 1914, p. 14.

Os dados apresentados nos permitem ver que pouco mais da metade dos estrangeiros chegados na Argentina ali permaneceram. Segundo Devoto (2007, p. 537),

isto significa que as migrações em massa eram ao mesmo tempo um fenômeno circular e linear, havendo tanto o caso dos estrangeiros que imigravam para a Argentina diversas vezes, em busca de emprego nas épocas de alta demanda, quanto os que entravam apenas uma vez e se estabeleciam no país. De acordo com o autor, o retorno da outra metade (ou pouco menos) de imigrantes não deve ser considerado exclusivamente sob a ótica do fracasso.

Muitos vieram com a intenção de realizar algumas economias que integrassem o balanço da renda da família que permanecia no local de origem e retornar; outros que voltaram desejam exibir seu êxito onde para eles contava, isto é, perante seu grupo de referência na vila, o *'paese'*, a aldeia da qual haviam partido; outros finalmente não encontraram aqui o que buscavam e voltaram à pátria para permanecer ali ou voltar a partir em direção a outro destino (DEVOTO, 2007, p. 537).

Otero (2000) ao analisar a imigração francesa na Argentina informa que entre 1857 e 1924, 226.894 franceses entraram no país, dos quais 120.258 retornaram ou re-emigraram. O autor afirma que as fontes disponíveis não permitem diferenciar entre os retornos autênticos e as re-emigrações para outros países “fenômeno testemunhado por numerosas referências qualitativas que não permitem uma reconstrução serial”. Segundo Otero (2000), os retornos e re-emigrações dos franceses acompanharam a evolução da economia argentina, sendo que os períodos de maiores saídas coincidiram com a crise financeira de 1890, com as dificuldades do mercado de trabalho entre 1904 e 1914 e com a Primeira Guerra Mundial. O autor afirma que a crise financeira argentina de 1890 levou alguns franceses a se dirigirem para o Brasil em 1891 (OTERO, 2000, p. 139).

Conforme visto no capítulo anterior, os italianos constituíam o maior número dentre as nacionalidades que entraram na Argentina no período estudado. Bernasconi (2000), em seu estudo sobre a imigração italiana na Argentina, afirma que, entre 1880 e 1930, pouco menos da metade dos dois milhões de italianos que imigraram para a Argentina deixaram o país no mesmo período para retornar à pátria ou re-emigrar. (BERNASCONI, 2000, p. 62).

Na Argentina, o fenômeno da imigração sazonal, conhecida como imigração *golondrina*, desempenhou um papel importante quando se olha para as saídas observadas no período entre 1870 a 1930. Hilda Sabato (1985) ao analisar a formação do mercado de trabalho em Buenos Aires entre 1850 e 1880, afirma que a resposta da imigração europeia aos requerimentos sazonais de mão de obra mostrava-se pouco elástica. Naquele período,

a imigração *golondrina* ainda não havia se imposto, fazendo com que a demanda de braços durante o verão, período da colheita, aumentasse os salários. De acordo com a autora,

Enquanto nos meses de grande demanda por braços todos os anos se renovavam as queixas por escassez de trabalhadores, e os salários aumentavam, na baixa temporada – o inverno – a queda dos salários, a desocupação e a subocupação, e ainda a migração interna, eram os corolários de uma diminuição da demanda por mão de obra em quase todas as atividades (SABATO, 1985, p. 580).

Mas, o cenário mudou no final do século XIX. Scobie (1963) afirma que o acelerado desenvolvimento agrícola da década 1890 e os salários “principescos” passaram a atrair anualmente um mínimo de 50.000 imigrantes *golondrinas* da Itália e da Espanha durante a época das colheitas de trigo e milho. Ao voltarem a suas terras natais, esses imigrantes levavam consigo uma acumulação considerável de salários (SCOBIE, 1963, p. 122).

Schneider (2002) afirma que a marcada diferença salarial entre Itália e Argentina – cinco a dez vezes maior – e o poder de compra do salário – especialmente no que tangia ao valor dos alimentos na Argentina – era um dos principais incentivos para a imigração sazonal para o país platino. Os imigrantes *golondrinas* eram trabalhadores agrícolas que geralmente chegavam sós à Argentina cujo ciclo agrícola de ambos hemisférios definia seus itinerários. Esses imigrantes deixavam a Itália ao final da colheita naquele país, em outubro ou novembro, e chegavam na Argentina para as colheitas de trigo e linho nas províncias de Santa Fé e Córdoba. Em dezembro se dirigiam para a província de Buenos Aires, onde a colheita ocorria mais tardiamente para depois regressarem à Itália (SCHNEIDER, 2002, p. 156-157).

O autor também afirma que a maioria dos imigrantes italianos na Argentina eram camponeses, trabalhadores temporários agrícolas e artesãos. Entre 1876 e 1891, 92,5% dos imigrantes italianos eram camponeses e trabalhadores, 2% eram artesãos e 2,2% homens de negócios e profissionais autônomos. Já entre 1925 e 1929, as proporções mudaram para 68%, 25,6% e 3,7%, respectivamente. Segundo o autor, a alteração nas proporções entre camponeses e trabalhadores ocorreu devido ao aumento do número de trabalhadores temporários do sul da Itália e pela redução do número de camponeses, desiludidos com os entraves para o acesso à terra na Argentina. O autor chama a atenção

para o fato de que muitos recém-chegados, entre 1907 e 1929, que se definiam como “artesãos” (uma categoria que agrupava 15 a 25% dos entrados no período), eram também trabalhadores temporários e camponeses. Essa indefinição da ocupação ocorria devido ao “emprego instável durante o ano agrícola na Itália rural [que] requeria uma variedade de habilidades para sobreviver” (SCHNEIDER, 2002, p. 155).

Segundo o Scobie (1963), era possível ao imigrante *golondrina* pagar a própria passagem de ida e volta com duas semanas de trabalho na Argentina. A viagem de duas a quatro semanas em instalações precárias nos navios era uma etapa intermediária desagradável, mas suportável, que precederia o processo de ganhar dinheiro no país platino. Na primeira década do século XX, o fluxo dos *golondrinas* ia se tornando cada vez mais importante no mercado de trabalho rural, levando o governo argentino a tomar medidas para garantir o transporte rápido desses imigrantes do porto de Buenos Aires aos campos de colheita de trigo e milho:

Com a crescente importância do fluxo de *golondrinas* a cada verão para colher o trigo e o milho, o governo argentino tomou gradualmente medidas, em especial depois de 1900, para assegurar o transporte rápido desses trabalhadores agrícolas para os campos. Uma zona de despacho estabelecida entre as novas docas no extremo norte de Buenos Aires e a estação ferroviária principal de Retiro levava os trabalhadores para a colheita em tempo recorde desde o desembarque dos barcos até o embarque nos trens (SCOBIE, 1963, p.134-135).

Como observa Bourdé (1977, p. 131) “o movimento da imigração refletia sobretudo a capacidade da Argentina de integrar a força de trabalho existente”. Aqui pode-se perceber que a questão da fixação do imigrante no trabalho é um determinante importante tanto para o Brasil quanto para a Argentina no que se refere à decisão de re-emigrar.

As partidas de Buenos Aires com destino ao porto de Santos foram registradas pelos Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo. Ao compararmos os dados com as saídas totais ocorridas pelo porto de Buenos Aires, vemos, pela Tabela 3.8, que os emigrados de Buenos Aires com destino a Santos compunham uma pequena fatia dos que saíam anualmente da Argentina. Entre 1899 e 1913, as saídas com destino ao porto de Santos representaram, 5,7% das saídas totais de Buenos Aires, tendo seu ápice no ano de 1908, quando 9,8% dos que saíram de Buenos Aires foram para Santos.

Em comparação, as saídas de Santos para a Buenos Aires nesse mesmo período, de acordo com a Tabela 3.2, foram muito mais expressivas, representando 24,6% do total de emigrados pelo porto de Santos.

Tabela 3.8 – Proporção de imigrantes saídos de Buenos Aires com destino ao porto de Santos (1899 – 1913)

Ano	Imigrantes saídos pelo Porto de Buenos Aires	Imigrantes saídos de Buenos Aires para o Porto de Santos	Porcentagem
1899	38.397	2.817	7,3%
1900	38.334	1.763	4,6%
1901	48.697	2.000	4,1%
1902	44.558	2.541	5,7%
1903	40.653	1.511	3,7%
1904	38.923	1.856	4,8%
1905	42.869	2.092	4,9%
1906	60.124	3.596	6,0%
1907	90.190	5.885	6,5%
1908	85.412	7.904	9,3%
1909	94.644	4.317	4,6%
1910	97.854	4.442	4,5%
1911	120.709	6.876	5,7%
1912	120.260	6.470	5,4%
1913	156.829	9.421	6,0%
Total	1.118.453	63.491	5,7%

Fontes: Para as saídas totais pelo porto de Buenos Aires: BUENOS AIRES, Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. *Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*. Buenos Aires: "Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco", 1914, p. 14; Para as saídas de Buenos Aires com destino ao porto de Santos: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos.

Não possuímos muitos dados sobre a nacionalidade e quantidade dos emigrados saídos, no entanto, alguns relatórios da Secretaria da Agricultura, ao tratarem dos imigrantes entrados em Santos, trazem essas informações. Em 1901, dos 2.000 emigrantes que partiram de Buenos Aires para Santos, 1.430 eram italianos, 255 eram

espanhóis, 17 eram portugueses, 30 austríacos, 38 brasileiros e 230 de diversas nacionalidades (RSASP, 1902, p. 112).

No ano de 1908 entraram em Santos 4.551 imigrantes provenientes do porto de Buenos Aires. As duas nacionalidades que mais concorreram para essa cifra foram os italianos e espanhóis. Dos 9.340 italianos entrados em Santos naquele ano, 2.034 o fizeram vindos do porto platino. Dos 8.335 espanhóis desembarcados em Santos, 1.072 vieram de Buenos Aires. Além destes, portugueses, turcos, alemães, austríacos e franceses também tiveram contingentes importantes relativos às entradas totais dessas nacionalidades vindos da Argentina (RSASP, 1909, Série A Quadro 2).

Ainda que as partidas de Buenos Aires para Santos não tenham sido expressivas ao comprarmos com o total das saídas pelo porto platino, o movimento migratório entre Buenos Aires e Santos foi importante para o cômputo geral das entradas de imigrantes no estado de São Paulo. De acordo com a Tabela 3.9, entre 1899 e 1929, dos 1.164.552, entrados no porto de Santos, 104.638 vieram da Argentina, o que corresponde a quase 9,0%. Em alguns anos, esse percentual superou os 20%, como foi o caso dos anos de 1908 e 1915, e atingiu ápices como os 45,4% registrados em 1916 e o pico de 57% em 1917.

Tabela 3.9 – Contribuição dos imigrantes saídos de Buenos Aires para a imigração total entrada em Santos (1899 – 1929).

Ano	Imigrantes Entrados pelo porto de Santos	Imigrantes vindos de Buenos Aires	Porcentagem
1899	31.215	2.817	9,02%
1900	22.802	1.763	7,73%
1901	71.782	2000	2,79%
1902	40.386	2.541	6,29%
1903	18.161	1.511	8,32%
1904	27.751	1.856	6,69%
1905	47.817	2.092	4,38%
1906	48.429	3.596	7,43%
1907	31.681	5.885	18,58%
1908	37.875	7.904	20,87%
1909	38.238	4.317	11,29%
1910	37.690	4.442	11,79%
1911	50.957	6.876	13,49%
1912	91.463	6.470	7,07%
1913	110.572	9.421	8,52%
1915	16.618	4192	25,23%
1916	17.857	8107	45,40%
1917	22.995	13102	56,98%
1918	12.060	1647	13,66%
1922	32.473	1256	3,87%
1923	47.249	1936	4,10%
1925	63.797	2501	3,92%
1926	62.809	2431	3,87%
1927	68.432	2380	3,48%
1928	51.891	1793	3,46%
1929	61.552	1802	2,93%
Total	1.164.552	104.638	8,99%

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos.

Martins (1989) mostra uma série de dados que afirmam a importância da imigração saída de Buenos Aires para as entradas totais em Santos. De acordo com o autor, ainda que o governo espanhol tenha seguido os passos do governo italiano e proibido a vinda de imigrantes subsidiados para o Brasil, a imigração de espanhóis continuou a ocorrer principalmente devido ao fluxo procedente da Argentina e do Uruguai. Martins (1989) afirma que

Dos espanhóis que entraram no porto de Santos em 1916, apenas 30,2% procediam da Espanha. Entretanto, dos espanhóis imigrados nesse ano, 77,2% eram subvencionados, o que quer dizer que também uma parte dos que vinham da Espanha tiveram sua passagem paga pelo governo de São Paulo, pois haviam entrado em Santos 7.409 espanhóis, dos quais procediam da Espanha 2.236 e entraram na Hospedaria 5.721. A circulação de imigrantes espanhóis, entrando ou saindo do Brasil, pelo Uruguai ou pela Argentina, foi numericamente importante. (MARTINS, 1989, p. 17-18)

Segundo o autor, no período entre 1908 e 1926, 38.648 espanhóis entrados no Brasil vieram da Argentina e do Uruguai (20,1% dos imigrantes espanhóis da época); o mesmo ocorria com 33.368 italianos (18,5% dos imigrantes italianos do período). Para o autor, era um “fluxo que claramente favorecia aqueles dois países, particularmente a Argentina” (MARTINS, 1989, p. 17-18).

Martins (1989) mostra também, com base nos *Boletins do Departamento Estadual do Trabalho*, que em 1914 entraram em São Paulo 14.903 imigrantes espanhóis dos quais vieram diretamente da Espanha pouco mais de 11.400. Em 1915, dos 4.369 espanhóis, 2.607 chegaram diretamente da Espanha. Já em 1916, apenas 2.236 dos 7.409 imigrantes espanhóis vieram diretamente da Espanha. No ano seguinte essa cifra foi menor ainda, tendo embarcado em portos espanhóis apenas 1.834 dos 9.691 imigrantes espanhóis. Em 1924, chegaram em São Paulo 5.639 espanhóis sendo que destes, 3.545 eram provenientes de portos daquele país ibérico. Já em 1926, desembarcaram 5.180 espanhóis, sendo que 4.117 procediam da Espanha (MARTINS, 1989, p. 18). A diferença entre os espanhóis chegados a Santos e os vindos diretamente da Espanha tem, então, uma de suas explicações no fluxo migratório entre Santos e Buenos Aires.

Klein (1994, p. 57) em seu estudo sobre a imigração espanhola no Brasil, chama a atenção para o movimento dessa nacionalidade de imigrantes entre a Argentina e o Brasil. O autor destaca a sazonalidade do fluxo de espanhóis já que, conforme observa, “não era raro que os imigrantes espanhóis vindos dos portos do Prata já tivessem experiência anterior na cafeicultura brasileira”:

O que estava obviamente ocorrendo nesses casos é que os trabalhadores dos cafezais iam para a Argentina colher trigo e depois voltavam ao Brasil para um novo contrato como trabalhadores do café. Evidentemente, essas eram as famílias menos bem-sucedidas que pareciam incapazes de acumular economias suficientes para deixar a posição de colono, ou de lavrador sem terras (KLEIN, 1994, p. 59).

3.3. Um balanço do fluxo

Como vimos nas seções anteriores, o deslocamento de trabalhadores entre Brasil e Argentina foi frequente no período. No caso de São Paulo, a mobilidade geográfica em geral dos trabalhadores no final do século XIX e início do século XX foi observada por vários autores.

A mobilidade geográfica dos trabalhadores em São Paulo no final do século XIX e início do século XX foi observada por vários autores¹¹³. Os deslocamentos ocorriam entre fazendas, entre o mundo rural e urbano e entre países. Analisando a historiografia e as fontes podemos notar que, no que diz respeito, ao deslocamento de imigrantes para os países de origem ou para outros países, são apresentadas diversas explicações.

Uma explicação bastante frequente procura relacionar a saída de imigrantes com a expansão ou retração da economia cafeeira.

Em seu Relatório de 1901, Dr. Antônio Candido Rodrigues, Secretário da Agricultura, procurou relacionar a variação cambial e cotação do café com a emigração, afirmando que a saída de emigrantes tendia a avolumar-se com a melhora no câmbio e a piora na cotação do café. Segundo o Relatório, a mudança no câmbio e no preço do café explicam a saída de imigrantes naquele ano (RSASP, 1902, p. 114).

De acordo com a Tabela 3.10 a saída de imigrantes tende a aumentar conforme o câmbio e a cotação do café caem. As saídas se mostram crescentes entre 1894 até 1898, quando naquele ano, dado a baixa excessiva do câmbio e o prejuízo que os imigrantes que desejassem sair do país teriam ao trocar suas economias por ouro, a emigração diminuiu. Com a melhora cambial nos anos seguintes, a emigração voltou a se acelerar.

¹¹³ Ver, por exemplo, Denis (1911); Holloway (1984); Fausto (1986); Stolcke (1986); Alvim (1986); Vangelista (1991); Lamounier (2008).

Tabela 3.10 – Ascenso e descenso da imigração e emigração no estado de São Paulo, durante os anos de 1894 a 1900 em confronto com taxa de câmbio e cotação do café

Anos	Imigração (passageiros 3ª classe)				Emigração		Cotação do Café por 10kg		
	À própria custa	Às custas do Estado	Total	Ascenso e Descenso	Saídas Pass. 3ª classe	Ascenso e Descenso	Máxima	Mínima	Câmbio Médio
1894	14.855	34.092	48.947	-	17.890	-	17\$400	11\$300	10.09 d.
1895	25.229	114.769	139.998	91.051	21.017	3.127	16\$800	13\$200	9.90 d.
1896	24.092	79.918	104.010	-35.988	28.264	7.247	15\$500	9\$700	9.02 d.
1897	28.081	70.053	98.134	-5.876	29.885	1.621	12\$200	7\$500	7.73 d.
1898	19.725	27.214	46.939	-51.195	21.428	-8.457	10\$400	6\$200	7.20 d.
1899	14.551	16.664	31.215	-15.724	24.182	2.754	9\$100	5\$700	7.42 d.
1900	11.693	11.109	22.802	-8.413	27.917	3.735	9\$600	5\$600	9.43 d.

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatório da Secretaria da Agricultura*, Anno de 1900, p. 114.

A questão foi abordada em outros relatórios da Secretaria da Agricultura. De acordo com o Relatório de 1901, o câmbio, que em 1900 havia sido de 9.43d, passou para 11.33d em 1901 e o preço médio do café havia chegado a 4\$970 em 1901 contra 7\$300 no ano anterior. Esses fatores explicavam, segundo o relatório, o aumento das saídas de emigrantes ocorrido naquele ano, quando 36.099 emigraram (RSASP, 1901, p. 114-115). Esta questão também foi examinada no Relatório de 1904 do Secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho, que observou que

si o nosso movimento migratório é tão sensível assim às alternativas da alta e baixa de preço de um só produto, de tal maneira que, quando a alta se dá, as entradas de imigrantes se avolumam e, quando a baixa se acentua, vão se augmentando as saídas, a ponto de tornarem-se êxodos, é que temos perseverado em attrahir somente a immigração temporária, nômade por natureza e ainda mais por não lhe oferecermos as condições imprescindíveis para torná-la permanente fixando-a ao solo (RSASP, 1905, p. 117).

A dependência da economia cafeeira foi observada por Holloway (1984). Segundo o autor, as fazendas mais antigas, onde o café ocupava toda a área de cultivo, ficavam em desvantagem por não poderem estender seus cafezais e assim aumentar seus lucros e não tinham condições de oferecer incentivos para manter seus colonos. Visto a dependência da economia nas exportações café, a queda nos preços do produto afetava os setores urbanos e rurais, comercial, industrial, público e privado. A situação dos trabalhadores

ficou mais difícil com a desaceleração econômica vivida após 1896. O emprego na zona rural estava disponível para quem fosse forçado a deixar o trabalho em outros setores da economia. No entanto, a vida no campo era apenas uma das opções existentes para os afetados pela diminuição geral da atividade econômica; havia outras opções, tais como a mudança para os núcleos urbanos, emigrar para outras regiões dentro do país, retornar a suas terras natais ou emigrar para outros países (HOLLOWAY, 1984, p. 138-140). Considerando esta última opção, a Argentina se apresentava como um dos principais destinos.

Na Mensagem enviada ao Congresso do estado de São Paulo em 7 de abril de 1901, o Presidente do Estado Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves também observa que as saídas de imigrantes ocorridas em 1900 e as relaciona com o aumento da taxa de câmbio. Segundo Rodrigues Alves, “impressionou menos a diminuição nas entradas do que o aumento das saídas que a elevação da taxa cambial, em uma certa época do anno findo, favoreceu” (MENSAGEM, 1901, p. 27). Rodrigues Alves explica também que tanto os poderes públicos quando os fazendeiros, procurando corrigir os defeitos do sistema de trabalho nas fazendas, estavam exigindo que nos contratos para introdução de imigrantes constasse a condição de que os estrangeiros fossem agricultores e viessem constituídos em família. Os fazendeiros também estavam se esforçando para manter os trabalhadores nas fazendas, buscando fixa-los à terra (MENSAGEM, 1901, p. 27-28).

O Presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá, em Mensagem enviada ao Congresso do estado de São Paulo em 14 de julho de 1906, ao tratar das cifras referentes à emigração no ano de 1905 também afirma que o aumento das saídas naquele ano em relação a 1904 eram explicadas pelo aumento considerável do câmbio, que estimulava as viagens ao exterior (MENSAGEM, 1906, p. 39).

Dentre as causas do êxodo de colonos para a Argentina, o Relatório apresentado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho em 1906 destacava a proibição de novas plantações, limitando a expansão da área produtiva e desestimulando a permanência dos colonos nas fazendas. De acordo com o Relatório:

Depois de uma enorme colheita como a que tivemos no anno findo [1906] e na emergência de uma safra muito reduzida para o anno seguinte, era natural que os trabalhadores das fazendas cafeeiras, apurados os seus pecúlios, viessem a avolumar o movimento de retiradas que, anualmente, depois de finda a colheita, se opera entre os colonos. Este movimento vea-se acentuando cada vez mais depois que, por necessidade da limitação da produção do café, foi estabelecido o imposto prohibitivo das novas plantações. Com efeito, **as empreitadas para a formação de novos cafesaes eram antigamente, em**

falta de outras facilidades para o estabelecimento dos colonos com pecúlio, um corretivo contra o êxodo determinado pelo natural desejo que sentem os trabalhadores rurais, logo que adquirem os meios necessários, de se estabelecerem com maior independência e melhores proventos (RSASP, 1906, p. 167, grifo nosso).

O mesmo Relatório sugeria facilitar o acesso à terra aos imigrantes como maneira de reduzir as saídas, afirmando:

O mal perdurará, portanto, enquanto o serviço de fixação do colono, pela facilidade que se lhe deve facultar de adquirir terras em situação e condições de serem diretamente cultivadas por ele economicamente, não tiver o desenvolvimento que se faz mister (RSASP, 1906, p. 168).

As precárias condições de trabalho nas fazendas, as dificuldades de acesso à terra e as condições de um mercado de trabalho instável na virada para o século XX também contribuem para explicar o êxodo de imigrantes do país.

Pierre Denis (1911) observou que, ao final da colheita, ocorria um deslocamento geral dos operários agrícolas. Entre 40% e 60% dos colonos estrangeiros deixavam as fazendas anualmente. Para o autor, a ampla mobilidade era a característica mais marcante da vida rural em São Paulo e a instabilidade no trabalho, resultado da rápida e violenta expansão cafeeira, causava uma série de problemas para os fazendeiros, deixando-os “na perpétua inquietação de ver seu pessoal os abandonando no mês de setembro”. Segundo o autor, “muito antes da colheita o fazendeiro já está planejando como vai preencher as falhas que vão aparecer depois da colheita” (DENIS, 1911, p. 206-207).

Para Denis (1911), os colonos não se viam ligados a vida inteira à plantação de café, motivo pelo qual muitos deixavam as plantações para viver nas cidades. Ao final de cada temporada de colheita, os centros urbanos se viam inundados com novas levas de população rural imigrante e “os trabalhadores se tornam donos de lojas nas cidades e suas chances de sucesso aumentam com a prosperidade do país” (DENIS, 1911, p. 213). Para o autor, a crise da superprodução cafeeira atingia o setor comercial tanto quando o agrícola; as cidades sofriam menos que o campo mas os colonos perdiam a confiança no futuro do país. Por isso, segundo o autor, podia-se observar a tendência de emigração dos estrangeiros de São Paulo. Segundo Denis (1911)

a instabilidade do trabalhador rural, que vinha sendo provada há muito tempo por sua mudança de fazenda a fazenda anualmente, se manifestou finalmente em uma outra maneira, mais danosa aos interesses do estado: emigrando para outro país (DENIS, 1911, p. 214).

Holloway (1977) também destaca a mobilidade espacial dos trabalhadores estrangeiros, de uma fazenda para outra, ou para os centros urbanos e para a capital São Paulo, o retorno à terra natal e a re-emigração para outras partes do Brasil ou para a Argentina (HOLLOWAY, 1977, p. 302). Segundo o autor, a crise cafeeira provocou uma redução do fluxo imigratório e um aumento da saída de imigrantes em contingentes significativos. A crise de superprodução influenciava também o mercado de trabalho rural. Para Holloway (1984),

um modo de cada fazendeiro enfrentar melhor a situação era aumentar os lucros gerais pelo incremento da produção total. A expansão do café elevou a necessidade de mão de obra, mas os fazendeiros que continuavam a abrir novos cafezais podiam fazer concessões vantajosas de cultura intercalar para atrair os colonos necessários (HOLLOWAY, 1984, p. 137).

Holloway (1984, p. 140-141) explica que não era possível os fazendeiros tentarem reduzir os seus custos mediante a redução dos salários ou dos incentivos não monetários dos colonos sem correrem o risco que estes abandonassem os cafezais e retornassem às suas pátrias ou se dirigissem ao Rio da Prata.

Segundo Hall (1979) para manter os salários baixos, fazia-se necessário manter o fluxo contínuo de trabalhadores imigrantes para as fazendas, compensando tanto a expansão dos cafezais quanto aqueles trabalhadores que deixavam as plantações (HALL, 1979, p. 203). Com relação ao acesso à terra, o autor observa que em 1905, apesar dos italianos constituírem mais de terço da população paulista, estes representavam apenas 9% dos proprietários de terra e dentre suas propriedades, a terra correspondia apenas a 4% do total (HALL, 1979, p. 206).

Para Klein (1989) a rápida expansão da economia argentina atuou como fator de atração de imigrantes italianos qualificados, artesãos e profissionais, levando-os a investirem no país, o que pode explicar as saídas de italianos do porto de Santos com destino a Buenos Aires. Segundo o autor,

Na Argentina as oportunidades econômicas relativas eram tais que muitos imigrantes foram atraídos a investir sua poupança na economia local. Artesãos qualificados e profissionais de nível superior, ademais, foram mais atraídos pela situação argentina por causa da rápida expansão tanto da agricultura como da indústria. Como os italianos eram o principal grupo de imigrantes e de fato constituíam aproximadamente 14% da população nacional, o seu potencial para investimento da sua poupança na América era extraordinário (KLEIN, 1989, p. 110-111).

Denis (1911) observa que a crise de superprodução de 1906 teve papel importante no aumento da saída de imigrantes em direção a outros países, em especial Argentina e Europa, vista naquele ano (DENIS, 1911, p. 212). O autor menciona a realização do inquérito de Gonçalves Jr (apesar de não citá-lo), afirmando que aquela investigação lançou luz no movimento internacional de trabalho, o qual era uma das características peculiares do Novo Mundo naquele período. Segundo Denis (1911), os motivos para o êxodo visto entre São Paulo e Buenos Aires seriam: primeiro, a colheita terminada em outubro de 1906, que foi especialmente abundante deixando colonos em boa situação financeira, seguida pela colheita de 1907 que ameaçava ser mais pobre que de costume limitando a demanda por trabalho em São Paulo (DENIS, 1911, p. 215-216).

De fato, como observa Gonçalves Jr (1907), em seu relatório,

A terminação de uma grande safra proporcionou-lhes [aos imigrantes] fartos recursos. Uns, em menor número, empreendem viagem ao torrão natal, por iniciativa própria; outros, por sugestão de terceiros, que lhes descrevem a facilidade e os reduzidos gastos do passeio e lhes oferecem os préstimos de guias; e alguns finalmente, retiram-se em busca de fabulosa fortuna, que, a rodo, os aguarda em alhures, segundo a insidiosa lábia de compatriotas seus, avidos de partilharem das economias acumuladas pelos inexpertos campônios. Essa deslocação dos imigrantes para o estrangeiro, como de uma para outras fazendas, é uma consequência do systema de suprimento de braços à lavoura sem radica-lo ao solo (GONÇALVES JR, 1907, p. 997).

Em segundo lugar, segundo Denis (1911), a taxa de câmbio estava favorável e o papel moeda brasileiro poderia ser trocado por ouro estrangeiro com vantagens. Esses seriam os principais motivos do êxodo visto. A causa geral do êxodo seria encontrada na crise econômica pela qual passava o país; uma vez que estivesse terminada, a imigração iria se acertar (DENIS, 1911, p. 215-216).

Além do problema da crise econômica que o país vivia à época, Botelho em seu Relatório de 1906 aponta para um outro fato que contribuiu para as maiores saídas de emigrantes para a Argentina nos anos de 1904 e 1905. Botelho faz menção a uma suposta propaganda feita pelas agências das companhias de navegação incentivando os colonos a emigrarem para a república platina. Conforme consta em seu Relatório,

explorando a tendência de retirada dos colonos depois de finda a colheita de café, já reduzindo a proporções mínimas os preços das passagens para o Rio da Prata e já, pelos seus prepostos, induzindo os colonos a emigrarem por informações e promessas de vantagens ilusórias [em relação ao Brasil]. A essa propaganda, movida tão somente pelo espírito de lucro, veio ainda juntar-se a que, por intuitos menos confessáveis, se desenvolveu por meio de pamphletos e outros impressos, sahidos de typographias de folhas anarchistas, nos quaes o êxodo era aconselhado aos colonos como um remédio contra os pretendidos maus tratos e falta de garantias nas fazendas de café, ao passo que os paizes

vizinhos eram pintados como outros tantos *El-Dorados* (RSASP, 1906, p. 168)¹¹⁴.

Gonçalves Jr (1906), em seu Relatório, também menciona o papel das propagandas favoráveis:

Feriu-me a atenção a existência de grandes quadros nas gares de todas as estações de estradas de ferro, em que empresas de navegação anunciam os dias de partida de paquetes para a Europa e para a Argentina, os preços das passagens de 3ª classe, as acomodações e o passadio a bordo. (...) É forçoso convir que os imigrantes providos de grandes somas, a lerem frequentemente tais annuncios, se predispõem a viajar, ou em visita à terra natal, ou para tentar mais rápida fortuna. Os especuladores robustecem-lhes o ânimo e os decidem a partir, embora muitos voltem da capital ou de Santos, depois de delapidados, recolhendo-se às hospedarias officiaes e socorrendo-se da passagem de retorno que o governo do Estado lhes tem concedido generosamente (GONÇALVES JR. 1906, p. 1002-1003).

Denis (1911, p. 215-216) também chama a atenção para diversas categorias de pessoas que lucravam com o movimento de trabalhadores tais como os cambistas, os agentes das companhias de navegação, os donos de pensões. Todos estes contribuía com propaganda para estimular o movimento emigratório - talvez a mesma propaganda mencionada por Botelho em 1906 - sendo considerado pelo autor como uma das causas do êxodo para a Argentina registrado no período.

Botelho (1906) clamava por uma atitude do governo contra esses “abusos”, julgando que representavam descrédito para o Brasil e seriam a causa de infortúnios para os colonos, que acabavam sendo explorados desde o momento em que saíam das lavouras (RSASP, 1906, p. 168).

Dr. Antônio de Pádua Salles, Secretário da Agricultura, em seu Relatório apresentado, ao Presidente do Estado em 1912, referente aos anos de 1910 e 1911, ao tratar do aumento das entradas de imigrantes pelo porto de Santos em 1911,

houve quem pretendesse explicar o extraordinário aumento da immigração nesse estado, em 1911, com o fato de haver sido prohibida a emigração da Itália para a República Argentina. Dizia-se que as grandes entradas de imigrantes em Santos eram puramente artificiais, pois, não podendo os emigrantes embarcar na Itália directamente para Buenos Aires, tomavam passagem para Santos e neste porto reembarcavam para o Rio da Prata. Tal suposição não tinha, porém, nenhum fundamento (RSASP, 1912, p. 122-123).

¹¹⁴ Os mesmos motivos expostos no Relatório da Secretaria da Agricultura para o ano de 1906 para as saídas de emigrantes com direção à Buenos Aires consta no Relatório do Presidente do Estado de 1907, intitulado “*Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, a 14 de Julho de 1907, pelo Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado*”, 1907, p. 352.

Para justificar essa afirmação, Pádua Salles afirma que, pelos dados do movimento migratório entre 1902 e 1911, pode-se observar que em nenhum dos anos desse período as saídas por Santos foram tão pouco volumosas como no ano de 1911; além disso, no período em que a re-emigração para a Argentina deveria ter sido sentida mais acentuadamente, que seria no segundo semestre de 1911, “as saídas de emigrantes por Santos foram apenas de 7.475 indivíduos, contra 7.293 em 1910, 10.876 em 1909 e 9.199 em 1908” (RSASP, 1912, p. 123).

No entanto, ao observarmos o movimento emigratório dos anos de 1912 e 1913 vemos que saíram pelo porto de Santos respectivamente 37.440 e 41.154 emigrantes, dos quais 11.259 e 9.557 tiveram como destino Buenos Aires. Apesar de não dispormos de dados para as nacionalidades dos emigrantes ou os meses de maiores partidas, podemos ver que Buenos Aires foi o destino que recebeu o maior número de emigrantes saídos de Santos no ano de 1912 e esse foi também o ano que registrou as maiores saídas para o porto platino desde 1907.

A Mensagem de 1901 chamava a atenção para as críticas que o governo vinha recebendo sobre o sistema de introdução de imigrantes que supostamente não contribuía para a fixação do imigrante ao país. O Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, em sua Mensagem publicada em 1907, apresenta um balanço mais negativo com relação ao tema, sugerindo inclusive uma mudança no sistema de trabalho das lavouras. Nas palavras de Jorge Tibiriçá:

é certo que, a continuarem infructíferos os esforços da administração para tornar mais permanente o braço junto da lavoura cafeeira, deverá esta cogitar de modificar o actual systema de trabalho por outro de igual remuneração para os trabalhadores, porém, de mais garantias para a sua estabilidade nas fazendas, como seja, por exemplo, o que se deduz da entrega de terras [?] para residência e lavoura em condições compatíveis com o labor das colheitas, único a que deve ficar adstricto o colono (MENSAGEM, 1907, p. 352).

O Relatório apresentado ao Presidente do Estado em 1927 pelo Secretário da Agricultura Dr. Fernando Costa traz uma tabela, reproduzida abaixo, onde consta o coeficiente geral de fixação dos imigrantes no estado de São Paulo no período de 1908 a 1927, calculado pela razão entre o saldo migratório de cada nacionalidade pela quantidade de entradas dessa nacionalidade no período em questão. Como podemos ver na Tabela 3.11, as nacionalidades mais tradicionais que compunham as migrações europeias para São Paulo também eram as que apresentavam os maiores índices de saídas no período.

Tabela 3.11 – Coeficiente de fixação dos imigrantes em São Paulo 1908 - 1927

Nacionalidade	Entrados	Saídos %	Coeficiente de fixação %
Japonesa	48.542	9,5	90,5
Espanhola	192.206	44,5	56,7
Portuguesa	211.192	53,9	46,1
Brasileira	45.421	76,7	23,3
Italiana	180.061	84,4	15,6

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatório*, 1927, p. 177.

Martins (1989), ao apresentar os dados sobre as saídas de italianos e espanhóis de São Paulo para Buenos Aires no período de 1908 a 1926, chama a atenção para a quantidade de saídos das duas nacionalidades em relação aos entrados no mesmo período:

saíram de São Paulo com destino à Argentina e ao Uruguai [no período entre 1908 e 1926], 44.991 espanhóis (52% das saídas desses imigrantes) e 43.488 italianos (28% dos migrantes dessa nacionalidade), um fluxo que claramente favorecia aqueles dois países, particularmente a Argentina. **Esse quadro é indicativo das dificuldades para reter e ampliar o contingente de mão de obra estrangeira na região paulista** (MARTINS, 1989, p. 18, *grifo nosso*).

Ainda que, entre 1899 e 1929, quase 100.000 imigrantes tenham dado entrada no porto de Santos procedentes de Buenos Aires, o fluxo contrário foi muito maior, com cerca de 150.000 indivíduos deixando o porto de Santos com destino a Buenos Aires, levando a um saldo negativo de 55.412 saídos com a Argentina (Tabela 3.12 abaixo).

Segundo afirma o Relatório da Secretaria da Agricultura para o ano de 1900, as estatísticas da Republica Argentina mostram que, ao passo que a imigração de Buenos Aires para São Paulo diminuiu entre 1896 e 1900, o número do que fizeram o caminho de São Paulo para Buenos Aires aumentou. O Relatório aponta a crise econômica relacionada com a baixa no preço do café e a desvalorização cambial como as causas da diminuição da corrente imigratória para São Paulo, já que esta dependia diretamente da situação econômica do café. (RSASP, 1900, p. 105).

Durante a primeira década do século XX até o início da Primeira Guerra Mundial se concentram os anos onde houve as maiores saídas de Santos para Buenos Aires. Nesse mesmo período a Argentina viveu o apogeu da imigração europeia para o país.

Certamente, os mesmos fatores de incentivos que atraíram os emigrantes da Europa para o país platino atraíram os emigrantes saídos de São Paulo que se dirigiam para lá.

Nessa época, as oportunidades para os imigrantes, na Argentina, se apresentavam tanto no campo, com a expansão das culturas de cereais, quanto nas cidades, com o crescimento das atividades comerciais e industriais, com o desenvolvimento da infraestrutura urbana e dos sistemas de transporte. A recuperação da economia argentina logo no início da primeira década do século XX até 1913 inicia a maior onda migratória da história argentina, marcada pela contínua expansão do setor agroexportador e pelo desenvolvimento do setor industrial também, além das medidas de valorização da moeda nacional adotadas pelo governo que criavam um ambiente propício para os imigrantes. Conforme afirma Devoto (2007)

Ciertamente la mayor oleada aparece condicionada por la continuidad de la expansión de la frontera agropecuaria y más aún por la expansión industrial que la acompaña a un ritmo aún mayor [...] como producto de un efecto de eslabonamiento con el sector rural y del aumento enorme del mercado de consumidores urbanos a los que abastece. Asimismo, la adopción de la Caja de Conversión por parte del gobierno argentino desde 1899, que valorizaba la moneda nacional, debió actuar como un incentivo adicional para aquellos migrantes solos que buscaban una acumulación de recursos para retornar al país de origen en un lapso relativamente breve (incluidos entre ellos los llamados “golondrinas” que venían a recoger una o varias cosechas alentados por los altos salarios que en ese momento se pagaban) y realizar allí, con éxito incierto, las inversiones en tierras o en casas destinadas a emblemizar el éxito relativo (DEVOTO, 2007, p. 545-546).

A partir da Primeira Guerra Mundial parece que as oportunidades para os imigrantes que se dirigiam para a Argentina ficaram mais restritas. Entre 1914 e 1919, o saldo migratório na Argentina foi negativo em 214.175 pessoas, isto é, os imigrantes saíram em maior número do que aqueles que entravam. Devoto (2007), ao analisar o período da Primeira Guerra e as saídas ocorridas, afirma:

es evidente también que, ante el incierto futuro, muchos emigrantes residentes en el exterior (en especial hombres solos que habían dejado su familia en Europa, como lo muestra la estadística de los retornos en los meses sucesivos al comienzo de la guerra) decidiesen volver para reunirse con los suyos ante la duda de si podrían hacerlo en el futuro (DEVOTO, 2007, p. 546).

A Tabela 3.12 abaixo, apresenta os dados do fluxo, nos dois sentidos, entre Santos e Buenos Aires.

Tabela 3.12 – Fluxo de migrantes entre Santos e Buenos Aires (1899 – 1929)

Ano	Imigrantes saídos do Porto de Santos para Buenos Aires	Imigrantes vindos de Buenos Aires para o Porto de Santos	Saldo (entradas em Santos - saídas para Buenos Aires)
1899	5.456	2.817	-2.639
1900	6.146	1.763	-4.383
1901	6.113	2.000	-4.113
1902	2.433	2.541	108
1903	4.609	1.511	-3.098
1904	7.694	1.556	-6.138
1905	11.214	2.092	-9.122
1906	16.248	3.596	-12.652
1907	9.976	5.885	-4.091
1908	8.663	7.904	-759
1909	10.678	4.317	-6.361
1910	8.813	4.442	-4.371
1911	7.627	6.876	-751
1912	11.259	6.470	-4.789
1913	9.557	9.421	-136
1915 ¹	8.343	12.299	3.956
1917	3.016	13.102	10.086
1918	2.905	1.647	-1.258
1922	3.642	1.256	-2.386
1923	4.601	1.936	-2.665
1926	1.984	2.431	447
1929	2.099	1.802	-297
Total	153.076	97.664	-55.412

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos. ¹O Relatório de 1916 traz os dados para 1915 e 1916 mas, ao tratar da emigração, não separa a quantidade de saídos por destino e por ano, trazendo apenas a informação agregada das saídas para Argentina e Uruguai nos dois anos.

É justamente entre 1913 e 1917 que se registram as maiores saídas de imigrantes de Buenos Aires em direção ao porto de Santos. O ano com o melhor resultado para o São Paulo nesse fluxo migratório foi 1917, quando entraram 13.102 imigrantes vindos de Buenos Aires (correspondendo a quase 57% das entradas no estado paulista) e partiram

para lá 3.016 emigrantes (32,1% dos emigrados por Santos). É muito provável que a situação econômica pela qual passou a Argentina nesse período, marcada por altas taxas de desemprego, tenha levado os que não puderam voltar a suas terras natais¹¹⁵, a emigrarem para São Paulo em busca trabalho, o que justificava as entradas vistas no período. Devoto (2007, p. 546-547) afirma que após o término do conflito, a imigração para a Argentina voltou a ganhar forças¹¹⁶.

Um outro motivo também pode ter ocasionado o aumento das partidas de emigrantes da Argentina para São Paulo entre 1914 e 1918. A Primeira Guerra Mundial mostrava seus efeitos sobre a imigração europeia para São Paulo, reduzindo as entradas no porto de Santos. Ao passo que as saídas ainda se mantinham elevadas no início do conflito, deixando o saldo migratório negativo, o governo paulista se mostrava atento às necessidades de prover braços para as lavouras e evitar uma escassez de mão de obra¹¹⁷. Na *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo em 14 julho de 1916, Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo, afirma que dentre as medidas tomadas para atender à necessidade de braços para a lavoura e desenvolver a imigração no decorrer do ano de 1915, cogitava-se promover uma corrente imigratória de operários agrícolas procedentes das repúblicas do Rio da Prata durante o período da colheita do café, onde não seria difícil encontrar trabalhadores disponíveis. De acordo com Altino Arantes

não coincidindo o tempo das maiores fainas agrícolas, aqui, com o da maior intensidade de trabalho na lavoura daqueles paízes, torna-se perfeitamente viável um acordo entre os respectivos Departamentos do Trabalho, de modo a entabular-se uma utilíssima permuta de operários, sem perturbação para o serviço agrícola de qualquer das partes interessadas (MENSAGEM, 1916, p. 42).

¹¹⁵ Rock (1986) afirma que ainda que “após 1913 a emigração tenha excedido as novas chegadas de imigrantes pela primeira vez desde 1890, o aumento exorbitante nos preços dos transportes marítimos e a escassez de navios impedia o funcionamento do mecanismo de escape normal, mantendo uma parcela do desemprego na própria Argentina”. Podemos supor então que São Paulo seria uma alternativa viável para aqueles que desejassem sair do país.

¹¹⁶ Infelizmente não encontramos de dados de 1919 a 1921 sobre o volume das saídas de Santos para Buenos Aires, para podermos verificar se a quantidade de imigrantes entrados em Santos vindos da Argentina durante a Guerra era próxima aos que saíram para a Argentina nos anos em que a economia do país se recuperou.

¹¹⁷ Rocha (2007, p. 91) também apresenta dados de emigração pelo Porto de Santos para o período da Primeira Guerra Mundial baseados no Anuário Estatístico de São Paulo de 1919. Nas informações contidas no anuário, encontram-se os registros de saídas por 1ª classe, 2ª classe e imigrantes (3ª classe), por sexo e entre brasileiros e estrangeiros. O anuário não discrimina a quantidade de brasileiros ou estrangeiros saídos por cada classe, apresentado apenas a cifra global. Segundo os dados apresentados pela autora, as saídas de imigrantes tenderam a diminuir durante o conflito mundial, passando de 26.744 imigrantes saídos em 1915 para 6.890 em 1918; predominou a saída de homens. A quantidade de emigrados brasileiros no período quase não sofreu oscilação, enquanto a de estrangeiros passou de 31.059 em 1915 para 7956 em 1918.

Na Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 julho de 1917 pelo Dr. Altino Arantes, ao tratar do mesmo tema, novamente é mencionado o um acordo com os Departamentos do Trabalho da Argentina e do Uruguai visando facilitar o intercâmbio de braços entre São Paulo e esses dois países, ressaltando que as bases de tal acordo ainda não estavam assentadas (RPPSP, 1917, p. 52). Tal fato pode ter contribuído para as grandes entradas registradas de imigrantes vindos da Argentina, no período entre 1915 a 1917, além de reforçar o caráter da sazonalidade do fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires.

Para Hilda Sabato (1985), que analisa a formação do mercado de trabalho em Buenos Aires, no período entre 1850-1880 a variação nas entradas e saídas de imigrantes e a elasticidade da oferta de trabalho no período foram relativas, ainda mais se se considera o curto prazo. Segundo a autora,

Si se toman las etapas cíclicas de auge y crisis, tanto los datos sobre saldos migratorios -que solo son un indicador parcial en tanto se refieren a todo el país- como los comentarios de la época, muestran que las variaciones en la entrada y salida de migrantes no eran una respuesta automática a la situación del empleo. Factores tan diversos como la coyuntura en el país de origen, las perspectivas mediatas que el trabajador vislumbraba en su lugar de destino, la situación familiar del protagonista, las posibilidades que ofrecía el sector autónomo, y otras variables que hacen tanto al contexto social como a la historia individual de cada inmigrante, influyeron sin duda en las decisiones. Cuando la situación de auge persistía o la crisis se tornaba muy aguda, la respuesta finalmente llegaba y aparecía entonces en el mediano y largo plazo esa correspondencia entre inmigración y demanda de mano de obra que se ha señalado tantas veces (SÁBATO, 1985, p. 579).

No entanto, as observações da literatura sobre a incapacidade da agricultura em gerar emprego o ano todo acabava atuando como um dos fatores para o fenômeno da emigração ocorrido naquelas economias rurais do Brasil e da Argentina. Como observa Amaral (1998), em uma sociedade agrícola como aquela, a demanda por trabalho era sazonal. Segundo o autor, durante o período entre as colheitas, os trabalhadores necessitavam buscar emprego em outros lugares. A instabilidade do trabalho se devia ao ritmo sazonal das tarefas rurais (AMARAL, 1998, p.177). As conclusões de Lamounier (2007) sobre o emprego de trabalhadores brasileiros livres nas atividades nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo na segunda metade do século XIX, podem ser transpostas para o nosso estudo do fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: “a dificuldade de se obter uma oferta permanente de uma força de trabalho regular, no contexto da sazonalidade e instabilidade da economia rural em São Paulo da segunda

metade do século XIX” provocava a mobilidade geográfica do trabalhador rural (LAMOUNIER, 2007, p. 372). Condições estas que ainda persistiam nos dois países na virada do século XIX para o século XX.

CONCLUSÃO

À primeira vista, Brasil e Argentina apresentam diferenças marcantes durante o século XIX. A Argentina conquistou sua independência da metrópole espanhola e se tornou república com tendências liberais na primeira década do século XIX, enquanto o Brasil passou da condição de colônia para monarquia escravista no mesmo período. Ambos sofreram pressões internacionais para o fim do tráfico e do trabalho escravo, tendo a Argentina resolvido essas questões na década de 1810 enquanto o Brasil somente iria pôr fim ao tráfico internacional de escravos em 1850 e abolir a escravidão em 1888. As Constituições vigentes no período em ambos os países também apresentavam diferenças marcantes. A Constituição Argentina de 1853 e a legislação subsequente visavam promover a vinda e facilitar a integração dos imigrantes na sociedade argentina, garantindo os mesmos direitos dos nacionais aos estrangeiros. A Constituição de 1824, em vigor no Brasil à época, não fazia menção à equidade de direitos entre estrangeiros e nacionais e apenas discorria sobre a questão da nacionalização dos estrangeiros e do reconhecimento de quem seria cidadão brasileiro perante a lei. No Brasil, a escravidão teve papel fundamental no tema da imigração para o país. As pressões que o governo brasileiro sofreu da Inglaterra para extinguir o tráfico de escravos pôs em evidência a necessidade em se encontrar um substituto ideal para a mão de obra escrava.

No entanto, os dois países se aproximavam em diversos pontos. Ambos possuíam amplos vazios territoriais, população escassa e concentrada no litoral e economia baseada na exportação de produtos primários. A necessidade de povoar seus territórios e encontrar mão de obra para sustentar o desenvolvimento agrícola norteou os debates sobre o fomento da imigração ao longo de todo o século XIX. Nos dois países a imigração era vista como o caminho para o progresso, para a modernização da sociedade, para o branqueamento da população. Era vista também como solução para povoar territórios e para amenizar a escassez de mão de obra. A contribuição maior ou menor da imigração para sanar males e trazer benefícios dependia de como eram vistos em ambos países os “imigrantes ideais”. O melhor tipo de imigração, para povoamento ou para o trabalho, se com acesso à terra e promoção da pequena propriedade, se espontânea, se subsidiada, se temporária ou definitiva, dependia em ambos os países da origem, cor e religião do

imigrante. Na verdade, essas questões estavam ligadas à formação da nação e à construção da nacionalidade.

Um tema frequente nos debates sobre a imigração tanto no Brasil quanto na Argentina, era a preferência por um determinado grupo de imigrantes. As ideias de equilíbrio racial e branqueamento da população direcionavam os esforços dos governos para a atração de imigrantes brancos, preferivelmente procedentes do norte da Europa. Seriam esses os imigrantes necessários para a transformação dos dois países em sociedades avançadas. No entanto, o que se viu foi uma entrada massiva de imigrantes latinos provenientes do sul do continente europeu, da Itália, Espanha e Portugal.

No Brasil, a questão do fim do tráfico de escravos e posterior abolição da escravidão e suas consequências estiveram intimamente ligadas, durante todo o século XIX, ao debate da formação e composição da nação brasileira. Os debates sobre as fontes alternativas de mão de obra incluíam a promoção da imigração branca e europeia. E imigração europeia significava também o branqueamento da população, um ajuste na composição racial do país. Os núcleos coloniais, estabelecidos no país nas primeiras décadas do século XIX, além do objetivo de ocupar e desenvolver terras despovoadas, visava promover a pequena propriedade como base da agricultura e reduzir a proporção dos escravos no total da população, já que os núcleos coloniais significavam também o aumento da população livre. As políticas de colonização concebiam a concessão de terras a imigrantes o que era bastante criticado nos debates governamentais.

As discussões no governo sobre a extinção do tráfico questionavam a ideia de colonização governamental em larga escala e o assentamento de imigrantes em terras públicas já que isso representava um grande ônus ao Estado além de significar negar tais terras aos fazendeiros e nacionais. Argumentava-se que o país necessitava de braços para as lavouras e não de povoamento do seu interior. Durante todo o século XIX, o eixo dos debates foram as controvérsias entre colonização e imigração, fomento da imigração baseada na pequena propriedade e/ou daquela necessária para suprir a demanda por trabalho nas lavouras. Governos imperial e provinciais divergiam sobre o tema; ações foram tomadas em ambos os sentidos. Nas regiões onde a lavoura era predominante, o estabelecimento de núcleos coloniais resultou em fracasso. Os debates entre imigração e colonização também ligavam-se às questões do surgimento da nação e do reordenamento

de instituições e da sociedade; era preciso decidir quem poderia se tornar proprietário de terras e definir a composição racial do país.

Após a aprovação da Lei de Terras e da Lei Eusébio de Queiróz, proibindo o tráfico de escravos para o Brasil, em meados do século XIX, diversas leis e decretos, tanto em nível nacional quanto provincial, foram aprovadas autorizando o governo a gastar com a introdução de imigrantes estrangeiros, taxando os escravos utilizados na lavoura ou regulamentando a introdução dos estrangeiros. A partir de 1886, por pressões dos fazendeiros, o governo estadual passou a subsidiar a imigração para São Paulo, com pagamento de passagens transatlântica, hospedagem gratuita no Hotel dos Imigrantes e transporte e alocação nas fazendas de café. O sistema de subsídios ficou em vigor até 1928, garantindo um suprimento contínuo de trabalhadores para as lavouras cafeeiras.

Na Argentina, as primeiras tentativas de atração de imigrantes ocorreram logo após a independência da Espanha em 1810. O incentivo à imigração era visto como a solução para a escassez de população em determinadas regiões e para a contínua expansão da agroexportação e, além disso, a imigração, principalmente a europeia, era vista como parte fundamental do processo de modernização e desenvolvimento da sociedade. Apesar dos esforços, as ações iniciais se mostraram infrutíferas e a tomada do poder em 1831 por Juan Manuel de Rosas interrompeu-as, sendo que o movimento de imigração voltou a ganhar força apenas na segunda metade do século XIX, com a aprovação da Constituição de 1853. Essa constituição, de cunho liberal e progressista, escrita sob o lema “*Gobernar es Poblar*” deixa claro o papel que a população argentina teria para o alcance da civilização e do bem estar do país ao incentivar e promover a vinda de estrangeiros para a Argentina, outorgando todos os direitos econômicos e cívicos aos estrangeiros que habitassem o país.

Na Argentina, os debates sobre a formação e composição da nação não sofria os condicionantes ligados à questão da escravidão, como no Brasil, mas sim à promoção da imigração europeia como forma de transformação, modernização e progresso da Argentina. Os debates sobre a imigração iam além da questão de povoamento e fornecimento de mão de obra. A Constituição de 1853 deixava claro que o papel do Estado seria o de promover a imigração europeia, branca. Falava-se em “europeizar” a população argentina, “regenerar as raças” através da imigração. O imigrante ideal fica claramente definido no pensamento de AlberdÍ. Quando este afirma que governar é

povoar, quer dizer na verdade que povoar é civilizar e, por consequência, governar é civilizar. No entanto não se deveria povoar com pessoas de qualquer nacionalidade ou região. O imigrante ideal para a Argentina seria o europeu vindo da Europa civilizada; qualquer outro elemento viria a “embrutecer”, “corromper”, “empestear” a sociedade argentina.

A relação nação e imigração fica clara no pensamento da elite que comandou a Argentina entre 1860 e 1880. Para Bartolomé Mitre, Presidente durante o período de 1861-1868, a imigração era desejada não para transformar a realidade e criar um novo país. Para Sarmiento, os imigrantes também tinham um papel central de realizarem mudanças na sociedade não somente no sentido de possuírem valores e hábitos superiores, mas também de servirem como trabalhadores agrícolas. Durante a presidência de Nicolás Avellaneda, aprovou-se a Lei Avellaneda (1976), que complementava e estendia as disposições contidas na Constituição de 1853, através de um conjunto de normas definindo os requisitos e mecanismos para a captação no exterior de mão de obra em grande quantidade para o trabalho no campo, além de permitir selecionar os imigrantes europeus mais “avançados”, ou seja, mais “adequados” para o país. Essas medidas visando reorientar o fluxo migratório ocorreram devido à predominância de italianos entre os imigrantes chegados à Argentina e à ideia de que eram civilizadores apenas os imigrantes do norte da Europa. Entre 1889 e 1891, o governo argentino, seguindo o exemplo brasileiro, tentou implantar um programa de subsídios, oferecendo 200.000 passagens com o objetivo de atrair esses “imigrantes adequados”, excluindo os italianos do programa, que já tinham entrado massivamente no país. A crise econômica que atingiu o país fez com o programa, que não estava apresentando os resultados esperados, fosse cancelado. A maioria dos imigrantes que se dirigiam para a Argentina no período estudado o faziam incentivados por amigos e parentes, visto os poucos imigrantes que fizeram uso do hotel dos imigrantes e das possibilidades de emprego ofertadas pela *Oficina de Trabajo*. Novas tentativas de redirecionamento do fluxo migratório ou de restrições à imigração foram realizadas nas primeiras décadas do século XX no país, todas sem sucesso e a política argentina liberal de imigração se manteve até a crise de 1930.

Um dos questionamentos deste estudo era o porquê o Brasil e a Argentina atraíram tantos imigrantes entre 1870 e 1930. A historiografia revelou diversos motivos. A partir de 1870, mudanças no cenário internacional impulsionaram o desenvolvimento

econômico do Brasil e da Argentina, o que teve relação direta com o aumento das entradas de estrangeiros em ambos os países. A crescente demanda nos mercados e fábricas dos países industrializados, em especial na Europa e nos Estados Unidos, por produtos primários produzidos na América Latina e o aumento da demanda da população latinoamericana por produtos manufaturados, provocaram o desenvolvimento da agricultura de exportação, do comércio e à expansão da circulação monetária. O aumento da demanda global por matéria-prima levou à inserção do Brasil e da Argentina no comércio internacional, o que, por sua vez, fez com que ambas as economias, especializadas em produtos primários, se expandissem. No Brasil, o motor da economia agroexportadora era o café, produzido nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo. Na Argentina, o motor estava centrado na produção de cereais e de produtos pecuários, como a carne, o charque e a lã na província de Buenos Aires. Outro fator derivado diretamente da expansão do setor primário foi o aumento da demanda por mão de obra, escassa em ambos os países. Esse nos dois países e em São Paulo e Buenos Aires os imigrantes se distribuíram entre o campo e a zona urbana, engajando-se em atividades ligadas à agricultura de exportação, ao comércio, aos serviços e à indústria.

As políticas mais abertas à imigração foram características do Brasil da Argentina no período estudado. A Argentina, desde sua Constituição de 1853, estabelecendo o fomento à imigração europeia como um dos deveres do governo, e com as leis aprovadas nas décadas seguintes, equiparando os direitos dos estrangeiros com os dos habitantes nativos, deixava claro o interesse do governo em promover a imigração europeia. O Brasil, primeiro com os núcleos coloniais, depois com as leis visando atrair trabalhadores estrangeiros livres e com o programa de subsídios aplicado pela província e depois estado de São Paulo custeando as passagens até o porto de Santos, alojando os imigrantes e colocando-os nas fazendas cafeeiras, também mostrava o comprometimento dos governos com a atração de estrangeiros.

Durante o período que abrange este estudo, entraram no Brasil mais de 4.170.000 imigrantes. São Paulo recebeu mais de 2.262.000, em torno de 54,3% do total. Foi com o início da imigração subsidiada, em 1886, que São Paulo passou a ser o destino principal dos imigrantes que entraram no país. Durante a década de 1890, ápice da imigração para o Brasil, 63% dos estrangeiros foram para São Paulo motivados, principalmente, pelo trabalho nas fazendas cafeeiras. Os motivos que levaram a maior parte dos imigrantes a

se dirigirem ao estado de São Paulo estão intimamente relacionados com o café. Além das medidas adotadas pelo governo paulista para a atração de braços para as lavouras mediante o oferecimento de subsídios às passagens, alojamento e transporte até as fazendas, as fontes mostraram que nos anos em que o preço do café estava em alta, a entrada de imigrantes era motivada pela melhora nas condições da economia como um todo. No começo do século XX, a imigração espontânea se sobrepôs à subsidiada. A maior parte dos imigrantes espontâneos vinha para São Paulo atraída pelas oportunidades crescentes de trabalho no meio urbano, principalmente na indústria e no comércio.

A Argentina, entre 1857 e 1930, recebeu mais de 6.400.000 estrangeiros. A província de Buenos Aires concentrou a maior parte dos estrangeiros residentes na Argentina; em média 30% do total de estrangeiros se localizavam na província. A cidade de Buenos Aires e sua zona metropolitana chegaram a acolher 50% dos estrangeiros residentes no país. Na Argentina a imigração subsidiada ocorreu apenas durante um breve período, não contribuindo para a imigração total da mesma forma que ocorreu em São Paulo, predominando a imigração espontânea. Durante a década de 1880, a conquista do Deserto, a ligação das zonas agropecuárias com o litoral por meio das vias férreas e a ampliação das oportunidades de trabalho tanto no campo quanto na cidade estimularam as entradas de imigrantes, que ultrapassaram os 100.000 anuais.

A preferência dos imigrantes pela Argentina em detrimento ao Brasil pode ser explicada por alguns fatores: as informações nos centros de emigração nos países europeus mostravam melhores condições de salários e oportunidades na Argentina, além do clima argentino ser mais parecido com o europeu e do temor de doenças tropicais contagiosas, a presença do negro – sobre o qual incidia preconceito – e o receio de que trabalhadores fossem tratados como escravos nas fazendas paulistas, pesavam na hora de escolher a Argentina como destino.

Dentre os imigrantes vindos ao Brasil e a São Paulo, as nacionalidades que mais se destacaram foram os italianos, portugueses e espanhóis que juntas representaram mais de 77% do total de imigrantes. Os italianos representaram o maior grupo de estrangeiros a entrar no país no período estudado. A crise da mão de obra em São Paulo coincidiu com os anos de crise econômica italiana, tanto no setor rural quanto urbano, durante década de 1880 e até meados dos anos 1890. Os que buscavam uma vida melhor, viam uma oportunidade de fazer fortuna em São Paulo. Ainda que não fizessem parte dos imigrantes ideais, a partir da segunda metade da década de 1900 a entrada de imigrantes japoneses ganha força, movida pela contínua necessidade de braços para as lavouras.

Na Argentina, os italianos e os espanhóis foram as nacionalidades que mais se destacaram dentre os imigrantes que chegaram no país. Aproximadamente 2.900.000 italianos e 2.000.000 de espanhóis entraram na Argentina entre 1857 e 1930. Juntos representaram 76% do total. Na década de 1920, novas nacionalidades de imigrantes passaram contribuir para o cômputo total das entradas no país platino, como os polacos e judeus russos.

Tanto em São Paulo quanto Buenos Aires a preferência das classes dirigentes por imigrantes agricultores, capazes de suprir a constante necessidade de braços para as lavouras, era clara e se traduzia nas profissões declaradas pelos imigrantes ao desembarcarem nos portos de Santos e Buenos Aires. No caso de São Paulo, para receberem os subsídios, os imigrantes que desejassem vir ao estado deveriam necessariamente ser agricultores. A grande maioria assim se declarava. Entre 1898 e 1907, 90% dos imigrantes subsidiados que chegaram a São Paulo eram agricultores. De 1908 a 1930, 60% dos estrangeiros que entraram no estado o eram. O restante se declarava como artistas, artesãos, jornalheiros ou operários.

Na Argentina, até a década de 1890 mais de 75% dos imigrantes se declaravam agricultores. De 1890 a 1930, a proporção de agricultores entre os imigrantes que desembarcavam no porto de Buenos Aires diminuiu, chegando a ser de 30%. A Argentina ficou caracterizada pelo fenômeno da imigração sazonal, onde imigrantes italianos e espanhóis, principalmente, cruzavam o atlântico motivados pelos altos salários pagos na época das colheitas nos pampas e ao final da mesma retornavam às suas terras natais.

O Brasil, no período abrangido pelo estudo, era um país tipicamente rural. A Argentina, a partir de 1914, já possuía mais da metade de sua população vivendo no meio urbano, o que demonstra o crescimento das atividades do setor secundário e terciário e reflete as dificuldades do setor agroexportador em criar empregos permanentes no meio rural.

A literatura e as fontes revelaram que havia mobilidade geográfica e deslocamentos frequentes dos imigrantes no Brasil e na Argentina. Os imigrantes se deslocavam de uma propriedade para outra, do mundo rural para o mundo urbano e entre os países.

Dentre os fatores que motivavam a saída do mundo rural em direção ao mundo urbano inclui as dificuldades de acesso à terra e as más condições de trabalho e de vida nas propriedades rurais, para as duas regiões estudadas.

O desenvolvimento da infraestrutura e das atividades industriais e a ampliação do mercado interno também atuaram como fatores de atração de imigrantes para a zona urbana, ainda que esse não fosse o objetivo inicial das políticas imigratórias paulista e argentina. Esse fator contribuiu para o crescimento acelerado da população urbana e das cidades. No meio urbano, os estrangeiros buscavam as oportunidades e riqueza que não haviam conseguido com o trabalho no campo.

Tanto a literatura quanto as fontes revelaram também que os imigrantes tiveram influência no processo de industrialização tanto de São Paulo quanto de Buenos Aires. Atuando tanto como industriais nos mais diversos ramos quanto como operários ou ampliando o mercado consumidor para a produção manufatureira local na medida em que mantiveram seus hábitos de consumo de seus países de origem, demandando cada vez mais produtos industrializados, fica claro o papel dos imigrantes para o desenvolvimento das manufaturas. Os dados mostraram que os estrangeiros compuseram grande parte da mão de obra localizada no setor terciário e possuíram uma parcela expressiva dos estabelecimentos industriais em ambas as regiões. A literatura revelou também que a mão de obra qualificada necessária para a indústria geralmente era suprimida pelos estrangeiros, contratados no exterior, visto que estes possuíam maior nível de educação e instrução técnica e experiência industrial que os trabalhadores rurais brasileiros.

Um outro fenômeno revelado pelas fontes analisadas foi o deslocamento dos imigrantes entre os portos de Santos e de Buenos Aires. Anualmente, milhares de imigrantes partiam de um porto para o outro, formando uma corrente importante de re-emigrantes. As principais nacionalidades que formavam esses fluxos eram os espanhóis e os italianos. As fontes e a literatura revelam que muitos imigrantes faziam uso das passagens subsidiadas oferecidas para São Paulo apenas para re-emigrarem para Buenos Aires após a chegada em Santos. Alguns imigrantes, após trabalharem nas fazendas cafeeiras e enfrentarem as péssimas condições de vida, aproveitavam as oportunidades que surgiam para emigrarem para Buenos Aires. Outros, também, após o fim da colheita do café nas fazendas paulistas, emigravam para a Argentina em busca de emprego na colheita de cereais nas províncias de Santa Fé e Buenos Aires, retornando novamente a São Paulo após o término do trabalho no setor rural argentino. Estas características também revelam o caráter de sazonalidade desse fluxo nessas sociedades agroexportadoras.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Brasileiras

- Anuários e almanaques

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Anuário Estatístico do Brasil 1º anno (1908-1912), Vol. 1 - Território e População*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Anuário Estatístico do Brasil 1º anno (1908-1912), Vol. 2 – Economia e Finanças*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1917.

BRASIL. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano II – 1936*. Rio de Janeiro: Tip. Do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

GALVÃO, B. F. R. (Org.). *Almanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1904*

SÃO PAULO. *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

SÃO PAULO. *Almanach da Província de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial para 1888*. Fundado e organizado por Jorge Seckler. São Paulo: Editores-Proprietários Jorge Seckler & Comp, 1888.

SÃO PAULO. *Annuario Commercial do Estado de São Paulo para 1904, abrangendo o Triangulo Mineiro*. São Paulo: Duprat & Comp, 1904.

- Censos e estatísticas

BRASIL. *Recenseamento do Brasil de 1872*.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil Realizado em 1 de Setembro de 1920. Vol. IV (1ª parte), Tomo I – População*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Synopse do Recenseamento de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Eststistica, 1898.

IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas*, v. 1 – Repertório Estatístico do Brasil: Quadros Retrospectivos. Rio de Janeiro: IBGE/1986.

IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas. V. 2 – O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 1 – Introdução – Indústria Extrativa*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas. V. 2 – O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 2 – Indústria Agrícola*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil. Séries demográficas e sociais, de 1550 a 1985*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. *Tendências Demográficas. Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>. Acessado em: 19/12/2014.

O IMMIGRANTE (1908).

- Leis

BRASIL. *Código Criminal do Império*. 1830, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acessado em: 27/09/2014.

BRASIL. *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1850*, Tomo XI, Parte I. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1851.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil* (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acessado em: 27/09/2014.

SÃO PAULO. *Lei Provincial n.º 36, de 21 de fevereiro de 1881*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1881/lei-36-21.02.1881.html>>. Acessado em 28/10/2014.

SÃO PAULO. *Lei Provincial n.º 28, de 29 de março de 1884*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-28-29.03.1884.html>>. Acessado em 28/10/2014.

SÃO PAULO. *Lei Provincial n.º 14, de 11 de fevereiro de 1885*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1885/lei-14-11.02.1885.html>>. Acessado em 28/10/2014.

- Relatórios, mensagens e documentos

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida no anno de 1907*. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2274/>>. Acessado em 03/01/2015.

GONÇALVES JR. J. F. “Relatório acerca do êxodo de imigrantes em São Paulo apresentado ao Exm. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Digníssimo Ministro da Viação e Obras Públicas, pelo engenheiro Joaquim Francisco Gonçalves Junior”. In:

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida no anno de 1907*. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2274/>>. Acessado em 03/01/2015.

ROMA. Ministero Degli Affari Esteri. *La provincia di San Paolo (Brasile)*. Rapporto dell'avv. Enrico Perrod, Régio Vice Console a San Paolo. Roma: Tipografia del Ministero Degli Affari Esteri, 1888.

SÃO PAULO. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, a 7 de abril de 1901, pelo Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1901. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1156/>>. Acessado em: 10/01/2015.

SÃO PAULO. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 14 de julho de 1906 pelo Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1906. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1162/>>. Acessado em: 10/01/2015.

SÃO PAULO. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 julho de 1917 pelo Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo*, 1917. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1174/>>. Acessado em: 20/01/2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário da Agricultura Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior em 1895*. São Paulo: Typ. a vap. Espíndola, Siqueira & Comp, 1896.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório de 1898*. São Paulo, 1898.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório de 1899*. São Paulo, 1899.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório de 1900*. São Paulo, 1900.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Domingos Correa de Moraes, Vice Presidente do Estado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretário da Agricultura. Anno de 1901*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1902.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado pelo Dr. João Baptista de Mello Peixoto, Secretário da Agricultura. Anno de 1902*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1903.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório de 1903 pelo Dr. Luiz de T. Piza e Almeida, Secretário da Agricultura*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1904.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. Anno de 1904.* São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke, 1905.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. Anno de 1905.* São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Co., 1906.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. Anno de 1907.* São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Co., 1908.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1908.* São Paulo, 1909.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque, Presidente do Estado pelo Dr. Antonio de Padua Salles, Secretário da Agricultura. Annos de 1910-1911.* São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Co., 1912.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1912-1913.* São Paulo, 1914.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1914.* São Paulo, 1916.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes, Presidente de S. Paulo pelo Secretário da Agricultura Commercio e Obras Públicas Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Anno de 1916.* São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & Co., 1918.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao. Dr. Altino Arantes, Presidente de S. Paulo pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta Secretário da Agricultura Commercio e Obras Públicas Anno de 1917.* São Paulo, 1918.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1918. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Candido Motta, Secretário da Agricultura.* São Paulo, 1919.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1919. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Candido Motta, Secretário da Agricultura.* São Paulo, 1920.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1920. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1921.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1922. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1923.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1923. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1924.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1925. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1925.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1926. Apresentado ao Presidente do estado pelo Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1926.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1927. Apresentado ao Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1927.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1928. Apresentado ao Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1928.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Anno de 1929*. São Paulo, 1929.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1930. Apresentado ao Interventor Federal, pelo Sr. Eugenio Lefèvre, Diretor Geral*. São Paulo, 1930.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*. n. 3, março de 1941. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1941.

VASCONCELLOS, H. D. “Alguns aspectos da imigração do Brasil”. In: SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*. n. 3, março de 1941. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1941.

Fontes Argentinas

- Anuários

ARGENTINA, Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General. *Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires. Año segundo – 1882*. Buenos Aires:

Imprenta y fundición de tipos de la República, 1883. Disponible em: <<https://archive.org/details/anuarioestadsti11estagoog>>. Acessado em: 12/12/2014.

ARGENTINA. Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General. *Anuario Estadístico de la Provincia de Buenos Aires. Año 1896*. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1898. Disponible em: <<https://archive.org/details/anuarioestadsti12estagoog>>. Acessado em: 12/12/2014.

BUENOS AIRES, Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. *Year Book of the City of Buenos Aires, years 1910 and 1911*. Buenos Aires: "El Centenario" Alegre & Qincoces, 1913. Disponible em: < <https://archive.org/details/yearbookofcityof00buen>> Acessado em: 12/12/2014.

BUENOS AIRES, Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. *Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1914. Disponible em: <<https://archive.org/details/yearbookofcityof23buen>>. Acessado em: 12/12/2014.

- Censos e documentos

ALBERDI, J. B. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.

ALBERDI, J. B. *Peregrinación de Luz del Día o Viaje y aventuras de la Verdad en el Nuevo Mundo*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.

ARGENTINA. *Registro Oficial*, Libro Primero. Empieza en el mes de Setiembre de 1821 y acaba en diciembre del mismo año. Buenos Aires: Imprenta de la Independencia, 1821. Disponible em: <<https://archive.org/details/registrooficial100arge>>. Acessado em: 12/09/2014.

ARGENTINA. *Primer Censo de la República Argentina, 1869*. Buenos Aires, 1872.

ARGENTINA. *Segundo Censo de la República Argentina, 1895*, v. II, tomo 1 y 2 – Población. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

ARGENTINA. Comisión Nacional. *Tercer Censo Nacional*. Levantado el 1º de junio de 1914. Tomo II – Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. K. Rosso y Cía, 1916.

BUENOS AIRES. *Censo General de Población, Edificación, Comercio e Industrias de la Ciudad de Buenos Aires*. Levantado en los días 17 de agosto, 15 y 30 de setiembre de 1887. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1889. Disponible em: <<https://archive.org/details/censogeneraldel00censgoog>>. Acessado em: 12/09/2014.

BUENOS AIRES. *Censo General de Población, Edificación, Comercio e Industria de la Ciudad de Buenos Aires. Conmemorativo del Primer Centenario de la Revolución de Mayo, 1810-1910*, Tomo Segundo. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1910. Disponible em: <<https://archive.org/details/censogeneraldep00martgoog>>. Acessado em: 12/09/2014.

- Leis

ARGENTINA. *Constitución de la Confederación Argentina de 1853*. Disponível em: <http://www.biblioteca.jus.gov.ar/constitucionargentina1853.html> Acessado em: 27/09/2014.

ARGENTINA. *Ley de Inmigración y Colonización de 1876*. Disponível em: http://archivohistorico.educ.ar/sites/default/files/III_20.pdf. Acessado em: 30/09/2014.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHÃO, F. A. Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALENCASTRO, L. F. de; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. de. *História da vida privada no Brasil*. v. 2 - *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 291-335.

ALEXANDER, F. *Filipson: histórias da primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Fulgor, 1967.

ALVIM, Z. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALMEIDA, P. R. de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora Senac-Funag. 2001.

ALSINA, J. A. *La inmigración en el primer siglo de la independencia*. Buenos Aires, 1910.

AMARAL, S. *The rise of capitalism on the Pampas. The estancias of Buenos Ayres, 1785-1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ARANHA, B. P. de L. “Rumo à fronteira de Misiones: o ‘Destino Manifesto’ argentino (1882-1898)”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. n. 16, p. 225-248, Jan./Jul. 2014.

ARGENTINA. Congreso Nacional. *Tratamiento de la Cuestión Indígena*. 3ª ed., Serie Estudios e Investigaciones n. 2, Diciembre 1991.

ASHWORTH, W. *Breve historia de la economía internacional desde 1850*. México, 1978.

BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.) *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 1999.

BAINES, D. "European labor markets, emigration and internal migration 1850-1913". In: HATTON, T. J.; WILLIAMSON, J. G. (Eds.) *Migration and the International Labor Market 1850-1939*. New York: Routledge, 1994, p. 33-54.

BARBERO, M. I.; ROCCHI, F. "Industry". In: PAOLERA, G. D.; TAYLOR, A. M. A *New Economic History of Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 261-294.

BARBOSA, A. de S. "Empresário fabril e indústria do calçado: labirintos da modernização capitalista em Franca-SP (1920-1980)". In: SOUZA, E. M. de Melo; CHAQUIME, L. P.; LIMA, P. G. R. de (org.). *Teoria e prática nas ciências sociais*. Araraquara/ São Paulo: Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica, 2003, p. 125-146.

BASSANEZI, M. S. C. B. *et al. Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 2008.

BERNASCONI, A. "Imigrantes italianos na Argentina (1880-1930): uma aproximação". In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 61-92.

BORGES, M. J. "Portuguese Migration in Argentina: Transatlantic Networks and Local Experiences". *Portuguese Studies Review* 14 (2) (2006/7), p. 87-123.

BOURDÉ, GUY. *Buenos Aires: urbanización e inmigración*. Buenos Aires: Huemul, 1977.

BRAGA, M. B. "Juan Bautista Alberdi: o Pensamento Econômico de um Liberal Latino-Americano no Século XIX". *Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)*, v. 23, p. 1-31, 2014

CAMARGO, J.F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. *Estudos Econômicos* 14, IPE-USP, 1981.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Editora Difel, 1977.

CÁNOVAS, M. D. K. A grande imigração européia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma in(visibilidade). *Saeculum: Revista de História*, n. 11, p. 115-135, 2004.

_____. *Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.

CENNI, F. *Italianos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CERVO, A. L. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826 – 1889)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CONDE, R. C. Problemas del crecimiento industrial de la Argentina (1870-1914). *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v. 3, nº 1-2, abr-sept., 1963, p. 143-171.

_____. “La Expansión de la Economía Argentina entre 1890 y 1914 y el papel de la inmigración”. *Cahiers du Monde Hispanique et luso-brésilien*. n.º 10, Numéro Spécial Consacré à l’Argentine, p. 67-88, 1968.

_____. Padrones de asentamiento y explotación agropecuaria en los nuevos territorios argentinos (1890-1910). In: ZAPIOLA, M. G. *El regimen oligárquico: Materiales para el estudio de la realidad argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Amorrortu Editoriales, 1975.

_____. *El Progreso Argentino 1880-1914*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1979.

_____. “The export economy of Argentina 1880 -1920”. In: CONDE, R. C; HUNT, S. (Org.) *The Latin American Economies*. New York, 1985.

_____. “The growth of the Argentine economy, c. 1870-1914” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. v. 5. Cambridge Histories Online, Cambridge University Press, 1986, p. 327-259.

_____. Export-led growth in Latin America: 1870-1930. *Journal of Latin American Studies*, v. 24, supplement S1, march/1992, p. 163-179.

_____. “Boom exportador e industrialización en América Latina: revisión Del debate sobre los casos comparados de Argentina y Brasil.”. In SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.) *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial SP; Editora Hucitec, 2002.

CONSTANZO, G. “Lo inadmisible hecho historia: La Ley de Residencia de 1902 y la Ley de Defensa Social de 1910”. *Revista Sociedad*, n. 26, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, Editorial Prometeo, 2007.

CONSTANZO, G. *Los indeseables. La ley de Residencia y la ley de Defensa Social*. Buenos Aires: Editorial Madreselva, 2009.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975a.

_____. The planter class and the debate over Chinese immigration to Brazil, 1850-1893. *International Migration Review*. Spring, p. 41-55, 1975b.

_____. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORNBLIT, O. Inmigrantes y empresarios en la política argentina. *Desarrollo Económico*, v. 6, n. 24, ene-mar, 1967, p. 641-691.

COSTA, E. V. Brazil: the age of reform, 1870 – 1889, In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

_____. *Rio Claro: Um Sistema de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

_____. "The Brazilian economy, c. 1870-1930" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

DENIS, Pierre. *Brazil*. (Transl. and with a historical chapter by Bermond Miall, and a supplementary chapter by Dawson A. Vindin). Londres: T. Fisher Unwin, 1911.

DEVOTO, F. Políticas migratorias argentinas y flujo de población europea (1876-1925), *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 11, p. 135-158, abr. 1999.

_____. "Imigração Europeia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914)" In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 33-60.

_____. "El revés de la trama: políticas migratorias y prácticas administrativas en la Argentina (1919-1949)". *Desarrollo Económico*. v. 41, n. 162, p. 281-304, Jul.-Sep. 2001.

_____. *Historia de la Inmigración en Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana, 2002.

_____. "La inmigración de ultramar", en TORRADO, S. (ed.), *Población y Bienestar en Argentina del Primero al Segundo Centenario. Una historia social del siglo XX*, Buenos Aires, Edhasa, p. 531-548, 2007.

_____. *Historia de los italianos en la Argentina*. 2ªed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

Di Tella, T., "El impacto inmigratorio sobre el sistema político argentino". In JORRAT, R.; SAUTU, R. (org.) *Después de Germani. Exploraciones sobre estructura social de la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. *Ensayos sobre la historia economica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.

DIOS, F. F. de. “Colonización y tierras públicas”. *II Congreso Nacional de Derecho Agrario Provincial*. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales UNLP, 4 y 5 de octubre de 2013.

DOMINGUES, P. J. “Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930”. *Estudos afro-asiáticos*. v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002.

DONGHI, T. H. “¿Para qué la inmigración? Ideología y política inmigratoria en la Argentina (1810-1914)”. In DONGHI, T. H. *El Espejo de la Historia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987.

_____. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1995.

DORFMAN, Adolfo *Historia de la Industria Argentina*, Buenos Aires: Ediciones Solar, 1970.

EISENBERG, P. *Homens esquecidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FAUSTO, B. “Brazil: the social and political structure of the First Republic, 1889 -1930” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5. Cambridge University Press, 1986, p. 779-830.

_____. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré – FAPESP, 1991.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERRARI, G. GALLO, E. *La Argentina del ochenta al centenario*. Buenos Aires, 1980.

FERRER, A. *La economía argentina*. 15ª ed. México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1981.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*. v. 2, n. 6, 1972.

FREIRE, F. *História da Revolta da Armada de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

FORJAZ, D. *O senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1759)*. São Paulo: Diário Oficial, 1924

FURTADO, C. “Características gerais da economia brasileira”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 1, p. 7-33, mar. 1950.

_____. *Formação econômica do Brasil*, 32ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005

GADELHA, R. M. d'A. F. "A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX". *Revista de História*. São Paulo, n. 120, 1989, p. 160-161.

GALIANI, S.; GERCHUNOFF, P. "The labor market". In: PAOLERA, G. D.; TAYLOR, A. M. *A New Economic History of Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 122-169

GALLO, E. "Agrarian Expansion and Industrial Development in Argentina (1880-1930)", In CARR, R. (ORG.), *Latin American Affairs*. p. 45-61, Oxford University Press, 1970.

_____. "Argentina: society and politics, 1880-1916" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5, p. 359-392, Cambridge University Press, 1986.

GARABEDIÁN, M. *Inmigración en la Argentina Moderna*. Historia Visual, Museo Roca. Buenos Aires, 2011.

GARAVAGLIA, J. C. "The economic role of slavery in a non-slave society – The River Plate, 1750-1860". In: FRADERA, J. M. SCHMIDT-NOWARA, C. *Slavery & Antislavery in Spain's Atlantic Empire*. Nova York: Berghahn, 2013, p. 74-100.

GARCÍA DE SALTOR, I. Antecedentes de la política inmigratoria: Bernardino Rivadavia. *La inmigración en la Argentina*, Pcia. de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1979.

GERMANI, G. "Asimilación de migrantes en el medio urbano. Aspectos teóricos". In: MERA, C.; REBÓN, J. (Coord.) *Gino Germani. La sociedad em cuestión. Antología comentada*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2010a, p. 466-489.

_____. La inmigración masiva y su papel en la modernización del país. In: MERA, C.; REBÓN, J. (Coord.) *Gino Germani. La sociedad em cuestión. Antología comentada*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, p. 490-543, 2010b.

GERSTNER, L. O. El alojamiento de inmigrantes en el Río de la Plata, siglos XIX y XX: planificación estatal y redes sociales. *Biblio 3W*. v. XIII, n. 779, 25 de marzo de 2008.

GIFUN, F. V. *Ribeirão Preto 1880-1914: the rise of a coffee country or the transition to coffee in São Paulo as seen through the development of its leading producer*. Tese de PhD, University of Florida, Florida, 1972.

GRAHAM, D. H.; HOLLANDA FILHO, S. B. *Migrações internas no Brasil*. São Paulo: IPE/USP/CNPQ, 1984.

GONÇALVES, P. C. *Mercadores de Braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

GUTFREIND, I. A atuação da Jewish Colonization Association (JCA) no Rio Grande do Sul: a Colônia Philippon. *WebMosaica: revista do instituto cultural judaico Marc Chagall*, v. 1 n. 1, jan-jun, 2009, p. 108-112.

HAHNER, J. E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

HALL, M. H. Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*. São Paulo, n. 105, 1976. p. 145-171.

_____. Italianos em São Paulo, 1880-1920. *Anais do Museu Paulista*. Separata XXX. São Paulo, 1979.

HATTON, T. J.; WILLIAMSON, J. G. *The Age of Mass Migration. Causes and Economic Impact*. New York: Oxford University Press, 1998.

HOLANDA, S. B. de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins, 1951.

_____. As colônias de parceria. In: HOLLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1987, p. 245-260.

HOLLOWAY, T. "The Coffee colono of Sao Paulo, Brazil: migration and mobility, 1880-1930". In: DUNCAN, K.; RUTLEDGE, I. (ed.) *Land and Labour in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 301-323.

_____. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HORA, R. "Terratenientes, Empresarios Industriales y crecimiento industrial en la Argentina: los estancieros y el debate sobre el proteccionismo (1890-1914)" *Desarrollo Economico*, v. 40, n. 159, outubro-diciembre, 2000.

_____. *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

IRIGOIN, A. M. La Evolución Industrial en La Argentina (1870-1940). *Libertas (Revista Semestral de ESEADE)*, n. 1, Buenos Aires, out. 1984.

IOTTI, L. H. *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUSC, 2001.

KATINSKY, J. R. Ferrovias nacionais. MOTOYAMA, S. (Org.) *Tecnologia e industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994, p. 37-65.

KLEIN, H. S. A Integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 25, p. 95-117, out./1989a.

_____. A integração social e económica dos imigrantes espanhóis no Brasil. *Estudos Econômicos* v. 19, n. 13, p. 457-476, São Paulo, 1989b.

_____. A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Análise Social*, Quarta série, v. 28, n. 121, p. 235-265, Lisboa, 1993.

_____. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1994.

_____. “European and Asian migration to Brazil”. In: Cohen, R. (org.) *The Cambridge survey of world migration*. Cambridge University Press, 1995, p. 208-213.

_____. “Migração internacional na história das Américas” In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13-32.

LAMOUNIER, M. L. Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

_____. *Between slavery and free labour: experiments with free labour and patterns of slave emancipation in Brazil and Cuba, c.1830-1888*. Tese de Doutorado, Universidade de Londres. Londres, 1993.

_____. The “labour question” in nineteenth century Brazil: railways, export agriculture and labour scarcity. *Working Papers in Economic History*. London School of Economics, n. 59, September. 2000.

_____. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estud. Econ.* [online], v. 37, n. 2, 2007, p. 353-372.

_____. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX*. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2008.

_____. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LANZA, A. L.; LAMOUNIER, M. L. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1880-1930). *História Econômica & História de Empresas*. v. XVII, n. 2, jul-dez. 2014.

LATTES, Z. L. R. El proceso de urbanización en la Argentina: distribución, crecimiento y algunas características de la población urbana. *Desarrollo Económico*, v. 12, n. 48. Buenos Aires, jan-mar 1973, p. 867-886.

LATTES, Z. L. R.; LATTES, A. E. *La población de Argentina*. Buenos Aires, 1975.

LATTES, A. E.; SAUTU, R. Inmigración, cambio demográfico y desarrollo industrial en la Argentina. *Cuadernos del CENEP*, n. 5, Buenos Aires: Centro de Estudios de Población, 1978.

LENZ, M. H. “A questão da formação da mão de obra no período da Belle Époque argentina: o papel relevante da imigração”. *PESQUISA & DEBATE*, v. 14, n. 1 (23), São Paulo, 2003, p. 5-35.

_____. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

LEWIS, C. M. *British Railways in Argentina, 1857-1914*. London: Institute of Latin American Studies/Athlone, 1983.

_____. “La industria en América Latina antes de 1930”. In, BETHELL, L. (org.) *Historia de América Latina. Vol.7: América Latina: Economía y Sociedad, c. 1870-1930*. v. 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 231-280.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*. v. 8, complemento. São Paulo, 1974, p. 49-90.

LORENZO, C. R. *Manual de história constitucional Argentina*, v. 2 Editorial Juris, 1997.

MARSON, M. D. “Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900”. *Nova Economia* [online], v. 22, n. 3. Belo Horizonte, set-dez. 2012, p. 481-511.

MARTINS, J. de S. “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da forma de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930”. *Revista de História*, n. 121. São Paulo, ago-dez. 1989, p. 5-26.

MERRICK, T.; GRAHAM, D. “População e Desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica”. In: NEUHAUS, Paulo (ed.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campo, 1980.

MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP/IFCH, 1975.

MELO, E. C. *O norte agrário e o império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. 1ªed. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984.

NASCIMENTO, J. L. Trabalho e prestígio social: os espanhóis em São Paulo. In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002.

NOVICK, S. Migración y políticas en Argentina: Tres leyes para un país extenso (1876-2004). Novick, S. (comp.), In: *Las migraciones en América Latina. Políticas, culturas y estrategias*. Buenos Aires: Editorial Catálogos-Clacso, 2008.

NOVICK, S. Política inmigratorias en la Argentina. In: OTEIZA, E. et al. *Inmigración y Discriminación Políticas y Discursos*. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2000

NICOLAIEWSKY, Eva. *Israelitas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Garatuja, 1975.

OBERACKER JR, C. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1987. p. 220-244.

OLMO, R. M. “Tierras Públicas y colonización en la República Argentina. Estudio de un caso en el desierto de la provincia de Mendoza”. *ERIA*. n. 24-25, p. 47-62, 1991.

OTERO, H. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta. In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 127-152.

PETRONE, M. T. Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930). In: *Emigrazioni europee e popolo brasiliano. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni* (1985: São Paulo). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987. p. 257-269

_____. Imigração. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 2, 1997. p. 95-133.

PINHEIRO, P. S. O Proletariado Industrial na Primeira República. In PINHEIRO, P. S et al. *O Brasil republicano vol. 2: sociedade e instituições (1889-1930)* 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

PRADO JR, C. *História econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, M. L. C. “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História - FFLCH/USP*, v. 153, 2o semestre, p. 11-33, São Paulo, 2005.

PUJATO, J. M. G. *El problema de la tierra y la colonización nacional*. Santa Fé, 1950.

RAPOPORT, M. et al. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Editorial Macchi, 2000.

ROCCHI, F. *Chimneys in the Desert: Industrialization in Argentina During the Export Boom Years, 1870-1930*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

ROCHA, I. P. *Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890-1920*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ROCK, D. Argentina in 1914: the pampas, the interior, Buenos Aires. In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. v. 5, p. 359-392. Cambridge University Press, 1986.

_____. Argentina from the first world war to the Revolution on 1930. In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 359-392. Cambridge University Press, 1986.

_____. *La construcción del Estado y los movimientos políticos en la Argentina, 1860-1916*. Buenos Aires, Prometeo, 2006.

SABATO, H. "La formación del mercado de trabajo en Buenos Aires, 1850-1880". *Desarrollo Económico*. v. 24, n. 96, p. 561-592, Jan-Mar/1985.

SAES, F. A. M. de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. "A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República". *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 20-39, Dez/1989.

_____. Estradas de Ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. do A. (Org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 1996. p. 177-196.

SÁNCHEZ-ALONSO, B. "The other Europeans: immigration into latin america and the international labour market (1870-1930)". *Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History* v. XXV, n. 3, p. 395-426, 2007.

_____. "Making sense of immigration policy: Argentina, 1870–1930". *Economic History Review*, v. 66, n. 2, p. 601-627, 2013.

SCHNEIDER, A. "Inmigrantes europeos y de otros orígenes". In: Quijada, M. *et al. Homogeneidad y nación: con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: Editorial CSIC, 2002, p. 141-178.

SCOBIE, J. "Una Revolución Agrícola en la Argentina". *Desarrollo Económico* v. 3, n. 1/2, América Latina 1, p. 111-141, abr-sep, 1963.

_____. *Revolution on the Pampas: A Social History of Argentine Wheat, 1860-1910*. Austin: University of Texas Press, 1964.

SECRETO, M. V. *Fronteiras em movimento: o Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX. História comparada*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2001.

_____. “Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX”. *Revista Brasileira de História* [online]. v.34, n. 68, p. 83-99, 2014

SILVA, L. M. O. *Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, L. M. O; SECRETO, M. V. “Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil”. *Economia e Sociedade*. v. 12, p. 109-141. Campinas, jun/1999.

SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* 5ª ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1981.

SIMONSEN, R. C., *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos* 1ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da USP, 1973

SOLBERG, C. E. “Peopling the Prairies and the Pampas: The Impact of Immigration on Argentine and Canadian Agrarian Development, 1870-1930”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 24, n. 2, May 1982, p. 131-161.

STOLCKE, V. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

STOLCKE, V; HALL, M. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*. n. 6, p. 80-120, setembro/1983.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento* 2ª ed., São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

TESSARI, C. A. *Braços para colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. Tese (Doutoramento) - Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TIGNER, J. L. “The Ryukyans in Argentina”. *The Hispanic American Historical Review*. v. 47, n. 2, p. 203-224, May, 1967.

TIMMER, A. S.; WILLIAMSON, J. G., “Immigration policy prior to the 1930s: labor markets, policy interactions, and globalization backlash”. *Population and Development Review*, n. 24, 1998, p. 739-71.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N. “Domínios do café: Ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917)”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 20, v. 2, 2011, p. 417-442.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos, 1850-1950*. 3. ed. São Paulo/São Carlos: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/EdUFSCar, 2007.

VANGELISTA, C. *Os Braços da Lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano di Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.

VÁZQUER-PRESEDO, V. “The role of Italian migration in the development of the Argentine economy”, *Economia Internazionale*, 1971.

VERSIANI, F. R. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, S.; SZMERCZÉNY, T. *História Economia da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, ABPHE, Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial, 2002.

VILLANUEVA, J. “El origen de la industrialización argentina”. *Desarrollo Económico*, v. 12, n. 47, out-dez 1972.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889-1945*. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2001.

WINSBERG, M. D. *Colonia Baron Hirsch: A Jewish Agricultural Colony in Argentina*, Gainesville: University of Florida Press, 1963.

_____. “Jewish agricultural colonization in Entre Rios, Argentina, III: economic problems of townsmen resettled on the land”. *American J. of Econ. and Sociology* n. 28, 1969, p. 179-191.

ANEXO A

Tabela A1 - Entrada de imigrantes no Brasil por nacionalidades (1872 – 1930)

Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872	12.918	1.808	727	1.103		2.663	19.219
1873	1.310			1.082		12.350	14.742
1874	6.644	5		1.435		12.248	20.332
1875	3.692	1.171	39	1.308		8.380	14.590
1876	7.421	6.820	763	3.530		12.213	30.747
1877	7.965	13.582	23	2.310		5.588	29.468
1878	6.236	11.836	929	1.535		3.920	24.456
1879	8.841	10.245	911	2.022		764	22.783
1880	12.101	12.936	1.275	2.385		1.658	30.355
1881	3.144	2.705	2.677	1.851		1.171	11.548
1882	10.621	12.428	3.961	1.804		775	29.589
1883	12.509	15.724	2.660	2.348		774	34.015
1884	8.683	10.502	710	1.719		1.960	23.574
1885	7.611	21.765	952	2.848		1.548	34.724
1886	6.287	20.430	1.617	2.114		2.202	32.650
1887	10.205	40.157	1.766	1.147		1.657	54.932
1888	18.289	104.353	4.736	782		3.910	132.070
1889	15.240	36.124	9.712	1.903		2.186	65.165
1890	25.174	31.275	12.008	4.812		33.550	106.819
1891	32.349	132.326	22.146	5.283		23.133	215.237
1892	17.797	55.049	10.471	800		1.789	85.906
1893	28.986	58.552	38.998	1.368		4.685	132.589
1894	17.041	34.872	5.986	790		1.493	60.182
1895	36.055	97.344	17.641	973		12.818	164.831
1896	22.299	96.505	24.154	1.070		13.395	157.423
1897	13.558	104.510	19.466	930		6.402	144.866
1898	15.105	49.086	8.024	535		4.112	76.862
1899	10.989	30.846	5.399	521		5.855	53.610
1900	8.250	19.671	4.834	217		4.835	37.807
1901	11.261	59.869	212	1.166		11.608	84.116
1902	11.606	32.111	3.588	265		2.902	50.472
1903	11.378	12.970	4.466	1.231		2.896	32.941
1904	17.318	12.857	10.046	797		3.688	44.706
1905	20.181	17.360	25.329	650		4.968	68.488
1906	21.706	20.777	24.441	1.333		4.075	72.332
1907	25.681	18.238	9.235	845		3.920	57.919
1908	37.626	13.873	14.862	2.931	830	20.412	90.534

1909	30.577	13.668	16.219	5.413	31	18.182	84.090
1910	30.857	14.163	20.843	3.902	948	16.038	86.751
1911	47.493	22.914	27.141	4.251	28	31.748	133.575
1912	76.530	31.785	35.492	5.733	2.909	25.438	177.887
1913	76.701	30.886	41.064	8.004	7.122	26.556	190.333
1914	27.935	15.542	18.945	2.811	3.675	10.324	79.232
1915	15.118	5.779	5.895	169	65	3.307	30.333
1916	11.981	5.340	10.306	364	165	3.089	31.245
1917	6.817	5.478	11.113	201	3.899	2.769	30.277
1918	7.981	1.050	4.225	1	5.599	937	19.793
1919	17.068	5.231	6.627	466	3.022	3.613	36.027
1920	33.883	10.005	9.136	4.120	1.013	10.885	69.042
1921	19.981	10.779	9.523	7.915	840	9.438	58.476
1922	28.622	11.277	8.869	5.038	1.225	9.976	65.007
1923	31.866	15.839	10.140	8.254	895	17.555	84.549
1924	23.267	13.844	7.238	22.168	2.673	26.862	96.052
1925	21.508	9.846	10.062	7.175	6.330	27.626	82.547
1926	38.791	11.977	8.892	7.674	8.407	42.942	118.683
1927	31.236	12.487	9.070	4.878	9.084	31.219	97.974
1928	33.882	5.493	4.436	4.228	11.169	18.920	78.128
1929	38.879	5.288	4.565	4.351	16.648	26.455	96.186
1930	18.740	4.253	3.281	4.180	14.076	18.143	62.673
Total	1.213.790	1.483.606	577.846	171.039	100.653	624.525	4.171.459

Fonte: LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*. v. 8, complemento. São Paulo, 1974, p. 71-73.

Tabela A2 – Entrada de imigrantes em São Paulo (1870 – 1930)

Ano	Total de Imigrantes Entrados no Estado¹	Imigrantes Subsidiados	Imigrantes Espontâneos	Passageiros 1ª e 2ª classes	Total das entradas²
1870	159	-	-	-	159
1871	83	-	-	-	83
1872	323	-	-	-	323
1873	590	-	-	-	590
1874	120	-	-	-	120
1875	3289	-	-	-	3289
1876	1303	-	-	-	1303
1877	2832	-	-	-	2832
1878	2058	-	-	-	2058
1879	973	-	-	-	973
1880	613	-	-	-	613
1881	2705	-	-	-	2705
1882	2743	-	-	-	2743
1883	4912	-	-	-	4912
1884	4879	-	-	-	4879
1885	6500	-	-	-	6500
1886	9536	-	-	-	9536
1887	32112	-	-	-	32112
1888	92086	-	-	-	92086
1889	27893	22886	5007	-	27.893
1890	38.291	31.816	6.475	-	38.291
1891	108.736	107.536	1.200	-	108.736
1892	42.061	40.973	1.088	-	42.061
1893	81.745	77.969	3.776	-	81.745
1894	48947	34.092	14.855	5.690	54.637
1895	139.998	114.769	25.229	9.747	149.745
1896	99.010	74.918	24.092	6.614	105.624
1897	98.134	70.053	28.081	6.953	105.087
1898	46.939	27.214	19.725	7.545	54.484
1899	31.215	16.664	14.551	4.797	36.012
1900	22.802	11.109	11.693	4.837	27.639
1901	71.782	49.599	22.183	4.063	75.845
1902	40.386	19.311	21.075	4.826	45.212
1903	18.161	229	17.932	5.338	23.499
1904	27.751	7.005	20.746	5.079	32.830
1905	47.817	26.015	21.802	5.727	53.544
1906	48.429	23.885	24.544	7.086	55.515
1907	31.681	4.862	26.819	8.751	40.432

1908	40.225	9.433	30.792	8.910	49.135
1909	39.674	12.936	26.738	8.495	48.169
1910	40.478	15.517	24.961	8.362	48.840
1911	64.990	21.458	43.532	11.403	76.393
1912	101.947	42.487	59.460	14.980	116.927
1913	119.758	53.719	66.039	18.307	138.065
1914	48.413	15.436	32.977	14.768	63.181
1915	20.937	2.713	18.224	8.679	29.616
1916	20.357	6.777	13.580	7.565	27.922
1917	26.776	16.286	10.490	5.891	32.667
1918	15.041	6.730	8.311	5.374	20.415
1919	21.812	5.260	16.552	9.564	31.376
1920	44.553	8.062	36.491	11.156	44.553
1921	39.601	13.563	26.038	9.273	39.601
1922	38.635	9.903	28.732	11.226	38.635
1923	59.818	14.529	45.289	13.934	59.818
1924	68.161	21.789	46.372	17.017	68.161
1925	73.335	27.225	46.110	19.775	73.335
1926	96.162	39.535	56.627	24.090	96.162
1927	92.413	24.316	68.097	21.752	92.413
1928	96.278	13.905	82.373	24.094	96.278
1929	103.480	8.905	94.575	22.225	103.480
1930	39.644	-	-	-	-
Total	2.552.082	1.151.389	1.193.233	383.893	2.721.789

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos. ¹Imigrantes entrados via porto de Santos, outros portos e estradas de ferro.

²Soma das entradas de passageiros de 1ª e 2ª classes e de imigrantes.

Tabela A3 – Entrada de imigrantes em São Paulo por nacionalidades (1827 – 1930)

Ano	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Austríacos	Diversos	Não Especificados	Total de Estrangeiros	Brasileiros	Total de imigrantes
1827	-	-	-	-	226	-	226	-	226
1828	-	-	-	-	700	--	700	-	700
1829	-	-	-	-	29	-	29	-	29
1830	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1831	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1832	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1833	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1834	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1835	-	-	-	-	27	-	27	-	27
1836	-	-	-	-	277	-	277	-	277
1837	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1838	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1839	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1840	-	-	80	-	-	-	80	-	80
1841	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1842	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1843	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1844	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1845	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1846	-	-	-	-	18	-	18	-	18
1847	-	-	-	-	465	-	465	-	465
1848	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1849	-	-	-	-	86	-	86	-	86
1850	-	-	-	-	5	-	5	-	5
1851	-	-	53	-	-	-	53	-	53
1852	-	-	230	-	746	-	976	-	976
1853	-	-	379	-	156	-	535	-	535
1854	-	-	415	-	281	-	696	-	696
1855	-	-	618	-	1.507	-	2.125	-	2.125
1856	-	37	490	-	399	-	926	-	926
1857	-	-	294	-	215	-	509	-	509
1858	-	-	92	-	237	-	329	-	329
1859	-	-	-	-	120	-	120	-	120
1860	-	-	-	-	108	-	108	-	108
1861	-	-	-	-	218	-	218	-	218
1862	-	-	-	-	185	-	185	-	185
1863	-	-	-	-	10	-	10	-	10
1864	-	-	-	-	-	-	0	-	0
1865	-	-	-	-	1	-	1	-	1
1866	-	-	-	-	144	-	144	-	144
1867	-	-	29	-	760	-	789	-	789
1868	-	-	-	-	109	-	109	-	109
1869	-	-	117	-	-	-	117	-	117

1870	-	-	-	-	159	-	159	-	159
1871	-	-	18	-	65	-	83	-	83
1872	-	-	-	-	310	-	310	-	310
1873	-	-	135	-	455	-	590	-	590
1874	5	-	91	-	24	-	120	-	120
1875	126	1	40	-	3.122	-	3.289	-	3.289
1876	-	-	-	-	1.303	-	1.303	-	1.303
1877	2.006	23	602	122	79	-	2.832	-	2.832
1878	706	251	557	35	129	-	1.678	380	2.058
1879	568	25	217	6	137	-	953	20	973
1880	97	21	-	-	495	-	613	-	613
1881	-	-	-	-	2.705	-	2.705	-	2.705
1882	1.866	223	547	37	70	-	2.743	-	2.743
1883	3.155	317	1.300	2	138	-	4.912	-	4.912
1884	2.169	134	2.280	45	240	-	4.868	11	4.879
1885	4.176	137	1.995	58	134	-	6.500	-	6.500
1886	6.094	178	2.718	84	460	-	9.534	2	9.536
1887	27.323	218	2.704	162	1.703	-	32.110	2	32.112
1888	80.749	1.465	7.757	1.112	743	-	91.826	260	92.086
1889	19.025	2.845	3.312	1.090	1.422	-	27.694	199	27.893
1890	20.991	4.875	5.561	620	6.244	-	38.291	-	38.291
1891	84.486	9.284	5.552	1.876	7.490	-	108.688	48	108.736
1892	34.274	3.166	3.551	535	535	-	42.061	-	42.061
1893	48.739	19.122	11.412	1.996	476	-	81.745	-	81.745
1894	22.420	5.869	4.676	1.042	85	14.855	48.947	-	48.947
1895	84.722	13.989	14.185	1.120	753	25.229	139.998	-	139.998
1896	49.846	14.965	5.713	3.663	731	24.092	99.010	-	99.010
1897	52.880	9.943	3.751	3.097	382	28.081	98.134	-	98.134
1898	20.389	3.439	2.470	463	453	19.725	46.939	-	46.939
1899	11.496	2.342	2.140	498	145	14.551	31.172	43	31.215
1900	7.460	2.055	251	1.335	8	11.693	22.802	-	22.802
1901	55.764	6.744	4.927	540	2.373	-	70.348	1.434	71.782
1902	28.895	1.741	4.817	441	1.937	-	37.831	2.555	40.386
1903	9.444	1.930	3.367	123	1.689	-	16.553	1.608	18.161
1904	9.476	6.372	5.168	224	2.521	-	23.761	3.990	27.751
1905	13.596	22.128	5.878	203	4.034	-	45.839	1.978	47.817
1906	16.394	20.349	4.773	911	3.787	-	46.214	2.215	48.429
1907	13.556	4.709	6.900	287	3.448	-	28.900	2.781	31.681
1908	9.704	9.891	11.855	367	5.461	-	37.278	2.947	40.225
1909	10.345	12.605	9.161	946	5.251	-	38.308	1.366	39.674
1910	8.988	13.336	8.714	604	7.844	-	39.486	992	40.478
1911	18.830	17.862	17.507	1.434	5.875	-	61.508	3.482	64.990
1912	24.813	28.987	32.813	1.065	10.962	-	98.640	3.307	101.947
1913	24.355	33.066	40.760	914	17.545	-	116.640	3.118	119.758
1914	11.706	14.903	11.697	393	7.925	-	46.624	1.789	48.413
1915	4.184	4.369	5.828	82	1.151	-	15.614	5.323	20.937

1916	3.761	7.409	4.875	30	936	-	17.011	3.346	20.357
1917	5.307	9.691	3.132	15	5.262	-	23.407	3.369	26.776
1918	815	1.930	2.704	25	5.973	-	11.447	3.594	15.041
1919	3.075	3.773	4.652	522	4.183	-	16.205	5.607	21.812
1920	5.799	7.367	11.898	559	6.405	-	32.028	12.525	44.553
1921	8.130	7.992	8.008	323	8.225	-	32.678	6.923	39.601
1922	8.253	7.172	9.198	603	6.055	-	31.281	7.354	38.635
1923	12.536	8.332	10.870	1.495	12.007	-	45.240	14.578	59.818
1924	10.588	5.639	8.226	691	30.941	-	56.085	12.076	68.161
1925	6.968	8.990	7.881	2.573	31.017	-	57.429	15.906	73.335
1926	8.564	6.485	15.376	787	45.584	-	76.796	19.366	96.162
1927	8.353	7.373	11.932	774	33.175	-	61.607	30.806	92.413
1928	2.768	2.217	13.611	399	21.852	-	40.847	55.431	96.278
1929	2.819	2.247	16.366	500	31.330	-	53.262	50.218	103.480
1930	1.986	1.502	5.889	299	21.248	-	30.924	8.720	39.644
Total	935.540	382.035	395.115	37.127	384.220	138.226	2.272.263	289.669	2.561.932

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos.

Tabela A4 – Entradas na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo por categoria (1893-1928)

Ano	Entradas totais na Hospedaria	Novas chegadas			
		Subsidiados		Não-subsidiados	
		Nº	%	Nº	%
1893	69139	65462	94,7%	3677	5,3%
1894	29148	26548	91,1%	2600	8,9%
1895	104122	101233	97,2%	2889	2,8%
1896	74910	71586	95,6%	3324	4,4%
1897	65886	63649	96,6%	2237	3,4%
1898	28358	27072	95,5%	1286	4,5%
1899	16674	14920	89,5%	1844	11,1%
1900	13389	12126	90,6%	1263	9,4%
1901	57634	49607	86,1%	4257	7,4%
1902	25436	19311	75,9%	3498	13,8%
1903	7634	229	3,0%	3576	46,8%
1904	17253	7005	40,6%	5755	33,4%
1905	37925	26015	68,6%	5502	14,5%
1906	36966	23885	64,6%	5426	14,7%
1907	22635	4862	21,5%	8367	37,0%
1908	30315	9433	31,1%	7422	24,5%
1909	30768	12662	41,2%	7230	23,5%
1910	32024	15517	48,5%	6137	19,2%
1911	44452	21458	48,3%	12482	28,1%
1912	66779	42628	63,8%	14645	21,9%
1913	83080	53174	64,0%	17673	21,3%
1914	46924	15385	32,8%	10609	22,6%
1915	22559	2680	11,9%	7610	33,7%
1916	22134	6844	30,9%	5314	24,0%
1917	31459	15770	50,1%	5766	18,3%
1918	16980	6062	35,7%	4161	24,5%
1919	18179	4439	24,4%	6720	37,0%
1920	31887	7493	23,5%	15500	48,6%
1921	33458	13647	40,8%	10933	32,7%
1922	26405	8626	32,7%	11196	42,4%
1923	43027	14250	33,1%	20347	47,3%
1924	52395	23145	44,2%	20336	38,8%
1925	54678	32003	58,5%	14661	26,8%
1926	61414	38313	62,4%	13769	22,4%
1927	66092	28393	43,0%	24325	36,8%
1928	88447	16970	19,2%	45720	51,7%

Fonte: HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

Tabela A5 – Proporção de estrangeiros que entraram em São Paulo em relação ao Brasil por nacionalidade (1872 – 1930)

Ano	Portugueses			Italianos			Espanhóis			Outras nacionalidades		
	Brasil	São Paulo	Proporção para São Paulo	Brasil	São Paulo	Proporção para São Paulo	Brasil	São Paulo	Proporção para São Paulo	Brasil	São Paulo	Proporção para São Paulo
1872	12.918	-	-	1.808	-	-	727	-	-	3.766	310	8,2%
1873	1.310	135	10,3%	-	-	-		-	-	13.432	455	3,4%
1874	6.644	91	1,4%	5	5	100,0%		-	-	13.683	24	0,2%
1875	3.692	40	1,1%	1.171	126	10,8%	39	1	2,6%	9.688	3.122	32,2%
1876	7.421	-	-	6.820	-	-	763	-	-	15.743	1.303	8,3%
1877	7.965	602	7,6%	13.582	2.006	14,8%	23	23	100,0%	7.898	201	2,5%
1878	6.236	557	8,9%	11.836	706	6,0%	929	251	27,0%	5.455	164	3,0%
1879	8.841	217	2,5%	10.245	568	5,5%	911	25	2,7%	2.786	143	5,1%
1880	12.101	-	-	12.936	97	0,7%	1.275	21	1,6%	4.043	495	12,2%
1881	3.144	-	-	2.705	-	-	2.677	-	-	3.022	2.705	89,5%
1882	10.621	547	5,2%	12.428	1.866	15,0%	3.961	223	5,6%	2.579	107	4,1%
1883	12.509	1.300	10,4%	15.724	3.155	20,1%	2.660	317	11,9%	3.122	140	4,5%
1884	8.683	2.280	26,3%	10.502	2.169	20,7%	710	134	18,9%	3.679	285	7,7%
1885	7.611	1.995	26,2%	21.765	4.176	19,2%	952	137	14,4%	4.396	192	4,4%
1886	6.287	2.718	43,2%	20.430	6.094	29,8%	1.617	178	11,0%	4.316	544	12,6%
1887	10.205	2.704	26,5%	40.157	27.323	68,0%	1.766	218	12,3%	2.804	1.865	66,5%
1888	18.289	7.757	42,4%	104.353	80.749	77,4%	4.736	1.465	30,9%	4.692	1.855	39,5%
1889	15.240	3.312	21,7%	36.124	19.025	52,7%	9.712	2.845	29,3%	4.089	2.512	61,4%
1890	25.174	5.561	22,1%	31.275	20.991	67,1%	12.008	4.875	40,6%	38.362	6.864	17,9%
1891	32.349	5.552	17,2%	132.326	84.486	63,8%	22.146	9.284	41,9%	28.416	9.366	33,0%
1892	17.797	3.551	20,0%	55.049	34.274	62,3%	10.471	3.166	30,2%	2.589	1.070	41,3%
1893	28.986	11.412	39,4%	58.552	48.739	83,2%	38.998	19.122	49,0%	6.053	2.472	40,8%

1894	17.041	4.676	27,4%	34.872	22.420	64,3%	5.986	5.869	98,0%	2.283	15.982	700,0%
1895	36.055	14.185	39,3%	97.344	84.722	87,0%	17.641	13.989	79,3%	13.791	27.102	196,5%
1896	22.299	5.713	25,6%	96.505	49.846	51,7%	24.154	14.965	62,0%	14.465	28.486	196,9%
1897	13.558	3.751	27,7%	104.510	52.880	50,6%	19.466	9.943	51,1%	7.332	31.560	430,4%
1898	15.105	2.470	16,4%	49.086	20.389	41,5%	8.024	3.439	42,9%	4.647	20.641	444,2%
1899	10.989	2.140	19,5%	30.846	11.496	37,3%	5.399	2.342	43,4%	6.376	15.194	238,3%
1900	8.250	251	3,0%	19.671	7.460	37,9%	4.834	2.055	42,5%	5.052	13.036	258,0%
1901	11.261	4.927	43,8%	59.869	55.764	93,1%	212	6.744	3181,1%	12.774	2.913	22,8%
1902	11.606	4.817	41,5%	32.111	28.895	90,0%	3.588	1.741	48,5%	3.167	2.378	75,1%
1903	11.378	3.367	29,6%	12.970	9.444	72,8%	4.466	1.930	43,2%	4.127	1.812	43,9%
1904	17.318	5.168	29,8%	12.857	9.476	73,7%	10.046	6.372	63,4%	4.485	2.745	61,2%
1905	20.181	5.878	29,1%	17.360	13.596	78,3%	25.329	22.128	87,4%	5.618	4.237	75,4%
1906	21.706	4.773	22,0%	20.777	16.394	78,9%	24.441	20.349	83,3%	5.408	4.698	86,9%
1907	25.681	6.900	26,9%	18.238	13.556	74,3%	9.235	4.709	51,0%	4.765	3.735	78,4%
1908	37.626	11.855	31,5%	13.873	9.704	69,9%	14.862	9.891	66,6%	24.173	5.828	24,1%
1909	30.577	9.161	30,0%	13.668	10.345	75,7%	16.219	12.605	77,7%	23.626	6.197	26,2%
1910	30.857	8.714	28,2%	14.163	8.988	63,5%	20.843	13.336	64,0%	20.888	8.448	40,4%
1911	47.493	17.507	36,9%	22.914	18.830	82,2%	27.141	17.862	65,8%	36.027	7.309	20,3%
1912	76.530	32.813	42,9%	31.785	24.813	78,1%	35.492	28.987	81,7%	34.080	12.027	35,3%
1913	76.701	40.760	53,1%	30.886	24.355	78,9%	41.064	33.066	80,5%	41.682	18.459	44,3%
1914	27.935	11.697	41,9%	15.542	11.706	75,3%	18.945	14.903	78,7%	16.810	8.318	49,5%
1915	15.118	5.828	38,6%	5.779	4.184	72,4%	5.895	4.369	74,1%	3.541	1.233	34,8%
1916	11.981	4.875	40,7%	5.340	3.761	70,4%	10.306	7.409	71,9%	3.618	966	26,7%
1917	6.817	3.132	45,9%	5.478	5.307	96,9%	11.113	9.691	87,2%	6.869	5.277	76,8%
1918	7.981	2.704	33,9%	1.050	815	77,6%	4.225	1.930	45,7%	6.537	5.998	91,8%
1919	17.068	4.652	27,3%	5.231	3.075	58,8%	6.627	3.773	56,9%	7.101	4.705	66,3%
1920	33.883	11.898	35,1%	10.005	5.799	58,0%	9.136	7.367	80,6%	16.018	6.964	43,5%
1921	19.981	8.008	40,1%	10.779	8.130	75,4%	9.523	7.992	83,9%	18.193	8.548	47,0%

1922	28.622	9.198	32,1%	11.277	8.253	73,2%	8.869	7.172	80,9%	16.239	6.658	41,0%
1923	31.866	10.870	34,1%	15.839	12.536	79,1%	10.140	8.332	82,2%	26.704	13.502	50,6%
1924	23.267	8.226	35,4%	13.844	10.588	76,5%	7.238	5.639	77,9%	51.703	31.632	61,2%
1925	21.508	7.881	36,6%	9.846	6.968	70,8%	10.062	8.990	89,3%	41.131	33.590	81,7%
1926	38.791	15.376	39,6%	11.977	8.564	71,5%	8.892	6.485	72,9%	59.023	46.371	78,6%
1927	31.236	11.932	38,2%	12.487	8.353	66,9%	9.070	7.373	81,3%	45.181	33.949	75,1%
1928	33.882	13.611	40,2%	5.493	2.768	50,4%	4.436	2.217	50,0%	34.317	22.251	64,8%
1929	38.879	16.366	42,1%	5.288	2.819	53,3%	4.565	2.247	49,2%	47.454	31.830	67,1%
1930	18.740	5.889	31,4%	4.253	1.986	46,7%	3.281	1.502	45,8%	36.399	21.547	59,2%
Total	1.213.790	392.300	32,3%	1.483.606	935.540	63,1%	577.846	381.998	66,1%	896.217	552.320	62%

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos; LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*. v. 8, complemento. São Paulo, 1974, p. 71-73.

ANEXO B

Tabela B1 – Imigração e emigração na Argentina pelo porto de Buenos Aires
considerando saídas e entradas por Montevideo (1857 – 1914)

Ano	Direto de ultramar	Via Montevideo	Total	Emigração para ultramar e Montevideo	Excedente
1857	4.951	-	4.951	-	4.951
1858	4.658	-	4.658	-	4.658
1859	4.755	-	4.755	-	4.755
1860	5.656	-	5.656	-	5.656
1861	6.301	-	6.301	-	6.301
1862	6.716	-	6.716	-	6.716
1863	10.408	-	10.408	-	10.408
1864	11.682	-	11.682	-	11.682
1865	11.767	-	11.767	-	11.767
1866	13.696	-	13.696	-	13.696
1867	13.225	5.821	19.046	-	19.046
1868	25.919	5.515	31.434	-	31.434
1869	28.958	8.976	37.934	-	37.934
1870	30.898	9.069	39.967	-	39.967
1871	14.626	6.307	20.933	10.686	10.247
1872	26.208	10.829	37.037	9.155	27.882
1873	48.382	27.950	76.332	18.256	58.076
1874	40.674	27.603	68.277	21.540	46.737
1875	18.532	23.534	42.066	25.578	16.488
1876	14.532	16.433	30.965	13.487	17.478
1877	14.675	21.650	36.325	18.350	17.975
1878	23.624	19.334	42.958	14.860	28.098
1879	32.717	22.438	55.155	23.696	31.459
1880	26.643	15.008	41.651	20.377	21.274
1881	31.431	16.053	47.484	22.374	25.110
1882	41.041	10.462	51.503	8.720	42.783
1883	52.472	10.771	63.243	9.510	53.733
1884	49.623	28.182	77.805	14.444	63.361
1885	80.618	28.104	108.722	14.585	94.137
1886	65.655	27.461	93.116	13.907	79.209
1887	98.898	21.944	120.842	13.630	107.212
1888	130.271	25.361	155.632	16.842	138.790
1889	218.744	42.165	260.909	40.649	220.260
1890	77.815	32.779	110.594	80.219	30.375
1891	28.266	23.831	52.097	81.932	-29.835

1892	39.973	33.321	73.294	43.853	29.441
1893	52.067	32.353	84.420	48.794	35.626
1894	54.720	25.951	80.671	41.399	39.272
1895	61.206	19.762	80.968	36.820	44.148
1896	102.675	32.532	135.207	45.921	89.286
1897	72.978	32.165	105.143	57.457	47.686
1898	67.130	28.060	95.190	53.536	41.654
1899	84.442	26.641	111.083	62.241	48.842
1900	84.851	21.051	105.902	55.417	50.485
1901	90.127	35.824	125.951	80.241	45.710
1902	57.992	38.088	96.080	79.427	16.653
1903	75.227	37.444	112.671	74.776	37.895
1904	125.567	35.511	161.078	66.597	94.481
1905	177.117	44.505	221.622	82.772	138.850
1906	252.536	49.713	302.249	103.852	198.397
1907	209.103	48.821	257.924	138.063	119.861
1908	255.710	47.402	303.112	127.032	176.080
1909	231.084	47.064	278.148	137.508	140.640
1910	-	-	345.200	136.400	208.800
1911	-	-	281.600	172.000	109.600
1912	-	-	379.100	172.900	206.200
1913	-	-	364.200	191.600	172.600
1914	-	-	182.600	221.000	-38.400
Total	3.409.542	1.123.788	6.086.030	2.722.403	3.363.627

Fontes: BUENOS AIRES. *Censo General de Poblacion, Edificacion, Comercio e Industria de la Ciudad de Buenos Aires Conmemorativo del Primer Centenario de la Revolucion de Mayo 1810-1910*, tomo Segundo, 1910. p. 46-47. RAPOPORT, M. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880 – 2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000, p. 41-42. BUENOS AIRES, *Municipality of the Federal Capital, Statistical Department. Year Book of the City of Buenos Aires, year 1913*. Buenos Aires: "Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco", 1914, p. 14.